

Estimativa da Renda Nacional do Brasil 1947/1952

INTRODUÇÃO

Ao concluirmos os trabalhos relativos a mais um ano de estimativa da Renda e do Investimento Nacionais, cumpre-nos assinalar, embora em forma sumária, as características essenciais das novas estimativas agora divulgadas (1).

1 — Divulgamos agora, pela primeira vez, estimativas do produto nacional bruto e do produto nacional líquido. Trata-se ainda de totais nacionais. Os trabalhos em andamento nos permitirão, dentro em breve, a estimativa do produto nacional líquido por Unidade Federada. A estimativa das depreciações, indispensável à estimativa do produto nacional bruto, continua oferecendo sérias dificuldades, tanto mais graves quanto se pretende levar as avaliações ao plano dos Estados.

2 — Renda Nacional ao Custo dos Fatores. A distribuição por Unidade Federada foi estendida, desta vez, a todo o período 1947-1952. Relativamente à Agricultura e à Produção Animal, foi feita, como anteriormente, uma estimativa das despesas intermediárias e da depreciação, "com o que estimamos os totais nacionais da renda líquida aos preços de mercado nesses ramos de atividade. A estimativa da renda líquida ao custo dos fatores, em tais ramos, continua sendo inexequível diante da impossibili-

(1) Para a preparação desses trabalhos a Equipe da Renda Nacional esteve assim constituída: Genival de Almeida Santos, chefe; Annibal Villanova Villela, Julian Magalhães Chacel, Margaret Hanson e Sebastião Advíncula da Cunha, economistas encarregados dos setores; Carlos Marques de Souza, Dionísio Rios, Lila Rosa de Oliveira e Álvaro Ribeiro, economistas auxiliares; Edward Carvalho Nascimento, Laura Kingston, Milton Medronho Guimarães, Vera Marie Luise Wohl, colaboradores; Irene Castello Branco Barata, estenodactilógrafa.

dade de cálculo dos respectivos montantes de impostos indiretos. A referida estimativa de consumo intermediário, inclusive depreciação, é, indubitavelmente, um tanto arbitrária, sendo aplicável, apenas, aos totais nacionais. Dêsse modo, na distribuição da renda por Unidade Federada, a agricultura, a produção animal e a produção extractiva vegetal foram consideradas através dos valores brutos da produção” (2).

Quanto às peculiaridades desta estimativa, cujos procedimentos de cálculo estão descritos, em parte, na publicação anterior (3) e, em parte, nas notas explicativas em anexo, cabe repetir aqui as seguintes observações constantes da mencionada publicação anterior:

“Ainda desta vez devemos admitir, entretanto, que os dados obtidos estão subestimados. As notas explicativas que se seguem, referentes exclusivamente a novos procedimentos de cálculo, deixam transparecer, de modo inequívoco, a tendência geral de subestimação, que se manifesta através dos vários itens do levantamento. Alguns desses itens se distinguem, porém, a esse respeito, sendo de esperar, contudo, que a persistência dos esforços já empenhados permita conseguirem-se melhores resultados em futuro próximo. Pode-se mencionar como exemplos mais frisantes desses casos de subavaliação: 1.º) a estimativa das remunerações efetivamente ganhas pelos que exercem suas atividades nos transportes rodoviários e nos serviços urbanos de táxis e lotações; 2.º) o montante dos lucros, originário de informações da Divisão do Impôsto de Renda; 3.º) a estimativa dos juros, ainda baseada totalmente em informações da Divisão do Impôsto de Renda, e que comprehende essa classe de rendimentos declarados na cédula B ou tributados na fonte. Quanto ao item segundo, cumpre-nos salientar que o dado divulgado não foi diminuído da quantia correspondente à variação de valor dos estoques (caso de ganho de capital), nem das perdas por acaso ocorridas nas empresas que foram isentas do pagamento do impôsto de renda, por não apresentarem lucro. Em compensação — o que reveste importância fundamental — nenhum ajustamento foi feito para corrigir as lacunas decorrentes da evasão do impôsto, a qual provavelmente varia entre os diversos tipos de empresa e as diferentes regiões

(2) *Revista Brasileira de Economia*, ano VI, número 4, págs. 13.
(3) *Op. cit.*

do país. Não foi possível considerar, outrossim, os casos de empresas que tenham tido permissão para reduzir o lucro taxado em determinado ano, com o fim de compensar prejuízos sofridos em época anterior".

"As informações disponíveis até a data da conclusão dessas estimativas não permitiram distinguir, em todos os casos, a renda produzida nos Territórios Federais, pelo que as parcelas correspondentes a êsses Territórios estão incorporadas aos Estados do Amazonas (Acre, Guaporé e Rio Branco) e Pará (Amapá).

A falta de dados impossibilitou a distribuição por Unidade Federada dos salários e ordenados dos trabalhadores autônomos na indústria extractiva mineral, dos empregados em transportes aéreos e telecomunicações e dos empregados em serviços públicos em geral. Este fato não diminui, entretanto, a importância dos resultados ora oferecidos aos estudiosos da economia brasileira, uma vez que os montantes correspondentes aos ramos de atividade acima citados representam, em conjunto, menos de 1% da Renda Nacional, constituindo, portanto, uma parte insignificante do total" (4).

3 — Foram realizados também os necessários esforços para lograr a distribuição da Renda Nacional por setores de origem e por Unidade da Federação. A obtenção de dados mais satisfatórios está na dependência de um aprimoramento das estatísticas econômicas do nosso país. Ao divulgarmos, neste ensejo, os resultados de uma das tentativas feitas, alimentamos a esperança — como sempre acontece quando publicamos os nossos trabalhos — de que a crítica dos entendidos neste assunto venha ajudar-nos a diminuir as suas imperfeições.

4 — A Equipe da Renda Nacional fêz, outrossim, a estimativa dos investimentos públicos e privados em 1952, e a revisão de algumas estimativas já divulgadas, referentes a anos anteriores. Os quadros referentes ao investimento público apresentam o máximo de especificação que nos parece possível com os dados existentes. O vigoroso esforço empreendido para distribuir essas inversões por Unidade Federada encontrou obstáculos, por enquanto, insuperáveis no que respeita às despesas da União e ao investimento privado em máquinas e equipamentos.

(4) *Op. cit.*, págs. 14-15.

5 — Cumpre-nos agradecer finalmente, mais uma vez, a inestimável colaboração que nos tem sido prestada por diversos órgãos da administração pública — inclusive instituições autárquicas — que fazem levantamentos estatísticos e contábeis. Impõe-se-nos ressaltar, entretanto, de modo particular, a estreita e valiosíssima cooperação que recebemos do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; do Serviço de Estatística da Produção, Ministério da Agricultura; da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística; da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento; da Divisão Atuarial do I. A. P. I.; do Serviço Atuarial do I. A. P. B.; do Departamento de Contabilidade e da Divisão de Benefícios do I. A. P. C.; do Conselho Técnico de Economia e Finanças, da Contadoria Geral da República e da Divisão do Impôsto de Renda, Ministério da Fazenda; da Assessoria Técnica da Presidência e Departamento de Contabilidade do Banco do Brasil; da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil; de numerosos bancos com sede em diferentes Estados; e de muitas Prefeituras Municipais do interior do país.

Produto Nacional — Renda Nacional — Renda Pessoal

1947-1952

Devemos notar, de início, que as presentes estimativas de Produto Nacional e Renda Pessoal foram feitas a partir do montante estimado da Renda Nacional. As demais parcelas do quadro anexo foram estimadas em conformidade com os critérios abaixo descritos.

A — RESERVAS PARA DEPRECIAÇÃO

Dados estimados por PIERRE VAN DER MEIREN (1). Relativamente a 1952, consideramos constante a relação que se observa em 1951, entre depreciações e produto líquido.

B — TRIBUTOS INDIRETOS

Dados de orçamentos e balanços dos governos federal, estaduais e municipais, e de orçamentos de autarquias federais. Foram, também, considerados como tributos indiretos as contribuições dos empregadores — dados de balanços — para instituições como: Legião Brasileira de Assistência (L. B. A.), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI), etc.

C — SUBVENÇÕES

Dados oriundos dos Balanços Gerais da União, relativos ao período em estudo. Consideram-se aqui apenas as subvenções à produção.

(1) "Estimativa do Investimento Bruto e Líquido no Brasil — 1947/1951". *Revista Brasileira de Economia*, ano VI, n.º 4, dezembro de 1952.

D — LUCROS NÃO DISTRIBUÍDOS

Compreende lucros não distribuídos das sociedades anônimas, das sociedades limitadas e das emprêses concessionárias de serviços públicos. A nossa estimativa baseou-se em dados fornecidos pela Divisão do Impôsto de Renda (lucro tributado) e em relações entre lucros não distribuídos e lucros totais das sociedades anônimas, conforme publicações de *Conjuntura Econômica*.

Principiamos por estabelecer as relações citadas (entre lucros não distribuídos e lucros totais), para os diversos anos. Relativamente a 1947 e 1948, entretanto, *Conjuntura Econômica* só apresentou resultados das sociedades sediadas no Distrito Federal e em São Paulo, resultados êstes que não evidenciavam, de forma explícita, o montante dos lucros retidos. Fizemos, então, uma estimativa dêsse montante, subtraindo do total dos lucros apurados, os dividendos pagos e a parcela referente a "outras distribuições". Esta última parcela foi estimada como sendo 10% do lucro total, percentagem esta que é praticamente a média das relações entre "outras distribuições" e "lucros totais", nos anos de 1949 e 1950 (2). Obtivemos, assim, o quadro I, abaixo, onde constam os dados apurados por *Conjuntura Econômica* e as relações que nos serviram de base para a estimativa dos lucros retidos das sociedades citadas:

QUADRO I

ESPECIFICAÇÃO	1947 (*)	1948 (*)	1949	1950	1951
A. Lucros Totais (**)...	6 351	6 407	9 719	12 499	15 142
B. Lucros retidos (**)...	3 372	3 290	5 379	7 397	5 556
B/A %.....	53,09%	51,35%	55,35%	59,18%	36,69%

ONTE: *Conjuntura Econômica* — Ano III, n°s. 1 e 10; Ano IV, n°. 12; Ano V, n°. 11; Ano VII, n°. 2
 (*) Dados relativos a Distrito Federal e São Paulo, sómente.
 (**) Valores expressos em milhões de cruzeiros.

Calculadas as relações acima, procuramos aplicá-las ao lucro tributado pelo impôsto de renda, relativo às sociedades anônimas,

(2) As relações citadas são 11,63% e 9,16%, respectivamente. Não consideramos para o cálculo da média a relação correspondente a 1951 (22,51%), por ser ela excessivamente grande face às demais, em virtude da maior distribuição de lucros, nesse ano, como se verá dentro em pouco.

sociedades limitadas e sociedades concessionárias de serviços públicos. Para 1947, entretanto, o lucro das sociedades limitadas achava-se incluído, na classificação da Divisão do Impôsto de Renda, nas "demais sociedades". Grupamos, então, para os anos subsequentes, o lucro das sociedades limitadas com o das "demais" e procuramos observar a participação do primeiro item nos totais assim obtidos. Obtivemos, em consequência, o quadro II seguinte, cujos valores estão expressos em milhões de cruzeiros.

QUADRO II

ESPECIFICAÇÃO	1948		1949		1950		1951	
	Lucro Tributado	%						
Sociedades Limitadas...	3 207	50,55	3 444	55,28	4 923	58,38	6 916	50,52
Demais Sociedades.....	3 137	49,45	2 786	44,72	3 509	41,62	6 774	49,48
SOMA.....	6 344	100,00	6 230	100,00	8 432	100,00	13 690	100,00

FONTE: Divisão do Impôsto de Renda.

Diante dos resultados obtidos, resolvemos considerar que as sociedades limitadas participavam do total das "demais sociedades" na base de 50% do lucro tributado. Estimamos, por conseguinte, o montante dos lucros das sociedades limitadas, para 1947, em 3.325 milhões de cruzeiros.

Chegados a este ponto, pudemos aplicar as relações achadas entre "lucros não distribuídos" e "lucros totais" ao montante do lucro tributado pelo impôsto de renda, dos tipos de sociedades em consideração.

Relativamente a 1952, por não dispormos de novas informações, aplicamos a taxa média verificada entre 1947 e 1951.

QUADRO III
LUCRO TRIBUTADO E LUCRO RETIDO
1947 — 1951
Cr\$ 1.000.000

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949	1950	1951
Lucro Tributado.....	9 515	10 241	12 352	15 495	22 391
Sociedades Anônimas (*).....	6 190	7 034	8 905	10 572	15 475
Sociedades Limitadas.....	3 325	3 207	3 444	4 923	6 916
Lucro não distribuído...	5 051	5 259	6 837	9 170	8 215
Sociedades Anônimas (*).....	3 286	3 612	4 931	6 257	5 678
Sociedades Limitadas.....	1 765	1 647	1 906	2 913	2 537

^{a)} Inclui sociedades concessionárias de serviços públicos.

A diminuição, relativamente a 1950, do montante de lucros não distribuídos em 1951 pode ser explicada como efeito dos "dispositivos da lei do impôsto de renda em vigor, que induziram as administrações de muitas empresas a repartir não só a quase totalidade dos lucros apurados no exercício que se encerrava, como a destinar quinhões ponderáveis de lucros diferidos à distribuição.

Tais dispositivos, como se sabe, estipularam:

a) taxações mais suaves para as distribuições feitas antes da vigência da nova lei;

b) taxação suplementar para os lucros retidos nos exercícios, desde que o montante das retenções já existentes ultrapassasse os valores dos respectivos capitais sociais" (3).

E — IMPÔSTO DE RENDA PAGO PELAS SOCIEDADES ANÔNIMAS E LIMITADAS

Dados oriundos da Divisão do Impôsto de Renda. Relativamente às sociedades limitadas, no ano de 1947, usamos aqui pro-

(3) *Conjuntura Econômica*, ano VI, número 12, pág. 29.

cesso semelhante ao utilizado para estimar o lucro dessas sociedades naquele ano. A estimativa para 1952 foi baseada: a) no montante dos lucros taxados de tais sociedades, em 1951; b) no impôsto de renda correspondente; e c) em nossas estimativas de lucro para 1952. A alíquota do impôsto (calculada pela relação entre o montante do impôsto e o montante de lucros), achada para 1951, foi aplicada aos dados de 1952.

QUADRO IV

**IMPÔSTO DE RENDA FACC. ICP SOCIEDADES ANÔNIMAS,
LIMITADAS E CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

1947 — 1951
Cr\$ 1.000.000

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949	1950	1951
Sociedades Anônimas...	914	921	1 210	1 470	2 148
Sociedades Limitadas...	*) 427	403	432	652	881
Sociedades Concessioná- rias de Serviços Pú- blicos.....	15	17	43	38	63
TOTAL.....	1 356	1 341	1 685	2 160	3 092

FONTE: Divisão do Impôsto de Renda.

*) Estimativa.

F — CONTRIBUIÇÕES PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

Compreende contribuições de empregadores e de segurados para os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, contribuições de segurados para o I. P. A. S. E. e contribuições de segurados para outras instituições de previdência social.

O montante das contribuições para os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões nos foi dado pelo *Anuário Estatístico do Brasil* (4). Relativamente ao ano de 1951 e 1952, servimo-nos de informações prestadas pelas próprias instituições e pelo Departamento Nacional de Previdência Social do Ministério do Trabalho.

Os dados referentes às contribuições para o I. P. A. S. E. têm como fonte os balanços da mencionada instituição.

As contribuições pagas pelos membros das forças armadas da União e pelos servidores públicos (civis e militares) estaduais e municipais, para órgãos de previdência locais ou montepíos, foram estimadas na base de 5% do montante de salários e ordenados pagos a tais pessoas.

Os resultados obtidos constam do quadro seguinte:

QUADRO V
CONTRIBUIÇÕES PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL
1947 — 1952
Cr\$ 1.000.000

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949	1950	1951	1952
INSTITUTOS E CAIXAS						
Cont. do empregador ..	1 215	1 358	1 723	2 074	2 539	3 027
Cont. de empregados ..	1 215	1 359	1 723	2 072	2 539	3 027
I.P.A.S.E.						
Cont. de segurados...	163	182	246	250	289	291
DEMAIS						
Cont. de segurados....	383	401	475	573	747	775
TOTAL.....	2 976	3 300	4 167	4 974	6 114	7 120

G — TRANSFERÊNCIAS

Compreende aposentadorias, pensões, salário-família e auxílios diversos pagos a indivíduos pelos poderes públicos ou pelas instituições de previdência social. Abrange, ainda, auxílios e subvenções concedidas pelos governos federal, estaduais e municipais a instituições de caridade e educacionais. Infelizmente, não nos foi possível distinguir, em virtude da absoluta falta de dados, entre os juros de títulos da Dívida Pública pagos a indivíduos e a

emprêses, pelo que resolvemos omitir tal montante da presente estimativa. Faltaram-nos, ainda, dados que possibilitassem a estimativa das transferências das emprêses para indivíduos. As principais fontes utilizadas foram: balanços e orçamentos para os dados relativos aos governos federal, estaduais e municipais; o *Anuário Estatístico do Brasil* (5), para os dados relativos aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, e balanços do I.P.A.S.E. Os dados relativos aos Institutos e Caixas de Aposentadoria, para 1951 e 1952, são oriundos do Departamento Nacional de Previdência Social.

Devemos notar que os números referentes a 1947 incluem sómente auxílios e contribuições concedidos pelos governos estaduais e municipais. Tal observação se aplica ao dado referente a transferências dos governos municipais em 1948.

QUADRO VI
TRANSFERÊNCIAS SEGUNDO A ORIGEM
1947 — 1952
Cr\$ 1.000.000

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Governo Federal.....	991	1 166	1 513	1 792	2 090	3 387
Governos Estaduais.....	497	1 103	1 309	1 699	2 394	2 786
Governos Municipais.....	85	108	211	558	717	1 301
Institutos e Caixas.....	1 141	1 292	1 474	2 136	2 958	3 817
I.P.A.S.E.....	38	41	51	58	78	84
TOTAL.....	2 752	3 710	4 558	6 243	8 237	11 375

H — IMPÓSTO DE RENDA PAGO POR INDIVÍDUOS

Compreende êste item o montante de impôsto de renda pago pelas sociedades civis, individuais, coletivas e demais (excluídas, obviamente, as sociedades limitadas, anônimas e concessionárias de serviços públicos), o impôsto pago pelas pessoas físicas e o relativo à taxação na fonte de dividendos de ações ao portador e de

(5) Anos IX, X, XI, XII e XIII.

ações nominativas, dos juros de debêntures e juros em geral, e dos aluguéis, impôsto êste pago pelos residentes no país.

A fonte de tais dados é a Divisão do Impôsto de Renda, do Ministério da Fazenda. Relativamente às "sociedades coletivas e demais", para o ano de 1947, foi feita uma estimativa com o objetivo de separar o montante do impôsto pago por estas sociedades do impôsto pago pelas sociedades limitadas. O processo utilizado já foi descrito anteriormente, quando necessitamos distinguir o impôsto de renda cobrado às sociedades limitadas.

Com relação aos itens referentes à taxação na fonte, necessitamos fazer, para os anos de 1947 e 1948, uma estimativa, por não dispormos de dados que evidenciassem o quanto foi pago por residentes e o quanto foi pago por não residentes no país. Aplicamos, então, ao total da taxação na fonte, a percentagem dos itens considerados, observada em 1949.

Os resultados obtidos acham-se apresentados no quadro abaixo:

QUADRO VII

IMPÔSTO DE RENDA PAGO POR INDIVÍDUOS E POR FIRMAS, EXCETO SOCIEDADES ANÔNIMAS E LIMITADAS

1947 — 1951

Cr\$ 1.000.000

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949	1950	1951
Sociedades Civis.....	0	0	0	3	1
Sociedades Individuais.....	261	284	301	365	577
Sociedades Coletivas e Demais.....	427	400	350	451	911
Impôsto pago por Pessoas Físicas...	1 250	1 326	1 512	2 028	2 811
Taxação na Fonte.....	269	424	517	732	559
TOTAL.....	2 207	2 434	2 680	3 579	4 859

A estimativa dêste item, correspondente a 1952, foi feita supondo-se tenha permanecido inalterada, de 1951 para 1952, a relação entre o impôsto de renda pago por indivíduos e a renda pessoal.

Renda Nacional por Tipo de Pagamento

CAPÍTULO I

SALÁRIOS E ORDENADOS, EXCETO NA AGRICULTURA

A presente estimativa de salários e ordenados, exceto na Agricultura, apresenta algumas modificações de critério em relação às estimativas anteriores (1). Isto decorre do aparecimento de novos dados, da adoção de procedimentos que nos parecem melhores, e também do fato de se ter feito uma revisão total dos cálculos para o período de 1947-1949, com o objetivo de apresentá-los por Unidade Federada.

As notas que se seguem dizem respeito tão somente aos novos critérios. Devemos advertir, entretanto, que, salvo quando expresso o contrário, estimamos a Renda de cada Estado separadamente, resultando o montante nacional da totalização dos montantes estaduais.

SEÇÃO I

SALÁRIOS E ORDENADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A — UNIÃO

I. Civis

Para 1952, dados oriundos da Contadoria Geral da República.

No Distrito Federal foram incluídas, além das despesas que constam do balanço respectivo, as remunerações de pessoal das

(1) *Revista Brasileira de Economia*, ano V, número 3; ano VI, número 4.

Autarquias de Intervenção Econômica, da Universidade do Brasil, da COFAP, do IPASE e do Conselho Nacional de Pesquisas. A ausência de informações disponíveis impede, no momento, uma estimativa da despesa de pessoal de qualquer dessas autarquias para outras Unidades Federadas.

Relativamente ao período 1947-1951 fêz-se nova distribuição por Estado, baseada nas relações percentuais verificadas para 1952. Nada indica que essas relações se tenham mantido constantes. A adoção de tal critério de estimativa se deve únicamente ao fato de ser 1952 o único ano para o qual foi possível fazer levantamentos, neste setor, por Unidade Federada.

II. *Militares*

Conhecidos apenas os totais nacionais da remuneração do pessoal das forças armadas federais, através dos balanços dos ministérios militares (Aeronáutica, Marinha e Guerra, publicados nos Balanços Gerais da União, Vol. II), relativos ao período 1947-1952, a distribuição por Unidade Federada foi realizada com base em uma estimativa do número de indivíduos que a elas pertencem.

Os resultados já divulgados do Censo Demográfico de 1950 nos permitem conhecer o número de empregados federais em "Defesa Nacional e Segurança Pública", em 1950. Tais dados, supõe-se, representam o número de indivíduos pertencentes às forças armadas federais nos vários Estados, exceção feita do Distrito Federal e Territórios. No Distrito Federal e nos Territórios Federais, os dados disponíveis devem abranger, além das forças armadas federais, os efetivos das instituições policiais, corpos de bombeiros, inspetorias de veículos, etc. Desta maneira subtraímos dos dados do Censo, para os Territórios, os efetivos da Polícia Militar e Inspeção de Veículos (2). O resíduo resultante foi considerado como sendo o número de integrantes das forças armadas federais nos Territórios.

Relativamente ao Distrito Federal — onde, além de uma série de organizações policiais, existe o Departamento Federal de Segurança Pública — faltaram-nos os efetivos da maior parte das

(2) *Anuário Estatístico do Brasil*, ano XII, 1951, págs. 551.

instituições de segurança. Em virtude disso, resolvemos repetir o dado de 1940 (Censo Demográfico de 1940), relativo ao número de integrantes das fôrças armadas federais na cidade do Rio de Janeiro.

Feita a distribuição, por Unidade Federada, da despesa com pessoal nos Ministérios Militares, na base da distribuição geográfica das fôrças armadas federais, adicionamos ao Distrito Federal as parcelas correspondentes à remuneração do pessoal militar que constam dos balanços do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e que supomos devam corresponder ao corpo de bombeiros e instituições policiais sediadas no Distrito Federal.

B — ESTADOS

I. Civis

Para 1952, utilizamos dados de orçamentos, fornecidos pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças. Quanto a 1951, os dados anteriormente obtidos através de estimativas (3) foram agora substituídos por dados de balanço.

Os resultados referentes aos anos de 1947 e 1948, baseados em dados de balanço, sofreram algumas alterações. Isto porque os dados publicados para 1947 incluíam salário-família, inativos, pensionistas e a remuneração de pessoal dos serviços de utilidade pública; os de 1948, salário-família. A estimativa dessas parcelas, para efeito de exclusão, foi feita do seguinte modo:

Salário-Família: sómente os balanços de 1949 em diante apresentam a necessária discriminação. A estimativa para 1947 e 1948 baseia-se, pois, nas percentagens verificadas em 1949.

Inativos, pensionistas e pessoal dos serviços de utilidade pública: as percentagens respectivas, verificadas em 1948, foram aplicadas aos dados de 1947.

II. *Militares*

Nas publicações anteriores, não há discriminação entre pessoal civil e militar para os anos de 1947, 1948 e 1949, pois tal discriminação não é conhecida através dos balanços. Foi possível, entretanto, distinguir entre um e outro nos anos subsequentes,

(3) *Revista Brasileira de Economia*, ano VI, número 4, págs. 18.

i. e., 1950, 1951 e 1952. Durante êste período a percentagem do pessoal militar manteve-se mais ou menos constante, oscilante entre 8,459 e 9,640%. Como se verifica uma tendência ao crescimento, tomamos a menor das percentagens, isto é, 8,459% e aplicamo-la aos totais nacionais do período 1947-1949.

C — MUNICÍPIOS

Para 1952, na falta de melhores dados, fizemos uma estimativa que consistiu em calcular, preliminarmente, a relação percentual entre a despesa de pessoal consignada nos orçamentos de todos os municípios e a despesa de pessoal constante dos orçamentos das capitais em 1951. Aplicamos, em seguida, essa relação aos dados de pessoal dos orçamentos das capitais relativos a 1952.

Os dados para 1951, cuja estimativa anteriormente publicada obedeceu ao critério acima descrito, foram substituídos por dados de orçamentos.

A discriminação por Estado, de 1947 a 1950 — dados de orçamento — foi feita com base nas percentagens verificadas para 1951, em virtude de serem conhecidos, para aqueles anos, apenas os totais nacionais. Estes em 1947 e em 1948 incluíam parcelas referentes a salário-família, inativos e pensionistas; em 1949, salário-família. A fim de excluí-las, foram calculadas as suas percentagens em 1951, por Estado, e aplicadas sobre as parcelas já distribuídas por Estado, segundo o critério acima.

SEÇÃO II

SALÁRIOS E ORDENADOS NA INDÚSTRIA

A — SALÁRIOS DOS SEGURADOS DO INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS (I. A. P. I.)

1. *Estimativa para o Período de 1947-1951*

O I. A. P. I., como é do conhecimento geral, realiza em princípios de cada ano apurações de contribuições referentes ao mês de julho do ano anterior, assim como do respectivo número de segurados. Tais dados, como é óbvio, permitem-nos calcular o salário médio de contribuição dos segurados do Instituto, referente a julho de cada ano. Baseados nesses dados, nos débitos apurados pela Fiscalização do I. A. P. I. e nos resultados do Censo de

1948, procedemos a uma estimativa de salários pagos da maneira abaixo indicada:

1. Supusemos que o salário médio de contribuição e o número de segurados, referentes a julho, representassem a média mensal de tais dados em cada ano. Esta suposição nos permitiu, de imediato, o cálculo do salário médio anual de contribuição e do montante anual dos salários de contribuição.

2. Estimamos, então, o montante dos salários de "contribuição" que são sonegados ao I. A. P. I., estimativa esta baseada na média dos débitos apurados pela Fiscalização do Instituto no período 1949-1951. A escolha do período 1949-1951 prende-se ao fato de que só a partir de 1948 o quadro de fiscais do I. A. P. I. passou a ser regularmente lotado, de modo a permitir uma ação fiscalizadora mais eficiente. A margem de sonegação, ressaltamos, foi considerada constante em todo o período.

3. Adicionamos os resultados obtidos em conformidade com os itens anteriores e aplicamos ao total resultante a relação entre *salários pagos* e *salários de contribuição* — relação observada no censo de 1948 — com o que obtivemos o montante anual de salários pagos àqueles que, pela natureza de sua atividade, estão dentro do âmbito de ação do I. A. P. I.

4. A distribuição dos montantes de salários pagos pelas diversas classes de indústria foi feita segundo o processo descrito na publicação anterior (4).

II. *Estimativa para 1952*

Por não dispormos, ainda, dos resultados completos da apuração anualmente realizada pela Divisão Atuarial do I. A. P. I., referentes a julho de 1952, baseamos a nossa estimativa nas contribuições arrecadadas relativas ao mês de julho, cujo montante nos foi fornecido pelo Departamento de Arrecadação e Benefícios do mencionado Instituto. Admitimos a ocorrência de sonegação equivalente à média dos débitos apurados no período 1950-1952.

B — INDÚSTRIA CARBONÍFERA

mações prestadas, anualmente, pelas próprias empresas, ao Serviço Relativamente ao ano de 1947, por não dispormos das infor-

viço de Estatística da Produção (SEP) do Ministério da Agricultura, vimo-nos na contingência de proceder a uma estimativa, que pode ser descrita da maneira seguinte:

1. Calculamos, com base em estatísticas do SEP, referentes à produção de carvão mineral, o produto médio por operário, em 1948.

2. Supondo que, entre 1947 e 1948, a produção física média por operário não tenha variado, e conhecido o montante da produção física total de 1947, foi-nos possível estimar, para 1947, o número de empregados nesta indústria.

3. Supusemos, além disso, que o salário médio da indústria carbonífera tenha variado, entre 1947 e 1948, nas mesmas proporções em que variou o salário médio dos segurados do I. A. P. I. nos respectivos Estados.

4. Estimados o salário médio e o número de empregados, o produto entre as duas grandezas nos deu o montante de salários pagos nessa classe de indústria.

C — INDÚSTRIA DO GÁS

A presente estimativa refere-se, apenas, aos salários pagos aos empregados na indústria do gás canalizado, uma vez que os empregados na indústria do gás engarrafado são contribuintes obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (I. A. P. E. T. C.).

Os salários e ordenados pagos na indústria do gás canalizado foram estimados, como anteriormente, com base em informações prestadas a esta Equipe pela Companhia Brasileira Administradora de Serviços Técnicos (COBAST) e pela Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, a que se juntam, agora, os resultados do Censo Industrial de 1950.

SEÇÃO III

SALÁRIOS E ORDENADOS EM BANCOS E COMPANHIAS DE CAPITALIZAÇÃO

A estimativa de salários e ordenados em bancos e companhias de capitalização, que ora apresentamos, baseou-se em in-

formações concernentes ao número de empregados e salários pagos, prestadas à ERN por alguns estabelecimentos bancários (5), e em o número de segurados do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (I. A. P. B.) e da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

O número de empregados em tal classe de atividade nos foi dado pela adição do número de segurados do I. A. P. B. ao dos segurados da Caixa de Previdência mencionada. Relativamente a 1947, entretanto, por não dispormos dos dados relativos ao I. A. P. B., consideramos que o número de empregados na classe de atividade em questão não houvesse variado entre 1947 e 1948.

O salário médio foi estimado da maneira seguinte:

1. Adotamos, para 1949, o salário médio dado pelo Censo de 1950.

2. Supusemos que o salário médio nacional, relativo a 1949, houvesse variado para os demais anos, nas mesmas proporções em que variou o salário médio nos estabelecimentos informantes, o que nos permitiu estimar o salário médio em bancos, para todo o país, nos anos de 1947-1952.

3. Supusemos que a relação entre o salário médio de cada Estado e o salário médio nacional — relação observada em 1949 (Censo de 1950) — não houvesse variado no período em estudo. Tal suposição, como é óbvio, permitiu-nos estimar o salário médio para cada Estado, durante os vários anos em consideração.

SEÇÃO IV

SALÁRIOS E ORDENADOS EM TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

A — TRANSPORTES MARÍTIMOS

O número de indivíduos ocupados em transportes marítimos foi estimado utilizando-se os resultados do Censo Demográfico de 1940 e de 1950.

(5) Relacionando-se as informações obtidas com os resultados preliminares do censo de 1950, relativo às Instituições de Crédito, vemos que os estabelecimentos informantes possuíam, em 1949, 19,9% do número de empregados e pagavam 21,0% dos salários.

Como, para 1950, só dispuséssemos de dados concernentes aos grandes ramos de atividade, aplicamos ao número de indivíduos recenseados em 1940, na classe "transporte marítimo, fluvial, lacustre e serviços portuários", as taxas de incremento, entre 1940 e 1950, do ramo "Transportes, Comunicações e Armazenagem". Estimado, assim, o número de indivíduos ocupados, em 1950, na classe de atividade em questão, subtraímos dêle o número de empregadores, número êste constante dos resultados preliminares do censo da navegação, de 1950. Supusemos que a diferença resultante representasse o número de empregados em transporte marítimo, fluvial, lacustre e serviços portuários, em 1950. Tal processo de estimativa pressupõe, entretanto, a inexistência de *autônomos* no tipo de transporte em estudo. De modo geral, quando os dados censitários são mais completos permitem a distinção entre o número de empregados, de empregadores e autônomos. Diante da precariedade das estatísticas existentes, pareceu-nos mais prudente supor que o número de empregados se manteve constante durante o período em estudo.

Relativamente ao salário médio, adotamos, para 1948, os dados do censo realizado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (I. A. P. M.) naquele ano. Para os demais anos, admitimos que tal salário só houvesse variado por força dos decretos executivos que dispõem sobre salários de marítimos (6). Desses decretos consideramos apenas as taxas mínimas de aumento como base de variação. Advertimos que tal processo não leva em consideração a mobilidade do trabalho, como um fator de modificação do salário médio. Esperamos que a próxima publicação dos resultados completos do censo de 1950, a realização de inquéritos ou o acesso a outras fontes de informações possibilitem, dentro em breve, a melhoria das estimativas neste ramo.

B — CORREIOS E TELÉGRAFOS

Dados originários de balanços do Departamento de Correios e Telégrafos. As diferenças existentes entre os dados ora apresentados e os publicados anteriormente (7) decorrem do fato de

(6) Decretos 26.633, de 6-5-1949 (*Diário Oficial* de 7-5-49), e 30.513, de 7-2-1952 (*Diário Oficial* de 11-2-52).

(7) *Revista Brasileira de Economia*, ano VI, número 4, págs. 95 e 112-3.

terem sido incluídas, quando da estimativa para o período de 1947-1951, parcelas correspondentes a salário-família, que só agora pudemos identificar.

SEÇÃO V

SALÁRIOS E ORDENADOS EM SERVIÇOS

A — MEMBROS DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS

A estimativa do número de membros de organizações religiosas foi dividida em três partes: culto católico, culto protestante e demais cultos.

Relativamente ao culto católico, dispusemos de dados apenas para 1947 (8). A estimativa para os demais anos foi feita supondo-se uma constância na relação que se observa em 1947, entre o número desses indivíduos e a população total.

Para o culto protestante, dispusemos de dados anuais, cobrindo o período 1947-1951, dados estes oriundos do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sendo que os relativos aos anos 1947-1949 se encontram publicados no *Anuário Estatístico do Brasil* (9). Relativamente ao ano de 1952, na falta de novas informações, reproduzimos os dados do ano anterior.

A estimativa para os demais cultos foi feita inicialmente para 1950, supondo-se que a participação dos membros desses cultos, no total dos membros de organizações religiosas, fosse igual à relação que se verifica entre o número de pessoas que, no Censo Demográfico de 1950, se declararam como tendo tais religiões e o total da população que se declarou com religião no mesmo Censo. Assim sendo, calculamos a participação do número de católicos e protestantes no total da população com religião, e supusemos que a participação do número de membros dos cultos católico e protestante no total dos membros de organizações religiosas fosse a mesma. Calculado, pois, por diferença, o número de membros dos demais cultos em 1950, estendemos a nossa estimativa aos demais anos, considerando constante a relação entre o número de tais indiví-

(8) Padre J. B. Lehmann — *O Brasil Católico* — 1947.

(9) Ano XII. 1951. págs. 482-3.

duos e a população total. Malgrado a reconhecida precariedade da estimativa, mantivemo-la por constatar que se trata de um item pequeno, cujo número tem influência muito reduzida no total da própria classe de atividade, uma vez que tal número não chega sequer à casa dos milhares.

Para efeito de estimativa da remuneração, atribuímos aos membros de organizações religiosas uma importância que se supõe corresponder a despesas mínimas de manutenção. Com êsse fim, estimamos para 1952 um salário mínimo médio estadual (média aritmética dos salários mínimos de cada Estado), baseados no Decreto n.º 30.342, de 24-XII-1951. Para os demais anos, ajustamos o salário mínimo estadual estimado para 1952, mediante os índices ponderados do custo da alimentação nos municípios das capitais (10). Relativamente a 1947, entretanto, na falta de outros dados, o ajustamento foi feito com base no índice do custo da vida para o Distrito Federal, publicado por *Conjuntura Econômica*.

B — SERVIÇOS DOMÉSTICOS REMUNERADOS

Como os resultados conhecidos do Censo Demográfico de 1950 se referem aos grandes ramos de atividade, estimamos o número dos empregados domésticos com base nos resultados dos Censos Demográficos de 1940 e 1950.

Principiamos por eliminar a influência da variação do número de indivíduos ocupados em empresas e recenseados pelo Censo dos Serviços (Emprêsas), na variação do ramo "Prestação de Serviços" do Censo Demográfico. Subtraímos, em consequência, o número de ocupados recenseados pelo Censo dos Serviços, em 1940 e 1950, do número de ocupados em Prestação de Serviços e recenseados pelos Censos Demográficos de 1940 e 1950. Estabelecemos, então, para 1940, a relação entre o número de empregados domésticos e o número de pessoas ocupadas em Prestação de Serviços, mas não recenseadas pelo Censo dos Serviços (diferença entre o Censo Demográfico e Censo dos Serviços, aludida no período anterior). Tal relação foi aplicada ao dado correspondente a 1950, tendo-se o necessário cuidado de, relativamente aos Ter-

(10) *Anuário Estatístico do Brasil*, ano XIII, 1952, págs. 357, e *Boletim do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho*, do Ministério do Trabalho, janeiro, 1953.

ritórios que ainda não se achavam criados em 1940 (Guaporé, Rio Branco e Amapá), aplicar-se as relações que se observavam em 1940, nos Estados de que os mencionados territórios faziam parte naquele ano (Mato Grosso, Amazonas e Pará, respectivamente).

Na falta de base consistente para a estimativa da variação do número dêsses empregados de um ano a outro, supusemos que êsse número se tivesse mantido inalterado durante o período em estudo.

Relativamente à remuneração média atribuída, adotamos aqui critério idêntico ao que seguimos quando da estimativa da remuneração dos membros de organizações religiosas.

CAPÍTULO II

REMUNERAÇÃO DE AUTÔNOMOS

Os resultados conhecidos do Censo Demográfico de 1950 oferecem-nos uma distribuição dos indivíduos recenseados, em cada ramo de atividade, segundo a posição na ocupação, distinguindo as seguintes posições: "empregado", "empregador", "trabalhador por conta própria", "membros da família", "parceiros e meeiros" e "ignorados". Uma advertência, que logo se impõe, a respeito dessa distribuição, é a de que a apuração desses dados pode apresentar erros de classificação, oriundos de informações errôneas, prestadas pelos próprios recenseados, e que, portanto, não podem ser evitados por uma severa crítica do material coletado. Isto posto, vimo-nos na contingência de elaborar um processo de cálculo que principiou por supor constante, no período 1947-1952, o número de autônomos, e distingui-los em dois grupos que designamos, por comodidade de explicação, pelas duas primeiras letras do alfabeto:

Grupo A — constituído pelos "trabalhadores por conta própria" e "membros da família"

Grupo B — constituído pelos "parceiros e meeiros", "ignorados" e pela diferença entre o número de indivíduos que se declararam empregados no Censo Demográfico e o número dos que se declararam empregados nos Censos Econômicos. Este grupo se compõe, provavelmente, de indivíduos que não têm uma ocupação fixa ou contínua.

Grupo A

O número de autônomos do grupo A, nos ramos para os quais dispomos, além do Censo Demográfico, de resultados dos Censos

Econômicos (Comércio de Mercadorias, Indústria de Transformação e Serviços), foi estimado da maneira seguinte:

1. Adicionamos o número de empregadores ao número de trabalhadores por conta própria e membros da família, obtidos através do Censo Demográfico.

2. Do total assim obtido, subtraímos o número de empregadores (administração de empresas) dado pelos Censos Econômicos.

Este processo foi adotado com o objetivo de se evitar a duplicação decorrente do uso dos Censos Econômicos para a obtenção do número de empregadores, e a utilização do Censo Demográfico para a estimativa do número de autônomos. A duplicação mencionada ocorreria forçosamente não fôra a utilização do processo indicado, em virtude da possibilidade — já referida — de êrro de classificação no Censo Demográfico.

Relativamente aos demais ramos de atividade (11), ainda dentro do grupo A, por não dispormos dos resultados dos Censos Econômicos correspondentes, estimamos o número de autônomos adicionando o número de trabalhadores por conta própria ao número de membros da família (Censo Demográfico).

Quanto à remuneração neste grupo A, atribuímos: aos autônomos no comércio, o salário médio pago aos segurados do I. A. P. C.; aos autônomos na indústria de transformação e em serviços, o salário médio pago aos segurados do I. A. P. I.; aos autônomos em intermediários financeiros, o salário médio pago aos empregados em bancos; aos autônomos em transporte e comunicações, o salário médio pago aos segurados do I. A. P. E. T. C.

Grupo B

A estimativa do número de autônomos classificados neste grupo, nos ramos para os quais dispomos de resultados dos Censos Econômicos de 1950 (Comércio de Mercadorias, Indústria de Transformação e Serviços), foi feita da maneira seguinte: calculamos a diferença entre o número de empregados dado pelo Censo Demográfico e o número de empregados dado pelo Censo Eco-

(11) Comércio de imóveis e valores mobiliários, seguros e capitalização (incluído em nossa estimativa sob a designação de *Intermediários Financeiros*) ; atividades sociais (adicionado aos *Serviços*) e transportes e comunicações

nômico respectivo, diferença esta que foi adicionada ao número de indivíduos que aparecem no Censo Demográfico como "parceiros e meeiros", e de "ocupação ignorada". Relativamente aos demais ramos de atividade (12), por não dispormos dos Censos Econômicos respectivos, a nossa estimativa foi feita adicionando-se o número de indivíduos que aparecem no Censo Demográfico com "ocupação ignorada" ao número daqueles que se declararam, no mesmo Censo, parceiros e meeiros.

Devemos notar que, em relação aos Serviços, foram subtraídos o número de empregados domésticos (13) e o de membros de organizações religiosas (14) que só aparecem nos resultados do Censo Demográfico e cuja remuneração foi estimada separadamente.

Relativamente ao Comércio, observa-se que, em alguns Estados, o número de empregados apurado pelo Censo Econômico é superior ao obtido pelo Censo Demográfico. Dada a natureza desses Censos, quer parecer-nos que divergências desse tipo não deveriam ocorrer. Seria normal a igualdade e seria mesmo admisível a superioridade do número do Censo Demográfico sobre o Censo Econômico, o que se justificaria pela inclusão no Demográfico de pessoas eventualmente desempregadas, ou sem ocupação permanente e que se classificassem na posição de empregado.

Verifica-se, de fato, que o total nacional de empregados no Censo Demográfico é maior do que o do Censo Econômico (o que convencionamos considerar uma diferença positiva). Sem poder explicar as causas dessa diferença, resolvemos distribuí-las por alguns Estados proporcionalmente às diferenças, também positivas, registradas nesses Estados.

- Desprezamos, por conseguinte, as diferenças que chamariam negativas (dado do Censo Econômico maior que o do Censo Demográfico). Consideramo-las inexistentes.

A estimativa da remuneração total dos autônomos classificados no grupo B foi feita supondo-se, para 1952, uma remuneração média equivalente ao salário mínimo estadual (média arit-

(12) Comércio de imóveis e valores mobiliários, seguros e capitalização (incluído em nossa estimativa sob a denominação de *Intermediários Financeiros*) ; atividades sociais (adicionado aos Serviços) e transportes e comunicações.

(13) Vêde estimativa de págs. 34.

(14) Vêde estimativa de págs. 33.

mética dos salários mínimos em cada Estado). Tal salário mínimo foi ajustado para anos anteriores mediante utilização dos índices ponderados do custo da alimentação nos municípios das capitais (15). Relativamente a 1947, entretanto, por nos faltarem informações concernentes aos índices do custo da alimentação, utilizamos, como base de ajustamento, o índice do custo da vida no Distrito Federal, elaborado por *Conjuntura Econômica*.

Resta-nos fazer aqui uma referência à estimativa dos autônomos na indústria extractiva mineral. Por não dispormos, ainda, de dados completos do Censo Demográfico de 1950, que nos permitirão conhecer a composição do ramo "Indústrias Extrativas", adotamos o mesmo processo seguido nas estimativas anteriores (16), com a vantagem única de dispormos agora dos resultados completos para o total do ramo (Indústrias Extrativas).

(15) *Anuário Estatístico do Brasil*, ano XIII, 1952, págs. 357, e *Boletim do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho*, do Ministério do Trabalho, janeiro, 1953.

(16) *Revista Brasileira de Economia*, ano VI, número 4, págs. 50.

CAPÍTULO III

REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS

A estimativa da remuneração dos profissionais liberais foi feita estimando-se, primeiramente, o número de profissionais e a remuneração média correspondente.

Relativamente ao número, principiamos por estimar o número de indivíduos no ramo "profissionais liberais e atividades auxiliares", baseados na taxa geométrica anual de crescimento desse ramo entre 1940 e 1950. Supusemos, então, que a participação relativa dos profissionais liberais (17) no total desse ramo — participação relativa observada em 1950 — fosse válida para o período 1945-1952. Tal suposição, como é óbvio, nos permitiu estimar o número de profissionais liberais no período mencionado.

A estimativa da remuneração média foi feita, inicialmente, para o ano de 1945, por dispormos, para tal ano, de uma amostra dos rendimentos declarados para efeito do impôsto de renda. Essa estimativa abrangeu as etapas seguintes:

1. Cálculo da remuneração média dos profissionais liberais que pagaram impôsto de renda em 1946 (rendas de 1945) e que constam da amostra referida.

2. Estimativa do número de profissionais liberais que não foram taxados pelo impôsto de renda em 1946 (diferença entre o número total de profissionais e o número constante da amostra mencionada). A tais indivíduos atribuímos uma remuneração média correspondente a Cr\$ 40.600,00, remuneração média

(17) Foram considerados como profissionais liberais aqueles que se declararam, no ramo "Profissionais Liberais e Atividades Auxiliares", do Censo Demográfico, com as seguintes posições na ocupação: empregador, trabalhador por conta própria e parceiros e meeiros.

esta composta de duas parcelas: uma de Cr\$ 24.000,00, equivalente ao limite de isenção do impôsto, em 1945; outra de Cr\$ 16.600,00, correspondente ao abatimento médio de dois dependentes (18) estimado para aquele ano.

3. Cálculo da média aritmética ponderada das remunerações médias estimadas em conformidade com os itens 1 e 2. A ponderação utilizada foi o número de profissionais liberais que percebiam as respectivas remunerações médias.

A remuneração média assim estimada para 1945 foi ajustada para anos posteriores (exceção de 1947 e 1948) mediante a utilização do índice do custo da vida (tôdas as despesas) nos municípios das capitais, elaborado pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (SEPT). Devido à carência absoluta de dados, entretanto, o ajustamento até 1948 foi feito utilizando-se o índice do custo da vida no Distrito Federal, elaborado por *Conjuntura Econômica*.

(18) Para detalhes do cálculo do abatimento médio por dependente, véde *Revista Brasileira de Economia*, ano V, número 3, págs. 69.

CAPÍTULO IV

REMUNERAÇÃO DO TRABALHO DE EMPREGADORES

O número de empregadores, suposto constante no período de 1947-1952, foi estimado da maneira seguinte:

1. Para os ramos de Comércio, Indústria Extrativa Mineral, Indústria de Transformação e Serviços, utilizamo-nos de dados dos Censos Econômicos de 1950, relativos a pessoas ocupadas em administração de empresas, ou seja, "proprietários, sócios e diretores com atividade nos estabelecimentos".

2. Para os demais ramos de atividade (19), utilizamo-nos de dados do Censo Demográfico.

A estimativa da remuneração total, em 1948, para os ramos de Comércio, Serviços e Transportes e Comunicações foi feita considerando-se como remuneração média o salário médio dos segurados do I. A. P. C. que ganham mais de Cr\$ 24.000,00 anuais. Este salário médio foi ajustado para os anos posteriores mediante a utilização dos índices ponderados do custo da vida (tôdas as despesas) nos municípios das capitais. O ajustamento para 1947, por não dispormos de outras informações, foi feito com base no índice do custo da vida no Distrito Federal publicado por *Conjuntura Econômica*.

3. Em relação aos demais ramos de atividade, utilizamos igual processo de ajustamento, variando, porém, a remuneração básica (1948) da seguinte forma:

a) empregadores com função nas empresas da Indústria Extrativa de Produtos Minerais e na Indústria de Transforma-

(19) Comércio de imóveis, valores mobiliários, seguros e capitalização (incluído em nossa estimativa sob a designação de *Intermediários Financeiros*) ; atividades sociais (adicionado aos Serviços) e comunicações e transportes.

ção, remuneração média dos segurados do I. A. P. I., com ordenados superiores a Cr\$ 24.000,00 anuais.

b) empregadores com função nas empresas do ramo Intermediários Financeiros, remuneração média dos segurados do I. A. P. B., que recebem ordenados acima de Cr\$ 24.000,00 por ano.

CAPÍTULO V

LUCRO

A nossa estimativa para 1952, em virtude da falta de novos dados, baseou-se nas proporções verificadas, em 1951, entre a parcela correspondente a lucros e o montante da Renda Nacional. A distribuição pelas Unidades Federadas foi feita segundo as percentagens observadas em 1951.

Os dados relativos aos demais anos são oriundos da Divisão do Impôsto de Renda.

Este item nos parece grandemente subestimado. Cabem aqui, portanto, as mesmas observações constantes das publicações anteriores (20).

Verificou-se, porém, um aumento de 54% no montante de lucros taxados em 1952 em relação ao total do ano anterior. As informações que recebemos da direção da Divisão do Impôsto de Renda apontam a melhoria dos serviços de fiscalização daquele órgão como principal responsável por esse fato.

(20) *Revista Brasileira de Economia*, ano V, número 3, págs. 98-100, e ano VI, número 4, págs. 57.

CAPÍTULO VI

JUROS

A nossa estimativa para 1952 foi feita adotando-se critério idêntico ao seguido quando da estimativa de lucro.

Com referência aos demais anos, os dados são oriundos da Divisão do Impôsto de Renda, sendo de notar que, em nossa estimativa por Unidade Federada, para os anos de 1947 e 1949, utilizamos processos idênticos aos anteriormente seguidos para a estimativa dos montantes nacionais (21).

CAPÍTULO VII

ALUGUEIS

Podemos repetir aqui as observações feitas nas publicações anteriores (22). A estimativa por Unidade da Federação, feita agora para todo o período considerado, não inclui as correções de dados obtidos através do impôsto predial, como ocorreu na estimativa anteriormente publicada (totais nacionais) para o triênio 1947/1949 (23). Este processo só poderia ser recomendado, desta vez, e em princípio, para o Distrito Federal. Não foi aplicado, entretanto, por parecer desnecessário em face dos resultados apresentados.

(22) *Revista Brasileira de Economia*, ano V, número 3, págs. 104-106, e ano VI, número 4, págs. 58-60.

(23) *Op. cit.*, ano VI, número 4, págs. 58-60.

CAPÍTULO VIII

AGRICULTURA — 1947/1952

Os trabalhos ora apresentados compreendem uma nova estimativa da Renda do período 1947/1949, de forma a apresentá-la por Unidade Federada, e a estimativa para 1952. De um modo geral, foram utilizados os mesmos critérios adotados em nossas estimativas anteriores. Há, todavia, algumas mudanças que indicamos a seguir.

SEÇÃO I

ESTIMATIVA DO PRODUTO BRUTO

A — PRODUÇÃO ANIMAL — CAÇA — PESCA

Na produção animal a única variação de critério ocorreu na estimativa da Renda do ramo no ano de 1952. Quando da elaboração das nossas estimativas, os dados da pesca para o referido ano ainda não haviam sido totalmente levantados pelo Serviço de Estatística da Produção. Conseguimos obter, entretanto, os algarismos representativos da produção de pesca em 1952 para os Estados de Alagoas e Rio de Janeiro. Eliminamos, então, o valor desses dois Estados na série de pesca para 1947/1951 e, através de um ajustamento, extrapolamos a série obtida após esta eliminação. Esta extração nos permitiu a obtenção de um dado global para 1952 (dado que exceta, evidentemente, o valor da pesca nos Estados já referidos). A redistribuição deste valor por Unidade Federada foi levada a efeito tomando-se como base as proporções médias com que cada Unidade Federada participa do valor da produção total no período 1947/1951.

B — CÁLCULO DO VALOR DA PRODUÇÃO FLORESTAL

A produção florestal compreende as produções de madeira, lenha e carvão vegetal. A estimativa não inclui o valor dos dormentes produzidos, por termos constatado que a produção dos mesmos, quer na classificação censitária, quer na das Nações Unidas, faz parte da atividade industrial (ramo da indústria da madeira).

A estimativa não encerra maiores dificuldades para o biênio 1947-1948, pois os dados constam de levantamentos oficiais (SEP). Há, todavia, uma carência muito grande de dados a partir de 1949. Conseguimos, na única fonte de informações conhecida, o Serviço de Estatística da Produção, dados esparsos para o período 1949-1951. Tratamos, então, de construir, com base em informações de alguns Estados (notadamente Minas Gerais e Paraná), uma série que nos permitisse extrapolar um valor teórico que representasse 1952 e, ao mesmo tempo, constituísse uma fração ponderável do valor da produção total, de molde a inferir valores nacionais (série "fundamental"). Desdobramos o cálculo em estimativas particulares a cada uma das produções já assinaladas no parágrafo inicial.

a) VALOR DA PRODUÇÃO DA MADEIRA

O cálculo teve como base a série do valor da madeira produzida em 1946-51 nos Estados do Pará, Minas Gerais e Paraná.

Mesmo na formação desta série "fundamental" tivemos que contornar algumas dificuldades, a saber:

1. A ausência de dados para os três Estados em causa em 1952.
2. A ausência de dado para Minas Gerais em 1951.
3. A ausência de dado para o Paraná em 1949.

Para completar a série fundamental, fizemos os seguintes cálculos:

1. Para o Paraná, em 1949, consideramos um dado médio calculado em função dos dados adjacentes.
2. Para Minas, o dado de 1951 foi calculado por extração, ajustando-se os valores observados (1946/50) segundo a forma $y = a + bx$.

3. Para os três Estados, uma vez preenchidas as lacunas existentes para Minas e Paraná, na forma indicada em 1 e 2, calculamos um valor por extrapolação. Partimos da série 1946-1951 que foi ajustada segundo uma parábola. Os valores relativos a cada um dos três Estados foram calculados tomando-se como critério a média das relações que os mesmos guardavam entre si no período 1946-1951.

Uma vez calculada a série "fundamental", tratamos de calcular um algarismo representativo do valor da produção nacional de madeiras para o período 1949-1952. Para tanto, examinamos a composição percentual do valor dessa produção por Estado, relativamente ao valor nacional no período 1946-1948 (período para o qual há estatísticas oficiais publicadas), calculando a seguir médias dessas percentagens, para cada Estado (com o fim de atenuar as irregularidades), que — consideradas constantes — foram tomadas como representativas da participação de cada Estado na composição do valor nacional para o período 1949-1952. Com base nessas percentagens, verificamos a importância relativa dos Estados do Pará, Minas e Paraná, no valor total (35,9%). Conjugamos as percentagens referentes a êsses três Estados com a série "fundamental", a fim de inferirmos o valor nacional para o período 1949-1952, procedendo, a seguir, à redistribuição por Unidade Federada.

b) VALOR DA PRODUÇÃO DA LENHA

Relativamente à lenha, utilizamos um processo semelhante, considerando dados dos Estados de Minas Gerais e Paraná na formação da série fundamental.

Foi necessário completar a série "fundamental", interpolando o valor do Paraná em 1949 (média dos anos adjacentes), extrapolando o dado de 1951 para Minas Gerais, e de ambos os Estados para 1952 (extrapolação segundo a forma $y = a + bx$).

Anàlogamente ao realizado para as madeiras, calculamos as percentagens da participação de cada um dos Estados escolhidos na composição do valor total em 1946/1948, e fixamos a média dessas percentagens como representativa do período 1949-1952.

Verificamos que os dois Estados da série "fundamental" representaram 43,7% do valor da produção total. Assim, pois, com base na série "fundamental", estimamos esse valor total para o período 1949-1952. A redistribuição por Unidade Federada foi realizada de acordo com a percentagem média obtida para cada Estado.

c) CÁLCULO DO VALOR DO CARVÃO

Partindo, também, de informações referentes aos Estados de Minas e Paraná, e após haver estimado os valores para Minas em 1951-1952 e Paraná 1952 (em ambos os casos o critério utilizado foi a adoção da média do último triênio), chegamos a estabelecer a série "fundamental", calculando os valores nacionais para o período 1949-1952. Esses valores foram distribuídos pelas Unidades Federadas de modo idêntico ao efetuado em a e b (Minas e Paraná representando 34,3% do valor da produção nacional).

SEÇÃO II

ESTIMATIVA DO PRODUTO LÍQUIDO NA AGRICULTURA CONSUMO INTERMEDIÁRIO

A — CONSIDERAÇÕES GERAIS

A natureza das estatísticas existentes obriga-nos a uma estimativa das despesas chamadas de consumo intermediário, para efeito do cálculo da renda líquida na Agricultura. A falta quase absoluta de informações sobre custo de produção nesse setor torna a estimativa extremamente difícil. Trata-se de estimar o montante de certas despesas que a agricultura realiza sob a forma de compras aos demais setores da atividade econômica, e outras que, embora não dando origem a uma transação em moeda, representam, na realidade, um custo. Desta maneira, consideramos em nosso cálculo o custo do adubo, o valor das sementes utilizadas, as despesas com inseticidas (defesa sanitária), o custo da alimentação dos rebanhos e o custo de uso do equipamento (manutenção, combustível e depreciação).

B — AS FONTES UTILIZADAS

Foram as seguintes as fontes utilizadas:

1. Relatório preparado para a E. R. N. por um agrônomo do Ministério da Agricultura. Este relatório estima custos intermediários na lavoura e refere-se ao ano de 1949.
2. O artigo "Custo da Produção em São Paulo", publicado no número de abril de 1952 da revista *Agricultura em São Paulo*, que é editada pela Subdivisão de Economia Rural do mesmo Estado.
3. As estatísticas da superfície cultivada, do volume físico e do valor da produção, publicadas pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura.
4. As estatísticas do comércio exterior (importação) do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda.
5. Um quadro retirado do trabalho do Instituto Brasileiro de Economia intitulado "Estimativa das Reservas para Depreciação" e que diz respeito ao custo de uso do equipamento.
6. Dados fornecidos pelo Sindicato de Adubos e Colas do Estado de São Paulo.
7. Revistas e publicações especializadas. Além disso, mantivemos entendimentos verbais com agrônomos da Divisão de Economia Rural do Ministério da Agricultura e, muito especialmente, com agrônomos da Subdivisão de Economia Rural, da Secretaria da Agricultura, do Estado de São Paulo.

C — DESCRIÇÃO DA ESTIMATIVA

I. *Consumo de Adubos*

A estimativa se refere únicamente aos adubos químicos. A exclusão dos adubos de origem animal e dos adubos verdes decorre do fato de que êstes não são contabilizados. Uma estimativa a êsse respeito seria muito precária.

A estimativa se desdobra em dois itens: importação e produção.

A hipótese de trabalho utilizada é a de que, de um modo geral, não há formação de estoques. Por conseguinte, a produção anual mais a importação correspondem ao consumo nacional. Há

apenas que considerar, como exceção, segundo informações dos meios autorizados, uma certa estocagem em 1951/1952.

Dêsse modo, apenas o cálculo do valor da produção nacional é que exige maiores explicações. Consideramos a produção física de 1952 (23 857 t) como uma constante ao longo do período considerado, o que equivale a dizer que fizemos retroceder este algarismo até 1947. Quanto aos preços, consideramo-los variáveis, identificando-os aos preços médios da tonelada importada de superfosfato, em cada ano do período em foco. O valor assim obtido foi, portanto, adicionado ao da importação. Relativamente aos valores da importação cumpre-nos assinalar, tão somente, que para o período 1951/1952 tomamos a média do biênio, a fim de eliminar os efeitos da formação de estoques a que já aludimos.

II. Cálculo das Sementes

O valor das sementes consumidas pela agricultura foi calculado para os seguintes produtos: algodão, amendoim, arroz, batatinha, cacau, café, cana de açúcar, feijão, mamona, milho, tomate e trigo, que representaram no período considerado, isto é, 1947/1952, respectivamente, 82,8%, 83,6%, 83,6%, 85,4%, 85,4% e 78% do valor da produção dos 29 produtos considerados nas estatísticas do Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

Para os produtos restantes não dispusemos de elementos que nos permitissem calcular, mesmo aproximadamente, o consumo de sementes e mudas. São elas: abacaxi, alfafa, aveia, banana, batata doce, cebola, centeio, cevada, chá da Índia, côco da Bahia, fava, fumo, laranja, mandioca, tungue e uva.

O cálculo desdobrou-se em dois, segundo o volume e a qualidade das informações que pudemos obter.

Em primeiro lugar, relacionamos os produtos para os quais dispúnhamos de dados e informações, que permitissem calcular diretamente o valor das sementes com base nas quantidades médias utilizadas pelos agricultores aos preços do produtor (dados do SEP). São elas:

A cana de açúcar, o milho, o amendoim, feijão e mamona. Para os dois primeiros utilizamos como fontes a *Cultura da Cana de Açúcar* e a *Cultura do Milho*, ambos da autoria do

sr. J. C. FERREIRA FILHO, e mais dados das publicações do Serviço de Informação Agrícola, do Ministério da Agricultura.

No que respeita às outras três culturas, utilizamos, como base do cálculo, as publicações do Serviço de Informação Agrícola e dados sobre as principais culturas e hortaliças, que nos foram fornecidos pelo agrônomo ROMOLO CAVINA.

Em segundo lugar, relacionamos os produtos restantes, para os quais as informações, não sendo nem muito precisas nem homogêneas, não permitiram mais que um cálculo aproximado e indireto. Tivemos que proceder a uma série de estimativas a fim de estender resultados regionais ao total do país. Os produtos considerados nesta segunda parte do cálculo são: algodão, arroz, café, trigo e tomate.

a) ALGODÃO

Para o algodão a estimativa desdobrou-se em duas outras. A primeira foi realizada para São Paulo onde, em função do monopólio que a Secretaria da Agricultura do Estado exerce sobre a venda de sementes, pudemos obter informações precisas a respeito de preços a partir de 1949 (*A Agricultura em São Paulo — Boletim da Subdivisão de Economia Rural*, abril de 1952, e "Revista do Mercado", n.º 9, maio de 1951, págs. 110). Para obtermos os preços do biênio 1947-1948, a ausência de melhores dados nos levou a relacionar os preços conhecidos das sementes ao preço do caroço de algodão que é dado nas séries do SEP, procedimento que supõe a existência de uma correlação entre o preço da semente e o do caroço de algodão. Relativamente às quantidades, tomamos um dado médio para o Estado de São Paulo de 30 quilogramas por hectare, após consulta verbal aos técnicos da Subdivisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura desse Estado.

Para as demais Unidades Federadas, o cálculo foi feito na base das relações encontradas para São Paulo entre o preço da semente e o preço do caroço de algodão, posto que para este último dado, através do SEP, pode-se obter informações para todas as Unidades Federadas.

No que concerne às quantidades, na falta de informações e de melhor critério, utilizamos a mesma quantidade média aplicada para São Paulo, isto é, 30 quilogramas por hectare.

b) ARROZ

No cálculo das sementes utilizadas na cultura do arroz, valemo-nos de dados referentes aos Estados do Rio Grande do Sul (*Estimativa do custo de uma quadra de Arroz 1944/50* — “Anuário Estatístico do Arroz” — IRGA — 1951, págs. 83) e São Paulo (*A Agricultura em São Paulo — Boletim da Subdivisão de Economia Rural*, ano II, número 4, abril de 1952, págs. 17). De posse destas informações, relacionamos o custo das sementes ao valor da produção nesses Estados. Para as demais Unidades Federadas, adotamos processo análogo, mas com base nos dados de valor do SEP e nas quantidades assinaladas em publicação do Serviço de Informação Agrícola (*Cultura do arroz* — AMÉRICO DE MIRANDA LUDOLF, Min. da Agricultura).

c) BATATINHA

Cálculo efetuado para 1947/1949, com base no relatório a que nos referimos quando enunciarmos as fontes utilizadas. O citado relatório consigna o valor em cruzeiros das despesas por hectare para os Estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e o conjunto dos demais Estados. Na falta de melhores informações para os anos seguintes, isto é, 1950/1952, não tivemos outra alternativa que a repetição do dado referente ao último ano. Em consequência, para os anos de 1950/1952 o custo varia apenas em função da área cultivada.

d) CACAU

Para o cacau, consideramos no cálculo, únicamente, o acréscimo do número de pés frutificando, por se tratar de uma cultura permanente. Não existem — ou se existem não são de nosso conhecimento — séries estatísticas referentes ao número de plantas adicionais em cada ano. Ainda como hipótese de trabalho, estabelecemos a correspondência de uma semente para um cacauero e que uma tonelada se traduz em 30 mil frutos aproximadamente (24).

(24) *Cultura, tratamento e preparo do Cacau*, S.I.A., 1951 — Gregório Bondar — O SEP nos forneceu o preço médio da tonelada produzida utilizado no cálculo.

e) CAFÉ

A estimativa da quantidade de sementes utilizadas foi baseada nos elementos contidos na publicação do S. I. A., de autoria de J. C. FERREIRA FILHO. Quanto aos preços valemo-nos das cotações publicadas no "Boletim da Bôlsa de Mercadorias de São Paulo". A exemplo do que fizemos para o cacau, por se tratar de uma cultura permanente, consideramos — na falta de outros dados — o critério de contabilizar únicamente os pés adicionais frutificando.

f) TOMATE

Para o tomate, as despesas aqui consideradas se referem aos Estados de Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, principais Estados produtores, para os quais uma semelhança de produtividade física do solo permite supor, talvez, uma identidade de técnicas agrícolas. Generalizamos, então, os dados disponíveis para São Paulo. Nos Boletins da Bôlsa de Mercadorias de São Paulo vamos encontrar referências a quantidades e preços em 1949/1950, dados êsses que estendemos a todo o período, na falta de melhores informações.

g) TRIGO

As despesas com sementes na cultura do trigo foram calculadas com muita dificuldade, em bases precárias, por tratar-se de uma cultura em expansão, e cuja importância em nossa balança de pagamentos a transforma em objeto de cuidado e de propaganda dos meios oficiais. No Serviço de Expansão do Trigo, fomos informados de que os preços variam amplamente. Em certos casos, quando as sementes são fornecidas pelo Serviço em questão, o custo para o agricultor é nulo. Quando são compradas a outro agricultor ou empresa agrícola, o preço pode ascender a aproximadamente mil cruzeiros por saco de 60 quilos. Fomos aconselhados — diante da necessidade de imputar um custo mesmo às sementes fornecidas gratuitamente — a adicionar ao preço do grão, por Unidade Federada, uma percentagem fixa de 38% que corresponde ao custo de seleção das sementes. A publicação oficial do S. I. A., *Cultura do Trigo*, trabalho de autoria do Sr.

J. C. FERREIRA FILHO, nos indicou um algarismo médio das quantidades utilizadas por hectare.

III. *As Despesas com Inseticidas*

Esta estimativa, na falta de melhores informações, baseou-se no relatório a que nos referimos no item I das fontes utilizadas. O referido relatório não informa sobre a totalidade dos produtos da lavoura, abrangendo apenas 14 produtos, os quais representam, entretanto, em média, 95% da área cultivada e outro tanto do valor da produção. O relatório informa, de um modo geral, sobre a percentagem da área defendida, para cada produto, relativamente à área cultivada total dos mesmos, em 1949. Informa ainda sobre o custo dessas operações (custos estimados) também em 1949, dando, quando possível, a variação para os anos anteriores. Em relação à área defendida, consideramo-la constante para todo o período focalizado em nossa estimativa. Quanto ao custo do inseticida, nos casos em que não nos foi possível usar os dados acima referidos, fixamos empiricamente as variações. Assim, pois, para 1950/1951, recorremos a dados constantes de quadro de preços de inseticidas usados nas culturas do algodão, milho, arroz e café em São Paulo, segundo publicação já mencionada, da Subdivisão de Economia Rural, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, que compreende as safras 1948/1949 e 1950/1951. Dêsse modo, as variações dessa despesa intermediária no período de 1947/1952 resultam:

1. Das variações das áreas cultivadas;
2. Das variações do custo dos inseticidas.

IV. *O Custo de Uso do Equipamento*

Essa estimativa comprehende o equipamento utilizado na lavoura e na produção extrativa vegetal.

a) LAVOURA

Para a lavoura, como ponto de partida, utilizamos um quadro de "Custo de uso do equipamento" publicado no trabalho "Estimativa das reservas para depreciação em 1947/1951" do Ins-

tituto Brasileiro de Economia. Tivemos, todavia, que converter os custos de alqueire em custo de hectare, e eliminar os juros.

A eliminação dos juros foi realizada graças a um quadro do "Custo de produção em São Paulo" (25) que nos informa da composição do "custo de um dia de serviço". Vimos quais eram as relações percentuais entre juros e o custo total, e transportamos essas relações para o domínio dos custos por superfície. Para os tratores, por falta de informações, arbitramos os juros em 8%. Essa taxa corresponde à média aritmética dos juros de grades, riscadores, pulverizadores, etc.

Como o trabalho de base dessa estimativa, "Custo de produção em São Paulo", considera apenas 4 produtos, estimamos o custo de uso do equipamento a partir dessas 4 culturas para São Paulo e Sul do país (na suposição da mesma técnica agrícola em toda a região sul) e para as demais regiões na base de 3/4 desse dado. No tocante às demais culturas, estimamos o custo como sendo a média aritmética simples dos custos (excluindo os tratores) encontrados, na forma acima referida, para as culturas do arroz, milho e algodão nos demais Estados.

Para efeito da estimativa dos custos globais, usamos os dados referentes ao total da área cultivada fornecido pelo SEP. Cabe acentuar que, no caso das lavouras perenes, consideramos unicamente os acréscimos de áreas.

b) PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL

O censo industrial de 1950 contém dados sobre o montante gasto com combustíveis e lubrificantes na indústria extrativa, e bem assim sobre o valor do capital fixo. Aplicamos a esse capital fixo uma taxa de depreciação de 6,5%, dado de balanço de sociedades anônimas da indústria extrativa vegetal. Somando os dois montantes de combustíveis e depreciação, verificamos quanto representam relativamente ao valor da produção extrativa vegetal (dado do censo). Aplicamos essa relação aos nossos dados do valor da produção extrativa no período 1947/1952.

(25) Revista *Agricultura em São Paulo*, abril de 1952, Subdivisão de Economia Rural do Estado de São Paulo.

Estimativa da Renda Nacional por Ramo de Atividade

1947-1952

Os resultados ora apresentados representam, na verdade, tão-somente uma tentativa de distribuição da estimativa da Renda ao Custo dos Fatores, da Equipe da Renda Nacional, pelos ramos de atividade em que se originam as parcelas componentes desse total.

As dificuldades existentes para uma estimativa razoavelmente boa consistem, essencialmente, na falta de dados estatísticos correntes, relativos à distribuição dos lucros e juros por ramo de atividade, e às limitações que os dados até agora conhecidos dos Censos Econômicos de 1950 ainda impõem. Assim é que as tentativas feitas pela Equipe da Renda Nacional com base nesses dados deixaram-nos a convicção da necessidade de novas informações, a fim de chegarmos a resultados mais satisfatórios. Esperamos que as próximas publicações do Serviço Nacional do Recenseamento, a respeito dos mencionados censos, e bem assim as "demarches" que vimos mantendo junto a alguns órgãos de estatística da administração pública nos dêem acesso brevemente a informações complementares indispensáveis.

Nestas condições, a tarefa fundamental a que nos propusemos compreendeu a distribuição, por setor de origem, dos totais que havíamos estimado ao Custo dos Fatores. Postos de lado os montantes referentes à Agricultura, aos Aluguéis e ao Governo, já especificados nas estimativas divulgadas anteriormente, supusemos que as parcelas restantes (remuneração do trabalho — exceto Governo — lucro e juros) representam, em conjunto, a Renda Líquida dos ramos Comércio, Indústria, Serviços, Transportes e Comunicações e Intermediários Financeiros. O item

remuneração do trabalho já foi calculado, como divulgado, por ramo de atividade. A distribuição preliminar por êsses ramos dependeria, pois, tão-somente, da determinação da posição relativa dos salários e ordenados e da remuneração de trabalho dos empregadores com função nas emprêsas no período considerado. Tudo faz crer que tal posição relativa varia de ramo a ramo, e provavelmente varia também no tempo. Supondo, entretanto, que, pelo menos no que respeita aos grandes ramos, as variações sejam relativamente pequenas, resolvemos, para efeito de uma distribuição preliminar, como a que apresentamos, adotar uma percentagem uniforme, em cada Unidade da Federação, e para cada ano. De um modo geral (1), a percentagem representativa dos salários e ordenados e remuneração dos empregadores acima citados diminuiu entre 1947 e 1952, descendo, no conjunto do Brasil, de 76 para 69% da Renda Líquida, ao Custo de Fatores, dos ramos considerados. As diminuições mais sensíveis ocorreram no Distrito Federal (de 68 para 60%) e São Paulo (de 72 para 64%). Isto se deve à elevação da posição relativa dos lucros taxados pelo impôsto de renda, o que decorre, em boa parte, ou talvez na totalidade, da melhoria do aparelhamento arrecadador dêste impôsto.

(1) Exceção apenas dos Estados de Alagoas e Sergipe.

Estimativa do Investimento Bruto e Líquido no Brasil

CAPÍTULO I

INVESTIMENTO PÚBLICO BRUTO

1952

SEÇÃO I

INVESTIMENTO DO GOVÉRNO FEDERAL

A estimativa dos investimentos do Govêrno Federal, em 1952, baseia-se em duas fontes: nos Balanços Gerais da União, relativos ao exercício de 1952 (vol. II) e em dados oriundos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

A — CONSTRUÇÕES

Dos dados obtidos no D.N.E.R., tomamos os seguintes itens: Construção, Obras de arte especiais, Pavimentação, Melhoramentos, Conservação, Veículos e Equipamentos, Estudos e projetos. Subtraímos daí as contribuições estaduais que figuram nos orçamentos dos Estados e adicionamos as dotações da União à Comissão do Vale do São Francisco (Verba 3 — Dispositivos Constitucionais — Balanços Gerais da União), ao Ministério da Viação e Obras Públicas (Verba 3 — Dispositivos Constitucionais — idem, idem) e ao Ministério da Justiça e Negócios Interniores (Verba 4 — Dispositivos Constitucionais — idem, idem). A fim de evitar duplicações, as dotações orçamentárias ao D.N.E.R. e ao D.N.O.C.S., consignadas no Ministério da Viação e Obras Públicas, não foram incluídas.

O cálculo dos itens 2, 3, 4, 5 e 6 do quadro baseou-se exclusivamente em dados dos Balanços Gerais da União, dos quais retiramos parcelas da Verba 4 principalmente, e algumas vezes da Verba 3 e dos Créditos Adicionais.

Da Verba 4, fizemos uso das consignações: II — Obras Isoladas; III — Conjunto de Obras; VI — Dispositivos Constitucionais; VII — Plano SALTE; VIII — Despesas Especiais.

Verba 3 — Consignações: III — Serviços em Regime Especial de Financiamento; VII — Dispositivos Constitucionais; VIII — Plano SALTE.

B — EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES

Deixamos de considerar o equipamento rodoviário em separado, pelo fato de não termos podido distinguir no montante das contribuições estaduais o que se refere a equipamentos.

Nos itens: Ferrovias, açudes, barragens, etc., Portos, canais, dragagem, etc. (1, 2 e 3, respectivamente), conseguimos distinguir as despesas com equipamento e instalações. Estas acham-se nos Balanços Gerais da União, Ministério da Viação e Obras Públicas, Verba 4, consignações: III — Conjunto de Obras; IV — Equipamentos; VI — Dispositivos Constitucionais; VII — Plano SALTE.

Quanto ao item 4 — Equipamento Agrícola — tomamos, na Verba 2, Consignação II (Material Permanente), as subconsignações 01 — Animais destinados a trabalho, produção, criação e outros fins, 04 — Máquinas, motores e aparelhos e 05 — Ferramentas e utensílios, fazendo a suposição de que tais equipamentos sejam empregados diretamente na agricultura.

No que se refere ao item 5 — Indústria Petrolífera — os Balanços da União prestam esclarecimento insuficiente quanto à destinação das verbas, entretanto a importância que consideramos destina-se à Refinaria de Cubatão, levando-nos a supor que muito provavelmente foi empregada em despesas com equipamento e instalações.

No item 6, tomamos a Verba 2, Consignação II, com algumas pequenas exceções, deduzidas, naturalmente, as parcelas consideradas no item 4.

O item 7 — Outros — contém todas as despesas com equipamentos e instalações, que não se enquadram nos precedentes.

C — ESTUDOS, PROJETOS, PROSPECÇÃO, SERVIÇOS DE SONDAGEM E ESTUDOS DE JAZIDAS MINERAIS, ETC.

Contrariamente às estimativas para os anos anteriores (1947/1951), consideramos esse tipo de despesas em título à par-

te, porquanto, em alguns casos, não se pode afirmar com segurança que se assimilem às construções e em outros, nada tem a ver com as mesmas, conforme se pode deduzir dos títulos acima.

SEÇÃO II

INVESTIMENTO BRUTO DOS GOVERNOS ESTADUAIS

Em linhas gerais, os critérios adotados na estimativa dos investimentos dos Governos Estaduais não diferem daqueles adotados no plano federal. Entretanto, os primeiros foram baseados nos orçamentos estaduais e o que nos levou a assim proceder foi a falta de detalhes dos balanços, nos quais as despesas figuram muito englobadas, dificultando ou impossibilitando a necessária seleção de dados.

Pelo fato de haverem sido utilizados orçamentos e não balanços, o resultado apresenta-se subestimado. A parte referente às Rodovias, por exemplo, talvez seja de todas a mais subestimada, pois não dispondo ainda dos balanços dos D. E. E. R., tomamos apenas as contribuições estaduais consignadas nos orçamentos. Procuramos, tanto quanto possível, obedecer à classificação, por tipo de investimento, adotada no plano federal, entretanto isso foi algumas vezes impossível, pois até mesmo os orçamentos são pouco detalhados. Assim, o item "Outras Construções" apresenta-se muito sobrecarregado, pois, além das despesas que figurariam ali normalmente, ainda há aquelas que não puderam ser desdobradas. Note-se que o Distrito Federal muito contribui para o acúmulo nesse item; isso se explica pelo fato de que os investimentos realizados no Distrito Federal assumem características nitidamente municipais, ou melhor, urbanas, que não se enquadram nos demais itens.

SEÇÃO III

INVESTIMENTOS DOS GOVERNOS MUNICIPAIS

Na impossibilidade de obter dados seguros e, muito menos, detalhados, estimamos apenas 2 itens: construções e equipamento. Para isso, adotamos os critérios seguintes: estimamos, na base dos orçamentos das capitais, os montantes correspondentes a Material Permanente e Diversos, dos Serviços de Utilidade Públí-

ca, que somados devem englobar os itens mais representativos do montante de Construções. Do mesmo modo, estimamos as despesas com Material Permanente, tomando-as como representativas dos investimentos municipais em Equipamentos.

CAPÍTULO II

INVESTIMENTO PRIVADO EM EQUIPAMENTO

INVESTIMENTO PRIVADO EM EQUIPAMENTO
Cr\$ 1.000.000

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Produção Nacional.....	4 728	5 447	6 261	7 243	8 523	10 355
Mais: importações.....	7 354	6 631	7 301	8 747	13 516	15 353
Menos: compras do Governo (*)	1 009	1 147	1 385	1 563	1 358	1 873
Mais: investimento em táxis	826	1 076	1 354	1 740	1 840	1 715
TOTAL.....	11 899	11 977	13 531	16 167	22 521	25 550

(*) De 1947 a 1951 apenas compras do Governo Federal.

SEÇÃO I

INVESTIMENTO EM EQUIPAMENTO IMPORTADO

A estimativa do valor dos equipamentos importados compreende o valor C. I. F. desses equipamentos acrescidos do montante correspondente à margem de comércio (1). Feitas pequenas correções nos cálculos referentes aos dados anteriormente publicados, obtivemos os seguintes resultados:

(1) *Revista Brasileira de Economia*, Ano VI, n.º 4, pág. 134.

Cr\$ 1.000.000

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Valores C.I.F.....	5 308	4 830	5 342	6 400	9 890	11 234
Mais: Margem de Comércio.....	1 946	1 771	1 959	2 347	3 626	4 119
T O T A L.....	7 354	6 601	7 301	8 747	13 516	15 353

SEÇÃO II

COMPRAS DO GOVÉRNO E INVESTIMENTO EM TÁXIS

Para efeito da estimativa do investimento privado em equipamento, os dados referentes à produção nacional e à importação de equipamentos devem ser diminuídos do montante correspondente às compras de equipamentos por parte do Governo e acrescidos do investimento em táxis.

A estimativa para 1952 das compras do Governo inclui as despesas da União (dados de Balanço), Estados e Municípios (dados de Orçamento) com aquisição de equipamentos e instalações. Relativamente aos anos anteriores véde *Revista Brasileira de Economia*, Ano VI, n.º 4, págs. 134.

COMPRAS DO GOVÉRNO
1947 — 1952

A N O	Cr\$ 1.000.000
1947	1 009
1948	1 147
1949	1 385
1950	1 563
1951	1 358
1952	1 873(*)

(*) Estimativa da Equipe da Renda Nacional

INVESTIMENTO EM VEÍCULOS A MOTOR PARA TRANSPORTE COMERCIAL DE PASSAGEIROS

A N O	T Á X I S			
	Aumento Líquido do Número	Investimento Líquido	Depreciação	Investimento Bruto
		Cr\$ 1.000.000		
1947	6 000	256	579	826
1948	5 700	386	690	1 076
1949	5 300	364	990	1 354
1950	6 000	600	1 140	1 740
1951	4 400	440	1 400	1 840
1952	4 500	315	1 400	1 715

CAPÍTULO III

VARIACÕES DOS ESTOQUES

O cálculo das variações nos estoques foi feito de maneira idêntica à explicada nas páginas 139/144 da *Revista Brasileira de Economia* de dezembro de 1952. Apenas, no tocante ao deflacionamento dos valores, foram utilizados, desta vez, os índices de preço por atacado elaborados pelo Serviço de Estatística e Econometria em lugar dos índices de *Conjuntura Econômica*, procedendo-se aos mesmos ajustes, i.e., eliminação do café e algodão a fim de que houvesse, tanto quanto possível, homogeneidade entre as mercadorias componentes dos estoques industriais e comerciais e as mercadorias utilizadas na confecção do índice.

Incluímos, outrossim, as variações dos estoques de açúcar, que não apareciam na estimativa publicada anteriormente.

Quanto às variações dos estoques de café, utilizamos os dados da posição estatística em 31 de dezembro de cada ano, conforme aparecem nos boletins do Instituto Brasileiro do Café.

VARIAÇÃO TOTAL DOS ESTOQUES
Cr\$ 1.000.000 — 1947-1952

ANO	Café	Algodão	Açúcar	Indústria	Comércio	Agri-cultura	TOTAL
1947	- 1 145 *)	- 800	+ 439	+ 1 032	- 28	+ 764	+ 262
1948	- 1 760 *)	- 1 020	- 318	- 294	- 284	+ 2 183	- 1 493
1949	-- 302	+ 1 559	- 6	+ 603	+ 117	+ 2 083	+ 4 054
1950	- 179	+ 950	- 28	- 1 857	- 16	+ 1 25	+ 122
1951	- 998	+ 430	+ 66	+ 2 631	+ 247	+ 2 053	+ 4 429
1952	+ 115	+ 6 439	+ 479	- 1 524	- 434	+ 4 505	+ 9 580

(*) Estimativa constante da publicação anterior. Vede *Revista Brasileira de Economia*, Ano 6, n.º 4, página 140.

A — AGRICULTURA

Não foram calculados desta vez, por falta de informações suficientes, os investimentos nas plantações de café. Quanto à variação dos rebanhos, não houve modificações de critério. Foram revistos, entretanto, alguns cálculos anteriormente divulgados.

VARIAÇÃO DOS REBANHOS
Cr\$ 1.000.000

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Animais de corte.....	694	1 838	1 996	1 272	1 853	4 018
Animais de serviço.....	70	345	21	- 33	184	390
Aves.....	66	13	16	100
T O T A L.....	764	2 183	2 083	1 252	2 053	4 505

B — COMÉRCIO

VALOR TOTAL DOS ESTOQUES DO COMÉRCIO (*)
Cr\$ 1.000.000

1946	4 658
1947	4 863
1948	5 017
1949	5 385 (**)
1950	5 423 (**)
1951	6 700 (**)
1952	6 294 (***)

(*) Excluindo café e algodão.

(**) Estimada parcialmente, em virtude da mudança que, a partir de 1949, se operou na lista das mercadorias sujeitas à declaração.

(***) Valor do estoque declarado em 31 de maio de 1952.

VARIAÇÃO DOS ESTOQUES NO COMÉRCIO (*)
Cr\$ 1.000.000

Variações no valor $(Q_2 P_2 - Q_1 P_1)$	Correção para variação dos preços $Q_1 P_1 \left(\frac{P_2}{P_1} - 100 \right)$	Valor líquido das variações
1947	205	- 28
1948	154	- 284
1949	368	117
1950	38	- 16
1951	1 277	247
1952 (**)	638	- 434

(*) Excluindo café e algodão.

(**) Variação do valor em 1952 é de 31-5-51 para 31-5-52.

C — INDÚSTRIA

VALOR TOTAL DOS ESTOQUES INDUSTRIALIS
Cr\$ 1.000.000

1946	1 264
1947	1 684
1948	1 754
1949	2 113
1950	1 769
1951	3 000
1952 (*)	2 792

(*) Valor do estoque declarado em 31-5-52.

VARIACOES DOS ESTOQUES INDUSTRIALIS
Cr\$ 1.000.000

A N O	CAPITAIS DOS ESTADOS E D. FEDERAL			BRASIL
	Variações em valor $(Q_2 P_2 - Q_1 P_1)$	Correção para variações dos preços $Q_1 P_1 \left(\frac{P_2}{P_1} - 100 \right)$	Total	
1947	420	- 76	344	1 032
1948	70	- 168	- 98	- 294
1949	259	- 158	201	603
1950	- 344	- 275	- 619	- 1 857
1951	1 231	- 354	877	2 631
1952 (*)	- 208	- 300	- 508	- 1 524

(*) Variação dos estoques entre 31-5-51 e 31-5-52.

CAPÍTULO IV

NOVAS CONSTRUÇÕES

A aplicação do método sugerido às páginas 150 da *Revista Brasileira de Economia*, baseado num trabalho do Prof. A. KAFKA, que foi utilizado pela Seção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda no estudo "Disponibilidade para Investimentos", produziu resultados contraditórios.

O coeficiente calculado (K_1) passou de 1,6 em 1951 para 3,1 em 1952. O resultado foi que a área construída no resto do Brasil, nas zonas urbanas e suburbanas, cresceu espantosamente, em relação aos anos anteriores. A causa disso foi que a área licenciada em Goiânia em 1952 havia sido 13,9 vezes maior que a área licenciada em 1951! É, portanto, perigoso aplicar-se tal coeficiente, pois, de um modo geral, houve queda nas áreas licenciadas nas capitais, de 1951 a 1952.

Tentamos o seguinte processo, que é tão arbitrário ou mais que o anterior:

1. Segundo fomos informados no Serviço Nacional de Recenseamento, poderíamos, aproximadamente, tomar o número de boletins de família como equivalente ao número de domicílios.

total de unidades prediais

$$\text{Calculamos a relação } K_0 = \frac{\text{total de unidades prediais}}{\text{número de domicílios}} > 1$$

com os dados do censo predial de 1940, excluindo a cidade de São Paulo e o Distrito Federal, a fim de evitarmos a influência das mesmas. Em seguida, aplicamos este coeficiente ao número aproximado de domicílios em 1950 (= número de boletins de família do Censo de 1950), excluindo o Distrito Federal e a cidade de São Paulo.

Nossa estimativa deve estar subestimada na medida em que o numerador da fração acima crescer mais depressa do que o denominador, uma vez que supusemos que de 1940 a 1950 os dois

$\frac{P}{D}$ térmos de $\frac{P}{D}$ (P = unidades prediais; D = domicílios) haviam

$\frac{P.a\%}{D.a\%}$

crescido na mesma taxa, $\frac{P.a\%}{D.a\%}$. Entretanto, se tiverem crescido

$\frac{P.a}{D.b}$ de maneira $\frac{P.a}{D.b}$, $a > b$, o coeficiente aumenta, ou seja, o nú-

mero de unidades prediais seria maior. O excesso ($K_0 - 1$) indica o número de unidades prediais que são utilizadas para fins não domiciliares.

Depois de estimado o número de unidades prediais em 1950, distribuímos os mesmos segundo a relação existente no Censo de 1940, pelas zonas urbanas, suburbanas e rurais.

2. Em seguida consideramos a relação entre unidades prediais em 1950 e a área licenciada nos diversos anos (1947 a 1952), nas capitais de menos de 150 mil habitantes em 1950, obtendo $Q_{47} \dots Q_{52}$, ou seja fixamos o numerador, variando apenas o denominador.

O número de unidades prediais nessas capitais foi estimado de maneira idêntica ao item 1.

Fizemos tal coisa na hipótese de que o resto do Brasil, i. e., a zona urbana e suburbana (exclusão das capitais), crescesse em ritmo semelhante àquelas 13 capitais de menos de 150 mil habitantes em 1950.

É bom notar que não nos foi possível separar, quando calculamos os Q , a parte referente à zona rural, porquanto não tínhamos uma discriminação por zonas das áreas licenciadas nas capitais. Isso causa um pequeno êrro no citado coeficiente.

Pode parecer estranho o fato de termos considerado as capitais de menos de 150 mil habitantes em 1950. O que nos interessava, porém, era evitar o que aconteceu na estimativa baseada no processo utilizado anteriormente, i. e., que nossa estimativa para o resto do Brasil fosse influenciada pela variação anormal da atividade de construção em uma das 5 capitais de menos de

50 mil habitantes em 1940. Usando as 13 capitais de menos de 150 mil habitantes em 1950, cremos obviar o problema, não só porque ficamos menos distanciados no tempo (1950 em vez de 1940), como também porque o maior número de capitais que serve de barômetro evita variações bruscas. Todavia, nota-se um fator surpreendente, i. e., um pequeno número dentre as 13 capitais têm um aumento maior do que o decréscimo das demais que são em maior número. Isso influencia para cima a nossa estimativa das construções nas zonas urbana e suburbana do resto do Brasil.

3. Do total das unidades prediais existentes no Brasil, exceto a cidade de São Paulo e o Distrito Federal em 1950 (P_1), subtraímos a soma das unidades prediais existentes nas capitais (P'_1), obtendo assim o número das unidades prediais para o resto do Brasil (P''_1). Para o cálculo das unidades prediais nas capitais utilizamos os métodos descritos nos itens 1 e 2.

4. Para estimarmos as áreas licenciadas no resto do Brasil (com exclusão da zona rural) utilizamos os diversos Q (item 2) : área licenciada no resto do Brasil em 1947 = n.º de unidades prediais no resto do Brasil em 1950 (P''_1) x Q₄₇.

5. De posse da estimativa acima podemos estimar as áreas efetivamente construídas correspondentes às áreas licenciadas (processo idêntico ao usado no trabalho do sr. P. VAN DER MEIREN).

Para finalizar é preciso frisar que não fizemos dedução das casas de madeira conforme se faz às págs. 150 do mencionado trabalho, devido à grande importância das mesmas.

Nossa estimativa de área construída abrange, portanto, as construções de madeira e de outra natureza.

A escassez de dados sobre preços faz-nos continuar com o mesmo processo utilizado pelo mencionado autor. Assim que recebemos respostas aos questionários que enviamos às prefeituras de 400 municípios, sobre área construída e preços do m² de área construída, poderemos melhorar nossas estimativas dos investimentos em construções.

VALOR DAS NOVAS CONSTRUÇÕES
Cr\$ 1.000.000

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949	1950	1951	1952
1. Distrito Federal.....	2 275	1 920	1 830	2 185	3 340	4 916
2. Capital de S. Paulo...	3 500	3 328	3 500	3 760	4 850	5 855
3. Capitais de outros Estados.....	1 370	1 640	1 780	1 880	2 340	2 944
4. Outras áreas.....	2 980	2 934	3 102	3 458	4 507	5 139
TOTAL.....	10 125	9 822	10 212	11 283	15 037	18 854

PERÍODO MÉDIO DE DURAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES
(Em meses)

ESPECIFICAÇÃO	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Distrito Federal.....	17	16	16	15	15	17
São Paulo (capital).....	14	14	13	13	15	15

ÁREA DAS NOVAS CONSTRUÇÕES
(Em 1.000 m²)

DISCRIMINAÇÃO	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Distrito Federal.....	1 340	1 070	940	1 070	1 500	2 273
São Paulo.....	2 500	2 240	2 220	2 280	2 660	2 948

CUSTO MÉDIO DAS CONSTRUÇÕES POR M²
(Em Cr\$)

DISCRIMINAÇÃO	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Distrito Federal.....	1 530	1 610	1 717	1 800	2 000	2 163
São Paulo.....	1 400	1 480	1 576	1 650	1 830	1 986

VALOR DAS NOVAS CONSTRUÇÕES NO DISTRITO FEDERAL E SÃO PAULO

ANOS	DISTRITO FEDERAL			SÃO PAULO		
	Área (em 1.000m ²)	Custo médio por m ² em Cr\$	Valor total em Cr\$ 1.000.000	Área (em 1.000m ²)	Custo médio por m ² em Cr\$	Valor total em Cr\$ 1.000.000
1947	1 340	1 530	2 275	2 500	1 400	3 500
1948	1 070	1 610	1 920	2 240	1 480	3 320
1949	940	1 717	1 830	2 220	1 576	3 500
1950	1 070	1 800	2 185	2 280	1 650	3 760
1951	1 500	2 000	3 340	2 660	1 830	4 850
1952	2 273	2 163	4 916	2 948	1 986	5 855

VALOR DAS NOVAS CONSTRUÇÕES NAS CAPITAIS DE OUTROS ESTADOS (*)

A N O S	Área (em 1.000 m ²)	Custo médio (em Cr\$ por m ²)	Valor total (Cr\$ 1.000.000)
1947	1 420	960	1 370
1948	1 620	1 010	1 640
1949	1 650	1 080	1 780
1950	1 660	1 130	1 880
1951	1 870	1 250	2 340
1952	2 200	1 361	2 994

(*) Exclusivo as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

VALOR DAS NOVAS CONSTRUÇÕES NAS OUTRAS ÁREAS

ANO	URBANAS E SUBURBANAS			RURAIS		TOTAL Cr\$ 1.000.000
	Área (em 1.000 m ²)	Custo médio em Cr\$ por m ²	Valor total em Cr\$ 1.000.000	Investi- mento de substi- tução (Cr\$ 1.000.000)	Novos Investi- mentos Cr\$ 1.000.000	
1947	2 800	800	1 600	1 140	240	2 980
1948	2 033	845	1 718	1 000	216	2 934
1949	2 056	900	1 850	1 030	222	3 100
1950	2 174	940	2 044	1 160	254	3 458
1951	2 574	1 040	2 677	1 500	330	4 507
1952	2 874	1 134	3 259	1 540	340	5 139

CONSTRUÇÕES NAS ÁREAS RURAIS
(Em Cr\$ 1.000.000)

DISCRIMINAÇÃO	1947	1948	1949	1950	1951	1952
1. Reposição do investimento.....	1 140	1 000	1 030	1 160	1 500	1 540
2. Aumento das construções rurais.....	240	216	222	254	330	340
T O T A L.....	1 380	1 216	1 252	1 414	1 830	1 880

SUMMARY

Estimate of Brazilian National Income 1947/1952

INTRODUCTION

At the conclusion of another year of studies on the estimated National Income and Investment of Brazil, we should point out, although summarily, the essential characteristics of the new estimates now being published (1).

1 — We are now publishing, for the first time, estimates of both gross and net national product. It is still a question of national totals. Studies now under way will soon enable us to present estimates of the net national product by States and Territories. Calculations of depreciation, indispensable to a correct estimate of the gross national product, still present serious difficulties, the more so when attempts are made to extend the estimates to State levels.

2 — National Income at Factor Cost. The distribution by Units of the Federation was extended this time to the whole period of 1947/1952. With relation to Agriculture and to Animal Production, an estimate of the intermediate expenses and depreciation was made as previously, "enabling us to calculate the totals of net national income at market prices in all these branches of activity. Estimates of net income at factor cost in such activities

(1) For the preparation of these studies, the "Equipe de Renda Nacional" (National Income Unit) was thus constituted: Genival de Almeida Santos, head; Annibal Villanova Villela, Julian Magalhães Chacel, Margaret Hanson and Sebastião Advíncula da Cunha, economists in charge of sectors; Carlos Marques de Souza, Dionísio Rios, Lila Rosa de Oliveira and Alvaro Ribeiro, assistant economists; Edward Carvalho Nascimento, Lanta Kingston, Milton Medronho Guimarães, Vera Marie Louise Wohl, assistants; Irene Castello Branco Barata, stenotypist.

are still impracticable in view of the impossibility of determining the amounts of the respective indirect taxes.

Such estimates of intermediate consumption, including depreciation, are undoubtedly, somewhat arbitrary, and applicable only to national totals. In these circumstances, in apportioning the National Income by Units of the Federation, Agriculture, Animal Production and Extractive Vegetable Industries were considered from the point of view of gross value of production" (2).

As to the peculiarities of these estimates, the methods of calculation are in part described in the previous publication (3), and in part in the attached explanatory notes. The following observations included in the above mentioned publication may be repeated here:

"However, we must admit that the data compiled are still underestimated. The ensuing explanatory notes, referring exclusively to new methods of estimate, show unmistakably the general tendency toward underestimation through the various items of the survey. However, certain items stand out from the others in this respect and it is to be hoped that the persistent efforts being developed may bring about more positive results in the near future. The following could be mentioned as outstanding examples of underestimation:

- a) the estimate of effective earnings of persons employed in highway transport and in city transportation services;
- b) profit figures as compiled from information supplied by the Income Tax Division of the Ministry of Finance;
- c) estimates of interest, also entirely based on information of the Income Tax Division, including the class of earning as declared on schedule B of income tax returns or taxed at the source.

With regard to paragraph 2 above, we must emphasize that the figures published have been adjusted to take into account neither the variations of monetary value of stocks (capital gains), nor the possible losses incurred by firms exempt from income tax for not having shown a profit. On the other hand — and this is of fundamental importance — no adjustment was

(2) Revista Brasileira de Economia, Ano VI, n.º 4, págs. 13.
(3) Op. cit.

made to correct deficiencies in the figures resulting from tax dodging, a practice which probably varies according to the different types of firms and different regions of the country. Further, it was not possible to consider the cases of firms who had received permission to reduce the amount of taxable profit for a certain year to compensate for losses incurred in a previous period.

"The information available up to the date of conclusion of these estimates did not always permit us to separate the income produced in the Federal Territories; therefore, the amounts corresponding to these territories are included in the data for the States of Amazonas (Territories of Acre, Guaporé and Rio Branco) and Pará (Territory of Amapá).

For lack of data, it was not possible to separate by Federal Units the salaries and wages of self-employed workers engaged in extractive mineral industry, and of employees of air lines, telecommunication services, and public services in general. This, however, does not detract from the importance of the results now being offered to students of the Brazilian economy, as the amounts corresponding to the types of activity mentioned above represent altogether less than 1 % of the National Income, and are therefore a negligible part of the total" (4).

3 — We also endeavoured to arrive at a distribution of the National Income by sources and by States. A higher degree of accuracy in this respect awaits the improvement of economic statistics in our country. Upon publication of our work, we are hopeful as usual that the criticism of those versed in the subject may help to reduce its imperfections.

4 — The "Equipe de Renda Nacional" (National Income Unit) has also made an estimate of public and private investments in 1952, and revised others already published relating previous years. The tables referring to public investment are as detailed as possible within the limits of the data available. Vigorous efforts to distribute these investments by States met with obstacles, as yet insuperable, so far as the expenses of the Union and private investment in machinery and equipment are concerned.

(4) Op. cit., págs. 14/15.

National Product — National Income — Personal Income

1947/1952

We must point out at the start that the present estimates of National Product and Personal Income were derived from the estimated total amounts of National Income. The other items of the accompanying table were estimated in accordance with the following criteria:

A — DEPRECIATION ALLOWANCES

Data estimated by PIERRE VAN DER MEIREN (1). With reference to 1952, we considered as constant the ratio between depreciation and net product observed in 1951.

B — INDIRECT TAXES

Data from budgets and balance sheets of Federal, State and Municipal Governments, and from "Autarquias" (Independent Federal Institutions). Employers' contributions — as shown on balance sheets — to institutions such as the Legião Brasileira de Assistência (LBA), Serviço Social de Indústria (SESI), Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI), etc. were also considered as indirect taxes.

C — SUBSIDIES

Data from the Federal Budget for the period under study. Only subsidies to production were taken into account here.

(1) Estimativa do Investimento Bruto e Líquido do Brasil — 1947/1951 (Estimate of Gross and Net Investment in Brazil — 1947/1951). *Revista Brasileira de Economia*, Ano VI, n.º 4, Dezembro de 1952.

D — UNDISTRIBUTED PROFITS

Includes undistributed profits of corporations, of limited partnerships and of public utility companies. Our estimates are based on data supplied by the Income Tax Division (taxed profits) and on the ratio between undistributed profits and total profits of corporations, as published by Conjuntura Econômica.

We began by establishing the ratio mentioned (between undistributed profits and total profits) for the various years. However, with reference to 1947 and 1948, Conjuntura Econômica gave figures on corporations located in the Federal District and São Paulo only, and did not explicitly indicate in these data the amount of undistributed profits. We therefore arrived at this estimate by subtracting from the total profits shown the amounts referring to "other distributions". This last sub-total was estimated as 10 % of total profits; such a percentage is practically the average between "other distributions" and "total profits" for the years 1949 and 1950 (2).

Thus we were able to compute table I below, where the data collected by Conjuntura Econômica and the ratio on which we based ourselves to estimate the undistributed profits of the enterprises mentioned are shown:

TABLE I

	1947 (*)	1948 (*)	1949	1950	1951
A — Total Profits (**)	6 351	6 407	9 719	12 499	15 142
B — Undistributed Profits (**)	3 372	3 290	5 379	7 397	5 556
B/A%	53.09%	51.35%	55.35%	59.18%	36.69%

SOURCE: *Conjuntura Econômica* — Ano III, n. 1 and 10; Ano IV, n. 12; Ano V, n. 11; Ano VII, n. 2.

(*) — Federal District and São Paulo only.

(**) — In millions of cruzeiros.

After figuring the above percentages, we attempted to apply them to profits of corporations, limited partnerships and public

(2) The ratios mentioned are, respectively, 11.63% and 9.16%. We have not taken into account, for the calculation of the average, the ratio for 1951 (22.51%), because it was too high in comparison with the others, due to the wider distribution of profits, in that year, as will soon be shown.

utility companies. However, in 1947 profits of limited partnerships were included in the profits of "other firms" by the Income Tax Division. For subsequent years the profits of limited partnerships and of the "others" were grouped together, and we endeavoured to observe the participation of the first item in the totals thus obtained. The results are shown in Table II below, in millions of cruzeiros:

TABLE II

	1948		1949		1950		1951	
	Taxed profits	%						
Limited Partnerships.....	3 207	50.55	3 444	55.28	4 923	58.38	6 916	50.52
Other firms.....	3 137	49.45	2 786	44.72	3 509	41.62	6 774	49.48
TOTAL....	6 344	100.00	6 230	100.00	8 432	100.00	13 690	100.00

SOURCE: Income Tax Division

In view of these results above indicated, we decided to assume that limited partnerships accounted for 50 % of the taxed profits of the "other firms". We therefore figured the profits of limited partnerships in 1947 as 3,325 million cruzeiros.

For the type of enterprises under study, we were then able to apply to the amount of profits subject to income tax the ratio decided upon between "undistributed profits" and "total profits".

With regard to 1952, in view of the lack of new data, we used the average rate between 1947 and 1951.

TABLE III
TAXED PROFITS AND UNDISTRIBUTED PROFITS

	1947	1948	1949	1950	1951
Taxed Profits.....	9 515	10 241	12 352	15 495	22 391
Corporations (*).....	6 190	7 034	8 908	10 572	15 475
Limited Partnerships..	3 325	3 207	3 444	4 923	6 916
Undistributed Profits....	5 051	5 259	6 837	9 170	8 215
Corporations (*).....	3 286	3 612	4 931	6 257	5 678
Limited Partnerships..	1 765	1 647	1 906	2 913	2 537

(*) Including Public Utility Companies.

The decrease in the amount of undistributed profits in 1951 as compared to 1950, may be explained as a result of income tax regulations then in force, which induced the management of many firms to distribute not only almost the total profits for that year, but also substantial amounts of deferred profits of preceding periods.

Such regulations provided for:

- a) lighter taxation for profits distributed before the new law came into effect;
- b) heavier taxation on undistributed profits retained in previous periods, in cases where the amounts thus accumulated exceeded the total value of the capital (3).

E — INCOME TAX PAID BY CORPORATIONS AND LIMITED PARTNERSHIPS

Data supplied by the Income Tax Division. In the case of limited partnerships, a procedure similar to the one employed to estimate the profits of such firms in the year 1947 was adopted. The 1952 estimate was based on:

- a) the amount of taxed profits of these firms;
- b) the corresponding income tax;
- c) our estimate of profits for 1952.

The 1951 tax aliquot (figured on the ratio between the amount of tax and the amount of profits) was applied to the 1952 data.

(3) *Conjuntura Econômica*, Ano VI, n.º 12, pag. 29.

TABLE IV
 INCOME TAX PAID BY CORPORATIONS, LIMITED PARTNERSHIPS AND
 PUBLIC UTILITY
 COMPANIES
 1947 — 1951
 Cr\$ 1,000,000

	1947	1948	1949	1950	1951
Corporations.....	914	921	1 210	1 470	2 148
Limited Partnerships....	(*) 427	403	432	652	881
Public Utility Companies	15	17	43	38	63
T O T A L.....	1 356	1 341	1 685	2 160	3 092

SOURCE: Income Tax Division.

(*) Estimate.

F — CONTRIBUTIONS TO SOCIAL SECURITY INSTITUTIONS

Figures include employers' contributions and those of persons insured by Retirement and Pension Funds, Social Security Institutes, contributions of persons insured by the IPASE and other social security organizations.

The amount of contributions to Social Security Institutions was furnished by the "Anuário Estatístico do Brasil" (4). For 1951 and 1952 we used data supplied by the Institutions themselves and by the National Department of Social Security of the Ministry of Labor.

The data on contributions paid to the IPASE were compiled from the annual statements of that institution.

The contributions paid by the national armed forces and by State and Municipal civil service personnel to local social security institutions or retirement funds were estimated on the basis of 5 % of the salaries received by such personnel.

The results obtained by this method are shown in the table below:

TABLE V
SOCIAL SECURITY CONTRIBUTIONS
1947 — 1952
Cr\$ 1,000,000

	1947	1948	1949	1950	1951	1952
INSTITUTES AND PENSION FUNDS:						
Employers' Contributions	1 215	1 358	1 723	2 074	2 539	3 027
Employees' Contributions	1 215	1 359	1 723	2 072	2 539	3 027
I.P.A.S.E.						
Contributions of insured.	163	182	246	250	289	291
OTHERS:						
Contributions of insured.	383	401	475	578	747	775
T O T A L.....	2 976	3 300	4 167	4 974	6 114	7 120

G — TRANSFERS

Figures include retirements, pensions, family subsidies and sundry grants-in-aid paid to individuals by the Government or Social Security institutions. Financial assistance and subsidies granted by Federal, State and Municipal Governments to charitable and educational institutions are also included. Unfortunately, due to absolute lack of data, it was not possible to distinguish between interest on Government Bonds paid to individuals and to enterprises; we were, therefore, compelled to omit these items from the present estimate. We were also unable to obtain data to estimate transfers from enterprises to individuals. The main sources used were: Balances and budgets, for the information regarding Federal, State and Municipal Governments; the Anuário Estatístico do Brasil (5), for information referring to Social Security Institutions, Retirement Funds, and the yearly statements of the I.P.A.S.E. The information regarding Institutes and Retirement Funds for 1951 and 1952 was supplied by the

(5) Anos IX. X. XI. XII and XIII.

Departamento Nacional de Previdência Social (*National Department of Social Security*).

It should also be noted that the figures referring to 1947 include only grants and contributions from State and Municipal Governments. The same observation applies to Municipal Government transfers in 1948.

TABLE VI
TRANSFERS BY SOURCE
1947 — 1952
Cr\$ 1,000,000

	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Federal Government.....	991	1 166	1 513	1 792	2 090	3 387
State Governments.....	487	1 103	1 309	1 699	2 394	2 786
Municipal Governments... Institutes and Pension Funds.....	85	108	211	558	717	1 301
I.P.A.S.E.....	1 141	1 292	1 474	2 136	2 958	3 817
T O T A L.....	2 752	3 710	4 558	6 243	8 237	11 375

H — PERSONAL INCOME TAX

This item includes the amount of income tax paid by individual firms, partnerships and others (obviously limited partnerships, corporations and Public Utility Companies are excluded); income tax paid by individuals; and the amounts corresponding to taxation at the source of dividends on shares payable to the bearer as well as registered shares; interest on debentures and interest in general; as well as taxes on rents paid by residents of the country.

The Divisão do Impôsto de Renda do Ministério da Fazenda (Income Tax Division of the Ministry of Finance) was the source of this information. As to "partnerships and other", an estimate for 1947 was made with a view to separate the amount of income tax paid by such partnerships from the income tax paid by limited partnerships. The procedure followed was that described pre-

viously for ascertaining the amount of income tax paid by limited partnerships.

With regard to the items referring to taxation at the source in 1947 and 1948, we had to make an estimate due to the lack of information regarding the amounts paid by residents and non-residents of the country during those years. The percentages of the items under consideration, as observed in 1949, were therefore applied to the total amount of taxation at the source.

The results thus obtained are shown in the table below:

TABLE VII
INCOME TAX PAID BY INDIVIDUALS AND FIRMS
(CORPORATIONS AND LIMITED PARTNERSHIPS EXCEPTED)

1947 — 1951

Cr\$ 1,000,000

	1947	1948	1949	1950	1951
Partnerships.....	0	0	0	3	1
Individual firms.....	261	284	301	365	577
Partnerships and others.....	427	400	350	451	911
Personal Income Tax.....	1 250	1 326	1 512	2 028	2 811
Taxation at the source.....	269	424	517	732	559
T O T A L	2 207	2 434	2 680	3 579	4 859

The estimate of this item for 1952 was made on the assumption that the ratio between personal income tax paid and individual income remained unchanged from 1951 to 1952.

National Income by Distributive Shares

CHAPTER I

SALARIES AND WAGES EXCLUSIVE OF AGRICULTURE

The present estimates of remuneration for productive activity (except in agriculture) show certain changes of criteria as compared to previous estimates (1). This is a consequence of the availability of new data, of the adoption of improved methods, and also of the fact that a complete revision of the 1947/1949 estimates was made with a view to presenting them by Federal Units.

The observations that follow concern the new criteria only. It should be noted, however, that unless otherwise indicated we have estimated the income of each State separately; total national income is obtained by adding together the figures for the States.

SECTION I

SALARIES AND WAGES IN PUBLIC ADMINISTRATION

A — FEDERAL

I. Civilians

Data made available by the "Contadoria Geral da República" (Federal General Accounting Office) for 1952.

With regard to the Federal District, salaries paid to personnel of "Autarquias de Intervenção Econômica" (Self-Administered Economic Agencies), of the University of Brazil, of

(1) *Revista Brasileira de Economia*, Ano V, n.º 3; Ano VI, n.º 4.

"COFAP" (*Federal Commission of Supply and Prices*), of "IPASE" (*Social Security Institute of Civil Service Employees*) and of the "Conselho Nacional de Pesquisas" (*National Research Council*) were included, in addition to the expenses shown in the respective balance sheet. Lack of information precludes an estimate at present of expenses for personnel in any of these institutions in the other Federal Units.

With reference to the 1947/1951 period, a new distribution by States was made, based on the percentual ratios observed in 1952. There is no indication that such ratios were maintained on a constant level. The adoption of this method of estimate was solely due to the fact that 1952 was the only year for which it was possible to make tabulations in this field by Federal Units.

II. Armed Forces

After determining the total amount paid to Federal Armed Forces personnel, as shown in budgets of the military ministries (Army, Navy and Air-Force, published in the General Statement of the Union, Vol. II) for the years 1947 to 1952, the distribution by Federal Units was made, taking into account an estimate of the number of individuals in each category.

Such data of the 1950 Demographic Census as has already been published enabled us to determine the number of Federal employees in the field of "Defesa Nacional e Segurança Pública" (*National Defense and Public Security*) in 1950. These figures presumably represent the number of individuals belonging to the Federal Armed Forces in the various States — the Federal District and Territories excepted. For the Federal District and Federal Territories, the figures available must include, besides the Federal Armed Forces, the Military Police, the Traffic Police, Firemen, etc. We consequently subtracted Military and Traffic Police forces from the Census information for the Territories (2). The remainder was considered as representing the number of members of the Federal Armed Forces in the Territories.

With relation to the Federal District, where besides several police organizations there is the "Departamento Federal de Segurança Pública" (*Federal Department of Public Security*), the

(2) *Anuário Estatístico do Brasil*, Ano XII, 1951, pág. 551.

figures on personnel of most security organizations are still unavailable. In view of this situation, we decided to repeat the figures given by the 1940 Demographic Census indicating the number of components of the Federal Armed Forces in the City of Rio de Janeiro.

After having apportioned the expenses with personnel of the various Military Ministries by Federal Unit, based on the geographical distribution of the Federal Armed Forces, we added to the Federal District the amounts corresponding to payment of military personnel as indicated in the Budget Appropriations of the "Ministério da Justiça e Negócios Interiores" (Ministry of Justice and the Interior), which we assume correspond to Fire Department and Police Forces of the Federal District.

R — STATES

I. Civilians

For 1952, we used the Budget data supplied by the "Conselho Técnico de Economia e Finanças" (Technical Council of Economy and Finance). As to 1951, the previous estimated figures (3) were replaced by data compiled from balance sheets.

The results for 1947 and 1948, based on balance sheet figures, were modified to a certain extent. These adjustments resulted from the fact that the data published for 1947 included family subsidies, pensions to inactive and retired persons, and payments to public utility services personnel. The estimates of these amounts, for adjustment purposes, were made in the following way:

Family subsidies: — The necessary discrimination appeared in the balance sheets from 1949 onwards only. The 1947 and 1948 estimates are therefore based on 1949 percentages.

Inactive and retired persons and personnel employed in public utility services: — the respective percentages for 1948 were applied to the 1947 data.

II. Armed Forces

In the previous publications there was no distinction between civilian and military personnel in the years 1947, 1948 and 1949,

(3) *Revista Brasileira de Economia, Ano VI, n.º 4, pág. 18.*

because such a breakdown cannot be ascertained from balance sheets. However, it was possible to establish such a distinction for the ensuing years, i.e., 1950, 1951 and 1952. During this period, the percentage of armed forces personnel has remained more or less constant, varying between 8.46 % and 9.64 %. In view of the natural tendency to grow, we took the smaller figure — 8.46 % — and applied it to the national totals for the 1947-1949 period.

C — MUNICIPALITIES

For 1952, for lack of better information, we worked out an estimate consisting first in calculating the percentual ratio between budget appropriations for personnel expenses of all municipalities and of State Capitals in 1951. Secondly, we applied this percentage to the data on personnel appropriations in the 1952 budgets of State Capitals.

Budget data for 1951 were substituted for data previously published, estimated according to the method described above.

The breakdown by States, from 1947 to 1950, — budget data — was made by taking into account the percentages found for 1951, since only the national totals for those years were known. These totals for 1947 and 1948 included amounts referring to family subsidies and payments to the inactive and retired; for 1949, they included family subsidies. In order to exclude these amounts, we calculated the respective percentages in 1951 by State, and applied them to the amounts already attributed to each State, in accordance with the method described above.

SECTION II

SALARIES AND WAGES IN INDUSTRY

A — SALARIES OF PERSONS INSURED BY THE "INSTITUTO DE APÓSSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS" (INSTITUTE OF RETIREMENT AND PENSION OF EMPLOYEES IN INDUSTRY)

I. Estimate for the 1947-1951 period

At the beginning of each year the I.A.P.I., as is generally known, figures the contributions received in July of the previous

year, as well as the number of insured. As is obvious, such data enable us to determine the average salary (for contribution purposes) of the insured of the Institute for July of each year. Taking into account these figures and the amounts of unpaid contributions reckoned by the "Fiscalização" (Supervision Service) of the Institute, we proceeded to estimate the total amount of salaries paid in accordance with the following method:

1. We assumed that the average salary for contribution purposes and the number of insured, in July, represented the monthly average for each year. This assumption enabled us immediately to estimate the average yearly salary for contribution purposes, and the total yearly amount of salaries for contribution purposes.

2. We then estimated the amount of salaries not declared to the I.A.P.I. for contribution purposes, taking as a basis the average of charges reckoned by the "Fiscalização" (Supervision Service) of the Institute in the 1949-1951 period. We selected the 1949-1951 period because only from 1948 onwards was the "Fiscalização" of the Institute given adequate personnel to achieve more efficient control. As we have already indicated, the margin of contribution dodging was considered constant for the entire period.

3. We added the results obtained in accordance with the previously described method, and applied to the resulting total the percentual discrepancy between paid salaries and salaries declared for contribution purposes — as ascertained through the 1948 census — thus reaching the total annual salaries paid to those who, by the nature of their activity, are contributors to the I.A.P.I.

4. The distribution, by classes of industry, of the amounts of salaries paid, was made according to the procedure described in the previous publication (4).

II. Estimate for 1952

As the complete results of the annual computation worked out by the Actuarial Division of the I.A.P.I., referring to July 1952, are not yet available, we based our estimates on the con-

(4) Revista Brasileira de Economia, Ano VI, n.º 4, pág. 22.

tributions collected during July, the amount of which was disclosed to us by the "Departamento de Arrecadação e Benefícios" (Department of Collections and Claims Paid) of the above mentioned Institute. We assumed an amount of contribution dodging equivalent to the average of discrepancies as determined for the period 1950/1952.

B — COAL INDUSTRY

As regards 1947, we were compelled to work out an estimate as described below, in view of the fact that the information furnished yearly by the firms themselves to the "Serviço de Estatística da Produção" (SEP) (Service of Production Statistics) of the Ministry of Agriculture was unavailable.

1. Taking as a basis the statistical data of the SEP for coal production, we calculated the 1948 average production per worker.

2. Assuming a constant average physical production per worker in 1947 and 1948, and knowing the amount of total physical production in 1947, we were able to estimate the number of workers in that industry for 1947.

3. We assumed, furthermore, that the average salary in the coal industry had varied from 1947 to 1948 at the same ratio as the average salaries of I.A.P.I.'s insured in the respective States.

4. Once the average salary and number of workers had been estimated, the product of these two magnitudes gave us the total amount of salaries paid in that class of industry.

C — GAS INDUSTRY

The present estimate refers solely to salaries paid to employees of the piped gas industry, in view of the fact that employees of the bottled gas industry are compulsory contributors to the I.A.P.E.T.C. — "Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas" (Retirement and Pension Institute of Freight and Transportation Workers).

The salaries and wages paid by the piped gas industry were estimated, as in previous instances, in accordance with information supplied to the National Income Unit by the "Companhia

Brasileira Administradora de Serviços Técnicos" (COBAST) and by the "Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras" now supplemented by data of the 1950 Industrial Census.

SECTION III

SALARIES AND WAGES PAID BY BANKS AND FINANCE COMPANIES

The estimates of salaries and wages paid by banks and finance companies now being presented were based on information on the number of employees and salaries paid as declared to the National Income Unit by certain banking concerns (5), and on the number of insured of the "Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários" — IAPB — (Retirement and Pension Institute of Bank Employees) and of the "Caixa de Previdência" of the Bank of Brazil's employees.

The number of employees engaged in this type of activity was obtained by adding the number of IAPB's insured to those of the above mentioned "Caixa de Previdência". As no data were available concerning the IAPB for 1947, we assumed that the number of employees in the class of activity under consideration did not change between 1947 and 1948.

The average salary was estimated as follows:

1. The average salary as determined by the 1950 Census was adopted for 1949.

2. We assumed that the average national salary for 1949 varied in the other years in the same ratio as the average salary in the reporting concerns. This enabled us to estimate the average bank salary for the entire country for 1947-1952.

3. We also assumed that the ratio between average salaries in each State and the average national salary did not vary in the period under study — ratio indicated for 1949 by the 1950 census. Obviously, such an assumption enabled us to estimate the average salary for each State during the various years under consideration.

(5) If we compare the information obtained with the preliminary results of the 1950 Census concerning Credit Institutions, we can see that the concerns which supplied the information had 19.9% of the number of employees and paid 21.0% of the salaries in 1949.

SECTION IV

SALARIES AND WAGES IN THE TRANSPORTATION AND
COMMUNICATION SERVICES

A — MARITIME TRANSPORTATION

The number of individuals employed in maritime transportation was estimated on the basis of the results of the 1940 and 1950 Demographic Censuses.

As we had at our disposal for 1950 the information concerning the larger branches of activity only, we applied the rate of growth which occurred between 1940 and 1950 in the branch of "Transportation, Communications and Warehousing" to the number of individuals registered by the 1940 census in the "maritime, river, lake transportation and port service" classes. From the number of individuals employed in 1950 in the class of activity under consideration, calculated by this method, we subtracted the number of employers as given by the preliminary results of the navigation census for 1950. We assumed that the resulting difference represented the number of employees in maritime, river, lake transportation and port services in 1950. Such a method of estimate presupposes, however, the non-existence of self-employed workers in the type of transportation under study. In general, when the census data are more accurate, it is possible to distinguish the number of employees, employers and self employed workers. In view of the unreliability of the existing statistical data, it seemed more advisable to assume as constant the number of employees during the period under consideration.

As far as the average salary for 1948 is concerned, we adopted the information supplied by the "Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos" (IAPM) for that year. With regard to the other years, we have to admit that the average salary varied as a result of government decrees regulating maritime salaries (6).

We considered only the lowest rate of increase of such decrees as a basis for variation. We wish to point out that this method

(6) Decrees 26 633 of 5/6/49 (*Diário Oficial* of 5/7/49) and 30 513 of 2/7/52 (*Diário Oficial* of 2/11/52).

does not take into account the mobility of labor, as a factor modifying the average salary. We hope that the forthcoming publication of the complete results of the 1950 census, the making of direct surveys, or access to other sources of information may soon contribute to improve the estimates for this branch of activity.

B — POSTAL AND TELEGRAPHIC SERVICES

Data supplied by the "Departamento de Correios e Telégrafos" (Post Office and Telegraph Department). The discrepancies between the present figures and the ones previously published (7) result from the fact that the estimates for 1947-1951 did not include the amounts corresponding to family subsidies, which we have only now been able to determine.

SECTION V

SALARIES AND WAGES IN SERVICE ACTIVITIES

A — MEMBERS OF RELIGIOUS ORGANIZATIONS

The estimate of the number of members of religious organizations was divided into three parts: catholics, protestants and other cults.

With reference to the catholic cult, we were able to gather data only for 1947 (8). The estimate for the other years was made on the assumption of a constant ratio between the number of catholics and the total population of the country, as observed in 1947.

As far as the protestant cult is concerned, we were able to secure yearly data for 1947-1951, supplied by the Demographic, Moral and Political Statistical Service of the Ministry of Justice and the Interior. The information relating to the years 1947-1949 has been published in the Anuário Estatístico do Brasil (9) (Statistical Abstract of Brazil). For 1952, in the absence of new information, we reproduced the figures of the preceding year.

(7) *Revista Brasileira de Economia*, Ano VI, n.º 4, págs. 95 and 112/113.

(8) Father J. B. Lehmann, *O Brasil Católico*, 1947.

(9) Ano XII, 1951, págs. 482/3.

The estimate for other religions was first made for 1950 on the assumption that membership of persons of these other faiths in the total number of members of religious organizations was equal to the ascertained ratio between the number of persons who, in the 1950 Demographic Census, declared their allegiance to such cults and the total number of individuals who in the same Census acknowledged religious convictions. By this method, we figured the number of catholics and protestants in the total religious population and assumed that the remainder belonged to other cults. Figuring in this way, by elimination, the number of members of other cults in 1950, we extended our estimate to the other years, considering as constant the ratio between the number of individuals belonging to this latter category and the total population. Even recognizing the unreliability of such a method of estimate, we kept it in view of the comparative smallness of the item. It has very little influence on the total of this branch of activity, as the total does not reach even into the thousands.

For an estimate of wages, a sum corresponding to the minimum required for subsistence was attributed to members of religious organizations. For this purpose, we estimated for 1952 a State minimum average salary (average of minimum salaries in each State) based on decree n. 30,842 of December 24, 1951. For the other years under consideration, we adjusted the minimum salary for each State as estimated for 1952, using weighted indexes of food costs in county seats (10). With relation to 1947, however, for lack of other data, the adjustment was based on the cost of living index for the Federal District as published by the Conjuntura Econômica.

B — REMUNERATION IN DOMESTIC SERVICES

As the results so far known of the 1950 Demographic Census refer to the larger branches of activity, we estimated the number of domestic servants on the basis of the results of the 1940 and 1950 Demographic Censuses.

We began by eliminating the influence of variation in the number of individuals employed by firms and included in the

(10) *Anuário Estatístico do Brasil* (Statistical Abstract of Brazil), Ano XIII, 1952, pag. 357, and *Boletim de Estatística de Previdência e Trabalho do Ministério do Trabalho* (Bulletin of the Statistical and Social Security Service of the Ministry of Labor), January 1953.

"Censo dos Serviços (Empresas)" (Service Census — Firms —) upon variation in the branch "Prestação de Serviços" (Services Rendered) of the Demographic Census. Consequently, we subtracted the number of individuals engaged in "Prestação de Serviços" as shown in the Demographic Censuses, of 1940 and 1950. We then established for 1940 the relation between the number of domestic servants and the number of persons engaged in "Prestação de Serviços" which were not tabulated by the Service Census (discrepancy between the Demographic Census and the Service Census previously referred to). Such ratio was applied to the 1950 figures. With reference to the Territories, which in 1940 had not yet been created, i.e. Guaporé, Amapá and Rio Branco, we took the necessary precaution of applying the ratios observed in 1940 in the States of which the above mentioned territories were part in that year, i.e., Mato Grosso, Amazonas and Pará respectively.

In the absence of a consistent base for estimating the numerical variation of this type of employee from one year to another, we assumed that the number remained invariable during the period under study.

To arrive at a figure for average wages, a criterion similar to that used in estimating the earnings of members of religious organizations was adopted.

CHAPTER II

REMUNERATION OF SELF-EMPLOYED WORKERS

The results of the 1950 Demographic Census so far known show a distribution of persons tabulated in each branch of activity according to their status, as for instance: "employee", "employer", "self-employed worker", "member of household", "tenants and sharecroppers" and 'unknown'. A certain caution is necessary in examining these figures because of possible errors of classification, which may result from inaccurate declarations of the persons being tabulated. Even the most careful analysis of the data collected cannot get around such mistakes. Recognizing this fact, we endeavoured to develop a method of calculation based on the assumption that the number of self-employed workers was

constant during the period 1947-1952; this number was divided in two groups, which, for classification purposes, we named:

Group A — composed of "self-employed" and "members of households".

Group B — composed of "tenants and sharecroppers", "unknown" and of the difference between the number of individuals who declared themselves as employees for purposes of the Demographic Census and those who also declared themselves as employees for purposes of the Economic Census. This group is probably composed of persons who do not have a definite or steady occupation.

Group A

The number of "self-employed" in group A, for which, besides the Demographic Census, we have the results of the Economic Census (Trade, Processing Industry and Services) was estimated as follows:

1. We added the number of employers to the number of self-employed and members of households as computed by the Demographic Census.

2. From the total thus reached, we subtracted the number of employers (management of firms) as shown in the Economic Census.

Such a method was followed with a view to avoiding the double counting which would result if we availed ourselves of the Economic Census to ascertain the number of employers, and used the data of the Demographic Census to estimate the number of self-employed workers. The above mentioned double-counting would necessarily occur had we not adopted the procedure indicated, in view of possible errors of classification in the Demographic Census, as already mentioned.

With reference to the other branches of activity (11), still under group A: as we do not as yet have in hand the results of the corresponding Economic Census, we estimated the number of

(11) Trade in real estate and real estate securities, insurance and "capitalização" (included in our classification under the heading of Financial Intermediaries); social activities (included in the Transportation and Communications Services).

independent workers by adding the number of self-employed to the number of members of households (Demographic Census).

As to remuneration under group A, we attributed to the independent workers in trade the average salary paid to the insured of IAPC (Retirement and Pension Institute of Commercial Employees); to the self-employed workers in the processing industry and services, the average salary paid to the insured of IAPI (Retirement and Pension Institute of Industrial Employees); to the self-employed workers in financial services, the average salary of Bank employees; to the self-employed workers in transport and communications, the average salary paid to the insured of IAPETC (Retirement and Pension Institute of Freight and Transportation Workers).

Group B

The estimate of the number of self-employed workers in this group belonging to the branches for which the results of the 1950 Economic Census were available (Trade, Processing Industry and Services) was made in the following way: we figured the difference between the number of employees given by the Demographic Census and the number of employees indicated in the respective section of the Economic Census; this difference was added to the number of persons who appeared in the Demographic Census as "Tenants and sharecroppers", and as "occupation unknown". With reference to the other branches of activity for which no data were available, our estimate was made by adding the number of individuals who appeared in the Demographic Census under the heading "occupation unknown", to the number of those who in the same Demographic Census declared themselves as "tenants and sharecroppers".

We should note that, with relation to services, we deducted the number of domestic servants (12) and the number of members of religious organizations (13) which appeared only in the results of the Demographic Census, and whose compensation was estimated separately.

(12) Cf. estimate p. 96.
(13) Cf. estimate p. 95.

With reference to trade, we should point out that, in some States, the number of employees tabulated by the Economic Census is larger than the total indicated in the Demographic Census. In view of the nature of such Censuses, it seems to us that such discrepancies should not occur. Equality of data would be normal; larger figures in the Demographic Census in comparison with those in the Economic Census would also be understandable because the former might include persons partially unemployed or without a steady job, who would normally declare themselves "employees".

It can be noted that the national total of employees given by the Demographic Census is larger than the one given by the Economic Census (we decided to consider this difference as positive). Unable to explain the causes of these differences, we decided to distribute them throughout certain States in proportion to the differences — also positive — registered in them.

We therefore ignored the negative differences (whenever the Economic Census shows a larger figure than the Demographic Census). We considered them as non-existent.

The estimate of the total remuneration of self-employed workers classified under Group B was made assuming, for 1952, an average remuneration equivalent to the minimum state salary (arithmetical average of minimum salary in each State). For the preceding years this minimum salary was adjusted by means of weighted indexes of food prices in the municipal (county) scats (14). With reference to 1947, however, in the absence of data on indexes of food prices, we used, as a basis for the adjustment, the cost of living index of the Federal District, compiled by Conjuntura Econômica.

We should still make reference to the estimate of self-employed workers in the mining industry. As the complete data of the 1950 Demographic Census, which would enable us to know the composition of the branch "mining industry", are not yet available, we adopted the same method followed in previous estimates (15), with the sole advantage of now knowing the complete results for the whole class of activity (Mining Industry).

(14) Anuário Estatístico do Brasil, Ano XIII, 1952, pág. 357, and Boletim do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, Ministry of Labor, January 1953.

(15) Revista Brasileira de Economia, Ano VI, n.º 4, pág. 50.

CHAPTER III

REMUNERATION OF LIBERAL PROFESSIONS

The estimate of earnings of individuals engaged in liberal professions was made, first, by estimating the number of persons and then their respective average remuneration.

With reference to the number, we began by estimating the number of persons included in the branch "liberal professions and related activities", based on the geometrical rate of yearly growth of this branch between 1940 and 1950. Then, we assumed that the relative participation of persons engaged in liberal professions (16) in the total of this class — as determined for 1950 — was equally valid for the 1945/1952 period. Obviously, such assumption enabled us to estimate the number of persons engaged in liberal professions during the period referred to.

The estimate of average remuneration was made first for 1945, because a sampling of income declared for income tax purposes was available. This estimate involved the following steps:

1. *Calculation of the average remuneration of professionals who paid income tax in 1946 (income of 1945) as included in the above mentioned sample.*

2. *Estimation of the number of professionals who did not pay income tax in 1946 (difference between the total number of professionals and those included in the sample). To such persons we attributed an average remuneration of Cr\$ 40.600,00, composed of two parts, one of Cr\$ 24.000,00, equivalent to the limit of income tax exemption, in 1945; and another of Cr\$ 16.600,00, corresponding to the average deduction for two dependents (17), estimated for that year.*

3. *Calculation of the weighted arithmetical average of the estimated average remuneration in accordance with items 1 and 2, above. The weight factor used was the number of professionals who received average remuneration.*

(16) All those who declared themselves, in the branch of "Liberal Professions and Related Activities" in the Demographic Census, as employer, self-employed, and partners or sharer were considered as engaged in a liberal profession.

(17) For details of the calculation of average deduction per dependent see *Revista Brasileira de Economia*, Ano V, n.º 3, pág. 69.

The average remuneration estimated in this way for 1945 was adjusted for the ensuing years (1947 and 1948 excepted) by means of the cost of living index (all expenses) in County (Municipal) seats, as compiled by the "Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (SEPT)". However, in view of absolute lack of data, the adjustment up to 1948 was based on the cost of living index for the Federal District, compiled by "Conjuntura Econômica".

CHAPTER IV

EMPLOYERS' REMUNERATION

The number of employers, assumed as constant for the 1947/52 period, was estimated as follows:

1. For the branches Commerce, Mining Industry, Processing Industry and Services, we availed ourselves of data from the 1950 Demographic Census, covering persons engaged in management of firms, i.e., owners, partners and directors actively engaged in the concern.

2. For the other branches of activity (18), we used the Demographic Census data.

The estimate of total remuneration, in 1948, for Commerce, Services, Transport and Communications was made taking as average the average salary of the insured of IAPC earning more than Cr\$ 24.000 a year. This average salary was adjusted for ensuing years by means of weighted cost living indexes (all expenses) in Municipal (County) seats. For lack of additional information, the adjustment for 1947 was based on the cost of living index of the Federal District compiled by Conjuntura Econômica.

3. With relation to the other branches of activity, we followed a similar method of adjustment. However, the basic remuneration (1948) varied as follows:

a) Employers engaged in Mining concerns and Processing industries, average remuneration of insured of the IAPI, earning above Cr\$ 24.000,00 yearly.

(18) Real estate Business, Real estate Securities, Insurance and Finance Companies (included in our estimates under the heading of Financial Intermediaries); Social activities (added to Services), Communication and Transport.

b) Employers engaged in firms of Financial Intermediaries, average remuneration of insured of the IAPB earning more than Cr\$ 24.000,00 yearly.

CHAPTER V

PROFITS

Our estimate for 1952, in the absence of new data, was based on the relation between the amount of profits in 1951 and the total National Income. The distribution by States was made in accordance with the percentages observed in 1951.

Data concerning the other years was supplied by the Income Tax Division.

This item seems to us greatly underestimated. Therefore, the same observations made in previous publications (19) are still pertinent.

However, an increase of 54 % in the amount of profits taxed in 1950, as compared to the previous year, was recorded. The information received from the Income Tax Division point out the improvement of its checking service as chiefly responsible for this fact.

CHAPTER VI

INTEREST

Our estimate for 1952 follows the same criteria adopted for the estimate of profits.

With reference to the other years, the data were secured from the Income Tax Division. It is to be noted that, for the years of 1947/49, our estimates by States followed the same methods previously adopted to estimate the National totals (20).

CHAPTER VII

RENT

Here we might well repeat the observations made in previous publications (21). The estimate by Federal Units, now prepared

(19) *Revista Brasileira de Economia*, Ano V, n.º 3, págs. 98-100, and n.º 4, Ano VI, pág. 57.

(20) *Revista Brasileira de Economia*, Ano V, n.º 3, págs. 102-4.

(21) *Revista Brasileira de Economia*, Ano V, n.º 3, págs. 104-106, and Ano VI, n.º 4, págs. 58-60.

for the entire period under consideration, does not include the correction of data obtained through the real estate tax, as was the case in the estimate previously published (national totals) for the triennium 1947/1949 (22). This method could only be recommended in principle, this time, for the Federal District. It was not used, however, because it seemed unnecessary in view of the results.

CHAPTER VIII

AGRICULTURE — 1947/52

The present study offers a new estimate of Income for the period 1947/1949, with a view to presenting it by Federal Unit, and the estimate for 1952. In general, we adopted the same criteria as previously used. There were, however, a few changes as indicated below.

SECTION I

ESTIMATE OF GROSS PRODUCT

A — ANIMAL PRODUCTION — HUNTING — FISHING

With regard to animal production, the only change in criteria occurred in the estimate of Income in that branch of production for the year 1952. At the time we were making up our estimate, the data on fishing had not yet been completely compiled by the "Serviço de Estatística da Produção" (Service of Production Statistics). We were nevertheless able to obtain representative figures for 1952 fish production for the States of Alagoas and Rio de Janeiro. We thus eliminated the figures for these two States from the fishing series for 1947/1951, and, through an adjustment, extrapolated the series obtained after this elimination. This extrapolation enabled us to arrive at the grand total for 1952 (this figure evidently excludes the value of fishing in the above mentioned States). The re-distribution of this value by Federal State was effected on the base of average participation

(22) *Op. cit.*, Ano VI, n.º 4, págs. 58-60.

of each Federal State in the value of total production for the period 1947/1951.

B — CALCULATION OF THE VALUE OF WOOD PRODUCTION

Wood production includes: lumber, fire-wood and charcoal. The estimate does not include the value of ties, since we noted that their production in both the census and United Nations classification comes under industrial activity.

The estimate offers no particular difficulty for 1947/1949, as all the information used originated from official sources (SEP). There is, however, a great lack of data from 1949 on. From the only source of information we know, the "Serviço de Estatística da Produção", we obtained scattered data for the period 1949/1951. Basing ourselves on information received from certain States (notably Minas Gerais and Paraná) we prepared a series which enabled us to extrapolate a theoretical value representing 1952. At the same time it represented a considerable fraction of the total value of production, so that we could draw up national values ("fundamental" series). We broke-down the calculation into a separate estimate for each type of production mentioned in the first paragraph.

a) VALUE OF LUMBER PRODUCTION

The calculation was based on the series showing value of lumber produced in 1946/1951 in the States of Pará, Minas Gerais and Paraná.

Even in the preparation of this "fundamental" series, we had to get around certain difficulties, i.e.:

- 1) Lack of information on these three States for 1952.
- 2) Lack of data for Minas Gerais for 1951.
- 3) Lack of data for Paraná for 1949.

To complete the "Fundamental" series we made the following calculations:

- 1) For the State of Paraná, for 1949, we took an average figure calculated on the basis of adjacent figures.
- 2) For Minas Gerais, the 1951 figure was calculated by extrapolation, adjusting the resulting values (1946/1950) according to the formula $y = a + bx$.

3) For the three states, after overcoming the existing deficiencies for Minas and Paraná by the methods indicated in paragraphs 1 and 2, we calculated a value by extrapolation. We started with the 1946/51 series which was adjusted according to a parabola. The values relating to each one of the three States were calculated using as criteria the average of the existing relation among them during the period of 1946/1951.

After having calculated the "fundamental" series, we endeavoured to establish a figure representing the value of the national production of lumber for the period 1949/1952. For this purpose we examined the percentual composition of the value of such production by States, in relation to the national value for the period 1946/1948 (there are official statistics published for this period). We then worked out average percentages for each State (with a view to minimizing existing irregularities), which — considered as constant — were taken as representative of the participation of each State in the composition of the national value for the period 1949/1952. Based on these percentages, we ascertained the relative importance of the States of Pará, Minas Gerais and Paraná, in comparison with the total value (35.9 %). We applied the percentages for these three States to the "fundamental" series, in order to arrive at the national value for the period 1949/1952, and then redistributed it by States.

b) VALUE OF FIRE-WOOD PRODUCTION

For fire-wood we used a similar procedure, building a "fundamental" series on the basis of information from Minas Gerais and Paraná.

To complete the "fundamental" series it was necessary to interpolate the value for Paraná in 1949 (average of adjacent years), extrapolating the 1951 figure for Minas Gerais, and for both States for 1952 (extrapolation according to formula $y = a + bx$).

As in the case of lumber, we calculated the percentage of participation of each selected State in the composition of the total value for 1946/1948, and took the average of these percentages as representative for the period 1949/1952.

We ascertained that the two States in the "fundamental" series represented 43.7 % of the total of value of production. On

the basis of the "fundamental" series, we then estimated this total value for the period 1949/1952. The redistribution by Federal Unit was made according to the average percentage obtained for each State.

c) **CALCULATION OF VALUE OF CHARCOAL**

We again based ourselves on information from the States of Minas and Paraná. After having estimated the values for Minas in 1951/1952 and for Paraná in 1952 (in both cases the criterion used was the adoption of the average for the last triennium), we were able to set up the "fundamental" series, calculating the National values for the period 1949/1952. These values were distributed by Federal States just as was done under b and c above (Minas Gerais and Paraná representing 34.3 % of total national production).

SECTION II

ESTIMATE OF NET AGRICULTURAL PRODUCT INTERMEDIATE CONSUMPTION

A — GENERAL CONSIDERATIONS

The nature of the existing statistical data compels us to estimate those expenses called intermediate consumption if we are to calculate net agricultural income. The almost total lack of information on cost of production in this branch of activity makes an estimate extremely difficult. The problem is to evaluate certain expenses which agriculture incurs in purchases from other sections of the economy and in various transactions which, although not involving cash, in fact represent a cost. Accordingly, we included in our estimate cost of fertilizers, value of seeds, expenses with insecticides (sanitary protection), cost of cattle feeding and cost of use of equipment (maintenance, fuel and depreciation).

B — SOURCES USED

The following sources were consulted:

- 1) *Report prepared for the E.R.N. (23) by an agronomist of the Ministry of Agriculture. This report refers to 1949 and estimates intermediate farming costs.*

(23) National Income Unit.

- 2) *The article "Custo da Produção em São Paulo", which appeared on the April 1952 issue of the review "Agricultura em São Paulo", and which is published by the "Subdivisão de Economia Rural" of that State.*
- 3) *Statistics on acreage under cultivation, and physical volume and value of production, published by the "Serviço de Estatística da Produção", Ministry of Agriculture.*
- 4) *Statistics on foreign trade (imports) of the "Serviço de Estatística Econômica e Financeira", Ministry of Finance.*
- 5) *A table extracted from a study — "Estimate of Reserves for Depreciation" — on the cost of use of equipment, prepared by the "Instituto Brasileiro de Economia".*
- 6) *Data supplied by the "Sindicato de Adubos e Colas" (Trade association of Fertilizers and Glues) of the State of São Paulo.*
- 7) *Reviews and specialized publications. We also had personal interviews with agronomists of the "Divisão de Economia Rural" of the Ministry of Agriculture, and particularly with agronomists of the "Subdivisão de Economia Rural", Department of Agriculture of the State of São Paulo.*

C — DESCRIPTION OF THE ESTIMATE

I. Consumption of fertilizers

The estimate refers solely to chemical fertilizers. The exclusion of animal and green fertilizers results from the fact that their value cannot be ascertained. Any estimate concerning these products would be exceedingly unreliable.

The estimate is divided in two items: imports and production.

We worked on the assumption that there is as a rule no building up of stocks. Annual production plus imports therefore corresponds to national consumption. The only exception to be considered, according to information from reliable sources, is a certain amount of stocks accumulated in 1951/1952.

Thus only the calculation of the value of national production requires further explanation. We considered 1952 physical production (23,857 tons) as a constant throughout the period under consideration which is equivalent to saying that we moved this figure back to 1947. As to prices, we considered them variable, and identical to the average price per ton of imported super-

phosphate, in each year of the period under study. The value thus obtained was added to the value of imports. With reference to value of imports, we should further point out that, for the 1951/1952 period, we took the biennial average, in order to eliminate the effects of the accumulation of stocks already referred to.

II. Value of Seeds

The value of seeds used by agriculture was estimated for the following products: cotton, peanuts, rice, potatoes, cocoa, coffee, sugar-cane, beans, castor-beans, corn, tomatoes and wheat, which for the six years under consideration, i.e. 1947/1952, represented respectively 82.8 %, 83.6 %, 83.6 %, 85.4 %, 85.4 % and 78 % of the value of production of the 29 products tabulated in the statistics of the "Serviço de Estatística da Produção", of the Ministry of Agriculture.

For the remaining products we could not gather information which would enable us to make even approximate estimates of the consumption of seeds and seedlings. These are: pineapples, alfalfa, oats, bananas, sweet-potatoes, onions, rye, barley, black-tea, coco-nuts, fava-beans, tobacco, oranges, manioc (cassava), tung oil and grapes.

The calculation was divided in two, according to the amount and quality of the information we were able to gather.

First we took the products for which we had data and information available enabling us to calculate the value of seeds directly, taking as a basis the average quantity used by farmers at producer's price (data from S.E.P.). These are: sugar cane, corn, peanuts, beans and castor-beans. For sugar cane and corn, we used as sources of information two studies by J. C. FERREIRA FILHO — "Cultura da Cana de Açúcar", and "Cultura do Milho", as well as publications of the "Serviço de Informação Agrícola" of the Ministry of Agriculture.

As far as the three other crops are concerned, we based our calculations on publications of the "Serviço de Informação Agrícola" and on data for the principal field and garden crops supplied to us by agronomist ROMOLO CAVINA.

We then took up the remaining products, about which the information was neither precise nor homogeneous, and therefore

would not permit more than an indirect and approximate calculation. We had to make a number of estimates in order to extend regional results to the whole country. The products included in this second part of the calculation are: cotton, rice, coffee, wheat and tomatoes.

a) COTTON

The estimate for cotton was divided into two further parts: the first deals with São Paulo, where in view of the monopoly of the sale of seeds by the State Department of Agriculture we were able to secure precise information on prices since 1949 ("A Agricultura em São Paulo", Bulletin of the "Subdivisão de Economia Rural", April 1952, and "Revista do Mercado", N. 9, May 1951, page 110).

To estimate the prices for 1947/1948, the lack of better data led us to relate the known prices of seeds to the prices of commercial cotton seed as published in the series of S.E.P., assuming the existence of a relationship between the price of seeds for planting and that of commercial cotton seed. As to volume, after consultation with technicians of the "Subdivisão de Economia Rural" of the Department of Agriculture of São Paulo, we took an average figure of 30 kgs. per hectare for that State.

For the other Federal Units, the calculation was made on the basis of the relationship between the price of seeds and cotton-seed in São Paulo, since the price for the latter can be obtained for all the States from the S.E.P.

With regard to volume, for lack of better criteria and information, we used the same average adopted for São Paulo, i.e. 30 kgs. per hectare.

b) RICE

To estimate the value of seeds used in rice growing, we availed ourselves of data referring to the State of Rio Grande do Sul (Cost estimate of a "quadra" of Rice 1944/50 — "Anuário Estatístico do Arroz", I.R.G.A., 1951, page 83) and to São Paulo ("A Agricultura em São Paulo — Boletim da Subdivisão de Economia Rural", Year II, N. 4, April 1952, page 17). Once in possession of this information, we established a relationship between the cost of the seeds and the value of production

in these States. For the other Federal States, we followed a similar procedure, but took as a basis the value data of the S.E.P. and the figures shown in a publication put out by the "Serviço de Informação Agrícola" (Rice Cultivation — AMÉRICO DE MIRANDA LUDOLF, Ministry of Agriculture).

c) POTATOES

The calculation for 1947/1949 was based on the report to which we referred when indicating the sources used. The said report gives, in cruzeiros, the expenditure per hectare for São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, and for the remaining States as a block. For lack of better information concerning the other years, i.e. 1950/1952, we had no other alternative but to repeat the previous years' data. As a result, for 1950/1952 the cost merely varies with the area cultivated.

d) COCOA

Cocoa being a perennial, we took into consideration in our estimate the additional number only for trees bearing fruits. There are no statistical series for the yearly additional number of plants, or if there are, they are unknown to us. Again, as a working assumption, we established a relationship of one seed to one cocoa-tree, and figured that one ton corresponds to approximately thirty thousand fruits (24).

e) COFFEE

The estimate of the quantities of seeds used was based on figures from the SIA publication by J. C. FERREIRA FILHO As to prices, we availed ourselves of the quotations published by the "Boletim da Bolsa de Mercadorias" of São Paulo. For lack of other data, and since coffee, like cocoa, is a perennial plant, we adopted the principle of taking into account only the additional number of fruit-bearing trees.

f) TOMATOES

For this item, the expenses indicated here refer to the States of Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo and Rio Gran-

(24) *Cultura, Trato e Preparo do Cacau*, S.I.A., 1951, by Gregório Bondar. The average price per ton produced which was used in the calculation was supplied by the S.E.P.

de do Sul, the main producing States, for which comparable physical productivity of the soil allows us to assume a similar agricultural technique. We therefore applied the data obtained for São Paulo to all of them. We found in the Bulletins of the "Bôlsa de Mercadorias de São Paulo" indications concerning volume and prices for 1949/1950; for lack of better data we extended this information to the whole period under consideration.

g) WHEAT

Expenditures for seed in wheat cultivation were very hard to figure with any accuracy, as wheat is an expanding crop whose importance in our balance of payments makes it an object of official propaganda and care. The "Serviço de Expansão do Trigo" informed us that costs vary widely. In certain instances, when seeds are supplied by the "Serviço", the cost to the farmer is nil. When seeds are bought from other farmers or agricultural concerns, the cost may reach a thousand cruzeiros per bag of 60 kgs. In view of the need of imputing a value even to seeds supplied free of charge, we were advised to add for each Federal State a fixed percentage of 38 % to the price of the grain. This percentage corresponds to the cost of selecting the seeds. An official publication of S.I.A. — "Cultura do Trigo" (Wheat growing), prepared by Mr. J. C. FERREIRA FILHO, gave us the average quantity of seeds used per hectare.

III. Expenditures for Insecticides

For lack of better information this estimate was based on the report referred to in Item I concerning the sources used. The report mentioned does not furnish information on all agricultural products but on only fourteen farming products, which represent, however, 95 % of the cultivated area and value of production. The report gives general information on the area treated with relation to the total cultivated area for each product for the year of 1949. It also gives information on the cost of these operations (estimated costs) for 1949, including when possible the variation as compared with previous years. As to the area treated we considered it as constant for the entire period under study. With regard to cost of insecticides, we set the variations empirically in those cases where it was impossible to use the above mentioned

data. For 1950/1951, therefore, we utilized the data contained in price lists of insecticides used for growing cotton, corn, rice and coffee in São Paulo, according to the above mentioned publication of the "Subdivisão de Economia Rural" of the Department of Agriculture of the State of São Paulo, which covers the 1948/49 and 1950/51 crops. Therefore, the variations of this intermediate expense in the 1947/1952 period result:

- 1 — *from variations in cultivated area*
- 2 — *from variations in the cost of insecticide.*

IV. Cost of Use of Equipment

This estimate embraces the equipment used in farming and in vegetable extractive production.

a) FARMING

As a starting point for farming, we used a table, "Custo de uso de equipamento" (Cost of equipment use), published in the study "Estimativa das reservas para depreciação em 1947/51" (Estimate of reserves for depreciation in 1947/51) of the "Instituto Brasileiro de Economia". We had however to convert the costs by "alqueire" into costs by hectares and eliminate interest.

This elimination of interest was made possible by use of a table, "Custo de Produção em São Paulo" (25) (Production cost in São Paulo) which gives the composition of the "cost of a day's work". We noted the percentual relation between interest and total cost, and transposed it to the domain of costs by area. Insofar as tractors are concerned, for lack of information, we fixed an arbitrary rate of 8 % interest. This rate corresponds to the arithmetical average of interest attributed to harrows, discs, etc.

As the basic material of this estimate "Custo de Produção em São Paulo" (Production Cost in São Paulo) considers only four products, we estimated the cost of use of equipment basing ourselves on these four products for São Paulo and the Southern part of the country (on the assumption that the same agricultural technique is used over the entire Southern region).

(25) Magazine *Agricultura em São Paulo*, April 1952. "Subdivisão de Economia Rural do Estado de São Paulo".

For the remaining regions, we used the basis of 3/4 of this figure. With regard to the other crops, we estimated the cost as being the simple arithmetical average of costs arrived at in the above manner (excluding tractors) for rice, corn and cotton in the remaining States.

For the purpose of an overall estimate of costs, we used the information on total cultivated area furnished by SEP. It should be noted that in the case of perennial crops, we considered only the increases in areas.

b) VEGETABLE EXTRACTIVE PRODUCTION

The 1950 industrial census contains information on the amounts spent on fuel and lubricants consumed in the extractive industry as well as on the value of the fixed capital. We applied to the fixed capital a depreciation rate of 6.5% — a figure taken from balance sheets of corporations in the vegetable extractive industry. Adding the two amounts, fuel and depreciation, we ascertained how much they represented in relation to the value of the vegetable extractive production (census information). We applied this relation to our information on the value of extractive production for the 1951/1952 period.

Estimate of National Income by Branches of Activity — 1947/1952

The results presented herein are in reality merely an attempt to apportion the total estimated National Income at Factor Cost, worked out by the "Equipe da Renda Nacional" (National Income Unit), by type of activity for each component part.

The existing difficulties for a reasonably accurate estimate consist essentially in the lack of current statistical data on the distribution of profits and interest by types of activity, and the limitations imposed by the data published up to now by the Economic Census of 1950. The work done by the "Equipe de Renda Nacional" (National Income Unit) on the basis of available data has made clear the need of additional information in order to achieve more satisfactory results. It is to be hoped that future publications of the "Serviço Nacional de Recenseamento" (National Census Service) dealing with the above mentioned census, as well as the direct contacts we have been establishing with some of the statistical offices of the Government, may soon provide us with the indispensable complementary information.

Under these circumstances, our basic task was to distribute the totals we had estimated at Factor Cost by groups of origin. Aside from the amounts attributed to Agriculture, Rentals, and the Government, already specified in estimates previously published, we assumed that the remaining shares (wages — Government excepted — profits and interest) jointly represented the Net Income of Commerce, Industry, Services, Transportation and Communication, and Financial Intermediaries. The item "wages", as published, was estimated by type of occupation. The preliminary distribution among these groups would, therefore, depend solely upon a determination of the relative position of wages, salaries and compensation of employers who worked in the firms

curing the period under consideration. Everything leads to the belief that such relative position varies from group to group, and probably also varies in time. We assumed, however, that at least as far as the larger groups are concerned, the variations are comparatively small; and with a view to a preliminary apportionment, such as the one presented, we decided to adopt a uniform percentage for each State of the Union and for each year. In general (1), the representative percentage of salaries, wages and employers' compensation referred to above fell between 1947 and 1952, decreasing for the whole country from 76 % to 69 % of the net income of the groups considered, at factor cost. The sharpest decreases occurred in the Federal District (from 68 % to 60 %) and in São Paulo (from 72 % to 64 %). This may be attributed to a rise in the relative position of profits subject to income tax, resulting in part or perhaps entirely from the improved administrative machinery for assessment and collection of this levy.

(1) Only the States of Alagoas and Sergipe are excepted.

Gross and Net Investment in Brazil

CHAPTER I

GROSS PUBLIC INVESTMENT — 1952

A — FEDERAL GOVERNMENT INVESTMENT

The estimate of Federal Government investment in 1952 was based on the following two sources: Federal General Balances for the 1952 fiscal year (Vol. II) and data from the "Departamento Nacional de Estradas de Rodagem" (National Highway Department).

I. Construction

Highways:

From information supplied by the "Departamento Nacional de Estradas de Rodagem" (D.N.E.R.), we took the following items: Construction, Special Monuments, Paving, Improvements, Maintenance, Vehicles and Equipment, Studies and Projects. We then subtracted the State contributions as shown on State Budgets, and added the Federal appropriations for the "Comissão do Vale do São Francisco" (Appropriation 3, by Constitutional Provision — Federal General Balance, the Ministry of Transportation and Public Works (by Constitutional Provision — ditto) and the Ministry of Justice and Interior Affairs (Appropriation 4, by Constitutional Provision — ditto). In order to avoid duplication, the budgetary appropriations for D.N.E.R. and D.N.O.C.S., consigned to the Ministry of Transportation and Public Works, were not included.

The calculation of items 2, 3, 4, 5, and 6 of the chart was based exclusively on information from the Federal General Balances from which certain parts were subtracted, mainly from appropriation 4 and at times from appropriation 3 and from additional Credits.

From appropriation N. 4, we used the following items: *ii* — Isolated Works; *III* — Joint Works; *VI* — Constitutional Provisions; *VII* — SALTE plan; *VIII* — Special Expenditures. Appropriation N. 3 — Items: *III* — Services under Special Financing; *VI* — Constitutional Provisions; *VIII* — SALTE plan.

II. Plant and Equipment

We did not consider highway equipment separately because of the impossibility of distinguishing in the total amount of state contributions, the part referring to equipment.

In the items: Railroads, Dams, Reservoirs, etc., Ports, Channels, Dredging, etc. (1, 2 and 3 respectively) we were able to discriminate the expenses with plant and equipment. These expenses can be found in the Federal General Balances, Ministry of Transportation and Public Works, Appropriation N. 4, Items: *III* — Joint Works; *IV* — Equipment; *VI* — Constitutional Provisions; *VII* — SALTE plan.

As to Item 4 — Agricultural Equipment — we considered in Appropriation N. 2 — Item II (Permanent Equipment) or sub-items 01 — animals for work, production, breeding and other purposes, 04 — machines, motors, and equipment and 05 — Tools and utensils, assuming that this equipment is directly employed in agriculture.

As regards Item 5 — Petroleum Industry — the Federal Balances do not sufficiently specify the use of the appropriations; however, the sum under consideration was intended for the Cubatão Refinery, leading us to believe that it was probably used to pay for plant and equipment.

In item 6, we took Appropriation n. 2, item II, with a few exceptions — deducting, of course, the parts considered under item 4.

Item 7 — Other — contains all the expenses with plant and equipment not previously included.

III. Studies, projects, prospecting, test drilling and studies of mineral deposits, etc.

Contrary to estimates of previous years (1947/1951), we considered this type of expense under a different heading, because in some cases there is no assurance that they have anything to do with "construction", and in other cases there is no connection with that classification, as can easily be seen from the above titles.

B — GROSS INVESTMENT OF STATE GOVERNMENTS

In general, the criteria used in the estimates of investments of State Governments do not differ from those adopted at the Federal level. However, due to the lack of detail in the balance sheets, the former were based on state budgets where the expenses appear as a total figure, thus making it difficult or impossible to breakdown the information.

Because of the fact that budgets rather than balance sheets were used, the results are underestimated. The part referring to Highways, for example, is perhaps underestimated the most, since the D.N.E.R. balance sheets are not yet available and we used only the state contributions as shown in the budgets.

We tried as much as possible to follow the classification by type of investment, adopted at the federal level; however, that was impossible at times, since the budgets themselves are very little detailed. Consequently, the item "Other Construction" is overloaded, as in addition to the expenses that would normally come under this head, it contains others which could not be broken down. It should be noted that the Federal District contributed extensively to overloading this item; this is explained by the fact that investments in the Federal District are clearly Municipal, or rather urban, in character and cannot be classified under any other item.

C — MUNICIPAL GOVERNMENT INVESTMENTS

It being impossible to obtain accurate, much less detailed information, we estimated only two items: Construction and Equipment. For this purpose we adopted the following criteria:

We estimated, on the basis of the budgets of the various capitals the amounts corresponding to Permanent and Miscellaneous Equipment of the Public Utility Services, which added together should include the most representative items in the total for "Construction". In the same way, we estimated the expenses for "Permanent Equipment", taking them as representative of Municipal investments in Equipment.

PRIVATE INVESTMENT IN EQUIPMENT
Cr\$ 1 000 000

	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Domestic Production.....	4 728	5 447	6 261	7 243	8 523	10 355
Plus: Imports.....	7 354	6 601	7 301	8 747	13 516	15 353
Minus: Government purchases (*).....	1 009	1 147	1 385	1 563	1 358	1 873
Plus: Investments in taxis.....	826	1 076	1 354	1 740	1 840	1 715
T O T A L.....	11 899	11 977	13 531	16 167	22 521	25 550

(*) From 1947 to 1951, Federal Government purchases only.

CHAPTER II

PRIVATE INVESTMENT IN EQUIPMENT

I. Investment in Imported Equipment

The estimate of the value of imported equipment includes the C.I.F. value of the equipment plus the markup for re-sale (1). After small corrections in the calculations previously published, we have arrived at the following results:

Cr\$ 1,000,000

	1947	1948	1949	1950	1951	1952
C.I.F. Value.....	5 308	4 830	5 342	6 400	9 890	11 234
Plus: Markup for resale...	1 946	1 771	1 959	2 347	3 626	4 119
T O T A L	7 354	6 601	7 301	8 747	13 516	15 353

II. Private Investment in Equipment

For the purpose of estimating private investment in equipment, the data referring to national production and to equipment imports should be deducted from the amount corresponding to Government purchases of equipment and added to the amount of investment in taxicabs.

1) Government Purchases

The estimate for 1952 includes expenditures of the Federal Government (Balance information) and of States and Municipalities (Budget information) for purchases of plant and equipment. With reference to previous years, see the Revista Brasileira de Economia, Year 6, N. 4, page 134.

(1) Revista Brasileira de Economia, ano VI, n. 4, pág. 134.

GOVERNMENT PURCHASES
1947 — 1952

YEAR	Cr\$ 1,000,000
1947	1 009
1948	1 147
1949	1 385
1950	1 563
1951	1 358
1952	1 873 (*)

(*) Estimate of the National Income Unit.

INVESTMENT IN MOTOR VEHICLES FOR COMMERCIAL TRANSPORTATION OF PASSENGERS

YEAR	T A X I C A B S			
	Net Increase in Number	Net Investment	Depreciation	Gross Investment
		Cr\$ 1,000,000		
1947	6 000	256	570	826
1948	5 700	386	690	1 076
1949	5 300	364	990	1 354
1950	6 000	600	1 140	1 740
1951	4 400	440	1 400	1 840
1952	4 500	315	1 400	1 715

CHAPTER III
CHANGES IN STOCK LEVELS

The calculation of stock changes was made in a manner identical to that explained on pages 139/144 of the Revista Brasileira de Economia of December 1952. However, with respect to deflation of values, wholesale price indexes prepared by the "Serviço de Estatística e Econometria" were used instead of the index of Conjuntura Econômica. They were adjusted in the same way, i.e., by exclusion of coffee and cotton, so as to have

as great a degree of homogeneity as possible between the merchandise composing the industrial and commercial stocks and the goods used in the elaboration of the index.

We also included changes in sugar stocks, which did not appear in the estimate previously published.

For the changes in coffee stocks, we used the statistical position as of 31 December of each year, as shown in the bulletins of the "Instituto Brasileiro do Café".

TOTAL CHANGES IN STOCK LEVELS

Cr\$ 1,000,000 — 1947/1952

YEAR	Coffee	Cotton	Sugar	Industry	Commerce	Agriculture	Total
1947	-1 145(*)	- 800	+ 439	+1 032	- 28	+ 764	+ 262
1948	-1 760(*)	-1 020	- 318	- 294	- 284	+2 183	-1 493
1949	- 302	+1 559	- 6	+ 603	+ 117	+2 083	+4 054
1950	- 179	+ 950	- 28	+1 857	- 16	+1 252	+ 122
1951	- 998	+ 430	+ 66	+2 631	+ 247	+2 053	+4 429
1952	+ 115	+6 439	+ 479	-1 524	- 434	+4 505	+9 580

(*) Estimate contained in previous publication. See "Revista Brasileira de Economia", Ano 6, N. 4, pág. 140.

A — AGRICULTURE

Investments on coffee plantations were not figured this time for lack of sufficient information. There was no change in the criteria so far as variations of herds are concerned. Calculations previously published were, however, revised.

VARIATIONS OF HERDS

Cr\$ 1,000,000

	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Meat Animals.....	694	1 838	1 996	1 272	1 853	4 015
Work Animals.....	70	345	21	- 33	184	390
Fowl.....	66	13	16	100
T O T A L.....	764	2 183	2 083	1 252	2 053	4 505

3 — COMMERCE

TOTAL VALUE OF COMMERCIAL STOCKS (*)
Cr\$ 1,000,000

1946.....	4 658
1947.....	4 863
1948.....	5 017
1949.....	5 385 (**)
1950.....	5 423 (**)
1951.....	6 700 (**)
1952.....	6 294 (***)

(*) Excluding coffee and cotton.

(**) Partial estimate in view of the change occurring in 1949 in the list of goods subject to declaration.

(***) Value of stock declared on May 31, 1952

CHANGES IN COMMERCIAL STOCK LEVELS (*)
Cr\$ 1,000,000

Changes in value (Q ₂ P ₂ - Q ₁ P ₁)	Correction for variation of prices Q ₁ P ₁ ($\frac{P_2}{P_1} - 100$)	Net value of changes
1947..... 205	— 233	— 28
1948..... 154	— 438	— 284
1949..... 368	— 251	117
1950..... 38	— 54	— 16
1951..... 1 277	— 1 030	247
1952 (**). 638	— 1 072	— 434

(*) Excluding coffee and cotton.

(**) The change in value for 1952 is given for the period of 31 May 51 to 31 May 52.

C — INDUSTRY

TOTAL VALUE OF INDUSTRIAL STOCKS
Cr\$ 1,000,000

1946.....	1 264
1947.....	1 684
1948.....	1 754
1949.....	2 113
1950.....	1 769
1951.....	3 000
1952 (*). 2 792	

(*) Stock value declared on May 31, 1952.

CHANGES IN INDUSTRIAL STOCK LEVELS
Cr\$ 1,000,000

YEAR	State capitals and Federal District			BRAZIL
	Changes in value (Q ₂ P ₂ - Q ₁ P ₁)	Correction for price variations Q ₁ P ₁ ($\frac{P_2}{P_1}$ - 100)	Total	
1947.....	420	-- 76	344	1 632
1948.....	70	-- 168	98	— 204
1949.....	259	-- 158	01	603
1950.....	- 3.4	-- 275	- 619	- 1 857
1951.....	1 231	-- 354	877	2 631
1952 (*)	- 208	-- 300	- 508	- 1 524

(*) Changes in stocks between May 31, 1951 and May 31, 1952.

CHAPTER IV NEW CONSTRUCTION

Application of the method suggested on page 150 of the Revista Brasileira de Economia, December, 1952, based on paper by Professor KAFKA, a method which was utilized by the "Seção de Estudos Econômicos e Financeiros" of the Ministry of Finance for a study on "Disponibilidade para Investimentos" (Availability for Investment), led to contradictory results.

The calculated coefficient (K_1) rose from 1.6 in 1951 to 8.1 in 1952. The result was that the area constructed in the remainder of Brazil, both urban and suburban, increased tremendously in relation to previous years. This was caused by the fact that the area for which building permits were issued in Goiânia in 1952 had been 13.9 times bigger than that licensed in 1951! It is therefore dangerous to apply this coefficient, since in a general way there was a drop in licensed areas in the capitals from 1951 to 1952.

We tried the method indicated below, which is as arbitrary as the previous one, if not more so:

1 — According to the "Serviço Nacional de Recenseamento", we were justified in taking the number of family declarations as approximately equivalent to the number of residences.

total building units

We calculated the ratio $K_0 = \frac{\text{total building units}}{\text{number of residences}} > 1$, from

the data of the 1940 real estate census, excluding the city of São Paulo and the Federal District in order to avoid their influence. We then applied this coefficient to the approximate number of residences in 1950 (= number of family declarations tabulated in the 1950 census), excluding the Federal District and the city of São Paulo.

Our figure must be an underestimate, as the numerator of the above fraction grows faster than the denominator, since we

assumed that from 1940 to 1950 the two terms $\frac{P}{D}$ (P = building units; D = residences) had grown in the same rate, $\frac{P.a\%}{D.a\%}$.

However, had they grown at the rate $\frac{P.a\%}{D.b\%}$, $a > b$, the coefficient would increase, that is, the number of building units would be larger. The surplus ($K_0 - 1$) indicates the number of building units not used for residential purposes.

After estimating the number of building units in 1950 we distributed them by urban, suburban and rural zones, according to the ratio shown in the 1940 Census.

2 — We then considered the ratio of building units in 1950 to the area for which building permits had been issued in the various years (1947 to 1952), in Capitals of less than 130 thousand inhabitants in 1950, thus obtaining $Q_{47} \dots Q_{52}$; that is, we held the numerator fixed, varying only the denominator.

The number of building units in these Capitals was estimated in the same manner as in Item 1.

We did this on the assumption that the remainder of Brazil, i.e., the urban and suburban zones (excluding Capitals), would grow at the same rate as the 18 capitals of less than 150 thousand inhabitants in 1950.

N.B. — It was impossible to separate the part corresponding to the rural zone when we calculated Q, due to the fact that a specification by zone of areas licensed in the capitals was not available. This produces a small error in the said coefficient.

It may seem strange that we considered the capitals of less than 150 thousand inhabitants. However, what we wanted was to avoid what happened in the case of the estimate based on the method described on page 150, i.e., that our estimate for the remainder of Brazil should be influenced by abnormal variations in the construction activity of one of the five capitals of less than 50 thousand inhabitants in 1940. Taking as a basis the thirteen capitals of less than 150 thousand inhabitants in 1950, we believe we have eliminated that possibility, not only because we are taking a less remote year (1950 instead of 1940), but also because by using a larger number of capitals as barometers, abrupt variations are avoided. However, a surprising factor can be noted, i.e., a small number among the 13 capitals have a higher increase than the decrease of the others, which are in larger number. This influences upward our estimate of construction in the urban and suburban zones of the remainder of Brazil.

3 — From the total building units existing in Brazil, with the exception of those in the city of São Paulo and in the Federal District in 1950 (P_1), we subtracted the total number of building units existing in capitals (P'_1), thus obtaining the number of building units for the remainder of Brazil (P''_1). For the calculation of building units in the Capitals, we used the method described in items 1 and 2.

4 — To estimate the licensed areas for the remainder of Brazil (excluding rural zones) we used various Q's (item 2): licensed area in the rest of Brazil in 1947 = n of building units in the remainder of Brazil in 1950 $P''_1 \times Q_{47}$.

5 — Having the above estimated in hand, we can estimate the areas actually constructed corresponding to the licensed areas method (identical to that used in VAN DER MEIREN's work).

To conclude, we must point out that we did not deduct wooden houses, as was done on page 150, due to their great importance.

Our estimate of area constructed therefore includes wood as well as other types of constructions.

The scarcity of information on prices, compels us to continue using the same method as the author's. As soon as we receive the completed questionnaires on areas constructed and prices per square meter of area constructed sent to the appropriate authorities of the 400 municipalities, we will be able to improve our estimates on investment in construction.

VALUE OF NEW CONSTRUCTION

Cr\$ 1,000,000

	1947	1948	1949	1950	1951	1952
1. Federal District.....	2 275	1 920	1 830	2 185	3 340	4 916
2. City of São Paulo....	3 500	3 328	3 500	3 760	4 850	5 855
3. Capitals of other states	1 370	1 640	1 780	1 880	2 340	2 944
4. Other areas.....	2 980	2 934	3 102	3 458	4 507	5 139
T O T A L.....	10 125	9 822	10 212	11 283	15 037	18 854

AVERAGE DURATION OF CONSTRUCTION

(In Months)

	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Federal District.....	17	16	16	15	15	17
São Paulo (city).....	14	14	13	13	15	15

AREA OF NEW CONSTRUCTION

(In 1,000 square meters)

	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Federal District.....	1 340	1 070	940	1 070	1 500	2 273
São Paulo.....	2 500	2 240	2 220	2 280	2 660	2 948

AVERAGE COST OF CONSTRUCTION PER SQUARE METER
(In cruzeiros)

	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Federal District.....	1 530	1 610	1 717	1 800	2 000	2 163
São Paulo.....	1 400	1 480	1 576	1 650	1 830	1 986

VALUE OF NEW CONSTRUCTION IN THE FEDERAL DISTRICT AND SÃO PAULO

YEAR	FEDERAL DISTRICT			SÃO PAULO		
	Area (in 1,000 m ²)	Average cost per m ² in Cr\$	Total value in Cr\$ 1,000,000	Area (in 1,000 m ²)	Average cost per m ² in Cr\$	Total value in Cr\$ 1,000,000
1947	1 340	1 530	2 275	2 500	1 400	3 500
1948	1 070	1 610	1 920	2 240	1 480	3 320
1949	940	1 717	1 830	2 220	1 576	3 500
1950	1 070	1 800	2 185	2 280	1 650	3 760
1951	1 500	2 000	3 340	2 660	1 830	4 850
1952	2 273	2 163	4 916	2 948	1 986	5 855

VALUE OF NEW CONSTRUCTION IN OTHER STATE CAPITALS (*)

YEAR	Area (in 1,000 m ²)	Average cost (in Cr\$ per m ²)	Total value (Cr\$ 1,000,000)
1947.....	1 420	960	1 370
1948.....	1 620	1 010	1 640
1949.....	1 650	1 080	1 780
1950.....	1 660	1 130	1 880
1951.....	1 870	1 250	2 340
1952.....	2 200	1 361	2 994

^(*) Excluding the cities of Rio de Janeiro and São Paulo.

VALUE OF NEW CONSTRUCTION IN OTHER AREAS

YEAR	URBAN AND SUBURBAN			RURAL		TOTAL Cr\$ 1,000,000
	Area (in 1,000 m ²)	Average cost in Cr\$ per m ²	Total value in Cr\$ 1,000,000	Substitution Investment (Cr\$ 1,000)	New Invest- ments Cr\$ 1,000,000	
1947	2 800	800	1 600	1 140	240	2 980
1948	2 033	845	1 718	1 000	216	2 934
1949	2 056	900	1 850	1 030	222	3 100
1950	2 174	940	2 044	1 160	254	3 458
1951	2 574	1 040	2 677	1 500	330	4 507
1952	2 874	1 134	3 259	1 540	340	5 139

CONSTRUCTION IN RURAL AREAS

(in Cr\$ 1,000,000)

	1947	1948	1949	1950	1951	1952
1. Transfers of investment.	1 140	1 000	1 030	1 160	1 500	1 540
2. Increase of construction.	240	216	222	254	330	340
TOTAL.....	1 380	1 216	1 252	1 414	1 830	1 880

RÉSUMÉ

Estimation du Revenu National du Brésil 1947/1952

INTRODUCTION

En publiant les calculs du revenu national et de l'investissement pour une nouvelle année, il nous semble utile d'indiquer sommairement les principaux caractères de ces estimations (1).

1 — Pour la première fois, nous publions les estimations du produit national brut et du produit national net. Il s'agit encore de totaux nationaux. Les travaux en cours nous permettront d'obtenir prochainement l'estimation du produit national net par État. L'estimation des dépréciations, indispensable à l'estimation du produit national brut, continue à offrir de sérieuses difficultés, d'autant plus graves qu'on entend faire ces évaluations par États.

2 — Revenu National au Coût de Facteurs. La distribution par État a été étendue cette fois-ci à toute la période 1947/1952. Pour l'Agriculture et la Production Animale, nous avons fait, comme antérieurement, une estimation des dépenses intermédiaires et de la dépréciation, "nous permettant d'estimer les totaux nationaux du revenu net aux prix du marché dans ces branches d'activité. L'estimation du revenu net au coût des facteurs, dans de telles branches, continue à être inexécutable, étant donné l'impossibilité de calculer les montants respectifs d'impôts indirects. L'estimation en question de la consommation intermédiaire, com-

(1) Pour la préparation de ces travaux l'Equipe du Revenu National fut ainsi constituée: Genival de Almeida Santos, chef; Annibal Villanova Villela, Julian Magalhães Chacel, Margaret Hanson et Sebastião Advíncula da Cunha, économistes chargés des secteurs; Carlos Marques de Souza, Dionísio Rios, Lila Rosa de Oliveira et Alvaro Ribeiro, économistes auxiliaires; Edward Carvalho Nascimento, Laura Kingston, Milton Medronho Guimarães, Vera Marie Louise Wohl, collaborateurs; Irene Castelo Branco Barata, sténo-dactylographe.

prenant la dépreciation, est, sans aucun doute, un peu arbitraire, étant applicable seulement aux totaux nationaux. De cette façon, dans la distribution du revenu par État, l'agriculture, la production animale et la production végétale extractive furent considérées à travers les valeurs brutes de la production" (2).

Quant aux particularités de cette estimation, dont une partie des procédés de calcul a été décrite dans la publication antérieure (3) et, l'autre, dans les notes explicatives en annexe, il convient de répéter ici les observations suivantes, qui font partie de cette publication.

"Cependant, nous devons admettre cette fois encore, que les données obtenues ont été sous-estimées. Les notes explicatives qui suivent, se rapportant exclusivement à de nouveaux procédés de calcul, laissent transparaître, sans équivoque, la tendance générale à la sous-estimation, qui se manifeste à travers les différents postes du relevé. Quelques uns de ces postes se distinguent, cependant, à ce sujet, nous faisant espérer, malgré tout, que la persistance des efforts déjà engagés permet d'arriver à de meilleurs résultats dans un avenir proche. On peut mentionner comme exemples plus caractéristiques de ces cas de sous-évaluation: 1º) l'estimation des rémunérations effectivement gagnées par ceux qui exercent leurs activités dans les transports routiers et dans les services urbains de taxis et de lotações (petit autobus); 2º) le montant des profits d'après les informations de la Division de l'Impôt sur le Revenu; 3º) l'estimation des intérêts encore basée entièrement sur des informations de la Division de l'Impôt sur le Revenu, et qui comprend cette classe de revenus déclarés dans la cédule B ou imposés à la source. Quant au deuxième poste, le chiffre publié ne tient pas compte de la variation de valeur des stocks (cas de gain de capital), ni des pertes des entreprises exemptes du paiement de l'impôt sur le revenu à cause d'absence de profit. Par contre — ce qui revêt une importance fondamentale — aucun ajustement n'a été fait pour corriger les lacunes venant de l'évasion de l'impôt, laquelle varie probablement avec les différents types d'entreprises et les différents régions du pays. Il n'a pas été possible, enfin, de tenir compte du cas des entreprises qui ont obtenu l'autorisation de réduire le profit taxé

(2) Revista Brasileira de Economia, Ano VI, n.º 4, pág. 13.

(3) Op. cit.

d'une année déterminée, afin de compenser les pertes des années antérieures".

"Les informations disponibles à la date de conclusion de ces estimations ne permettent pas de distinguer dans tous les cas, le revenu produit dans les Territoires Fédéraux, parce que les parties correspondantes à ces Territoires sont incorporée aux États de l'Amazone (Acre, Guaporé, et Rio Branco) et Pará (Amapá).

Le manque de données a rendu impossible la distribution par État des salaires et traitements des travailleurs autonomes dans l'industrie extractive minière, des employés dans les transports aériens et les télé-communications, et des employés dans les services publics en général. Ce fait n'a pas diminué pourtant l'importance des résultats maintenant offerts à ceux que étudient l'économie brésilienne, puisque les montants correspondants aux branches d'activité ci-dessus citées représentent dans l'ensemble, moins de 1 % du revenu national, constituant par conséquent, une partie insignifiante du total" (4).

3 — Les efforts nécessaires ont été réalisés aussi pour obtenir la distribution du Revenu National par secteurs d'origine et par Unités de la Fédération. L'obtention de données plus satisfaisantes dépend d'une amélioration des statistiques économiques de notre pays. En divulguant ici les résultats d'une des tentatives faites, nous avons l'espoir — comme il arrive toujours quand nous publions nos travaux — que la critique des connaisseurs vienne nous aider à diminuer ses imperfections.

4 — L'Equipe du Revenu National fit, en plus, l'estimation des investissements publics et privés en 1952, et la révision de quelques estimations déjà divulguées, se rapportant à des années antérieures. Les tableaux concernant l'investissement public présente le maximum de spécifications qui nous semble possible avec les données existantes. L'important effort entrepris pour distribuer les investissements par État a trouvé des obstacles insurmontables, pour le moment, en ce qui concerne les dépenses de l'Union et l'investissement privé en machines et équipements.

(4) Op. cit., págs. 14-15.

Produit National — Revenu National — Revenu Personnel

1947/1952

D'abord, nous devons faire remarquer, que les présents calculs du Produit National et du Revenu Personnel ont été faits à partir de l'estimation du Rerenu National. Les autres parties du tableau annexe obeissent aux principes suivants:

A — PROVISIONS POUR LES DÉPRÉCIATIONS

Les chiffres ont été calculés par PIERRE VAN DER MEIREN (1). Pour l'année 1952, nous considérons constante la relation observée en 1951 entre dépréciation et produit net.

B — IMPÔTS INDIRECTS

Les chiffres proviennent des budgets et des comptes du gouvernement fédéral, des États et des Municipalités, et des budgets des établissements publics fédéraux. Nous avons considéré aussi comme impôts indirects les contributions des employeurs — données des comptes — à des institutions telles que: Legião Brasileira de Assistência (L.B.A.), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI), etc.

C — SUBVENTIONS

Les chiffres proviennent des Comptes Généraux de l'Union, relatifs à la période en question. On considère ici seulement les subventions à la production.

(1) "Estimativa do Investimento Bruto e Líquido no Brasil — 1947/51". *Revista Brasileira de Economia*, Ano VI, n.º 4, dezembro de 1952.

D — PROFITS NON DISTRIBUÉS

Cela comprend les profits non distribués des sociétés anonymes, des sociétés à responsabilité limitée et des entreprises concessionnaires des services publics. Notre estimation est basée sur les données fournies par la Division de l'Impôt sur le Revenu (profit taxé) et sur les relations entre profits non distribués et profits totaux des sociétés anonymes, conformément aux publications de la Conjuntura Económica.

Nous avons commencé par établir les relations mentionnées (entre profits non distribués et profits totaux), pour les différentes années. Quant à 1947 et 1948, cependant, la Conjuntura Económica, a seulement présenté les résultats des sociétés établies dans le District Fédéral et à São Paulo, résultats qui ne mettaient pas en évidence, d'une façon explicite, le montant des profits non distribués. Nous avons fait, alors, une estimation de ce montant, en soustrayant du total des profits examinés, les dividendes payés et la partie se rapportant à "d'autres distributions". Cette dernière partie fut estimée comme faisant 10 % du profit total, pourcentage qui est pratiquement la moyenne des relations entre les "autres distributions" et les "profits totaux", pour les années 1949 et 1950 (2).

Nous avons obtenu ainsi le tableau I ci-dessous, où se trouvent les données mises à jour par la Conjuntura et les relations qui nous ont servi de base pour l'estimation des profits retenus dans les sociétés mentionnées:

TABLEAU I

SPECIFICATION	1947 (*)	1948 (*)	1949	1950	1951
A — Profits Totaux (**).	6 351	6 407	9 719	12 499	15 142
B — Profits non distribués (**).	3 372	3 290	5 379	7 397	5 556
B — %	53,09%	51,35%	55,35%	59,18%	36,69%
A					

SOURCE: "Conjuntura Económica" — Ano III, n.º 1 et 10; Ano IV, n.º 12; Ano V, n.º 11, Ano VII, n.º 2.

(*) Données relatives au District Fédéral et à São Paulo, seulement.

(**) Valeurs exprimées en millions de cruzeiros.

(2) Les relations mentionnées sont de 11,63% et de 9,16%, respectivement. Nous n'avons pas considéré pour le calcul de la moyenne la relation corres-

Une fois calculées les relations ci-dessus, nous avons cherché à les appliquer au profit taxé par l'impôt sur le revenu relatif aux sociétés anonymes, sociétés à responsabilité limitée et sociétés concessionnaires de services publics. Cependant, pour 1947, le profit des sociétés à responsabilité limitée se trouvait inclus dans la classifications de la Division de l'Impôt sur le Revenu, dans les "autres sociétés". Nous avons alors groupé pour les années suivantes, le profit des sociétés à responsabilité limitée avec celui des "autres" et nous avons cherché à observer la participation du premier élément dans les totaux ainsi obtenus. Par conséquent nous avons obtenu le tableau II suivant, dont les valeurs sont exprimées en millions de cruzeiros.

TABLEAU II

SPECI-FICATION	1948		1949		1950		1951	
	Profit Taxé M	%						
Sociétés à Responsabilité Limitée..	3 207	50,55	3 444	55,28	4 923	58,38	6 916	50,52
Autres Sociétés..	3 137	49,45	2 786	44,72	3 509	41,62	6 774	49,48
T O T A L....	6 344	100,00	6 230	100,00	8 432	100,00	13 690	100,00

SOURCE: Division de l'Impôt sur le Revenu.

Devant les résultats obtenus, nous avons décidé de considérer que les sociétés à responsabilité limitée entraient dans le total des "autres sociétés" sur la base de 50 % du profit taxé. Par conséquent, nous avons estimé le montant des profits des sociétés à responsabilité limitée, pour 1947, à 3.325 millions de cruzeiros.

Arrivés à ce point, nous avons pu appliquer la relation entre "profits non distribués" et "profits totaux" au montant du profit des types de sociétés considérées, comme taxé par l'impôt sur le revenu.

pondant à 1951 (22,51), car elle est excessivement importante en face des autres, à cause de la plus grande distribution des profits, cette année là, comme l'on verra d'ici peu.

Pour 1952, comme nous ne disposions pas de nouvelles informations, nous avons appliqué le taux moyen vérifié entre 1947 et 1951.

TABLEAU III
PROFIT TAXÉ ET PROFIT NON DISTRIBUÉ
1947 1951
Cr\$ 1.000.000

SPECIFICATION	1947	1948	1949	1950	1951
Profit Taxé.....	9.515	10.241	12.352	15.495	22.391
Sociétés Anonymes (*).	6.190	7.034	8.908	10.572	15.475
Sociétés à Responsabilité Limitée	3.325	3.207	3.444	4.923	6.916
Profit non distribué.....	5.051	5.259	6.837	9.170	8.215
Sociétés Anonymes (*).	3.286	3.612	4.931	6.257	5.676
Sociétés à Responsabilité Limitée	1.765	1.647	1.906	2.913	2.537

(*) Y compris les sociétés concessionnaires de services publics.

La diminution, relativement à 1950, du montant de profits non distribués en 1951 peut être expliquée comme un effet des dispositives de la loi de l'impôt sur le revenu en vigueur, qui ont induit les administrations de beaucoup d'entreprises à répartir non seulement la presque totalité des gains mis à jour dans l'exercice qui se fermait, mais encore à disposer d'une importante fraction des profits non distribués d'exercices antérieurs.

Ces dispositions, comme on le sait, comprenaient:

- a) *des impôts plus légers pour les distributions faites avant la mise en vigueur de la nouvelle loi;*
- b) *un impôt supplémentaire pour les profits non distribués dans l'exercice, lorsque le montant des réserves déjà existantes dépassait les valeurs de capitaux sociaux (3).*

E — IMPÔT SUR LE REVENU PAYÉ PAR LES SOCIÉTÉS ANONYMES ET À RESPONSABILITÉ LIMITÉE

Les données proviennent de la Division de l'Impôt sur le Revenu. En ce qui concerne les sociétés à responsabilité limitée,

(3) *Conjuntura Econômica, Ano VI, n.º 12, pág. 29.*

pour l'année 1947, nous nous sommes servis d'un procédé semblable à celui utilisé pour estimer le profit de ces sociétés durant cette année. L'estimation pour 1952 fut fondée:

a) Sur le montant des profits taxés de ces sociétés, en 1951; b) d'après l'impôt sur le revenu correspondant; et c) sur nos estimations du profit pour 1952. La valeur relative de l'impôt (calculée par la relation entre le montant de l'impôt et le montant des profits), trouvée pour 1951, fut appliquée aux données de 1952.

TABLEAU IV

IMPÔT SUR LE REVENU PAYÉ PAR DES SOCIÉTÉS ANONYMES, À RESPONSABILITÉ LIMITÉE ET CONCESSIONNAIRES DE SERVICES PUBLICS

1947/1951

Cr\$ 1.000.000

SPECIFICATION	1947	1948	1949	1950	1951
Sociétés Anonymes.....	914	921	1.210	1.470	2.148
Sociétés à Responsabilité Limitée..	(*) 427	403	432	652	881
Sociétés Concessionnaires de Services Publics.....	15	17	43	38	63
T O T A L.....	1.356	1.341	1.685	2.160	3.092

SOURCE: Division de l'Impôt sur le Revenu.

(*) Estimation.

F — CONTRIBUTIONS POUR LA SECURITÉ SOCIALE

Cela comprend des contributions d'employeurs et d'assurés pour les Instituts et Caisses de Retraites et Pensions, des contributions d'assurés por l'I.P.A.S.E., et des contributions d'assurés pour d'autres institutions de sécurité sociale.

Le montant des contributions pour les Instituts et Caisses de Retraites et Pensions nous fut donné par l'Anuário Estatístico do Brasil (4).

Quant à l'année 1951 et 1952, nous nous sommes servis d'informations fournies par les institutions elles-mêmes et par le Département National de la Sécurité Sociale du Ministère du Travail.

Les données se rapportant aux contributions pour l'I.P.A.S.E. ont comme source les bilans de l'institution en question.

Les contributions payées par les membres des forces armées de l'Union et des services publics (civils et militaires) des États et Municipalités aux organismes de sécurité locaux ou monts de piété, furent estimées sur la base de 5 % du montant des salaires et traitements payés à ces personnes.

Les résultats obtenus se trouvent dans le tableau suivant:

TABLEAU V
CONTRIBUTIONS A LA SECURITÉ SOCIALE
1947/1952
Cr\$ 1.000.000

SPECIFICATION	1947	1948	1949	1950	1951	1952
INSTITUTS ET CAISSES						
Cont. de l'employeur	1.215	1.358	1.723	2.074	2.539	3.027
Cont. des employés	1.215	1.359	1.723	2.072	2.539	3.027
I.P.A.S.E.						
Cont. des assurés.....	163	182	246	250	289	291
AUTRES						
Cont. des assurés.....	383	401	475	578	747	775
T O T A L.....	2.976	3.300	4.167	4.974	6.114	7.120

G — TRANSFERTS

Cela comprend des retraites, pensions, allocations familiales et assistances diverses à des individus par les pouvoirs publics ou par les institutions de prévoyance sociale. Cela s'étend encore à l'aide accordée par le gouvernement fédéral, les États et les Municipalités aux institutions de charité et d'enseignement. Malheureusement, il ne nous fut pas possible de distinguer, vu le manque absolu de données, entre les intérêts des titres de la Dette Publique payés à des individus ou à des entreprises, c'est pourquoi, nous avons résolu d'omettre un tel montant de la présente estimation. Nous avons également manqué de données permettant l'estimation

des transferts des entreprises envers les individus. Les principales sources utilisées furent les suivantes: bilans et budgets pour les données relatives au gouvernement fédéral, les États et les municipalités; Anuário Estatístico do Brasil (5), pour les données relatives aux Instituts et Caisses de Retraites et Pensions, et bilans de l'I.P.A.S.E. Les données relatives aux Instituts et Caisses de Retraite pour 1951 et 1952, viennent du Département National de la Sécurité Sociale.

Nous devons remarquer que les données se rapportant à 1947 comprennent seulement les assistances et contributions accordées par les Gouvernements des États et Municipalités. Une telle observation s'applique à la donnée se rapportant au transfert des gouvernements municipaux en 1948.

TABLEAU VI
TRANSFERTS SELON L'ORIGINE
1947/1952
Cr\$ 1.000.000

SPECIFICATION	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Gouvernement Federal....	991	1.166	1.513	1.792	2.090	3.387
Gouvernements des Etats..	497	1.103	1.309	1.699	2.394	2.786
Gouvernements de Municipalités.....	85	108	211	558	717	1.301
Instituts et Caisses.....	1.141	1.292	1.474	2.136	2.958	3.817
I.P.A.S.E.....	38	41	51	58	78	84
T O T A L.....	2.752	3.710	4.558	6.243	8.237	11.375

H — IMPÔT SUR LE REVENU PAYÉ PAR DES INDIVIDUS

Cet élément comprend le montant de l'impôt sur le revenu payé par les sociétés civiles, individuelles, collectives et autres (exclues, évidemment, les sociétés à responsabilité limitée, anonymes et concessionnaires de services publics), l'impôt payé par les

(5) Ano IX, X, XI, XII, et XIII.

personnes physiques et celui relatif à la taxation à la source de dividendes d'actions au porteur et d'actions nominatives, des intérêts de dettes amortissables et des intérêts en général, et des loyers, ce dernier impôt payé par les résidents dans le pays.

Le source de telles données est la Division de l'Impôt sur le Revenu, du Ministère des Finances. Pour les "sociétés collectives et autres", pour l'année 1947, on fit une estimation ayant pour but de séparer le montant de l'impôt payé par ces sociétés de l'impôt payé par les sociétés à responsabilité limitée. Le procédé décrit lorsque nous avions besoin de distinguer l'impôt sur le revenu pris aux sociétés à responsabilité limitée fut celui utilisé.

En relation avec les éléments se rapportant à l'impôt retenu à la source, nous avons dû faire, pour les années 1947 et 1948, une estimation, car nous ne disposions pas de données mettant en évidence combien fut payé par résidents et combien fut payé par non résidents dans le pays. Nous avons appliqué alors, au total de l'impôt retenu à la source, le pourcentage des éléments considérés, observé en 1949.

Les résultats obtenus sont présentés dans le tableau ci-dessous.

TABLEAU VII

IMPÔT SUR LE REVENU PAYÉ PAR DES INDIVIDUS ET PAR DES SOCIÉTÉS, EXCEPTÉ LES SOCIÉTÉS ANONYMES ET À RESPONSABILITÉ LIMITÉE
1947 1951

Cr\$ 1.000.000

SPECIFICATION	1947	1948	1949	1950	1951
Sociétés Civiles.....	0	0	0	3	1
Sociétés Individuelles.....	261	284	301	365	577
Sociétés Collectives et Autres.....	427	400	350	451	911
Impôt payé par des personnes physiques	1.250	1.326	1.512	2.028	2.811
Impôts retenus à la source.....	269	424	517	732	559
T O T A L.....	2.207	2.434	2.680	3.579	4.859

L'estimation de cet élément correspondant à 1952, a été faite en supposant que la relation entre l'impôt sur le revenu payé par des individus et le revenu personnel, soit restée sans changement de 1951 à 1952.

Revenu National par Type de Paiement

CHAPITRE I

SALAires ET TRAITEMENTS, EXCEPTÉ DANS L'AGRICULTURE

La présente estimation de la rémunération du travail, à l'exception de l'Agriculture, présente des modifications dans la méthode suivie par rapport aux estimations antérieures (1). Cela vient de l'existence de nouvelles données, de l'adoption de procédés qui nous paraissent meilleurs, et aussi du fait d'avoir réalisé une revision totale des calculs pour la période 1947/1949, afin de les présenter par État.

Les notes qui suivent se rapportent seulement au nouveaux critères. Nous devons faire remarquer, donc, que, sauf indication contraire, nous estimons le Revenu de chaque État séparément. Par conséquent le montant total est la somme des valeurs estimées pour chaque État.

SECTION I

SALAires ET TRAITEMENTS DANS L'ADMINISTRATION PUBLIQUE

A — UNION

I. *Civils*

Pour 1952, les données proviennent de la Comptabilité Générale de la République.

Dans le District Fédéral, on inclut outre les dépenses qui font partie du bilan respectif, la rémunération du personnel des

(1) *Revista Brasileira de Economia*, Ano V, n.º 3; Ano VI, n.º 4.

établissements publics d'Intervention Économique, de l'Université du Brésil, de la COFAP, du IPASE et du Conseil National de Recherches. L'absence d'informations empêche pour le moment, une estimation des dépenses de personnel de quelques unes de ces autarchies pour d'autres États.

Relativement à la période 1947/1951, on fit une nouvelle distribution par État basée sur des relations vérifiées en 1952. Rien n'indique que ces relations se soient maintenues constantes. L'adoption de ce critère tient uniquement au fait que 1952 est la seule année pour laquelle il fut possible de faire des relevés dans ce secteur par État.

II. Militaires

Étant connus seulement les totaux nationaux de rémunération du personnel des forces armées fédérales, à travers les bilans des ministères militaires (Aéronautique, Marine et Guerre, publiés dans les bilans généraux de l'Union, Vol. II), relatifs, respectivement, à la période de 1947/1952, la distribution par États fut réalisée à la base d'une estimation du nombre d'individus qui en font partie.

Les résultats du Recensement Démographique de 1950, déjà divulgués, nous permettent de connaître le nombre des employés fédéraux dans la "Défense Nationale et Sûreté Publique" en 1950. On suppose que ces données représentent le nombre d'individus appartenant aux forces armées fédérales dans les différents États, excepté le District Fédéral et les Territoires. Dans le District Fédéral et dans les Territoires Fédéraux, les données disponibles comprennent, en plus des forces armées fédérales, les effectifs de la Police, les pompiers, les inspections de véhicules, etc. De cette façon, nous avons soustrait des données du Recensement, pour les Territoires, les effectifs de la Police Militaire et de l'Inspection des Véhicules (2). Le reste correspond aux membres des forces armées fédérales dans les Territoires.

En ce qui concerne le District Fédéral, — où, en plus d'une série d'organisations policières, existe le Département Fédéral de la Sûreté Publique — les effectifs de la plupart des institutions de Sûreté nous manquent. A cause de cela, nous avons décidé de

(2) *Anuário Estatístico do Brasil, Ano XII, 1951, pág. 551.*

reprendre le chiffre de 1940 (Recensement Démographique de 1940) relatif aux membres des forces armées fédérales dans la ville de Rio de Janeiro.

Une fois faite la distribution par Unité Fédérée des dépenses concernant le personnel de Ministères Militaires, sur la base de la distribution géographique des forces armées fédérales, nous avons ajouté au D. F. les parties correspondantes à la remunération du personnel militaire dont on fait état dans les bilans du Ministère de la Justice et Affaires Intérieures et que nous supposons devoir correspondre au corps de pompiers et aux institutions policières dont le siège est dans le District Fédéral.

B — ÉTATS

I. Civils

Pour 1952, nous utilisons les données de budgets fournis par le Conseil Technique d'Economie et Finances. Quant à 1951, les estimations antérieures (3), furent à présent, remplacées par des données de bilan.

Les résultats se rapportant aux années 1947 et 1948, basés sur des données de bilan, ont souffert quelques modifications. Cela parce que les données publiées pour 1947 comprenaient les allocations familiales, les inactifs, les pensionnés et la rémunération du personnel employé dans les services d'utilité publique; celles de 1948, allocation familiale. L'estimation de ces parties, dans un but d'exclusion, fut fait de la façon suivante:

Allocations familiales: seulement les bilans d'après 1949 présentent la discrimination nécessaire. L'estimation pour 1947 et 1948 se fonde, donc, sur les pourcentages vérifiés en 1949.

Inactifs, pensionnés et personnel employé dans les services d'utilité publique: les pourcentages respectifs, vérifiés en 1948, furent appliqués aux données de 1947.

II. Militaires

Dans les publications antérieures il n'y a pas de discrimination entre le personnel civil et militaire pour les années 1947, 1948 et 1949, car cette discrimination n'est pas connue à travers

(3) Revista Brasileira de Economia, Ano VI, n.º 4, pag. 18.

les bilans. Cependant, il a été possible de distinguer entre l'un et l'autre dans les années suivantes, c'est à dire, 1950, 1951 et 1952. Pendant cette période le pourcentage du personnel militaire s'est maintenu plus ou moins constant, oscillant entre 8,5 et 9,6 %. Étant donné qu'on vérifie une tendance à la croissance, nous prenons le moindre des pourcentages, c'est à dire 8,5 % et nous l'appliquons aux totaux nationaux de la période 1947/1949.

C — MUNICIPALITÉS

Pour 1952, faute de meilleures données, nous avons fait une estimation qui consista à calculer, d'abord, le pourcentage des dépenses de personnel dans les budgets de toutes les municipalités par rapport aux dépenses de personnel figurant dans les budgets des capitales en 1951. Et nous avons appliqué cette relation aux dépenses de personnel dans les budgets des capitales en 1952.

Les données relatives à 1951, dont l'estimation publiée antérieurement a obéi au critère indiqué ci-dessus, ont été remplacées par les données budgétaires.

La discrimination par État, de 1947 à 1950 — des données de budget — a été faite sur la base des pourcentages vérifiés pour 1951, car pour ces années-là les totaux nationaux étaient seuls connus. Ces totaux en 1947 et 1948 ont inclus des parties se rapportant aux allocations familiales, aux inactifs, aux pensionnés et en 1949, aux allocations familiales. Afin d'exclure ces postes on a calculé leurs pourcentages en 1951 par État, et on les a appliqués aux postes déjà distribuées par État, selon le critère mentionné ci-dessus.

SECTION II

SALAIRS ET TRAITEMENTS DANS L'INDUSTRIE

A — SALAIRES DES ASSURÉS DE L'INSTITUT DE RETRAITE ET PENSIONS DES EMPLOYÉS D'INDUSTRIE (I.A.P.I.)

I. Estimation pour la Période 1947/1951

L'I.A.P.I., au début de chaque année, comme on le sait, fait des compte-rendus des contributions concernant le mois de juillet

de l'année antérieure ainsi que du nombre respectif d'assurés. Ces données, comme il est évident, nous permettent de calculer le salaire moyen de contributions des assurés à l'Institut, concernant le mois de juillet de chaque année. Nous basant sur les données du contrôle de l'I.A.P.I. et sur les résultats du Recensement de 1948, nous avons élaboré une estimation des salaires payés de la façon indiquée ci-dessous:

1. Nous avons supposé que le salaire moyen de contribution et le nombre d'assurés, concernant le mois de juillet, représentaient la moyenne mensuelle de telles données pour chaque année. Cette supposition nous a permis, dans l'immédiat, de calculer le salaire annuel moyen de contribution et le montant annuel des salaires de contribution.

2. Nous avons estimé alors, le montant des salaires de "contribution" échappant à l'I.A.P.I., estimation fondée sur la moyenne des evasions trouvées par le contrôle de l'Institut sur la période 1949-1951. Le choix de la période 1949-1951 est dû au fait qu'à partir de 1948 le cadre des contrôleurs de l'I.A.P.I. commença à être complet, permettant ainsi un contrôle plus efficace. Nous faisons remarquer que la marge d'evasion fut constante durant toute la période.

3. Nous avons appliqué au total résultant la relation entre salaire payé et salaire de contribution — relation observée dans le recensement de 1948 — de sorte que nous avons obtenu le montant annuel de salaires payés à ceux qui, par la nature de leur activité, se trouvent dans le domaine d'action de l'I.A.P.I.

4. La distribution des montants de salaires payés par les différentes classes d'industrie fut fait selon le procédé décrit dans la publication antérieure (4).

II. Estimation pour 1952

Comme nous ne disposons pas encore des résultats complets du dépouillement annuellement réalisé par la Division d'Actuaires de l'I.A.P.I. se rapportant à juillet 1952, nous avons fondé notre estimation sur les contributions relatives au mois de juillet,

dont le montant nous fut fourni par le Département des Perceptions du dit Institut. Nous avons admis une évasion équivalente à la moyenne de celle constatée dans la période 1950/1952.

B — INDUSTRIE CHARBONNIÈRE

En ce qui concerne l'année 1947, nous ne disposions pas des informations fournies annuellement par les entreprises elles-mêmes, au Service de Statistique de la Production (SEP) du Ministère de l'Agriculture, nous nous sommes donc vus dans l'obligation d'élaborer une estimation qui peut être décrite de la façon suivante:

1. *Nous avons pris en considérations sur la base des statistiques de la SEP se rapportant à la production de charbon minéral, le produit moyen pour 1948 per capita.*

2. *En supposant qu'entre 1947 et 1948, la production réelle par ouvrier n'ait pas changé, et une fois connu le montant de la production totale de 1947, il nous a été possible d'estimer, pour 1947, le nombre d'employés dans cette industrie.*

3. *Outre cela, nous avons supposé que le salaire moyen de l'industrie charbonnière a varié entre 1947 et 1948, dans les mêmes proportions qu'a varié le salaire moyen des assurés de l'I.A.P.I. dans les États respectifs.*

4. *Une fois estimé le salaire moyen et le nombre d'employés, le produit des deux quantités nous a donné le montant des salaires payés dans ce genre d'industrie.*

C — INDUSTRIE DU GAZ

La présente estimation se rapporte seulement, aux salaires payés aux employés de l'industrie du gaz canalisé, puisque les employés de l'industrie du gaz en bouteilles sont des contribuables de l'Institut de Retraite et Pensions de Employés dans les Transports et dans les Chargements (I.A.P.E.T.C.).

Les salaires et traitements payés dans l'industrie du gaz canalisé furent estimés, comme auparavant, sur la base des informations fournies par la Compagnie COBAST et par la Compagnie Auxiliaire d'Entreprises Électriques Brésiliennes, auquel

s'ajoutent, maintenant, les résultats du Recensement Industriel de 1950.

SECTION III

SALAIRS ET TRAITEMENTS DANS LES BANQUES ET COMPAGNIES DE CAPITALISATION

L'estimation des salaires et traitements payés par les banques et compagnies de capitalisation, présentée maintenant, a été établie d'après des informations concernant le nombre d'employé et les salaires payés déclarés à l'ERN par quelques établissements de banque (5), et sur le nombre d'assurés dans l'Institut de Retraites et Pensions de Employés de Banque (I.A.P.B.) et de la Caisse de Sécurité des Fonctionnaires de la Banque du Brésil.

Le nombre d'employés dans ces activités nous fut donné par l'addition du nombre d'assurés de l'I.A.P.B. à celui des assurés à la Caisse de Sécurité mentionnée. Quant à 1947, cependant, comme nous ne disposions pas des données relatives à l'I.A.P.B., nous avons considéré que le nombre d'employés dans le genre d'activité en question n'avait pas varié entre 1947 et 1948.

Le salaire moyen fut estimé de la manière suivante:

1. *Nous avons adopté pour 1949 le salaire moyen donné par le Recensement de 1950.*

2. *Nous avons supposé que le salaire moyen national, relatif à 1949 avait varié pour les autres années, dans les mêmes proportions qu'a varié le salaire moyen dans les établissements qui nous ont informés, ce qui nous a permis d'estimer le salaire moyen dans les banques, dans le tout le pays, pour les années 1947/52.*

3. *Nous avons supposé que la relation entre le salaire moyen dans chaque État et le salaire moyen national — relation observée en 1949 (Recensement de 1950) — n'avait pas varié dans la période en étude. Une telle supposition nous a permis d'estimer le salaire moyen pour chaque État, durant les différentes années prises en considération.*

(5) Mettant en rapport les informations obtenues avec les résultats préliminaires du recensement de 1950, relatifs aux Institutions de Crédit nous voyons que les établissements qui nous ont informé possédaient en 1949, 19,9% du nombre des employés et payaient 21,0% des salaires.

SECTION IV

SALAires ET TRAITEMENTS DANS LES TRANSPORTS
ET COMMUNICATIONS

A — TRANSPORTS MARITIMES

Le nombre d'individus occupés dans les transports maritimes a été estimé d'après les résultats du Recensement Démographique de 1940 et 1950.

Étant donné que pour 1950, nous n'avons disposé que de données concernant les grandes classes d'activité, nous avons appliqué au nombre d'individus recensés en 1940, dans la classe "transports maritimes et fluviaux et services portuaires", les taux d'accroissement, entre 1940 et 1950 de la branche "Transports, Communications, Emmagasinage". Une fois estimé ainsi le nombre d'individus occupés en 1950 dans la classe d'activité en question, nous en avons soustrait le nombre d'employeurs, nombre constant celui-ci d'après les résultats préliminaires du recensement de la navigation de 1950. Nous avons supposé que la différence représentait le nombre d'employés dans les transports maritimes et fluviaux et les services portuaires en 1950. En attendant, ce procédé d'estimation presuppose l'inexistence de travailleurs autonomes dans le type de transports étudié. D'une façon générale, quand les données du recensement sont plus complètes elles permettent une distinction entre le nombre d'employés, d'employeurs et de travailleurs autonomes. Devant la précarité des statistiques existantes il nous a paru plus prudent de supposer que le nombre d'employés s'est maintenu constant pendant la période étudiée.

Relativement au salaire moyen, nous avons adopté, pour 1948, les données du recensement réalisé par l'institut de Retraites et Pensions de Marins (I.A.P.M.) pendant cette année. Pour les autres années, nous avons admis que ce salaire avait seulement varié par suite des décrets exécutifs qui concernent les salaires de marins (6). De ces décrets nous avons seulement retenu les taux minima d'augmentation comme base de variation. Nous faisons remarquer que ce procédé ne tient pas compte de l'influence que la mobilité du travail peut exercer sur le salaire moyen. Nous

(6) Décrets 26.633, du 6/5/49, et 30.513, du 7/2/52.

espérons que la prochaine publication des résultats complets du recensement de 1950 et la réalisation d'enquêtes ou l'accès à d'autres sources d'informations rendront possible, bientôt, l'amélioration des estimations dans cette branche.

B — POSTE ET TÉLÉGRAPHE

Des données proviennent du Département des Postes et Télégraphes. Les différences existant entre les données présentées maintenant et celles publiées auparavant (7) tient au fait qu'on a inclus au moment de l'estimation pour la période 1947/51 des éléments correspondant aux allocations familiales, qui viennent maintenant d'être identifiés.

SECTION V

SALAIRS ET TRAITEMENTS DANS LES SERVICES

A — MEMBRES DES ORGANISATIONS RÉLIGIEUSES

L'estimation du nombre des membres des organisations religieuses fut divisée en trois parties: — culte catholique, culte protestant et autres cultes.

Relativement au culte catholique, nous disposons seulement de données pour 1947 (8). L'estimation pour les autres années fut faite en supposant une constance dans la relation, que l'on observe en 1947, entre le nombre de ces personnes et la population totale.

Pour le culte protestant nous avons disposé de données annuelles, couvrant la période 1947/1951, données venant du Service de Statistique Démographique Moral et Politique, du Ministère de la Justice et des Affaires Intérieures, étant donné que celles relatives à 1947/49 se trouvent publiées dans l'Annuaire Statistique du Brésil (9). Quant à l'année 1952, vu le manque de nouvelles informations, nos avons reproduit les données de l'année antérieure.

(7) *Revista Brasileira de Economia*, Ano VI, n.º 4, págs. 95, 112, 113.

(8) Padre J. B. Lehmann, *Le Brésil Catholique*, 1947.

(9) Ano XII, 1951, págs. 482-483.

L'estimation pour les autres cultes fut faite initialement pour 1950, en supposant que la participation des membres de ces cultes dans le total des membres des organisations religieuses était égal au rapport existant entre le nombre de personnes qui dans le Recensement Démographique de 1950, se déclarèrent comme appartenant à ces religions et le total de la population qui a déclaré suivre une religion dans le même Recensement. De cette façon, nous avons calculé la participation du nombre de catholiques et de protestants dans le total de la population suivante une religion et nous avons supposé que la participation du nombre des cultes catholique et protestant dans le total des membres des organisations religieuses était la même. Une fois calculé, donc, par différence, le nombre des membres des autres cultes en 1950, nous avons étendu notre estimation aux autres années, considérant comme constante la relation entre le nombre de ces personnes et la population totale. Malgré la précarité reconnue de l'estimation, nous l'avons maintenue car nous avons constaté qu'il s'agit d'un petit poste, dont le chiffre a une influence très réduit sur le total du groupe d'activité. En vue d'évaluer la rémunération, nous avons attribué aux membres des organisations religieuses une importance que l'on suppose correspondre aux dépenses minimum de subsistance.

Dans ce but nous avons estimé pour 1952 un salaire minimum moyen par État (moyenne arithmétique des salaires minimums de chaque État) nous fondant sur les décrets n.º 30.342 du 24/12/51. Pour les autres années, nous avons ajusté le salaire minimum par État à celui estimé pour 1952, d'après les indices du coût de l'alimentation vérifiés dans les municipalités des capitales (10). Cependant, en ce qui concerne 1947, faute d'autres données, l'ajustement fut fait à la base de l'indice du coût de la vie dans le District Fédéral, publié par Conjuntura Econômica.

E — SERVICES DOMESTIQUES RÉMUNERÉS

Puisque les résultats connus du Recensement Démographique de 1950 se rapportent aux grandes branches d'activité, nous avons

(10) *Annuaire Statistique du Brésil, Année XIII, 1952, pag. 357, et Bulletin du Service de Statistique de Prévoyance et Travail du Ministère du Travail, janvier de 1953.*

estimé le nombre des Employés domestiques sur la base des résultats des Recensements Démographiques de 1940 et 1950.

Nous avons commencé par éliminer l'influence de la variation du nombre d'individus occupés dans des entreprises et recensés par le Recensement des Services (Entreprises), sur le secteur "Prestation de Services" du Recensement Démographique. Nous avons retranché, par conséquent, le nombre des personnes occupées dans les Prestations de Services et recensés par les Recensements Démographiques de 1940 et 1950. Nous avons établi, alors, pour 1940, le rapport entre le nombre d'employés domestiques et le nombre de personnes occupées dans les Prestations de Service, mais non recensées par les Recensements des Services (différence entre le Recensement Démographique et le Recensement des Services auquel nous avons fait allusion dans la période antérieure). Ce rapport a été appliqué à la donnée correspondante à 1950, en prenant soin, pour les Territoires qui ne se trouvaient pas encore créés en 1940 (Guaporé, Amapá, Rio Branco) d'appliquer les rapports que l'on observait, en 1940, dans les États dont les territoires mentionnés faisaient partie cette année-là (Mato Grosso, Amazonas, Pará, respectivement).

Vu le manque de base consistante pour l'estimation des variations du nombre de ces employés d'une année à l'autre, nous avons supposé que ce nombre s'était maintenu inaltéré durant la période étudiée.

Relativement à la rémunération moyenne attribuée, nous avons adopté ici un critère identique à celui que nous avons suivi lors de l'estimation de la rémunération des membres d'organisations religieuses.

CHAPITRE II

RÉMUNÉRATION DES TRAVAILLEURS AUTONOMES

Les résultats connus du Recensement Démographique de 1950 nous offrent une distribution des individus recensés, dans chaque branche d'activités, selon l'occupation, en faisant distinction entre: — "employé", "employeur", "travailleur indépendant", "membres de la famille", "fermiers", "métayers" et "sans information". Une remarque qui s'impose aussitôt au sujet de cette distribution, est celle que le apurement de ces données peut présenter des

erreurs de classification venant d'informations erronées, données par les recensés eux-mêmes, et qui, pour autant, ne peuvent être évitées par une sévère critique du matériel rassemblé. Ceci dit, nous nous vimes dans l'obligation d'élaborer un procédé de calcul qui commença par supposer constant, dans la période 1947/1952, le nombre de travailleurs autonomes et de les distinguer en deux groupes que nous désignons par les deux premières lettres de l'alphabet:

Groupe A — constitué par les "travailleurs indépendants" et les "membres de la famille".

Groupe B — constitué par les "fermiers", "métayers", "sans information", et par la différence entre le nombre d'individus que se déclarèrent employés dans le Recensement Démographique et le nombre de ceux qui se déclarèrent employés dans le Recensement Économique. Ce groupe se compose, probablement, d'individus qui n'ont pas une occupation fixe ou continue.

Groupe A

Le nombre d'autonomes du groupe A, dans les branches pour lesquelles, nous disposons, outre le Recensement Démographique, des résultats de Recensements Économiques (Commerce de Marchandises, Industrie de Transformation et Services), fut estimé de la manière suivante:

1. Nous avons ajouté le nombre des employeurs au nombre des travailleurs indépendants et des membres de la famille, obtenus par le Recensement Démographique.

2. Du total ainsi obtenu, nous avons soustrait le nombre d'employeurs (administration d'entreprises) donné par les Recensements Économiques.

Ce procédé fut adopté dans le but d'ériter le double emploi provenant de l'usage de Recensements économiques pour l'obtention du nombre d'employeurs et l'utilisation du Recensement Démographique pour l'estimation du nombre des travailleurs autonomes. Ce double emploi arriverait forcément si l'on n'utilisait le procédé indiqué, en raison de la possibilité — déjà montrée — d'une erreur de classification dans le Recensement Démographique.

Relativement aux autres branches d'activité (11), encore dans le groupe A, parce que nous ne disposons pas encore des résultats des Recensements Économiques correspondants, nous avons estimé le nombre d'autonomes en ajoutant le nombre de travailleurs indépendants aux membres de la famille (Recensement Démographique).

Quant à la rémunération dans le groupe A, nous avons attribué: — aux autonomes du commerce, le salaire moyen payé aux assurés de l'I.A.P.C.; — aux autonomes de l'industrie de transformation, le salaire moyen payé aux assurés de l'I.A.P.I.; — aux autonomes intermédiaires financiers, le salaire moyen payé aux employés de banques; — aux autonomes des transports et communications, le salaire moyen payé aux assurés de l'I.A.P.E.T.C.

Groupe B

L'estimation du nombre des autonomes classifiés dans ce groupe des branches pour lesquelles nous disposons de résultats des Recensements Économiques de 1950 (Commerce de Marchandises, Industrie de Transformation et Services), fut faite de la façon suivante: — nous avons calculé la différence entre le nombre d'employés fourni par le Recensement Démographique et le nombre d'employés fourni par le Recensement Économique respectif, et cette différence fut additionnée au nombre d'individus qui apparaissent dans le Recensement Démographique comme "associés" et "sans information". Relativement aux autres branches d'activité, parce que nous ne disposons pas des Recensements Économiques respectifs, notre estimation fut fait en additionnant le nombre d'individus qui apparaissent dans le Recensement Économique au poste "occupation ignorée" au nombre de ceux qui se déclarèrent "associés", dans le même Recensement.

Il faut remarquer que par rapport au secteur des services, ont été soustraits le nombre d'employés domestiques (12) et les membres d'organisations religieuses (13) qui apparaissent seule-

(11) Commerce d'immeubles et valeurs mobilières, assurances et capitalisation (inclus dans nos estimations sous le nom de "Intermédiaires Financiers"); activités sociales (avec les Services) et transports et communications.

(12) Voir estimation aux pages 153.

(13) Voir estimation aux pages 152.

ment dans les résultats du Recensement Démographique et dont la rémunération fut estimée séparément.

En ce qui concerne le commerce, on remarque, dans quelques États, que le nombre des employés du Recensement Économique supérieur à celui trouvé par le Recensement Démographique. Étant donné la nature de ces Recensements, il nous semble que de telles divergences ne devaient pas avoir lieu. L'égalité serait normale et, même il serait admissible qu'il y ait une supériorité de nombre dans le Recensement Démographique, ce qui se justifierait par l'inclusion dans le Démographique de personnes éventuellement en chômage, ou sans occupation permanente et que l'on aurait classé comme employé.

En effet, on constate que le total national des employés dans le Recensement Démographique est plus grand que dans le Recensement Économique (ce qu'on a convenu de considérer le nombre d'employés indiqué par le Recensement Démographique est supérieur à celui du Recensement Économique (nous parlerons dans ce cas de différence positive). Sans chercher à expliquer les causes de cette différence, nous en avons fait une répartition proportionnelle entre les États qui présentent une différence positive.

Nous avons négligé, par conséquent, les différences "négatives" (chiffres du Recensement Économique supérieurs à ceux du Recensement Démographique).

L'estimation de la rémunération totale des travailleurs indépendants classés dans le groupe B, fut faite, en supposant pour 1952, une rémunération moyenne équivalente au salaire minimum par État (moyenne arithmétique des salaires minimums dans chaque État). Un tel salaire minimum fut ajusté pour les années antérieures par l'utilisation des indices du coût de l'alimentation dans les municipalités des capitales (14). Quant à 1947, pourtant, parce qu'il nous manque des informations concernant les indices du coût de l'alimentation, nous avons utilisé comme base d'ajustement l'indice du coût de la vie dans le District Fédéral élaboré par la Conjuntura Econômica.

Il nous resta à faire ici une référence à l'estimation des travailleurs indépendants dans l'industrie extractive minière. Parce que nous ne disposons pas encore des données complètes du Re-

(14) *Annuaire Statistique du Brésil, Année XIII, 1952, páq. 357, et Bulletin du Service de Statistique de la Prévoyance et du Travail, du Ministère du Travail, janvier 1953.*

censement Démographique de 1950, qui nous permettront de connaître la composition de la branche "Industries Extractives", nous avons adopté le même procédé que dans les estimations antérieures (15), avec l'avantage de disposer maintenant des résultats complets pour le total de la branche (Industries Extractives).

CHAPITRE III

RÉMUNÉRATION DES PROFESSIONS LIBÉRALES

L'estimation de la rémunération des professions libérales fut faite en calculant le nombre des intéressés et leur rémunération moyenne.

En ce qui concerne le nombre, nous avons commencé par estimer le nombre d'individus dans la branche "professions libérales et activités auxiliaires", nous fondant sur l'accroissement dans cette branche entre 1940 et 1950. Nous avons supposé alors, que la participation relative des professions libérales (16) dans le total de cette branche — participation relative observée en 1950 — était valable pour la période 1945/52. Cette supposition, comme il est évident, nous a permis d'estimer le nombre des membres de professions libérales pendant la période mentionnée.

L'estimation de la rémunération moyenne fut fait, au début, pour l'année de 1945, car on disposait pour cette année d'un échantillon des revenus déclarés en vue d'impôt sur le revenu. Cette estimation a compris les étapes suivantes:

1. *Calcul de la rémunération moyenne des membres des professions libérales ayant payé l'impôt sur le revenu en 1946 (revenus de 1945) et qui font partie de l'échantillon mentionné.*

2. *Estimation du nombre des membres des professions libérales qui n'ont pas été taxés par l'impôt sur le revenu en 1946 (différence entre le nombre total et le nombre faisant partie de l'échantillon en question). À ces individus nous avons attribué une rémunération moyenne correspondant à Cr\$ 40 600,00, cette rémunération moyenne étant composée de deux parties, l'une de Cr\$ 24 000,00 équivalente à la limite d'exemption d'impôt en*

(15) *Revista Brasileira de Economia, Année VI, n.º 4, pag. 50.*

(16) *Ont été considérés comme professionnels libéraux ceux qui se déclarent, dans la branche "Professionnels Libéraux et Activités Auxiliaires" du Recensement Démographique, avec les positions suivantes d'occupation: employeur, travailleur à son compte, associés et partenaire.*

1945; l'autre de Cr\$ 16 600,00 correspondant à l'abattement pour deux personnes à charge (17), estimé cette année-là.

3. Calcul de la moyenne arithmétique extraite des rémunérations moyennes estimées en conformité avec les postes 1 et 2. La quantité utilisée a été le nombre des membres des professions libérales qui percevaient les rémunérations moyennes respectives.

La rémunération moyenne ainsi estimée pour 1945 fut ajustée pour les années postérieures (excepté 1947 et 1948) moyennant l'utilisation de l'indice du coût de vie (toutes les dépenses) des municipalités des capitales, élaboré par le Service de Statistique de la Prévoyance et du Travail "SEP"). Cependant, vu le manque absolu de données, l'ajustement jusqu'en 1948 fut fait en utilisant l'indice du coût de vie dans le District Fédéral, élaboré par Conjuntura Econômica.

CHAPITRE IV

RÉMUNÉRATION DU TRAVAIL DES EMPLOYEURS

Le nombre d'employeurs, supposé constant dans la période 1947/52, fut estimé de la façon suivante:

1. Pour les branches Commerce, Industrie Extractive Minière, Industrie de Transformation et Services, nous avons utilisé les données de Recensements Économiques de 1950, relatifs à des personnes occupées dans l'administration des entreprises, c'est à dire, "propriétaires, associés et directeurs avec activité dans les établissements".

2. Pour les autres branches d'activité (18), nous avons utilisé les données du Recensement Démographique.

L'estimation de la rémunération totale en 1948, pour les branches Commerce, Services, Transports et Communications, fut faite en considérant comme rémunération moyenne, le salaire moyen des assurés à l'I.A.P.C., qui gagnent plus que Cr\$ 24 000,00 annuellement. Ce salaire moyen fut ajusté pour les années postérieures en utilisant les indices observés du coût de

(17) Pour les détails du calcul de l'abattement moyen, par personne à charge, voyez *Revista Brasileira de Economia*, Année V, n.º 3 pag. 69.

(18) Commerce d'immeubles, valeurs immobilières, assurances et capitalisation (inclus dans notre estimation sous la désignation d'Intermédiaires Financiers); activités sociales (additionnées aux Services) et communications et transports.

vie (toutes les dépenses) dans les municipalités des capitales. L'ajustement pour 1947, parce que nous ne disposions pas d'autres informations, fut fait avec, comme base, l'indice du coût de vie dans le District Fédéral, publié par la Conjuntura Econômica.

3. Relativement aux autres branches d'activité, nous avons utilisé un procédé d'ajustement identique, en modifiant, cependant, la rémunération de base (1948) de la façon suivante:

a) employeurs ayant une fonction dans les entreprises de l'Industrie Extractive des Produits miniers et dans l'Industrie de Transformation, rémunération moyenne des assurés de l'I.A.P.I., avec des traitements supérieurs à Cr\$ 24 000,00 par an.

b) employeurs ayant une fonction dans les entreprises de la branche Intermédiaires Financiers, rémunération moyenne des assurés de l'I.A.P.B. qui reçoivent des salaires au-dessus de Cr\$ 24 000,00 par an.

CHAPITRE V

PROFITS

Notre estimation pour 1952, en vertu du manque de nouvelles données, s'est fondée sur les proportions vérifiées, en 1951, entre la partie correspondante aux profits et le montant du Revenu National. La distribution par États fut faite suivant les pourcentages observés en 1951.

Les données relatives aux autres années viennent de la Division de l'Impôt sur le revenu.

Ce poste nous paraît grandement sous-estimé. On trouve donc ici les observations déjà mentionnées dans les publications antérieures (19). Cependant, on a vérifié une augmentation de 54 % sur le montant des profits taxés en 1950 en relation avec le total de l'année antérieure. Les informations que nous avons reçues de la direction de la Division de l'Impôt sur le Revenu, indiquent l'amélioration des services de contrôle de cet organisme, comme cause principale de ce fait.

(19) *Revista Brasileira de Economia*, Année V, n.^o 3, págs. 98-100, et n.^o 4, Année VI, págs. 57.

CHAPITRE VI

INTERÉTS

Notre estimation pour 1952 fut fait en adoptant le critère identique à celui qui fut suivi pour l'estimation des profits.

Pour les autres années, les données viennent de la Division de l'Impôt sur le Revenu, en faisant remarquer que, dans notre estimation par État, pour les années 1947/49, nous avons utilisé des procédés identiques à ceux antérieurement suivis pour l'estimation des montants nationaux (20).

CHAPITRE VII

LOYERS

Nous pouvons répéter ici les observations faites dans les publications antérieures (21). L'estimation par Unité de la Fédération, maintenant faite pour toute la période considérée, ne tient pas compte des corrections de données obtenues grâce à l'impôt immobilier, comme dans l'estimation publiée antérieurement (taux nationaux) pour les années 1947/49 (22). Ce procédé ne pourrait être recommandé que dans ce cas et pour le District Fédéral.

CHAPITRE VIII

AGRICULTURE — 1947/1952

Les travaux à présent exposés comprennent une nouvelle estimation du Revenu pendant la période 1947/49, de façon à la présenter par Unité Fédérée, comme celle de 1952. D'une façon générale, furent utilisés les mêmes critères que dans nos estimations antérieures. Cependant, il y a quelques changements que nous indiquons par la suite.

(20) *Revista Brasileira de Economia*, Année V, n.º 3, págs. 102-104.

(21) *Revista Brasileira de Economia*, Année V, n.º 3, págs. 104-106, et Année VI, n.º 4, págs. 58-60.

(22) *Op. cit.*, Année VI, n.º 4, págs. 58-60.

SECTION I

ESTIMATION DU PRODUIT BRUT

A — PRODUCTION ANIMALE — CHASSE — PÊCHE

Pour la production animale la seule modification de méthode concerne l'estimation du Revenu agricole de l'année 1952. Au moment de l'élaboration de nos estimations, les données de la pêche pour l'année en question n'avaient pas encore été mises à jour par le Service de Statistique de la Production. En attendant, nous avons réussi à obtenir les chiffres représentatifs de la production de pêche en 1952 pour les états de Rio de Janeiro et Alagoas. Nous avons éliminé alors la valeur de ces États dans la série de pêche pour 1947/51 et, par un ajustement, nous avons calculé la série obtenue après cette élimination. Ce calcul nous a permis l'obtention d'une donnée globale pour 1952 (cette donnée ne comprend évidemment pas la valeur de la pêche dans les États déjà mentionnés). La redistribution de cette valeur par Unité Fédérée a été effectuée en prenant comme base les proportions moyennes par lesquelles chaque État participe de la valeur de la production totale pendant la période 1947/51.

B — CALCUL DE LA VALEUR DE LA PRODUCTION FORESTIÈRE

La production forestière comprend les productions de bois de construction, bois à brûler et charbon végétal. L'estimation ne comprend pas la valeur des traverses pour la voie ferrée parce que nous avons constaté que cette production fait partie de l'activité industrielle (branche de l'industrie du bois), aussi bien dans la classification censitaire que dans celle des Nations Unies.

L'estimation ne renferme pas de grandes difficultés pour les deux années 1947/48, car les données font partie de relevés officiels (SEP). Mais il existe un manque de données à partir de 1949. Nous avons obtenu, dans l'unique source d'informations connues, le Service de Statistique de la Production, des données éparses pour la période 1949/51. Nous avons essayé alors, de construire, avec comme base les informations de quelques États (notamment Minas Gerais et Paraná), une série qui permet de calculer une valeur théorique pour 1952 et, en même temps, constitue une partie considérable de la valeur de la production nationale.

nale totale, de façon à arriver à des valeurs nationales (série "fondamentale"). Nous avons dédoublé le calcul en estimations particulières pour chacune des productions déjà signalées dans le paragraphe initial.

a) VALEUR DE LA PRODUCTION DU BOIS

Le calcul a eu comme base la série de valeurs du bois produit en 1946/51 dans les États du Pará, Minas Gerais et Paraná.

Même dans la formation de cette série "fondamentale" nous avons eu à surmonter quelques difficultés, à savoir:

1) *L'absence de données pour les trois États en cause en 1952.*

2) *L'absence de données pour Minas Gerais en 1951.*

3) *L'absence de données pour le Paraná en 1949.*

Pour compléter la série fondamentale, nous avons fait les calculs suivants:

1) *Pour le Paraná, en 1949, nous avons considéré une donnée moyenne calculée en fonction des données d'autres années.*

2) *Pour Minas Gerais, la donnée de 1951 fut déterminée par calcul en ajustant les valeurs observées (1946/50) selon la formule $y = a + bx$.*

3) *Pour les trois États, une fois remplies les lacunes existantes pour Minas Gerais et Paraná, dans la forme indiquée, dans le 1) et le 2), nous avons déterminé une valeur par extrapolation. Nous sommes partis de la série 1946/51 qui fut ajustée suivant une parabole. Les valeurs relatives à chacun de trois États furent calculées en prenant comme critérium la moyenne des relations qu'il gardaient entre eux dans la période 1946/51.*

Une fois calculée la série fondamentale, nous avons calculé un chiffre représentatif de la valeur de la production nationale de bois pour la période 1949/52. Pour cela, nous avons examiné la composition en pourcentage de la valeur de cette production par État, relativement à la valeur nationale dans la période 1946/48 (période pour laquelle il y a des statistiques officielles publiées), et nous avons calculé ensuite les moyennes de ces pourcentages, pour chaque État (afin d'atténuer les irrégularités), qui — considérées constantes — furent prises entant que représentatives de la participation de chaque État dans la composition de la valeur nationale pour la période 1949/52. Nous basant sur ces

pourcentages nous avons vérifié l'importance relative des États de Pará, Minas et Paraná, dans la valeur totale (35,9 %). Nous avons conjugué les pourcentages se rapportant à ces trois États avec la série "fondamentale", afin d'arriver à la valeur nationale pour la période 1949/52, procédant ensuite à la redistribution par États.

b) VALEUR DE LA PRODUCTION DU BOIS À BRÛLER

En ce qui concerne le bois à brûler, nous avons utilisé un procédé identique, considérant des données des États de Minas Gerais et Paraná dans la formation de la série fondamentale.

Il fut nécessaire de compléter la série "fondamentale", en interpolant la valeur du Paraná en 1949 (moyenne des années 1948 et 1950), et en ajoutant la donnée de 1951 pour Minas Gerais et des deux États pour 1952.

Comme nous avons fait pour les bois de construction, nous avons calculé les pourcentages de participation de chacun des États choisis dans la composition de la valeur totale en 1946/48, et nous avons fixé la moyenne de ces pourcentages comme représentative de la période 1949/52.

Nous avons vérifié que les deux États de la série fondamentale représenterent 43,7 % de la valeur totale de la production. Ainsi, donc, à la base la série "fondamentale", nous avons estimé cette valeur totale pour la période 1949/52. La redistribution par Unité Fédérée fut réalisée d'accord avec le pourcentage moyen obtenu pour chaque État.

c) CALCUL DE LA VALEUR DU CHARBON

En partant aussi d'informations se rapportant aux États de Minas et Paraná, et après avoir estimé les valeurs pour Minas en 1951/52 et Paraná 1952 (dans les deux cas le critérium utilisé fut l'adoption de la moyenne des trois dernières années), nous sommes arrivés à établir la série "fondamentale", en calculant les valeurs nationales pour la période 1949/52. Ces valeurs furent distribuées par les Unités Fédérées de façon identique à b et c (Minas et Paraná représentant 34,3 % de la valeur de la production nationale).

SECTION II

ESTIMATION DU PRODUIT NET DANS L'AGRICULTURE CONSOMMATION INTERMÉDIAIRE

A — CONSIDERATIONS GÉNÉRALES

La nature des statistiques existantes nous oblige à une estimation des dépenses appelées de consommation intermédiaire, en vue du calcul du revenu net dans l'agriculture. Le manque presque complet d'informations sur le coût de production dans ce secteur rend l'estimation extrêmement difficile. Il s'agit d'estimer le montant de certaines dépenses que l'agriculture réalise sous la forme d'achats aux autres secteurs d'activité économique, et d'autres montants qui, quoique ne donnant pas naissance à une transaction en argent représentent en réalité une dépense. De cette façon, nous avons pris en considération dans notre calcul, le coût de l'engrais, la valeur des semences utilisées, les dépenses pour insecticides (défense sanitaire), le coût de l'alimentation des animaux et le coût de l'emploi de l'équipement (manutention, combustible et dépréciation).

B — LES SOURCES UTILISÉES

Les sources utilisées furent les suivantes:

1 — Rapport préparé pour l'E.R.N. par un agronome du Ministère de l'Agriculture. Ce rapport estime les dépenses intermédiaires dans les travaux agricoles et se rapporte à l'année 1949.

2 — L'article "Coût de la Production à São Paulo" publié dans le numéro d'avril de 1952 de la revue "Agricultura em São Paulo", qui est éditée par la Subdivision de l'Economie Rurale du même État.

3 — Les statistiques de la superficie cultivée, du volume physique et de la valeur de la production, publiées par le Service de Statistique de la Production, du Ministère de l'Agriculture.

4 — Les statistiques du commerce extérieur (importation) du Service de Statistique Economique et Financière, du Ministère des Finances.

5 — Un tableau extrait du travail de l'Institut Brésilien d'Economie nommé "Estimation des Réserves pour Dépréciation", concernant le coût de l'emploi de l'équipement.

6 — Des données fournies par le Syndicat des Engrais et Colles de l'État de São Paulo.

7 — Revues et publications spécialisées. En plus, nous avons eu des entretiens verbaux avec des agronomes de la Division d'Economie Rurale du Ministère de l'Agriculture et, surtout, avec des agronomes de la Subdivision d'Economie Rurale du Sécrétariat de l'Agriculture de l'État de São Paulo.

C — DESCRIPTION DE L'ESTIMATION

I. Consommation d'Engrais

L'estimation se rapporte uniquement aux engrais chimiques. L'exclusion des engrais d'origine animale et des engrais verts, vient du fait que ceux-ci ne sont pas comptabilisés. Une estimation à ce sujet serait très précaire.

L'estimation se dédouble en deux éléments: importation et production. L'hypothèse de travail utilisée est que, d'une façon générale, il n'y a pas de formation de stocks. Par conséquent, la production annuelle plus l'importation correspondent à la consommation nationale. Il y a seulement à considérer, en tant qu'exception, selon des informations des milieux autorisés, un certain stockage en 1951/52.

De cette façon, seulement le calcul de la valeur de la production nationale exige de plus grandes explications. Nous avons considéré la production physique de 1952 (23 857 ton.) comme une constante tout le long de la période en question. Quant aux prix, nous les avons considérés comme variables en les identifiant aux prix moyens de tonnes importées de superphosphate, dans chaque année de la période en question. La valeur ainsi obtenue fut, alors, additionnée à celle de l'importation. Quant aux valeurs de l'importation, il nous appartient de signaler seulement, que pour la période 1951/52, nous avons pris la moyenne des deux années, afin d'éliminer les effets de la formation de stocks auxquels nous avons déjà fait allusion.

II. Calcul des Semences

La valeur des semences employées par l'Agriculture fut calculée pour les produits suivantes: coton, arachide, riz, pommes de terre, cacao, café, canne à sucre, haricots, mamona, maïs, tomate

et blé, qui ont représenté dans la période considérée, c'est-à-dire 1947/52, respectivement 82,8 %, 83,6 %, 83,6 %, 85,4 % et 78 % de la valeur de la production des 29 produits considérés dans les statistiques du Service de Statistiques de la Production du Ministère de l'Agriculture.

Pour les produits restants, nous n'avons pas disposé d'éléments qui nous aient permis de calculer même approximativement la consommation de semences et de plants. Ce sont: ananas, alfafa (fourrage), avoine, banane, pommes de terre, oignons, seigle, orge, thé des Indes, coco de Bahia, fève, tabac, orange, manioc, tungue et raisins.

Le calcul a été divisé en deux parties, selon le volume et la qualité des informations que nous avons pu obtenir.

En premier lieu, pour les produits pour lesquels nous disposons de données et d'informations permettant le calcul direct de la valeur des semences nous nous sommes basés sur les quantités moyennes utilisées par les agriculteurs aux prix du producteur (données du SEP). Ce sont: canne à sucre, maïs, arachide, haricots et mamona. Pour les deux premiers nous avons utilisé comme source "Culture de la Canne à sucre" et "La culture du maïs", tous deux de l'autorité de J. C. FERREIRA FILHO, et d'autres données de publications du Service de l'Information Agricole du Ministère de l'Agriculture.

Pour ce qui se rapporte aux trois autres cultures nous avons utilisé comme base de calcul, les publications du Service de l'Information Agricole et des données sur les principales cultures potagères qui nous furent fournies par l'Agronome ROMOLO CAVINA.

En second lieu, par les produits restants, pour lesquels les informations n'ont permis qu'un calcul approximatif et indirect, nous avons dû procéder à une série d'estimations afin d'étendre des résultats régionaux au total du pays. Les produits considérés dans cette seconde partie du calcul sont: coton, riz, café, lait et tomate.

a) COTON

Pour le coton l'estimation s'est dédoublée en deux autres: la première fut réalisée pour São Paulo où, en fonction du monopole que le Sécrétariat de l'Agriculture de l'État exerce

sur la vente des semences, nous avons pu obtenir des informations précises au sujet des prix à partir de 1949 (*L'Agriculture à São Paulo, Bulletin de la Subdivision de l'Economie Rurale, avril de 1952*, et *Revue du Marché n.º 9, mai 1951*, pag. 110).

Pour obtenir les prix de deux années 1947/48, l'absence de meilleures données nous a conduits à comparer les prix connus des semences avec le prix de la graine de coton qui est donné dans les séries du SEP, procédé qui suppose l'existence d'une corrélation entre le prix de la semence et celui de la graine de coton. Quant aux quantités, nous avons pris une donnée moyenne pour l'État de São Paulo de 30 kgs. par hectare, après consultation avec les techniciens de la Subdivision de l'Economie Rurale du Sécrétariat de l'Agriculture de cet État.

Pour les autres États, le calcul fut fait sur la base des rapports trouvés pour São Paulo, entre le prix de la semence et le prix de la graine de coton, puisque pour ce dernier élément, on peut obtenir, par le SEP, des informations pour toutes les Unités Fédérées.

b) RIZ

Dans le calcul des semences utilisées dans la culture de riz, nous nous sommes servis de données se rapportant aux États de Rio Grande do Sul (estimation du coût du riz 1944/50 — "Annuaire Statistique du Riz", IRGA 1951, pag. 83) et São Paulo (*L'Agriculture à São Paulo — Bulletin de la Subdivision de l'Economie Rurale, Année II, n.º 4, avril 1952*, pag. 17). En possession de ces informations, nous avons comparé le coût des semences à la valeur de la production dans ces États. Pour les autres États nous avons adopté un procédé analogue, mais avec comme base les données de valeur du SEP et les quantités signalées dans la publications du Service de l'Information Agricole (*Culture du Riz — par AMÉRICO DE MIRANDA LUDOLF, Min. de l'Agriculture*).

c) POMMES DE TERRE

Calcul effectué pour 1947/49 à la base du rapport auquel nous nous sommes rapportés lorsque nous avons énoncé les sources utilisées. Le rapport cité consigne la valeur en cruzeiros des dépenses par hectare pour les États de São Paulo, Paraná, Rio

Grande do Sul et l'ensemble des autres États. Vu le manque de meilleures informations pour les années suivantes, c'est-à-dire 1950/52, nous n'avons pas eu d'autre alternative que la répétition du chiffre se rapportant à la dernière année. En conséquence, pour les années 1950/52, le coût varie seulement en fonction de la superficie cultivée.

d) CACAO

Pour le cacao, nous avons uniquement pris en considération dans le calcul l'accroissement du nombre des arbres en production, puisqu'il s'agit d'une culture permanente. Il n'existe pas — ou si elles existent nous ne les connaissons pas — de séries statistiques se rapportant au nombre de plantes ajoutées chaque année. Encore, en tant qu'hypothèse de travail nous avons établi la correspondance entre une semence et un cacoyer et qu'une tonne comprend 30 000 fruits approximativement (23).

e) CAFÉ

L'estimation de la quantité de semences utilisés fut fondée sur des éléments contenus dans la publication du S.I.A. de l'autorité de J. C. FERREIRA FILHO.

Quant aux prix, nous nous sommes servis de cours publiés dans le Bulletin de la Bourse des Marchandises de São Paulo. Comme nous fimes pour le cacao, parce qu'il s'agissait d'une culture permanente, — vu le manque d'autres données — nous avons seulement compté l'addition des arbres en production.

f) TOMATES

Pour les tomates, les dépenses prises ici en considération se rapportent aux États de Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo et Rio Grande do Sul, principaux États producteurs, pour lesquels une ressemblance de productivité physique du sol permet de supposer une identité des techniques agricoles. Nous avons généralisé alors les données disponibles pour São Paulo.

(23) *Culture, traitement et préparation du cacao, SIA, 1951 — Gregório Bondar.* Le SEP nous a fourni le prix moyen par tonne produite utilisé dans le calcul.

Dans le Bulletins de la Bourse des Marchandises de São Paulo, nous allons trouver des références à des quantités et à des prix pour 1949/50, données que nous avons étendues à toute la période, vu le manque de meilleures informations.

g) BLÉ

Les dépenses pour les semences dans la culture du blé furent calculées avec beaucoup de difficulté, sur des bases précaires, car il s'agit d'une culture en expansion, et, son importance dans notre balance de paiements la transforme en objet de soin et de propagande des milieux officiels. Par le Service d'Expansion du Blé, nous fûmes informés que les prix varient beaucoup. Dans certains cas, lorsque les semences sont fournies par le Service en question, le coût pour l'agriculteur est nul. Lorsqu'elles sont achetées à un autre agriculteur ou à une entreprise agricole, le prix peut monter à approximativement mille cruzeiros par sac de soixante kilos.

Nous avons été amenés, — devant la nécessité d'attribuer en coût aux semences elles-mêmes fournies gratuitement — à additionner aux prix du grain, par États, un pourcentage fixe de 38 % qui correspond au coût de selection des semences. La publication officielle du S.I.A. Culture du Blé, travail de l'autorité de J. C. FERREIRA FILHO, nous a indiqué un chiffre moyen des quantités utilisées par hectare.

III. Dépenses pour Insecticides

Cette estimation, faute de meilleures informations, est basée sur le rapport auquel nous avons fait allusion dans le poste 1 des sources utilisées. La rapport mentionné ne nous renseigne pas sur la totalité des produits du travail de la terre, comprenant à peine 14 produits, lesquels représentent, cependant, en moyenne, 95 % de la superficie cultivée et la même quantité de la valeur de la production. Le rapport informe, d'une façon générale, sur le pourcentage de la superficie traitée, pour chaque produit, relativement à la superficie totale cultivée des dits produits, en 1949. Il nous renseigne encore sur le coût de ces opérations (coûts estimés) en 1949, nous donnant, dans la mesure du possible, la variation pour les années antérieures. Par rapport à la superficie

traitée, nous considérons cette variations constante pour toute la période faisant l'objet de notre estimation. Quant au coût de l'insecticide, pour les cas où il ne nous a pas été possible d'employer les données mentionnées ci-dessus, nous avons fixé empiriquement les variations. C'est ainsi que pour 1950/51 nous avons eu recours aux données fixées dans le tableaux des prix d'insecticides employés dans les cultures de coton, maïs, riz et café à São Paulo, d'après la publication déjà mentionnée, de la Subdivision d'Economie Rurale, du Sécrétariat d'Agriculture de l'État de São Paulo, qui comprend les récoltes de 1948/49 et 1950/51. De cette façon, les variations de cette dépense intermédiaire dans la période de 1947/52 résultent:

- 1 — des variations des superficies cultivées.*
- 2 -- des variations du coût des insecticides.*

IV. Le Coût de l'Usage de l'Équipement

Cette estimation comprend l'équipement utilisé dans les travaux agricoles et dans la production végétale extractive.

a) TRAVAUX AGRICOLES

Pour les travaux agricoles, pour commencer, nous avons utilisé un tableau de "Coût de l'usure de l'équipement", publié dans le travail "Estimation des réserves pour dépréciation en 1947/51" par l'Institut Brésilien d'Economie. Cependant nous devons convertir les coûts de l'"alqueire" en coûts à l'hectare, et éliminer les intérêts.

L'élimination des intérêts fut réalisée grâce à un tableau du "Coût de production à São Paulo" (24) qui nous renseigne sur la composition du "coût d'une journée de service". Nous avons vu quelles étaient les relations de pourcentage entre les intérêts et le coût total, et nous avons transporté ces relations dans le domaine des coûts par ha. Pour les tracteurs, faute d'informations, nous avons arbitré les intérêts à 8 %. Cette taxe correspond à la moyenne arithmétique des intérêts des herses, des râteaux, des pulvérisateurs, etc.

(24) *Révue Agricultura em São Paulo*, avril 1952. Subdivision d'Économie Rurale de l'État de São Paulo.

Puisque le travail à la base de cette estimation "Coût de production à São Paulo" ne prend en considération, que 4 produits, nous avons estimé le coût de l'usage de l'équipement en partant de ces 4 cultures pour São Paulo et le Sud du pays (supposant la même technique agricole dans toute la région Sud) et pour les autres régions sur la base de 3/4 de cette donnée. En ce qui concerne les autres cultures, nous avons estimé le coût comme étant la moyenne arithmétique des coûts (en excluant les tracteurs) trouvés, de la façon mentionnée ci-dessus, pour les cultures de riz, de maïs et de coton dans les autres États.

Dans le but de l'estimation des coûts globaux nous avons employé les données se rapportant à la superficie totale cultivée fournies par le SEP. On doit faire remarquer que dans le cas des exploitations perpétuelles, nous avons seulement considéré les accroissements de superficie en culture.

b) PRODUCTION VÉGÉTALE EXTRACTIVE

Le recensement industriel de 1950 contient des données sur le montant dépensé en combustibles et lubrifiants dans l'industrie extractive, et aussi sur la valeur du capital fixe. Nous avons appliqué à ce capital fixe une taxe de dépréciation de 6,5 %, donnée des bilans des sociétés anonymes de l'industrie végétale extractive. En additionnant les deux montants, des combustibles et de la dépréciation, nous avons vérifié combien ils représentent relativement à la valeur de la production végétale extractive (donnée du recensement). Nous avons appliqué cette relation à nos données de la valeur de la production extractive dans la période 1947/52.

Estimation du Revenu National par Branche d'Activité — 1947/1952

Les résultats représentent seulement une tentative de distribution du Revenu au Coût de Facteurs, estimé par l'Equipe du Revenu National, dans les branches d'activité où prennent naissance les composantes de ce total.

Les difficultés de l'évaluation consistent essentiellement dans le manque de données statistiques relatives à la distribution des profits et intérêts par branche d'activité et dans les limitations que les données actuellement connues des Recensements Économiques de 1950 nous imposent encore. C'est ainsi que les tentatives faites par l'Équipe du Revenu National se basant sur ces données, nous ont laissé la conviction de la nécessité de nouvelles informations, afin d'arriver à des résultats plus satisfaisants. Nous espérons que les prochaines publications du Service National du Recensement, sur les recensements en question, ainsi que les démarches que nous continuons de faire auprès de quelques organes de statistique de l'administration publique, nous donneront accès, bientôt, à des informations complémentaires indispensables.

Dans ces conditions, notre tâche fondamentale a été de faire la distribution, par secteur d'origine, des totaux que nous avons estimés au Coût des Facteurs. Nous avons mis de côté les sommes relatives à l'Agriculture, aux Loyers et au Gouvernement, déjà intégrées dans les évaluations précédentes et nous avons supposé que le reste (rémunération du travail — Gouvernement excepté — profits et intérêts), représentent, dans l'ensemble, le Revenu Liquide des branches Commerce, Industrie, Services, Transports et Communications et Intermédiaires Financiers. Le poste rémunération du travail avait déjà été calculé par branche d'activité. La distribution préliminaire pour ces branches dépendait donc seulement de la relation existante entre, d'une part des salaires et traî-

tements et d'autre part la rémunération du travail des employeurs ayant une fonction dans les entreprises pendant la période considérée. Tout fait croire que cette relation varie de branche en branche, et probablement varie aussi avec le temps. Supposant, pourtant, qu'au moins en ce qui concerne les grandes branches, les variations soient relativement petites, nous décidons, en vue d'une distribution préliminaire, comme celle que nous présentons, d'adopter un pourcentage uniforme, dans chaque Unité de la Fédération et pour chaque année. D'une façon générale (1), le pourcentage représentatif des salaires, traitements et rémunérations des employeurs ci-dessus cités diminua entre 1947 et 1952, descendant, dans l'ensemble du Brésil, de 76 à 69 % du Revenu net, au Coût des Facteurs, des branches considérées. Les diminutions les plus sensibles se produisirent dans le District Fédéral (de 68 à 60 %) et à São Paulo (de 72 à 64 %). Cela se doit à l'élévation de l'importance relative des profits taxés par l'impôt sur le revenu, ce que découle, en bonne partie, ou peut-être dans la totalité, de l'amélioration du système de perception de cet impôt.

(1) Excepté seulement les États de Alagoas et Sergipe.

Investissement Brut et Net dans le Brésil

CHAPITRE I

INVESTISSEMENT PUBLIC BRUT — 1952

A — INVESTISSEMENT DU GOUVERNEMENT FÉDÉRAL

L'estimation des investissements du Gouvernement Fédéral, en 1952, est basée sur deux sources: les Bilans Généraux de l'Union, relatifs à l'exercice de 1952 (vol. II) et les données venant du Département National des Routes.

I. *Constructions*

Routes:

Les données obtenues au D.N.E.R., nous ont fourni les parties suivantes: Construction, Oeuvres d'Art spéciales, Pavages, Améliorations, Conservation, Véhicules et Equipements, Etudes et Plans. De ces données nous avons soustrait les contributions des États pris dans les budgets et nous avons ajouté les donations de l'Union à la Comission du "Vale de São Francisco" (Clause 3 — Dispositifs Constitutionnels — Bilans Généraux de l'Union), au Ministère des Transports et Travaux Publics (Clause 3 — Dispositifs Constitutionnels — idem, idem) et au Ministère de la Justice et des Affaires Intérieures (Clause 4 — Dispositifs Constitutionnels — idem, idem). Afin d'éviter des duplications, les dotations budgétaires au D.N.E.R. et au D.N.O.C.S., consignées au Ministère des Transports et Travaux Publics, ne furent incluses.

Le calcul des item 2, 3, 4, 5, et 6 du tableau est fondé exclusivement sur les données de Bilans Généraux de l'Union, desquel-

les nous avons retiré les parties de la clause 4 principalement et, quelquefois, de la clause 3 et des Crédits Additionnels.

De la clause 4, nous nous sommes servis des divisions: II — Travaux isolés; III — Ensemble de Travaux; VI — Dispositifs Constitutionnels; VII — Plan SALTE; VIII — Dépenses Spéciales;

Clause 3 — Divisions: III — Services en Régime Spécial de Financement; VII — Dispositifs Constitutionnels; VIII — Plan SALTE.

II. Equipement et Installations

Nous n'avons pas considéré l'équipement routier séparément, car nous ne pouvions pas distinguer dans les contributions des États, ce qui se rapporte aux équipements.

Dans les postes: Voies Ferrées, Ecluses, barrages, etc., Ports, canaux, dragages, etc. (1, 2, et 3, respectivement), nous avons pu extraire les dépenses en équipements et installations. Celles-ci se trouvent dans les Bilans Généraux de l'Union, Ministère des Transports et Travaux Publics, clause 4, divisions: III — Ensemble de Travaux; IV — Equipements; VI — Dispositifs Constitutionnels; VII — Plan SALTE.

Quant à l'élément 4 — Equipement Agricole — nous avons pris dans la clause 2, division II (Matériel Permanent) les sous-divisions 01 — animaux destinés au travail, production, élevage et autres fins, 04 — machines, moteurs et appareils, et 05 — Outilage et utensiles, en supposant que ces équipements ont été employés directement dans l'agriculture.

En ce qui concerne l'élément 5 — Industrie Pétrolière — les Bilans de l'Union nous renseignent insuffisamment sur la destination des clauses; cependant comme le crédit était destiné à la Raffinerie de Cubatão, nous admettons que très probablement il a été employé à des dépenses d'équipement et d'installations.

Dans l'élément 6, nous avons pris la clause 2, division II, avec quelques petites exceptions, déduisant, naturellement, les parties prises en considérations dans l'élément 4.

L'élément 7 — Autres — contient toutes les dépenses pour équipements et installations, qui ne cadrent pas avec les précédentes.

III. Études, Plans, Prospection, et Études de Gisements Minéraux

Contrairement aux estimations pour les années antérieures (1947/1951), nous avons considéré ce type de dépenses dans un paragraphe à part, car, dans quelques cas, on ne peut pas affirmer avec assurance qu'ils s'assimilent aux constructions et dans d'autres, il n'y a aucun rapport avec celles-ci, comme on peut le déduire des paragraphes ci-dessus.

B — INVESTISSEMENT BRUT DES GOUVERNEMENTS DES ÉTATS

En traits généraux, les critères adoptés dans l'estimation de l'investissement des Gouvernements des États, ne diffèrent pas de ceux adoptés dans le plan Fédéral. Mais, les premiers sont basés sur les budgets des États et le manque de détails des bilans, dans lesquels les dépenses sont comprises, rend difficile ou impossible la nécessaire sélection de données.

Ayant utilisé des budgets et non des bilans, le résultat se présente sous-estimé. La partie se rapportant aux routes, par exemple, est peut-être la plus sous-estimée, puisque ne disposant pas encore des bilans des D.E.E.R., nous avons pris seulement les contributions des états consignées dans les budgets.

Dans la mesure du possible, nous avons cherché à obéir à la classification, par type d'investissement, adoptée dans le plan Fédéral; mais, cela fut quelquefois impossible, car les budgets eux-mêmes sont peu détaillés. C'est ainsi que le poste "Autres Constructions" se présente très surchargé, car en plus des dépenses qui s'y trouveraient normalement, il y a encore celles qui n'ont pu être dédoublées. On remarque que, dans ce poste, le District Fédéral a beaucoup contribué à l'accumulation du capital; cela s'explique par le fait que les investissements réalisés dans le District Fédéral, prennent des caractéristiques nettement municipales, c'est à dire, urbaines, qui ne s'ajustent pas aux autres postes.

C — INVESTISSEMENTS DES GOUVERNEMENTS MUNICIPAUX

Dans l'impossibilité d'obtenir des données sûres et, moins encore, détaillées, nous avons estimé à peine deux éléments: constructions et Equipements. Pour cela nous avons adopté les critères suivants: Sur la base des budgets des capitales, nous

avons estimé les montants correspondants à Matériel Permanent et Divers, des Services d'Utilité Publique qui, ensemble doivent englober les items les plus représentatifs du montant des constructions. De la même façon, nous avons estimé les dépenses avec le Matériel Permanent, en les prenant comme représentatives des Investissements Municipaux pour Equipements.

INVESTISSEMENT PRIVÉ EN EQUIPEMENTS
 Cr\$ 1.000.000

SPECIFICATION	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Production Nationale.....	4.728	5.447	6.261	7.243	8.523	10.355
Plus: Importations.....	7.354	6.601	7.301	8.747	13.516	15.353
Moins: Achats du Gouvernement (*).....	1.009	1.147	1.385	1.563	1.358	1.873
Plus: Investissements en taxis.....	826	1.076	1.354	1.740	1.840	1.715
T O T A L	11.899	11.977	13.531	16.167	22.521	25.550

(*) De 1947 à 1948 seulement les achats du Gouvernement Fédéral.

CHAPITRE II

INVESTISSEMENT PRIVÉ EN EQUIPEMENTS

I. *Investissement en Equipement Importé*

L'estimation de la valeur des équipements importés comprend la valeur C.I.F. de ces équipements accrue du montant correspondant à la marge de commerce (1). Avec quelques petites corrections dans les calculs se rapportant aux données publiées antérieurement, nous avons obtenu les résultats suivants:

Cr\$ 1.000.000

SPECIFICATION	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Valeurs C.I.F.....	5.308	4.830	5.342	6.400	9.890	11.234
Plus: Marges de commerce	1.946	1.771	1.959	2.347	3.626	4.119
T O T A L.....	7.354	6.601	7.301	8.747	13.516	15.353

II. *Investissement Privé en Equipement*

En vue de l'estimation de l'investissement privé en équipement, les données se rapportant à la production nationale et à l'importation d'équipements doivent être diminuées du montant correspondant aux achats d'équipements par le Gouvernement et accrues de l'investissement en taxis.

1) Achats du Gouvernement

L'estimation pour 1952 inclut les dépenses de l'Union (données de Bilan), des États et des Municipalités (données de budget) en acquisitions d'équipements et d'installations. Pour les années antérieures, voir la Revista Brasileira de Economia, Année 6, n.^o 4, p. 134.

(1) Revista Brasileira de Economia, Année VI, n.^o 4, pag. 134.

**ACHATS DU GOUVERNEMENT
1947 — 1952**

ANNÉES	Cr\$ 1.000.000
1947	1.009
1948	1.147
1949	1.385
1950	1.563
1951	1.338
1952	1.873 (*)

(*) Estimation de l'Equipe du Revenu National.

INVESTISSEMENTS EN VEHICULES A MOTEUR POUR TRANSPORT COMMERCIAL DE PASSAGERS

ANNÉES	Augmen-tation Nette du Nombre	T A X I S		
		Investisse-ment Net	Dépréciation	Investisse-ment Brut
Cr\$ 1.000.000				
1947.....	6.000	256	570	826
1948.....	5.700	386	690	1.076
1949.....	5.300	364	990	1.354
1950.....	6.000	600	1.140	1.740
1951.....	4.400	440	1.400	1.840
1952.....	4.500	315	1.400	1.715

**CHAPITRE III
VARIATIONS DES STOCKS**

Le calcul des variations dans les stocks fut fait de façon identique à celle expliquée dans les pages 139/144 de la Revista

Brasileira de Economia de décembre 1952. En ce qui concerne la déflation des valeurs, seulement cette fois-ci, nous avons utilisé les indices de prix de gros élaborés par le Service de Statistique et Econométrie à la place des indices de Conjuntura Econômica, appliquant les mêmes ajustements, i.e., élimination du café et coton afin qu'il y ait, autant que possible, homogénéité entre les marchandises composantes des stocks industriels et commerciaux et les marchandises utilisées dans la confection de l'indice.

En plus, nous avons inclus les variations des stocks de sucre qui ne figuraient pas dans l'estimation publiée antérieurement.

Quant aux variations des stocks de café, nous avons utilisé les données publiées le 31 décembre de chaque année dans les bulletins de l'Institut Brésilien du Café.

VARIATION TOTALE DES STOCKS

1947/1952

Cr\$ 1.000.000

ANNÉES	Café	Coton	Sucre	Industrie	Commerce	Agri-culture	TOTAL
1947	- 1.145(*)	- 800	+ 439	+ 1.032	- 28	+ 764	+ 262
1948	- 1.760(*)	- 1.020	- 318	- 294	- 284	+ 2.183	- 1.493
1949	- 302	+ 1.559	- 6	+ 603	+ 117	+ 2.083	+ 4.054
1950	+ 179	+ 950	- 28	- 1.857	- 16	+ 1.252	+ 122
1951	+ 998	+ 430	+ 66	+ 2.631	+ 247	+ 2.053	+ 4.429
1952	+ 115	+ 6.439	+ 479	- 1.524	- 434	+ 4.505	+ 9.580

(*) Estimation figurant dans la publication antérieure. Voir "Revista Brasileira de Economia", Année 6, n.º 4, pag. 140.

A — AGRICULTURE

Cette fois-ci, faute d'informations suffisantes, nous n'avons pas calculé les investissements dans les plantations de café. Les critères d'évaluation du bétail n'ont pas été modifiés, mais nous avons revus quelques calculs dont les résultats furent publiés antérieurement.

VARIATION DU BÉTAIL
Cr\$ 1.000.000

SPÉCIFICATION	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Animaux d'abattage.....	694	1.838	1.996	1.272	1.853	4.015
Animaux de somme.....	70	345	21	— 33	184	390
Volaille.....	66	13	16	100
T O T A L.....	764	2.183	2.083	1.252	2.053	4.505

B — COMMERCE

VALEUR TOTALE DES STOCKS DU COMMERCE (*)
Cr\$ 1.000.000

1946	4.658
1947	4.863
1948	5.017
1949	5.385 (**)
1950	5.423 (**)
1951	6.700 (**)
1952	6.294 (***)

(*) Café et coton exclus.

(**) Estimée partiellement en raison du changement qui, à partir de 1949, a eu lieu dans la liste des marchandises soumises à déclaration.

(***) Valeur du stock déclaré le 31 mai 1952.

VARIATIONS DES STOCKS DANS LE COMMERCE (*)
Cr\$ 1.000.000

Variations dans la valeur (Q ₂ P ₂ - Q ₁ P ₁)	Correction pour la variation des prix Q ₁ P ₁ ($\frac{P_2}{P_1} - 100$)	Valeur nette des variations
1947..... 205	- 233	- 28
1948..... 154	- 438	- 284
1949..... 368	- 251	117
1950..... 38	- 54	- 16
1951..... 1.277	- 1.030	247
1952 (**). 638	- 1.072	- 434

(*) Exclus le café et le coton.

(**) La variation de la valeur pour 1952 est comptée du 31/5/51 au 31/5/52.

C — INDUSTRIE

VALEUR TOTALE DES STOCKS INDUSTRIELS
Cr\$ 1.000.000

1946.....	1.264
1947.....	1.684
1948.....	1.754
1949.....	2.113
1950.....	1.769
1951.....	3.000
1952 (*).	2.792

(*) Valeur du stock déclaré en 31/5/52.

VARIATIONS DES STOCKS INDUSTRIELS
Cr\$ 1.000.000

ANNÉES	C. PITALES DES ÉTATS ET D. FÉDÉRAL			BRÉSIL
	Variations en valeur (Q ₂ P ₂ - Q ₁ P ₁)	Correction pour les variations des prix Q ₁ P ₁ $\frac{P_2}{P_1} - 100$	Total	
1947.....	420	- 76	344	1.032
1948.....	70	- 168	- 98	- 294
1949.....	259	- 158	201	603
1950.....	- 344	- 275	- 619	- 1.857
1951.....	1.231	- 354	877	2.631
1952 (*)	- 208	- 300	- 508	- 1.524

(*) Variation des stocks entre 31/5/51 et 31/5/52.

CHAPITRE IV

NOUVELLES CONSTRUCTIONS

L'application de la méthode suggérée à la page 150 de la "Revista Brasileira de Economia", basée sur le travail du Prof. KAFKA, qui fut utilisé par la Section d'Etudes Economiques et Financières du Ministère des Finances dans l'étude "Disponibilités pour Investissements", a donné des résultats contradictoires.

Le coefficient calculé (E_1) passa de 1,6 en 1951 à 3,1 en 1952. En conséquence, la superficie construite dans le reste du Brésil, dans les zones urbaines et suburbaines, se serait accrue d'une façon stupéfiante par rapport aux années antérieures. Cela tient à ce que la superficie pour laquelle les permis de construire ont été délivrés dans l'État de Goiânia a été, en 1952, 13,9 fois plus grande qu'en 1951 ! Pourtant, il est dangereux d'appliquer ce coefficient, puisque d'une façon générale il y a eu une chute de la superficie dans les permis de construction dans les capitales, de 1951 à 1952.

Nous avons essayé le procédé suivant, bien qu'il soit aussi arbitraire ou plus encore que le précédent :

1 — *Le Service National de Recensement nous informait que nous pourrions approximativement considérer le nombre de bulletins de famille comme l'équivalent du nombre de domiciles.*

total des immeubles

Nous avons calculé la relation: $K_o = \frac{\text{total des immeubles}}{\text{nombre de domiciles}} > 1,$

avec les données du recensement des immeubles de 1940, exclus la ville de São Paulo et le District Fédéral, afin d'éviter leurs influences. Ensuite, nous avons appliqué ce coefficient au nombre approximatif de domiciles en 1950 (nombre de bulletins de famille du Recensement de 1950), à l'exception du District Fédéral et de la ville de São Paulo.

Notre estimation doit être sous-estimée dans la mesure que le numérateur de la fraction ci-dessus croît plus vite que le dénominateur, car nous avons supposé que de 1940 à 1950 les deux

termes de $\frac{P}{D}$ ($P = \text{nombre d'immeubles}; D = \text{domiciles}$)

avaient augmenté du même taux $\frac{P \times a \%}{D \times a \%}$: Néanmoins, s'ils

avaient augmenté de la façon $\frac{P \times a}{D \times b}$, $a > b$, le coefficient aurait augmenté, c'est-à-dire que le nombre d'immeubles serait plus grand. L'excès ($K_o - 1$) indique le nombre d'immeubles qui ne sont pas utilisés pour des fins de domicile.

Après avoir estimé le nombre d'immeubles en 1950, nous l'avons distribué en fonction des données du Recensement de 1940, par zones urbaines, suburbaines et rurales.

2 — *Ensuite, nous avons pris considération de la relation entre les immeubles en 1950 et la superficie dans les permis de construction pour les différentes années (1947 a 1952) dans les capitales de moins de 150 mille habitants en 1950, obtenant Q_1, \dots, Q_{12} , c'est-à-dire que nous avons fixé le numérateur, faisant varier seulement le dénominateur.*

Le nombre d'immeubles dans ces capitales fut estimé de façon identique à l'élément 1.

Nous avons fait ceci dans l'hypothèse que le reste du Brésil, i.e. la zone urbaine et suburbaine (à l'exclusion des capitales)

augmentait à un rythme semblable à ces 13 capitales de moins de 150 mille habitants en 1950.

N.B. — Il ne nous fut pas possible de mettre à part, lorsque nous avons calculé les Q, la partie se rapportant à la zone rurale, parce qu'alors nous n'avions pas une discrimination par zones des superficies des permis de construction dans les capitales. Il en est résulté une petite erreur dans le coefficient cité.

Il peut paraître étrange que nous ayons considéré les capitales de moins de 150 mille habitants en 1950.

Mais ce qui nous intéressait, c'était d'éviter l'inconvenient auquel donnait lieu l'estimation fondée sur le procédé utilisé à la page 150, i.e., que notre estimation pour le reste du Brésil se trouvait influencée par la variation anormale de l'activité de construction dans une des 5 capitales de moins de 50 mille habitants en 1940. Nous servant des 13 capitales de moins de 150 mille habitants en 1950, nous avons pensé échapper à cela, non seulement parce que nous restions moins éloignés dans le temps (1950 au lieu de 1940) mais aussi parce que le plus grand nombre de capitales qui servent de baromètre, évite des variations brusques. Pourtant, on note un facteur surprenant: la valeur absolue de l'augmentation dans les quelques capitales qui marquent un accroissement est supérieure à la diminution que l'on observe pour les autres qui sont le plus grande nombre. Ceci contribue à relever notre estimation des constructions dans les zones urbaine et suburbaine du restant du Brésil.

3 — Du total des immeubles existant au Brésil, excepté la ville de São Paulo et le District Fédéral en 1950 (P_1), nous avons soustrait le total des immeubles existant dans les capitales (P'_1), et nous avons obtenu ainsi le nombre des immeubles dans le restant du Brésil (P''_1). Pour le calcul des immeubles dans les capitales nous avons utilisé les méthodes décrites dans les éléments 1 et 2.

4 — Pour estimer les superficies dans les permis de construction du Brésil (à l'exception de la zone rurale) nous avons utilisé les différents Q (item 2): superficie dans les permis de construction dans le restant du Brésil en 1947 = n.^o d'immeubles dans le reste du Brésil en 1950 $P''_1 \times Q_{47}$.

5 — En possession de l'estimation ci-dessus nous pouvons estimer les superficies effectivement construites, correspondantes

aux superficies des permis de construction (procédé identique à celui employé dans le travail de Mr. VAN DER MEIREN).

Pour terminer, nous devons faire remarquer que nous n'avons pas déduit les maisons en bois, comme on l'a fait page 150, en raison de la grande importance de celles-ci.

Notre estimation de la superficie construite comprend, donc, les constructions en bois et d'autre nature.

La rareté de données sur les prix nous oblige à continuer avec le même procédé employé par l'auteur. Une fois reçues les réponses aux questionnaires que nous avons adressés aux préfectures de 400 municipalités, sur la surface construite et les prix dans les mêmes municipalités par m² d'aire construite, nous pourrons améliorer nos estimations des investissements en constructions.

VALEUR DES NOUVELLES CONSTRUCTIONS
Cr\$ 1.000.000

SPÉCIFICATION	1947	1948	1949	1950	1951	1952
1. D. Fédéral.....	2.275	1.920	1.830	2.185	3.340	4.916
2. Capitale de São Paulo.....	3.500	3.328	3.500	3.760	4.850	5.855
3. Capitale des autres États.....	1.370	1.640	1.780	1.880	2.340	2.944
4. Autres régions.....	2.980	2.934	3.102	3.458	4.507	5.139
T O T A L.....	10.125	9.822	10.212	11.283	15.037	18.854

PERIODE MOYENNE DE DURÉE DES CONSTRUCTIONS
(En mois)

SPÉCIFICATION	1947	1948	1949	1950	1951	1952
District Fédéral.....	17	16	16	15	15	17
São Paulo (capitale).....	14	14	13	13	15	15

SUPERFICIE DES NOUVELLES CONSTRUCTIONS
(En 1.000 m²)

DISCRIMINATION	1947	1948	1949	1950	1951	1952
District Fédéral.....	1.340	1.070	940	1.070	1.500	2.273
São Paulo.....	2.500	2.240	2.220	2.280	2.660	2.948

COÛT MOYEN DES CONSTRUCTIONS PAR M²
(En Cr\$)

DISCRIMINATION	1947	1948	1949	1950	1951	1952
District Fédéral.....	1.530	1.610	1.717	1.800	2.000	2.163
São Paulo.....	1.400	1.480	1.576	1.650	1.830	1.986

VALEUR DES NOUVELLES CONSTRUCTIONS DANS LE DISTRICT FÉDÉRAL ET SÃO PAULO

ANNÉES	DISTRICT FÉDÉRAL			SÃO PAULO		
	Superficie (en 1.000m ²)	Coût moyen par m ² en Cr\$	Valeur totale en (Cr\$ 1.000.000)	Superficie (en 1.000 m ²)	Coût moyen par m ² en Cr\$	Valeur totale en (Cr\$ 1.000.000)
1947	1.340	1.330	2.275	2.500	1.400	3.500
1948	1.070	1.610	1.920	2.240	1.480	3.320
1949	940	1.717	1.830	2.220	1.576	3.500
1950	1.070	1.800	2.185	2.280	1.650	3.760
1951	1.500	2.000	3.440	2.660	1.830	4.850
1952	2.273	2.163	4.916	2.948	1.986	5.855

VALEUR DES NOUVELLES CONSTRUCTIONS DANS LES CAPITALES DES AUTRES ÉTATS (*)

ANNÉES	Superficie (en 1.000 m ²)	Coût moyen (en Cr\$ par m ²)	Valeur totale (Cr\$ 1.000.000)
1947.....	1.420	960	1.370
1948.....	1.620	1.010	1.640
1949.....	1.650	1.080	1.780
1950.....	1.660	1.130	1.880
1951.....	1.870	1.250	2.340
1952.....	2.200	1.361	2.994

(*) Excepté les villes de Rio de Janeiro et São Paulo.

VALEUR DES NOUVELLES CONSTRUCTIONS DANS LES AUTRES RÉGIONS

ANNÉES	URBAINES ET SUBURBAINES			RURALES		TOTAL Cr\$ 1.000.000
	Superficie (en 1.000 m ²)	Coût moyen par m ² en Cr\$	Valeur totale en Cr\$ 1.000.000	Investissements de substitution (Cr\$ 1.000.000)	Nouveaux Inves- tissements Cr\$ 1.000.000	
1947	2.800	800	1.600	1.140	240	2.980
1948	2.033	845	1.718	1.000	216	2.934
1949	2.056	900	1.850	1.030	222	3.100
1950	2.174	940	2.044	1.160	254	3.458
1951	2.474	1.040	2.677	1.500	330	4.507
1952	2.874	1.134	3.259	1.540	340	5.139

CONSTRUCTIONS DANS LES RÉGIONS RURALES
 (en Cr\$ 1.000.000)

DISCRIMINATION	1947	1948	1949	1950	1951	1952
1. Investissement de substitution.....	1.140	1.000	1.030	1.160	1.500	1.540
2. Augmentation des constructions.....	240	216	222	254	330	340
T O T A L.....	1.380	1.216	1.252	1.414	1.830	1.880

QUADROS ESTATÍSTICOS

**PRODUTO NACIONAL — RENDA PESSOAL
RENDAS NACIONAL POR TIPOS DE PAGAMENTO**

BRASIL

PRODUTO NACIONAL — RENDA NACIONAL — RENDA PESSOAL

NATIONAL PRODUCT — NATIONAL INCOME — PERSONAL INCOME — PRODUIT NATIONAL —

REVENU NATIONAL — REVENU PERSONNEL

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000.000

QUADRO 1 — TABLE — TABLEAU 1

ESPECIFICAÇÃO SPECIFICATION — SPÉCIFICATION	1947	1948	1949	1950	1951	1952
PRODUTO NACIONAL BRUTO..... GROSS NATIONAL PRODUCT — PRODUIT NATIONAL BRUT	168,5	188,9	217,2	252,1	304,2	358,5
<i>Menos: Reservas para depreciação.....</i> <i>Less: Depreciation allowances</i> <i>Moins: Provisions pour les dépréciation</i>	9,4	10,5	12,4	13,4	14,9	17,6
PRODUTO NACIONAL LÍQUIDO..... NET NATIONAL PRODUCT — PRODUIT NATIONAL NET	159,1	178,4	204,8	238,7	289,3	340,9
<i>Menos: Tributos Indiretos.....</i> <i>Less: Indirect Taxes — Moins: Impôts Indirects</i>	17,4	20,8	25,2	29,4	39,8	42,9
<i>Mais: Subvenções.....</i> <i>Plus: Subsidies — Plus: Subventions.</i>	0,2	0,2	0,3	0,4	0,2	0,3
RENDIMENTO NACIONAL..... NATIONAL INCOME — REVENU NATIONAL	141,9	157,8	179,9	209,7	249,7	298,3
<i>Menos: Lucro não distribuído das Sociedades Anônimas e Limitadas.....</i> <i>Less: Undistributed Corporate Profits</i> <i>Moins: Profits non distribués</i>	5,1	5,3	6,8	9,2	8,2	13,5
<i>Imposto de renda pago pelas Sociedades Anônimas e Limitadas.....</i> <i>Corporate Income Tax</i> <i>Impôt sur le revenu payé par les sociétés par action et par les Sociétés à responsabilité limitée</i>	1,4	1,3	1,7	2,2	3,1	3,7
<i>Contribuições para a Previdência Social...</i> <i>Contributions to Social Security System</i> <i>Contributions à la Sécurité Sociale</i>	3,0	3,3	4,2	5,0	6,1	7,1
<i>Mais: Transferências.....</i> <i>Plus: Transfers — Plus: Transferts</i>	2,8	3,7	4,6	6,2	8,2	11,4
RENDIMENTO PESSOAL..... PERSONAL INCOME — REVENU PERSONNEL	125,2	151,6	171,8	199,5	240,5	285,4
<i>Menos: Imposto de renda pago por indivíduos...</i> <i>Less: Individuals' Income Tax</i> <i>Moins: Impôt sur le revenu payé par les individus</i>	2,2	2,4	2,7	3,6	4,9	5,8
RENDIMENTO PESSOAL DISPONÍVEL..... DISPOSABLE PERSONAL INCOME REVENU PERSONNEL DISPONIBLE	133,0	149,2	169,1	195,9	235,6	279,6

NOTA: Estimativas preliminares feitas pela Equipe da Renda Nacional, do Instituto Brasileiro de Economia, órgão da Fundação Getúlio Vargas. O conceito adotado é o de renda nominal de residentes — Preliminary estimates made by the Equipe da Renda Nacional, Instituto Brasileiro de Economia, Fundação Getúlio Vargas. It was used as National Income concept, resident income at current prices. — Évaluations préliminaires de l'Equipe da Renda Nacional, de l'Instituto Brasileiro de Economia de la Fundação Getúlio Vargas. Le concept adopté c'est du revenu nominal des résidents.

ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL DO BRASIL

ESTIMATE OF NATIONAL INCOME OF BRAZIL — ESTIMATION DU REVENU NATIONAL DU BRÉSIL

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000.000

QUADRO 2 — TABLE — TABLEAU 2

ESPECIFICAÇÃO SPECIFICATION — SPÉCIFICATION	1947	1948	1949	1950	1951	1952
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO, EXCETO NA AGRICULTURA.....	82,0	89,9	102,0	112,7	128,2	152,7
REMUNERATION OF LABOR EXCEPT IN AGRICULTURAL PRODUCTION.....						
RÉMUNÉRATION DU TRAVAIL, PRODUCTION AGRICOLE EXCÉPTE.....						
Empregados; Salários e Ordenados.....	43,9	49,6	58,2	66,0	73,1	90,5
<i>Compensation of employees — Salaires des employés</i>						
Administração Pública.....	9,7	11,5	13,7	16,1	18,8	21,0
<i>Public Administration — Administration l'publique</i>						
Civil.....	7,0	8,7	10,1	12,4	13,9	15,5
<i>Civil Personnel — Service Civil</i>						
Militares.....	2,7	2,8	3,6	3,7	4,9	5,5
<i>Military Personnel — Forces Armées</i>						
Demais ramos de atividade.....	33,0	36,8	42,9	47,9	54,9	66,5
<i>Other Sectors of Activity — Autres secteurs d'activité</i>						
Suplemento de Salários e Ordenados.....	1,2	1,3	1,6	2,0	2,4	3,0
<i>Supplement to wages and salaries — Supplément de traitements et salaires</i>						
Autônomos.....	14,0	15,3	17,1	18,4	20,3	24,5
<i>Independents — Travailleurs Indépendants</i>						
Profissões Liberais.....	4,1	4,3	4,6	5,0	5,7	7,0
<i>Liberal Professions — Professions Libérales</i>						
Administração de Empresas.....	20,0	20,7	22,1	23,3	26,1	30,7
<i>Administration of Firms — Administration d'entreprises</i>						
LUCRO.....	15,6	15,5	18,0	22,5	34,7	41,3
<i>Profits — Profits</i>						
Empresas Individuais.....	2,5	2,7	2,9	3,4	5,5	6,5
<i>Individual Firms — Entreprises Individuelles</i>						
Sociedades Anônimas.....	6,4	6,5	8,9	10,5	15,5	18,4
<i>Corporations — Sociétés Anonymes</i>						
Outras Empresas.....	6,7	6,3	6,2	8,5	13,7	16,4
<i>Other Firms — Autres Sociétés</i>						
JUROS.....	1,3	1,5	1,8	2,0	2,7	3,2
<i>Interest — Intérêt</i>						
ALUGUÉIS (*).	4,2	5,2	6,3	8,3	9,4	11,7
<i>Rent — Loyer</i>						
AGRICULTURA (*).	39,8	47,6	53,6	66,0	76,3	90,1
<i>AGRICULTURAL PRODUCTION — PRODUCTION AGRICOLE</i>						
TRANSAÇÕES COM O EXTERIOR.....	-1,0	-1,9	-1,8	-1,8	-1,6	-0,7
<i>Net Income from Abroad — Revênu net de l'Exterior</i>						
TOTAL.....	141,9	157,8	179,9	209,7	249,7	298,3

*) Estimativa da renda líquida — Estimate of net income — Évaluation du revenu net.

SALÁRIOS E ORDENADOS SEGUNDO A ORIGEM — TOTAIS NACIONAIS

WAGES AND SALARIES BY SECTORS OF ACTIVITY — NATIONAL TOTALS

TRAITEMENTS ET SALAIRES PAR BRANCHE D'ACTIVITÉ — TOTAUX NATIONAUX

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 3 — TABLE — TABLEAU 3

ESPECIFICAÇÃO SECTORS — BRANCHE	1947	1948	1949	1950	1951	1952
I — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... <i>Gouvernement</i>	9 622,9	11 552,5	13 681,9	16 090,3	18 835,0	21 001,5
Civis..... <i>Civil Service — Service Civil</i>	6 964,4	8 736,0	10 131,5	12 367,9	13 894,1	15 505,7
União..... <i>Federal — Federal</i>	2 542,1	3 635,7	4 224,0	4 698,5	4 808,7	5 497,7
Estados..... <i>States — États</i>	3 999,6	4 540,9	5 143,3	6 800,6	7 887,0	8 582,6
Municípios..... <i>Municipalities — Municipalités</i>	422,7	559,4	764,2	868,8	1 198,4	1 425,4
Militares..... <i>Military Personnel — Forces Armées</i>	2 658,5	2 816,3	3 550,4	3 722,4	4 940,9	5 495,8
União..... <i>Federal — Federal</i>	2 288,9	2 396,8	3 075,1	3 094,0	4 099,4	4 632,8
Estados..... <i>States — États</i>	369,6	419,7	475,3	628,4	841,5	863,0
II — DEMAIS RAMOS DE ATIVIDADE..... <i>OTHER SECTORS — AUTRES BRANCHES</i>	34 214,8	38 121,1	44 487,6	49 842,4	57 334,3	69 495,8
Comércio..... <i>Trade — Commerce</i>	4 200,2	4 949,9	5 763,2	6 240,0	7 032,3	8 613,0
Indústria..... <i>Industry — Industrie</i>	14 308,5	16 110,5	18 816,5	21 655,4	25 318,3	30 630,6
Intermediários Financeiros..... <i>Financial Intermediaries</i> <i>Intermédiaires Financiers</i>	1 670,7	1 834,0	2 037,8	2 505,2	3 259,9	3 994,3
Transportes e Comunicações..... <i>Transportation and Communication</i> <i>Transports et Communications</i>	7 809,5	8 523,5	10 269,7	11 037,9	12 077,1	14 317,1
Serviços..... <i>Services — Services</i>	5 055,8	5 399,5	5 953,7	6 451,4	7 201,3	8 914,0
Suplemento a Salários e Ordenados..... <i>Supplement to wages and salaries</i> <i>Supplément de traitements et salaires</i>	1 170,1	1 303,7	1 610,7	1 952,5	2 445,4	3 026,8
T O T A L.....	43 837,7	49 673,6	58 169,5	65 932,7	76 169,3	90 497,3

SALÁRIOS E ORDENADOS NO COMÉRCIO -- TOTAIS NACIONAIS

WAGES AND SALARIES IN TRADE -- NATIONAL TOTALS

TRAITEMENTS ET SALAIRES DANS LE COMMERCE — TOTAUX NATIONAUX

1947 -- 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 4 — TABLE — TABLEAU 4

ANOS YEARS ANNÉES	Atacadista	Varejista e Outros	TOTAL
	Wholesale	Retail and Other	
	Commerce de gros	Commerce de détail et autres	
1947	389,2	3 811,0	4 200,2
1948	455,2	4 494,7	4 949,9
1949	531,6	5 231,6	5 763,2
1950	573,9	5 666,1	6 240,0
1951	644,6	6 387,7	7 032,3
1952	786,3	7 826,7	8 613,0

SALÁRIOS E ORDENADOS NA INDÚSTRIA — TOTAIS NACIONAIS — MANUFATURAS E MINAS

WAGES AND SALARIES IN INDUSTRY — NATIONAL TOTALS — MANUFACTURING AND MINING

TRAITEMENTS ET SALAIRES DANS L'INDUSTRIE—TOTAUX NATIONAUX—MANUFACTURES ET MINES

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 5 — TABLE — TABLEAU 5

CLASSES DE INDÚSTRIA TYPES OF INDUSTRY — SPÉCIFICATION	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Alimentação e Subsidiárias..... <i>Food and Kindred Products</i> <i>Alimentation et Produits Similaires</i>	1 660,3	1 864,1	2 177,9	2 507,4	2 930,9	3 558,2
Cerâmicas..... <i>Stone, Clay and Glass Products</i> <i>Verreries, Poteries et pierre de taille</i>	683,7	767,7	896,9	1 082,6	1 207,0	1 465,3
Construção..... <i>Construction — Bâtiment</i>	1 644,2	1 846,0	2 156,7	2 483,1	2 902,4	3 523,6
Couros e Peles..... <i>Leather and Leather Products—Cuir et Produits de Cuir</i>	154,5	173,4	202,6	233,3	272,7	331,1
Extrativa com Beneficiamento..... <i>Processing of Extractive Products</i> <i>Préparation de Produits Extractifs</i>	79,3	89,0	104,0	119,7	139,9	169,8
Extrativa Mineral..... <i>Mining — Mines</i>	187,6	225,1	262,5	273,3	278,9	298,9
Fumo..... <i>Tobacco — Tabac</i>	232,4	260,9	304,8	351,0	410,2	498,0
Gráfica..... <i>Printing and Publishing—Imprimeries et Publications</i>	468,5	521,3	613,0	704,3	824,7	994,3
Madeira..... <i>Lumber and Timber Products — Produits de Bois</i>	441,9	496,2	579,7	667,4	782,1	947,1
Material e Aparelhos Elétricos..... <i>Electrical Equipment and Materials</i> <i>Équipement Électrique</i>	268,7	301,6	352,4	405,7	474,3	575,8
Metalúrgica..... <i>Metallurgy — Métallurgie</i>	1 816,2	2 039,1	2 382,3	2 742,8	3 206,0	3 892,1
Mobiliário..... <i>Furniture —ameublementi</i>	353,3	396,7	463,4	533,5	623,6	757,1
Objetos de Luxo..... <i>De Luxe Products — Produits de Luxe</i>	36,3	40,7	47,6	54,8	64,0	77,7
Papel, Química e Borracha..... <i>Paper, Chemical and Rubber Products</i> <i>Caoutchouc, Papier et Produits Chimiques</i>	1 475,0	1 656,0	1 934,7	2 227,5	2 603,7	3 160,9
Têxtil..... <i>Textile Industry — Textile</i>	2 966,0	3 330,0	3 890,6	4 479,3	5 235,8	6 356,3
Vestuário e Toucador..... <i>Apparel and Finished Fabric Products—Vêtements</i>	863,7	969,8	1 133,0	1 304,4	1 524,7	1 851,1
Serviços de Utilidade Pública..... <i>Public Utilities in General — Services Publics</i>	654,5	770,9	888,6	1 048,4	1 270,4	1 482,4
Diversas..... <i>Miscellaneous — Divers</i>	322,4	362,0	422,9	486,9	569,1	690,9
TOTAL.....	14 308,5	16 110,5	18 816,5	21 655,4	25 318,3	30 630,6

SALÁRIOS E ORDENADOS EM INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS —
TOTALS NACIONAIS

WAGES AND SALARIES PAID BY FINANCIAL INTERMEDIARIES — NATIONAL TOTALS
TRAITEMENTS ET SALAIRES DES INTERMEDIAIERS FINANCIERS — TOTAUX NATIONAUX

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 6 — TABLE — TABLEAU 6

ANOS	Bancos e Capitalização	Seguros	
YEARS	<i>Bank and Capitalization</i>	<i>Insurance Companies</i>	TOTAL
ANNÉES	<i>Companies — Banques et Organisme de capitalization</i>	<i>Sociétés d'Assurance</i>	
1947	1 452,8	217,9	1 670,7
1948	1 582,4	251,6	1 834,0
1949	1 781,3	292,5	2 073,8
1950	2 169,0	336,2	2 505,2
1951	2 859,3	400,6	3 259,9
1952	3 527,7	466,6	3 994,3

SALÁRIOS E ORDENADOS EM SERVIÇOS — TOTAIS NACIONAIS

WAGES AND SALARIES IN SERVICES — NATIONAL TOTALS

TRAITEMENTS ET SALAIRES DANS LES SERVICES — TOTAUX NATIONAUX

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 7 — TABLE — TABLEAU 7

ANOS YEARS ANNÉES	Membros de Organizações Religiosas <i>Members of religious organizations</i> <i>Membres des communautés religieuses</i>	Domésticos Remunerados <i>Remunerated domestic services</i> <i>Services de Ménage rémunérés</i>	Diversos (*) <i>Miscellaneous</i> <i>Divers</i>	TOTAL
1947	178,7	3 627,3	1 249,8	5 055,8
1948	192,0	3 739,3	1 468,2	5 399,5
1949	208,5	4 023,4	1 721,8	5 953,7
1950	238,7	4 351,4	1 861,3	6 451,4
1951	269,9	4 843,0	2 088,4	7 201,3
1952	337,9	6 011,4	2 564,7	8 914,0

(*) Compreende salários e ordenados pagos em: hotéis, restaurantes, edifícios de apartamentos, estabelecimentos de diversões, turismo, prestação de serviços, atividades liberais (inclusive serviço de estatística, controle, atuária e laboratórios de análise), estabelecimentos hospitalares, ambulatórios, fundações, instituições e associações de caridade, asilos, instituições culturais, estabelecimentos de ensino e difusão cultural, empresas jornalísticas e radiodifusoras e cuito.
Includes hotels, restaurants, apartment houses, theaters, etc. tourism, employees of liberal professionals, hospitals, private schools, journalism, radio and television and similar industries.
Y compris hôtels, restaurants, immeubles, théâtres, tourisme, employés des professions libéraux, hôpitaux, écoles privées, journalisme, radio et télévision et industries similaires.

SALÁRIOS E ORDENADOS NOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
TOTALS NACIONAIS

WAGES AND SALARIES IN TRANSPORTATION AND COMMUNICATION — NATIONAL TOTALS
TRAITEMENTS ET SALAIRES DANS LES TRANSPORTS ET COMMUNICATIONS — TOTALS NATIONAUX
1947 — 1952
Cr\$ 1.000.000

QUADRO 8 — TABLE — TABLEAU 8

CLASSES DE ATIVIDADE TYPES OF ACTIVITY SPÉCIFICATION	1947	1948	1949	1950	1951	1952
TRANSPORTES..... <i>Transportes</i> — <i>Transports</i>	7 208,1	7 884,4	9 393,0	10 089,7	10 870,4	13 018,9
Aéreos e Telecomunicações..... <i>Air transport and telecommunication</i> <i>Transport aérien et télécommunication</i>	298,1	307,4	331,7	363,2	475,8	631,5
Carris Urbanos..... <i>Tramways</i> — <i>Trams</i>	250,8	300,2	413,6	431,4	398,5	476,2
Ferroviários..... <i>Railroads</i> — <i>Chemins de fer</i>	2 410,9	2 519,0	3 002,1	3 307,7	3 605,6	4 061,4
Marítimos..... <i>Maritime transportation</i> <i>Transports maritimes</i>	1 614,2	1 614,2	1 936,7	2 097,9	2 097,9	2 674,8
Rodoviários e Estiva..... <i>Highway transportation and stevedoring</i> <i>Transports routiers et chargements</i>	2 634,1	3 143,6	3 708,9	3 889,5	4 292,6	5 175,0
COMUNICAÇÕES..... <i>Communication</i> — <i>Communications</i>	601,4	639,1	876,7	948,2	1 206,7	1 298,2
Correios e Telégrafos..... <i>Post and Telegraph</i> <i>Poste et télégraphe</i>	431,9	446,1	632,7	687,6	926,9	963,7
Telefone..... <i>Telephone</i> — <i>Téléphone</i>	169,5	193,0	244,0	260,6	279,8	334,5
TOTAL.....	7 809,5	8 523,5	10 269,7	11 037,9	12 077,1	14 317,1

REMUNERAÇÃO DO TRABALHO DE EMPREGADORES E ASSEMELHADOS
 EXCETO AGRICULTURA E PRODUÇÃO ANIMAL

REMUNERATION OF EMPLOYERS AND INDEPENDENT WORKERS EXCEPT IN RURAL PRODUCTION

RÉMUNÉRATION DES EMPLOYERS ET TRAVAILLEURS INDÉPENDANTS. PRODUCTION

RURALE EXCEPTÉE

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 9 — TABLE — TABLEAU 9

ESPECIFICAÇÃO GROUPS — SPÉCIFICATION	1947	1948	1949	1950	1951	1952
I — ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS..... ADMINISTRATION OF FIRMS ADMINISTRATION D'ENTREPRISES	20 031,1	20 650,7	22 064,5	23 349,6	26 093,4	30 667,7
1. Comércio..... <i>Trade — Commerce</i>	10 279,8	10 597,6	11 394,7	12 066,5	13 513,7	15 720,2
2. Indústria Extrativa Mineral..... <i>Mining — Mines</i>	43,9	45,4	48,5	51,5	56,7	65,2
3. Indústria de Transformação..... <i>Manufacturing — Manufactures</i>	3 438,5	3 545,0	3 746,6	3 957,3	4 393,5	5 171,0
4. Intermediários Financeiros..... <i>Financial Intermediaries</i> <i>Intermédiaires Financiers</i>	96,5	99,5	104,9	110,8	126,4	152,0
5. Transportes e Comunicações..... <i>Transportation and Communication</i> <i>Transports et Communications</i>	387,5	399,2	427,2	451,7	505,5	591,9
6. Serviços..... <i>Services — Services</i>	5 784,9	5 964,0	6 342,6	6 711,8	7 497,6	8 967,4
II — AUTÔNOMOS *..... INDEPENDENT WORKERS TRAVAILLEURS INDÉPENDANTS	14 026,9	15 273,1	17 144,6	18 409,2	20 232,8	24 500,5
1. Comércio..... <i>Trade — Commerce</i>	2 193,1	2 424,9	2 733,9	2 901,4	3 232,5	3 855,0
2. Indústria Extrativa Mineral..... <i>Mining — Mines</i>	873,6	980,7	1 139,4	1 224,3	1 320,3	1 577,4
3. Indústria de Transformação..... <i>Manufacturing — Manufactures</i>	4 902,0	5 173,8	5 672,0	6 080,1	6 740,9	8 271,4
4. Intermediários Financeiros..... <i>Financial Intermediaries</i> <i>Intermédiaires Financiers</i>	285,0	310,9	327,2	373,6	451,4	499,3
5. Transportes e Comunicações..... <i>Transportation and Communication</i> <i>Transports et Communications</i>	1 299,0	1 466,4	1 701,3	1 825,7	1 938,9	2 352,3
6. Serviços..... <i>Services — Services</i>	4 474,2	4 914,4	5 570,8	6 004,1	6 577,8	7 945,1
III — PROFISSÕES LIBERAIS..... LIBERAL PROFESSIONS PROFESSIONS LIBÉRALES	4 069,9	4 270,9	4 619,6	4 989,7	5 729,9	6 957,2
T O T A L	38 127,9	40 200,7	43 828,7	46 748,5	52 096,1	62 125,4

(*) Compreende os chamados "trabalhadores por conta própria" e "membros da família", na linguagem do Serviço Nacional de Recenseamento. — Includes the so-called own account workers, employees who are members of the family of the employer as classified by the Census Commission. — Englobe les travailleurs établis à son compte et les membres de la famille de l'employeur, d'après la classification du Conseil du Recensement.

LUCRO SEGUNDO A FORMA DAS EMPRÉSAS — TOTAIS NACIONAIS

PROFIT OF INCORPORATE AND UNINCORPORATED BUSINESS BY TYPE OF FIRM —
NATIONAL TOTALS

PROFIT PAR TIPE D'ENTREPRISE — TOTAUX NATIONAUX

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 10 — TABLE — TABLEAU 10

ANOS YEARS ANNÉES	Sociedades Anônimas <i>Corporation</i> <i>Sociétés Anonymes</i>	Outras Empresas <i>Other Firms — Autres Sociétés</i>		TOTAL
		Individuais <i>Individual Firms</i>	Outras <i>Other</i>	
1947	6 373.3	2 529.7	6 654.5	15 557.5
1948	6 494.0	2 691.4	6 349.1	15 534.5
1949	8 907.7	2 866.7	6 236.4	18 010.8
1950	10 572.0	3 390.9	8 523.1	22 486.0
1951	15 476.6	5 478.5	13 712.1	34 667.2
1952	18 436.1	6 539.3	16 365.6	41 341.0

PRODUTO LÍQUIDO DA AGRICULTURA

NET VALUE OF AGRICULTURAL PRODUCTION — VALEUR NETTE DE LA PRODUCTION AGRICOLE
 1947 — 1952
 Cr\$ 1.000.000

QUADRO 11 — TABLE — TABLEAU 11

ESPECIFICAÇÃO SPECIFICATION — SPÉCIFICATION	1947	1948	1949	1950	1951	1952
LAVOURAS.....	27 408,2	32 786,3	38 071,5	48 684,7	53 332,1	63 777,4
CROPS — CULTURES						
Permanentes.....	7 804,2	8 942,7	11 119,6	19 161,1	20 419,3	22 240,3
<i>Perennial crops — Cultures permanentes</i>						
Temporâneas.....	20 731,6	24 940,7	28 291,6	30 872,6	34 213,8	43 289,7
<i>Annual crops — Cultures temporaires</i>						
Diversas.....	2 858,5	3 388,5	3 941,3	5 003,6	5 463,5	6 553,0
<i>Miscellaneous products — Cultures diverses</i>						
MENOS: CONSUMO INTERMEDIÁRIO.....	-4 036,1	-4 485,6	-5 281,0	-6 352,6	-6 764,5	-8 305,6
MINUS: INTERMEDIATE CONSUMPTION						
MOINS: CONSOMMATION INTERMÉDIAIRE						
PRODUÇÃO ANIMAL.....	7 932,5	10 274,4	10 988,1	11 990,9	16 468,3	19 633,7
ANIMAL PRODUCTION — PRODUCTION ANIMALE						
Criação e Derivados.....	10 485,0	13 392,5	14 359,9	15 243,2	19 976,1	24 803,4
<i>Livestock and by products</i>						
<i>Bétail et produits du bétail</i>						
Caça e Pesca.....	465,3	498,0	557,2	603,2	732,1	753,7
<i>Hunting and Fishing — Chasse et Pêche</i>						
MENOS: CONSUMO INTERMEDIÁRIO.....	-3 017,5	3 616,1	-3 929,0	-3 857,5	-4 239,9	-5 023,4
MINUS: INTERMEDIATE CONSUMPTION						
MOINS: CONSOMMATION INTERMÉDIAIRE						
PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL.....	4 590,7	4 525,4	4 583,6	5 332,1	6 452,8	6 698,5
FORESTRY AND OTHERS						
PRODUCTION EXTRACTIVE VÉGÉTALE						
Madeira, lenha e carvão vegetal.....	3 585,4	3 696,6	3 809,8	4 191,7	4 851,7	5 314,1
<i>Timber, firewood and charcoal</i>						
<i>Bûis, bois à brûler et charbon de bois</i>						
Outros Produtos.....	1 334,6	1 243,8	1 198,9	1 629,3	2 192,9	1 998,7
<i>Other Products — Autres Produits</i>						
MENOS: CONSUMO INTERMEDIÁRIO.....	-413,3	-415,0	-420,7	-488,9	-591,6	-614,3
MINUS: INTERMEDIATE CONSUMPTION						
MOINS: CONSOMMATION INTERMÉDIAIRE						
TOTAL.....	39 847,4	47 586,1	53 647,6	66 007,7	76 253,2	90 109,6

CRIAÇÃO E DERIVADOS — TOTAIS NACIONAIS

LIVESTOCK AND BY PRODUCTS — NATIONAL TOTALS

ÉLEVAGE ET PRODUITS DERIVÉS — TOTAUX NATIONAUX

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 12 — TABLE — TABLEAU 12

ESPECIFICAÇÃO SPECIFICATION — SPÉCIFICATION	1947	1948	1949	1950	1951	1952
ANIMAIS ABATIDOS..... <i>Slaughterhouse Production</i> <i>Abattage</i>	5 770,4	6 914,6	7 093,1	7 620,7	10 377,3	10 480,1
Gado..... <i>Cattle — Bétail</i>	5 703,1	6 851,3	7 061,1	7 550,5	10 290,2	10 393,0
Aves..... <i>Poultry — Volaille</i>	67,3	63,3	32,0	70,2	87,1	87,1
AUMENTO DO REBANHO..... <i>Change in Livestock</i> <i>Variations du cheptel</i>	764,2	2 183,1	2 083,5	1 250,8	2 053,5	4 505,0
Animais de Serviço..... <i>Work Animals - Bêtes de somme</i>	70,2	345,3	21,0	— 33,4	183,8	389,8
Animais de Corte..... <i>Animals for Slaughter — Bétail</i>	694,0	1 837,8	1 996,3	1 271,7	1 853,3	4 015,0
Aves..... <i>Poultry — Volaille</i>	—	—	66,2	12,5	16,4	100,2
PRODUTOS DERIVADOS..... <i>Livestock products - Produits dérivés</i>	3 950,4	4 294,8	5 183,3	6 371,7	7 545,3	9 818,3
Leite..... <i>Milk — Lait</i>	2 635,0	2 753,9	3 367,2	3 949,4	4 683,3	6 387,2
Ovos..... <i>Eggs — Oeufs</i>	1 038,0	1 222,7	1 437,2	1 634,9	1 858,0	2 461,8
Lã..... <i>Wool — Laine</i>	207,2	265,7	323,0	721,0	934,9	884,0
Cera de Abelha..... <i>Bees Wax -- Cire</i>	12,0	12,0	12,4	14,0	14,1	15,9
Mel de Abelha..... <i>Honey — Miel</i>	23,5	25,3	27,9	33,2	30,8	34,3
Seda em Casulo..... <i>Natural silk — Soie naturelle</i>	34,7	15,2	15,6	19,2	24,2	35,1
TOTAL.....	10 485,0	13 392,5	14 359,9	15 243,2	19 976,1	24 803,4

CONSUMO INTERMEDIÁRIO NA AGRICULTURA

INTERMEDIATE CONSUMPTION IN AGRICULTURE

CONSOMMATION INTERMEDIAIRE DANS L'AGRICULTURE

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 13 — TABLE — TABLEAU 13

ESPECIFICAÇÃO SPECIFICATION — SPÉCIFICATION	1947	1948	1949	1950	1951	1952
LAVOURAS <i>Crops — Cultures</i>						
Adubos..... <i>Fertilizere — Engrais</i>	284,9	138,2	151,7	270,3	381,6	386,6
Sementes..... <i>Seeds — Semeants</i>	1 437,0	1 635,7	1 823,4	1 893,0	2 037,1	2 290,5
Defesa Sanitária..... <i>Insecticidas — Insecticides</i>	497,0	496,7	572,8	642,6	679,3	817,2
Custo de uso do equipamento.. <i>Equipment user cost</i> <i>Coût d'usage de l'équipement</i>	1 817,2	2 215,0	2 733,1	3 546,7	3 666,5	4 811,3
CRIAÇÃO <i>Livestock — Élevage</i>						
Alimentação dos rebanhos..... <i>Livestock feeding</i> <i>Nourriture des troupeaux</i>	3 017,8	3 616,1	3 929,0	3 857,5	4 239,9	5 923,4
PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL <i>Production Extractive Vegetable</i> <i>Production Extractive Végétale</i>						
Depreciação..... <i>Depreciation — Depreciation</i>	413,3	415,0	420,7	488,9	591,8	614,3
T O T A L.....	7 467,2	8 516,7	9 630,7	10 699,0	11 596,2	14 843,3

ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL DO BRASIL, POR UNIDADE FEDERADA
 ESTIMATES OF NATIONAL INCOME BY STATES — ESTIMATION DU REVENU NATIONAL PAR ÉTATS

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 14 — TABLE — TABLEAU 14

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	1 377,6	1 405,1	1 488,2	1 604,9	1 980,8	2 232,6
Pará.....	1 839,2	2 061,8	2 141,8	2 436,8	2 926,1	3 323,1
Maranhão.....	1 353,0	1 539,6	1 644,8	2 018,5	2 327,9	2 725,3
Piauí.....	879,0	953,9	1 078,6	1 226,4	1 424,5	1 695,3
Ceará.....	3 343,0	3 667,2	4 198,1	5 285,4	5 071,7	6 391,4
Rio Grande do Norte	1 404,6	1 573,7	1 782,9	2 123,6	2 556,4	2 824,0
Paraíba.....	2 088,8	2 410,9	2 774,1	3 381,5	3 775,2	4 322,5
Pernambuco.....	5 874,5	6 669,4	7 280,1	8 506,8	10 392,4	11 065,1
Alagoas.....	1 420,5	1 563,3	1 835,8	1 965,0	2 310,2	2 627,2
Sergipe.....	960,4	1 063,4	1 207,9	1 271,5	1 643,4	1 891,8
Bahia.....	7 014,9	7 655,1	8 530,7	10 038,2	11 044,1	12 549,1
Minas Gerais.....	16 953,5	19 688,5	21 351,7	24 076,5	28 081,5	32 629,8
Espírito Santo....	1 647,9	1 835,8	2 577,4	2 845,6	4 022,4	3 555,1
Rio de Janeiro....	6 565,6	7 161,4	8 500,1	9 421,4	10 733,8	13 244,0
Distrito Federal....	21 593,3	23 921,0	27 747,6	32 132,1	38 463,7	45 683,8
São Paulo.....	47 146,1	52 961,2	61 194,2	71 227,2	87 262,0	107 011,4
Paraná.....	5 739,0	6 799,6	7 950,2	10 756,0	12 326,8	15 928,4
Santa Catarina....	4 426,4	4 674,6	4 948,5	5 364,9	6 040,2	7 512,6
Rio Grande do Sul..	14 301,2	15 364,3	17 127,9	19 479,3	21 990,5	26 362,1
Mato Grosso.....	1 104,8	1 511,4	1 453,3	1 522,5	1 801,9	2 862,4
Goiás.....	1 462,8	1 768,1	2 202,1	2 790,5	3 662,1	3 685,0
B R A S I L.....	148 496,1	166 180,3	189 016,0	219 474,6	259 747,6	310 122,0

ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL DO BRASIL, POR UNIDADE FEDERADA

ESTIMATES OF NATIONAL INCOME BY STATES — ESTIMATION DU REVENU NATIONAL PAR ÉTATS

1947

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 15 — TABLE — TABLEAU 15

UNIDADES FEDERADAS STATES ÉTATS	Remunera- ção do Trabalho(*) <i>Compens- ation of Labour Rémuné- ration du Travail</i>	Luero <i>Profits</i>	Juros <i>Interest</i>	Aluguéis <i>Rent</i>	Agricultura e Produção Animal(**) <i>Rural Production Production Rurale</i>	TOTAL (***)
Amazonas.....	630,9	85,0	3,1	14,7	643,9	1 377,6
Pará.....	1 237,5	47,6	2,7	27,6	523,8	1 839,2
Maranhão.....	767,7	59,5	3,2	11,5	511,1	1 353,0
Piauí.....	473,1	42,9	3,8	6,0	353,2	879,0
Ceará.....	1 892,8	156,4	10,9	53,7	1 229,2	3 343,0
Rio Grande do Norte	693,2	39,6	1,9	15,0	654,9	1 404,6
Paraíba.....	971,7	68,1	2,9	28,1	1 018,0	2 088,8
Pernambuco.....	3 423,4	513,7	37,1	72,9	1 827,4	5 874,5
Alagoas.....	645,7	100,0	5,7	12,3	656,8	1 420,5
Sergipe.....	557,7	56,2	3,9	9,5	333,1	960,4
Bahia.....	3 710,1	343,5	35,6	106,7	2 819,0	7 014,9
Minas Gerais.....	7 251,5	1 077,7	61,1	304,8	8 258,4	16 953,5
Espírito Santo.....	739,3	74,8	4,6	24,3	804,9	1 647,9
Rio de Janeiro.....	4 209,2	384,6	22,6	192,5	1 756,7	6 565,6
Distrito Federal....	15 745,5	4 144,1	454,8	1 137,9	111,0	21 593,3
São Paulo.....	25 012,2	6 142,7	488,2	1 917,1	13 585,9	47 146,1
Paraná.....	2 478,7	395,5	16,1	73,3	2 775,4	5 739,0
Santa Catarina.....	1 822,5	274,0	7,8	40,7	2 281,4	4 426,4
Rio Grande do Sul.	6 786,4	1 438,1	97,2	134,0	5 845,5	14 301,2
Mato Grosso.....	519,5	52,2	3,7	16,4	513,0	1 104,8
Goiás.....	570,8	61,3	2,9	15,8	812,0	1 462,8
B R A S I L.....	80 139,4	15 557,5	1 269,8	4 214,8	47 314,6	148 496,1

(*) Exclui a agricultura, a remuneração de autônomos na Indústria Extrativa Mineral, salários e ordenados em Transportes Aéreos e Telecomunicações e nos Serviços de Utilidade Pública — *Excludes agriculture, remuneration of independent workers in mining, wages and salaries in Air Transport and telecommunications, and public utilities — À l'exception de l'agriculture, de la rémunération des travailleurs indépendants dans l'industrie extractive minérale des traitements et salaires dans les Transports Aériens et les télécommunications et dans les services d'utilité publique.*

(**) Valor bruto da produção — *Gross Production — Production brute.*

(***) Exclui transações com o Exterior. — *Excludes transactions with other Countries — Les transactions avec l'Extérieur sont exclues.*

ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL DO BRASIL, POR UNIDADE FEDERADA

ESTIMATES OF NATIONAL INCOME BY STATES — ESTIMATION DU REVENU NATIONAL PAR ÉTATS

1948

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 16 -- TABLE — TABLEAU 16

UNIDADES FEDERADAS STATES ÉTATS	Remunera- ção do Trabalho(*) Compens- sation of Labo ir Rémunér- ation du Travail	Lucro Profits	Juros Interest	Aluguéis Rent	Agricultura e Produção Animal (**) — Rural Production	TOTAL (***)
Amazonas.....	689,4	63,7	4,0	14,8	633,2	1 405,1
Pará.....	1 323,1	134,5	7,3	23,3	573,6	2 061,8
Maranhão.....	823,7	83,1	4,0	16,1	603,7	1 530,6
Piauí.....	526,9	35,7	4,2	9,2	377,9	953,9
Ceará.....	1 995,4	181,1	11,9	69,5	1 409,3	3 667,2
Rio Grande do Norte	754,0	51,8	2,2	15,3	750,4	1 573,7
Paraíba.....	1 044,0	72,1	3,4	34,6	1 256,8	2 410,9
Pernambuco.....	3 852,2	467,9	45,6	94,1	2 209,6	6 669,4
Alagoas.....	713,2	92,5	6,0	15,1	736,5	1 563,3
Sergipe.....	594,0	62,4	5,7	13,7	387,6	1 063,4
Bahia.....	4 036,3	337,3	44,5	105,9	3 131,1	7 655,1
Minas Gerais.....	7 999,2	1 020,9	77,4	314,5	10 276,5	19 688,5
Espírito Santo.....	809,7	82,2	5,8	28,8	909,3	1 835,8
Rio de Janeiro.....	4 436,9	375,1	23,2	268,0	2 058,2	7 161,4
Distrito Federal....	17 624,8	4 354,6	508,6	1 338,6	94,4	23 921,0
São Paulo.....	27 254,9	5 960,9	609,2	2 441,3	16 694,9	52 961,2
Paraná.....	2 662,9	322,3	20,2	145,9	3 648,3	6 799,6
Santa Catarina....	1 974,4	264,7	9,2	51,3	2 375,0	4 674,6
Rio Grande do Sul. **	7 482,0	1 464,2	118,9	158,7	6 140,5	15 364,3
Mato Grosso.....	589,3	44,2	3,9	22,9	851,1	1 511,4
Goiás.....	629,0	63,3	3,1	27,8	984,9	1 708,1
B R A S I L.....	87 815,3	15 534,5	1 518,3	5 209,4	56 102,8	166 180,3

(*) Exclui a agricultura, a remuneração de autônomos na Indústria Extrativa Mineral, salários e ordenados em Transportes Aéreos e Telecomunicações e nos Serviços de Utilidade Pública — *Excludes agriculture, remuneration of independent workers in mining, wages and salaries in Air Transport and telecommunications, and public utilities — A l'exception de l'agriculture, de la rémunération des travailleurs indépendants dans l'industrie extractive mineral des traitements et salaires dans les Transports Aériens et les telecommunications et dans les services d'utilité publique.*

(**) Valor bruto da produção — *Gross Production — Production brute.*

(***) Exclui transações com o Exterior. — *Excludes transactions with other Countries — Les transactions avec l'Exterior sont exclues.*

ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL DO BRASIL, POR UNIDADE FEDERADA

ESTIMATES OF NATIONAL INCOME BY STATES — ESTIMATION DU REVENU NATIONAL PAR ÉTATS

1949

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 17 — TABLE — TABLEAU 17

UNIDADES FEDERADAS STATES ÉTATS	Remunera- ção do Trabalho(*) <i>Compens- ation of Labour Rémuné- ration du Travail</i>	Lucro <i>Profits</i>	Juros <i>Interest</i>	Aluguéis <i>Rent</i>	Agricultura e Produção Animal (**) <i>Rural Production Production Rurale</i>	TOTAL (***)
Amazonas.....	782,6	78,8	5,7	17,8	603,3	1 488,2
Pará.....	1 511,6	146,7	10,5	24,4	448,6	2 141,8
Maranhão.....	978,1	72,5	3,8	19,8	570,6	1 644,8
Piauí.....	598,8	39,6	3,8	11,6	424,8	1 078,6
Ceará.....	2 270,7	149,5	13,9	73,4	1 690,6	4 198,1
Rio Grande do Norte	839,3	46,8	2,7	17,2	876,9	1 782,9
Paraíba.....	1 194,8	78,8	3,6	37,3	1 459,6	2 774,1
Pernambuco.....	4 406,9	489,7	47,1	113,3	2 223,1	7 280,1
Alagoas.....	885,0	83,8	7,6	17,9	841,5	1 835,8
Sergipe.....	679,0	47,0	7,4	15,4	459,1	1 207,9
Bahia.....	4 701,6	363,4	62,4	120,1	3 283,2	8 530,7
Minas Gerais.....	8 888,3	1 199,7	83,1	409,9	10 770,7	21 351,7
Espírito Santo....	926,2	116,2	5,8	35,7	1 493,5	2 577,4
Rio de Janeiro....	5 130,7	454,4	24,6	313,4	2 577,0	8 500,1
Distrito Federal....	20 421,2	4 916,2	652,2	1 675,2	82,8	27 747,6
São Paulo.....	30 643,8	7 542,3	654,7	2 925,6	19 427,8	61 194,2
Paraná.....	2 972,5	436,0	21,9	184,4	4 335,4	7 950,2
Santa Catarina....	2 162,9	248,6	12,7	67,9	2 456,4	4 948,5
Rio Grande do Sul..	8 260,7	1 365,1	132,4	185,6	7 184,1	17 127,9
Mato Grosso.....	671,8	52,7	4,9	23,3	700,6	1 453,3
Goiás.....	712,0	83,0	4,3	34,1	1 368,7	2 202,1
B R A S I L	99 638,5	18 010,8	1 765,1	6 323,5	63 278,3	189 016,0

(*) Exclui a agricultura, a remuneração de autônomos na Indústria Extrativa Mineral, salários e ordenados em Transportes Aéreos e Telecomunicações e nos Serviços de Utilidade Pública — *Excludes agriculture, remuneration of independent workers in mining, wages and salaries in Air Transport and telecommunications, and public utilities — A l'exception de l'agriculture, de la rémunération des travailleurs indépendants dans l'industrie extractive mineral des traitements et salaires dans les Transports Aériens et les télécommunications et dans les services d'utilité publique.*

(**) Valor bruto da produção — *Gross Production — Production brute.*

(***) Valor bruto das transações com o Exterior — *Excludes transactions with other Countries — Les transactions avec l'Exterior sont exclues.*

ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL DO BRASIL, POR UNIDADE FEDERADA

ESTIMATES OF NATIONAL INCOME BY STATES — ESTIMATION DU REVENU NATIONAL PAR ÉTATS

1950

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 18 — TAELE — TABLEAU 18

UNIDADES FEDERADAS STATES ÉTATS	Remuneração do Trabalho(*) Compensation of Labour Rémunération du Travail	Lucro Profits	Juros Interest	Aluguéis Rent	Agricultura e Produção Animal (**) Rural Production Production Rurale	TOTAL (**)
Amazonas.....	844,4	97,0	4,2	20,2	639,1	1 604,9
Pará.....	1 582,2	193,1	8,9	27,8	624,8	2 436,8
Maranhão.....	1 053,3	88,6	4,2	20,9	851,5	2 018,5
Piauí.....	660,5	53,0	4,2	10,8	497,9	1 226,4
Ceará.....	2 407,3	223,8	13,2	78,8	2 562,3	5 285,4
Rio Grande do Norte	919,1	57,3	3,0	21,1	1 123,1	2 123,6
Paraíba.....	1 297,1	101,0	5,4	42,5	1 935,5	3 381,5
Pernambuco.....	4 692,7	649,5	46,0	123,6	2 995,0	8 506,8
Alagoas.....	907,4	84,5	8,3	20,5	944,3	1 965,0
Sergipe.....	753,5	59,4	7,7	16,8	434,1	1 271,5
Bahia.....	5 144,7	508,7	75,3	148,8	4 160,7	10 038,2
Minas Gerais....	9 556,1	1 383,8	104,9	533,5	12 498,2	24 076,5
Espírito Santo....	1 011,0	139,2	9,8	40,2	1 645,4	2 845,6
Rio de Janeiro....	5 504,6	597,1	31,7	386,0	2 902,0	9 421,4
Distrito Federal....	22 622,8	6 597,9	686,9	1 864,3	360,2	32 132,1
São Paulo.....	34 583,3	8 997,3	737,6	4 020,3	22 888,7	71 227,2
Paraná.....	3 441,6	577,3	29,9	252,3	6 454,9	10 756,0
Santa Catarina....	2 364,0	331,9	13,2	76,3	2 579,5	5 364,9
Rio Grande do Sul..	9 138,2	1 595,3	162,2	501,1	8 082,5	19 479,3
Mato Grosso.....	749,9	57,8	5,5	26,6	682,7	1 522,5
Goiás.....	811,6	92,5	5,0	37,1	1 844,3	2 790,5
B R A S I L.....	110 045,3	22 486,0	1 967,1	8 269,5	76 706,7	219 474,6

(*) Exclui a agricultura, a remuneração de autônomos na Indústria Extrativa Mineral, salários e ordenados em Transportes Aéreos e Telecomunicações e nos Serviços de Utilidade Pública — Excludes agriculture, remuneration of independent workers in mining, wages and salaries in Air Transport and telecommunication, and public utilities — A l'exception de l'agriculture, de la rémunération des travailleurs indépendants dans l'industrie extractive mineral des traitements et salaires dans les Transports Aériens et les télécommunications et dans les services d'utilité publique.

(**) Valor bruto da produção — Gross Production — Production brute.

(***) Exclui transações com o Exterior. — Excludes transactions with other Countries — Les transactions avec l'Exterior sont exclues.

ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL DO BRASIL, POR UNIDADE FEDERADA
 ESTIMATES OF NATIONAL INCOME BY STATES — ESTIMATION DU REVENU NATIONAL PAR ÉTATS

1951

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 19 — TABLE — TABLEAU 19

UNIDADES FEDERADAS STATES ÉTATS	Remuneração do Trabalho(*) Compensation of Labour Rémunération du Travail	Lucro Profits	Juros Interest	Aluguéis Rent	Agricultura e Produção Animal (**) Rural Production Production Rurale	TOTAL (***)
Amazonas.....	939,0	142,2	4,5	21,0	874,1	1 980,8
Pará.....	1 782,0	324,6	9,7	35,4	774,4	2 926,1
Maranhão.....	1 164,1	101,9	4,6	23,9	1 033,4	2 327,9
Piauí.....	807,6	68,9	3,5	11,8	532,7	1 424,5
Ceará.....	2 771,3	308,3	14,7	100,4	1 877,0	5 071,7
Rio Grande do Norte	1 072,0	84,2	2,9	22,2	1 375,1	2 556,4
Paraíba.....	1 549,4	143,0	9,8	38,7	2 034,3	3 775,2
Pernambuco.....	5 709,4	838,5	45,9	141,5	3 567,1	10 302,4
Alagoas.....	1 036,1	108,5	7,4	26,4	1 131,8	2 310,2
Sergipe.....	819,1	74,5	7,3	17,4	725,1	1 643,4
Bahia.....	5 875,6	573,4	63,1	150,2	4 381,8	11 044,1
Minas Gerais.....	10 625,5	2 061,1	107,2	528,4	14 759,3	28 081,5
Espírito Santo.....	1 164,6	170,6	9,1	43,6	2 634,5	4 022,4
Rio de Janeiro.....	6 179,1	774,1	35,9	435,5	3 309,2	10 733,8
Distrito Federal....	25 602,2	9 133,6	1 117,5	2 217,4	393,0	38 463,7
São Paulo.....	39 722,5	15 503,4	984,3	4 591,1	26 460,7	87 262,0
Paraná.....	4 047,0	1 055,7	43,0	225,5	6 955,6	12 326,8
Santa Catarina.....	2 620,1	476,5	15,9	77,3	2 850,4	6 040,2
Rio Grande do Sul.	9 949,6	2 508,6	173,7	589,4	8 769,2	21 990,5
Mato Grosso.....	842,6	86,0	7,0	27,6	838,7	1 801,9
Goiás.....	910,1	129,6	4,8	45,7	2 571,9	3 662,1
BRASIL.....	125 188,9	34 667,2	2 671,8	9 370,4	87 849,3	259 747,6

(*) Exclui a agricultura, a remuneração de autônomos na Indústria Extrativa Mineral, salários e ordenados em Transportes Aéreos e Telecomunicações e nos Serviços de Utilidade Pública — *Excludes agriculture, remuneration of independent workers in mining, wages and salaries in Air Transport and telecommunication, and public utilities — À l'exception de l'agriculture, de la rémunération des travailleurs indépendants dans l'industrie extractive minérale et salaires dans les Transports Aériens et les telecommunications et dans les services d'utilité publique.*

(**) Valor bruto da produção — *Gross Production — Production brute.*

(***) Exclui transações com o Exterior. — *Excludes transactions with other Countries — Les transactions avec l'Exterior sont exclues.*

ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL DO BRASIL, POR UNIDADE FEDERADA
 ESTIMATES OF NATIONAL INCOME BY STATES — ESTIMATION DU REVENU NATIONAL PAR ÉTATS

1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 20 — TABLE — TABLEAU 20

UNIDADES FEDERADAS STATES ÉTATS	Remunera- ção do Trabalho(*) Compens- ation of Labour Rémuné- ration du Travail	Lucro Profits	Juros Interest	Aluguéis Rent	Agricultura e Produção Animal (**) Rural Production Production Rurale	TOTAL (***)
Amazonas.....	1 108,0	165,4	5,4	21,3	932,5	2 232,6
Pará.....	2 073,9	372,1	11,4	35,5	830,2	3 323,1
Maranhão.....	1 268,0	124,0	5,4	23,9	1 304,0	2 725,3
Piauí.....	866,7	82,7	4,1	11,8	730,0	1 695,3
Ceará.....	3 166,3	372,1	17,5	133,2	2 702,3	6 391,4
Rio Grande do Norte	1 236,8	124,0	3,5	26,5	1 433,2	2 824,0
Paraíba.....	1 722,7	165,4	11,4	39,3	2 383,7	4 322,5
Pernambuco.....	6 376,8	992,2	54,6	164,8	3 476,7	11 065,1
Alagoas.....	1 209,9	124,0	8,9	36,0	1 248,4	2 627,2
Sergipe.....	958,6	82,7	8,6	19,7	822,2	1 891,8
Bahia.....	6 740,2	702,8	74,9	235,1	4 796,1	12 549,1
Minas Gerais.....	13 023,6	2 480,5	127,2	766,7	16 231,8	32 629,8
Espírito Santo.....	1 426,9	206,7	10,8	53,7	1 857,0	3 555,1
Rio de Janeiro.....	7 786,4	909,5	42,5	613,1	3 892,5	13 244,0
Distrito Federal....	30 405,3	10 872,6	1 327,3	2 641,5	437,1	45 683,8
São Paulo.....	48 091,6	18 479,3	1 169,3	5 664,3	33 606,9	107 011,4
Paraná.....	4 693,4	1 240,2	51,0	329,3	9 614,5	15 928,4
Santa Catarina.....	3 046,9	578,8	18,7	120,6	3 747,6	7 512,6
Rio Grande do Sul.	11 583,1	2 976,6	206,6	692,0	10 903,8	26 362,1
Mato Grosso.....	986,4	124,0	8,2	31,9	1 711,9	2 862,4
Goiás.....	1 159,9	165,4	5,7	63,5	2 290,5	3 685,0
B R A S I L.....	148 931,4	41 341,0	3 173,0	11 725,7	104 952,9	310 122,0

(*) Exclui a agricultura, a remuneração de autônomos na Indústria Extrativa Mineral, salários e ordenados em Transportes Aéreos e Telecomunicações e nos Serviços de Utilidade Pública — Excludes agriculture, remuneration of independent workers in mining, wages and salaries in Air Transport and telecommunications, and public utilities — A l'exception de l'agriculture, de la rémunération des travailleurs indépendants dans l'industrie extractive mineral des traitements et salaires dans les Transports Aériens et les télécommunications et dans les services d'utilité publique.

(**) Valor bruto da produção — Gross Production — Production brute.

(***) Exclui transações com o Exterior — Excludes transaction with other Countries — Les transactions avec l'Exterior sont exceptées.

REMUNERAÇÃO DO TRABALHO, EXCETO AGRICULTURA

REMUNERATION OF LABOR EXCEPT IN AGRICULTURAL PRODUCTION

RÉMUNÉRATION DU TRAVAIL, PRODUCTION AGRICOLE EXCEPTÉE

1947

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 21 — TABLE — TABLEAU 21

UNIDADES FEDERADAS STATES ÉTATS	Empregados <i>Employees</i>	Autônomos <i>Independent Workers</i>	Profissões Liberais <i>Liberal Professionals</i>	Administração de Empresas (*) <i>Administration of Firms</i>	TOTAL
		<i>Travailleurs Indépendants</i>	<i>Professions Libérales</i>		
Amazonas.....	297,7	109,8	21,9	201,5	630,9
Pará.....	588,7	229,9	53,2	365,7	1 237,5
Maranhão.....	249,2	165,1	22,7	330,7	767,7
Piauí.....	134,8	99,0	17,8	221,5	473,1
Ceará.....	577,1	500,1	72,7	742,9	1 892,8
Rio Grande do Norte	280,4	121,2	21,7	269,9	693,2
Paraíba.....	302,8	161,2	35,7	472,0	971,7
Pernambuco.....	1 514,3	689,3	137,4	1 082,4	3 423,4
Alagoas.....	247,0	103,6	29,7	265,4	645,7
Sergipe.....	199,9	101,6	12,9	243,3	557,7
Bahia.....	1 346,0	926,9	155,4	1 281,8	3 710,1
Minas Gerais....	3 094,7	1 259,9	512,7	2 384,2	7 251,5
Espírito Santo....	304,7	105,9	41,9	286,8	739,3
Rio de Janeiro....	2 322,7	831,2	175,5	879,8	4 209,2
Distrito Federal....	11 300,1	1 666,6	800,5	1 978,3	15 745,5
São Paulo.....	14 012,5	4 228,7	1 362,1	5 408,9	25 012,2
Paraná.....	1 182,7	459,7	118,3	718,0	2 478,7
Santa Catarina....	943,8	256,1	60,8	561,8	1 822,5
Rio Grande do Sul..	3 543,6	902,1	337,8	2 002,9	6 786,4
Mato Grosso.....	277,4	78,5	28,3	135,3	519,5
Goiás.....	165,0	156,9	50,9	198,0	570,8
B R A S I L.....	42 885,1	13 153,3	4 069,9	20 031,1	80 139,4

(*) Compreende proprietários, sócios e diretores com atividade nas empresas. — Includes remuneration of work of owners, partners and executives — Englobe les rémunérations des travailleurs établis à son compte, associés et administrateurs.

REMUNERAÇÃO DO TRABALHO, EXCETO AGRICULTURA

REMUNERATION OF LABOR EXCEPT IN AGRICULTURAL PRODUCTION

RÉMUNÉRATION DU TRAVAIL. PRODUCTION AGRICOLE EXCEPTÉE

1948

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 22 — TABLE — TABLEAU 22

UNIDADES FEDERADAS STATES ÉTATS	Empregados	Autônomos	Profissões Liberais	Administração de Empresas (*)	TOTAL
	<i>Employees</i>	<i>Independent Workers</i>	<i>Liberal Professionals</i>	<i>Administration of Firms</i>	
	<i>Employés</i>	<i>Travailleurs Indépendants</i>	<i>Professions Libérales</i>	<i>Administration d'Enterprises</i>	
Amazonas.....	338,9	120,0	22,5	208,0	689,4
Pará.....	642,6	248,9	54,7	376,9	1 321,1
Maranhão.....	278,8	180,3	23,5	341,1	823,7
Piauí.....	175,7	144,4	18,5	228,3	526,9
Ceará.....	637,6	514,3	77,6	765,9	1 995,4
Rio Grande do Norte	322,1	130,4	23,2	278,3	754,0
Paraíba.....	344,1	176,0	37,4	486,5	1 044,0
Pernambuco.....	1 796,7	794,7	144,8	1 116,0	3 852,2
Alagoas.....	291,7	117,9	30,1	273,5	713,2
Sergipe.....	222,2	107,3	13,7	250,8	594,0
Bahia.....	1 537,2	1 016,8	160,8	1 321,5	4 036,3
Minas Gerais.....	3 602,4	1 403,9	535,0	2 457,9	7 999,2
Espírito Santo.....	358,5	111,6	43,9	295,7	809,7
Rio de Janeiro.....	2 480,4	865,0	184,2	907,3	4 436,9
Distrito Federal....	12 953,6	1 801,7	830,0	2 039,5	17 624,8
São Paulo.....	15 676,3	4 562,4	1 440,0	5 576,2	27 254,9
Paraná.....	1 301,5	491,3	129,9	740,2	2 662,9
Santa Catarina....	1 059,5	270,7	65,1	579,1	1 974,4
Rio Grande do Sul..	4 054,1	1 006,8	356,4	2 064,7	7 482,0
Mato Grosso.....	324,2	95,9	29,7	139,5	589,3
Goiás.....	197,2	172,1	55,9	203,8	629,0
B R A S I L.....	48 595,3	14 292,4	4 276,9	20 650,7	87 815,3

*. Compreende proprietários, sócios e diretores com atividade nas empresas — *Includes remuneration of work of owners, partners and executives — Englobe les rémunérations des travailleurs établis à son compte, associés et administrateurs.*

REMUNERAÇÃO DO TRABALHO, EXCETO AGRICULTURA

REMUNERATION OF LABOR EXCEPT IN AGRICULTURAL PRODUCTION

RÉMUNÉRATION DU TRAVAIL, PRODUCTION AGRICOLE EXCÉPTEÉ

1949

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 23 — TABLE — TABLEAU 23

UNIDADES FEDERADAS STATES ÉTATS	Empregados <i>Employees</i> <i>Employés</i>	Autônomos <i>Independent Workers</i> <i>Travailleurs Indépendants</i>	Profissões Liberais <i>Liberal Professionals</i> <i>Professions Libérales</i>	Adminis-tração de Empresas (*) <i>Administration of Firms</i> <i>Administration d'Enterprises</i>	TOTAL
Amazonas.....	403,3	130,0	24,3	225,0	782,6
Pará.....	737,1	282,8	62,4	429,3	1 511,6
Maranhão.....	333,4	206,0	28,4	410,3	978,1
Piauí.....	193,0	122,2	21,5	262,1	598,8
Ceará.....	767,9	608,8	85,1	808,9	2 270,7
Rio Grande do Norte	372,9	140,8	25,9	299,7	839,3
Paraíba.....	405,5	205,8	42,5	541,0	1 194,8
Pernambuco.....	2 019,6	903,1	174,0	1 310,2	4 406,9
Alagoas.....	363,5	142,5	37,1	341,9	885,0
Sergipe.....	253,5	125,0	16,0	284,5	679,0
Bahia.....	1 841,9	1 170,4	184,1	1 505,2	4 701,6
Minas Gerais.....	4 137,7	1 573,8	573,9	2 602,9	8 888,3
Espírito Santo.....	433,9	126,1	48,1	318,1	926,2
Rio de Janeiro.....	3 013,1	950,6	200,1	966,9	5 130,7
Distrito Federal....	15 314,0	1 996,3	904,1	2 206,8	20 421,2
São Paulo.....	18 396,2	5 087,5	1 500,2	5 659,9	30 643,8
Paraná.....	1 522,7	533,3	144,5	772,0	2 972,5
Santa Catarina.....	1 224,1	285,8	68,2	584,8	2 162,9
Rio Grande do Sul.	4 602,1	1 107,4	383,3	2 167,9	8 260,7
Mato Grosso.....	377,0	108,5	33,3	153,0	671,8
Goiás.....	236,8	198,5	62,6	214,1	712,0
BRASIL.....	56 949,2	16 005,2	4 619,6	22 064,5	99 638,5

(*) Compreende proprietários, sócios e diretores com atividade nas empresas. — Includes remuneration of work of owners, partners and executives — Englobe les remunerations des travailleurs établis à son compte, associés et administrateurs.

REMUNERAÇÃO DO TRABALHO, EXCETO AGRICULTURA

REMUNERATION OF LABOR EXCEPT IN AGRICULTURAL PRODUCTION

RÉMUNÉRATION DU TRAVAIL, PRODUCTION AGRICOLE EXCEPTÉE

1950

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 24 — TABLE — TABLEAU 24

UNIDADES FEDERADAS STATES ÉTATS	Empregados	Autônomos	Profissões Liberais	Administração de Empresas (*)	TOTAL
	Employees	Independent Workers	Liberal Professionals	Administration of Firms	
	Employés	Travailleurs Indépendants	Professions Libérales	Administration d'Enterprises	
Amazonas.....	435.1	155.1	24,9	229,3	844,4
Pará.....	788.8	294,5	63,3	435,6	1 582,2
Maranhão.....	354.2	219,7	31,2	448,2	1 053,3
Piauí.....	212.9	135,8	23,9	287,9	660,5
Ceará.....	844.6	611,5	93,5	857,7	2 407,3
Rio Grande do Norte	406.8	162,3	28,9	321,1	919,1
Paraíba.....	429.0	220,3	48,1	599,7	1 297,1
Pernambuco.....	2 167.0	971,6	185,9	1 368,2	4 692,7
Alagoas.....	389.8	139,2	36,5	341,9	907,4
Sergipe.....	277.1	139,8	18,5	318,1	753,5
Bahia.....	2 037.9	1 294,9	198,4	1 613,5	5 144,7
Minas Gerais.....	4 667.0	1 653,7	590,7	2 644,7	9 556,1
Espírito Santo.....	495.2	132,5	51,1	332,2	1 011,0
Rio de Janeiro.....	3 264.4	1 014,6	213,5	1 012,1	5 504,6
Distrito Federal....	16 984.2	2 213,3	1 000,3	2 425,0	22 622,8
São Paulo.....	21 728.5	5 399,8	1 594,5	5 860,5	34 583,3
Paraná.....	1 789.9	588,0	177,1	886,6	3 441,6
Santa Catarina.....	1 344,5	311,1	76,6	631,8	2 364,0
Rio Grande do Sul.	5 194,3	1 190,8	422,1	2 331,0	9 138,2
Mato Grosso.....	430,2	111,7	37,7	170,3	749,9
Goiás.....	279,7	224,7	73,0	234,2	811,6
B R A S I L.....	64 521,1	17 184,9	4 989,7	23 349,6	110 045,3

(*) Compreende proprietários, sócios e diretores com atividade nas empresas — Includes remuneration of work of owners, partners and executives — Englobe les rémunérations des travailleurs établis à son compte associés et administrateurs.

REMUNERAÇÃO DO TRABALHO, EXCETO AGRICULTURA

REMUNERATION OF LABOR EXCEPT IN AGRICULTURAL PRODUCTION

RÉMUNÉRATION DU TRAVAIL, PRODUCTION AGRICOLE EXCEPTÉE

1951

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 25 — TABLE — TABLEAU 25

CNIDADES FEDERADAS STATES ÉTATS	Empregados <i>Employees</i>	Autônomos <i>Independent Workers</i>	Profissões Liberais <i>Liberal Professionals</i>	Administração de Empresas (*) <i>Administration of Firms</i> <i>Administration d'Enterprises</i>	TOTAL
		<i>Travailleurs Indépendants</i>	<i>Professions Libérales</i>		
Amazonas.....	505,3	162,2	26,5	245,0	939,0
Pará.....	900,5	329,5	70,0	482,0	1 782,0
Maranhão.....	394,2	231,6	35,2	503,1	1 164,1
Piauí.....	251,0	157,2	30,9	368,5	807,6
Ceará.....	955,0	691,0	114,3	1 011,0	2 771,3
Rio Grande do Norte	500,2	191,9	32,5	347,4	1 072,0
Paraíba.....	533,2	267,8	56,5	691,9	1 549,4
Pernambuco.....	2 736,2	1 138,9	223,9	1 610,4	5 709,4
Alagoas.....	434,7	165,1	41,5	394,8	1 036,1
Sergipe.....	310,8	149,2	20,3	338,8	819,1
Bahia.....	2 375,8	1 155,2	224,9	1 819,7	5 875,6
Minas Gerais.....	5 341,4	1 784,8	645,6	2 853,7	10 625,5
Espírito Santo.....	583,9	154,0	57,7	369,0	1 164,6
Rio de Janeiro.....	3 770,8	1 097,0	231,9	1 079,4	6 179,1
Distrito Federal....	19 099,3	2 363,8	1 214,5	2 924,6	25 602,2
São Paulo.....	25 255,9	6 021,0	1 843,5	6 602,1	39 722,5
Paraná.....	2 220,2	650,6	206,6	969,6	4 047,0
Santa Catarina.....	1 515,7	330,4	83,3	660,7	2 620,1
Rio Grande do Sul.	5 897,9	1 239,3	440,0	2 372,4	9 949,6
Mato Grosso.....	504,0	119,3	40,4	178,9	842,6
Goiás.....	307,1	242,7	89,9	270,4	910,1
B R A S I L.....	74 423,1	18 942,5	5 729,9	26 093,4	125 188,9

(*) Compreende proprietários, sócios e diretores com atividade nas empresas. — Includes remuneration of work of owners, partners and executives — Englobe les remunerations des travailleurs établis à son compte, associés et administrateurs.

REMUNERAÇÃO DO TRABALHO, EXCETO AGRICULTURA

REMUNERATION OF LABOR EXCEPT IN AGRICULTURAL PRODUCTION

RÉMUNÉRATION DU TRAVAIL, PRODUCTION AGRICOLE EXCEPTÉE

1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 26 — TABLE — TABLEAU 26

UNIDADES FEDERADAS STATES ÉTATS	Empregados <i>Employees</i> <i>Emp'oyés</i>	Autônomos <i>Independent Workers</i> <i>Travailleurs Indépendants</i>	Profissões Liberais <i>Liberal Professionals</i> <i>Professions Libérales</i>	Administração de Empresas (*) <i>Administration of Firms</i> <i>Administration d'Enterprises</i>	TOTAL
Amazonas.....	586,3	197,0	32,1	292,6	1 108,0
Pará.....	1 072,8	382,5	79,0	539,6	2 073,9
Maranhão.....	457,9	267,3	35,5	507,3	1 268,0
Piauí.....	282,0	181,4	32,8	370,5	866,7
Ceará.....	1 139,2	822,4	122,2	1 082,5	3 166,3
Rio Grande do Norte	579,3	228,9	38,8	389,8	1 236,8
Paraíba.....	620,4	315,8	62,5	724,0	1 722,7
Pernambuco.....	2 968,3	1 344,0	259,5	1 805,0	6 376,8
Alagoas.....	483,8	196,4	47,7	482,0	1 209,9
Sergipe.....	361,5	177,6	24,4	395,1	958,6
Bahia.....	2 766,4	1 711,8	247,5	2 014,5	6 740,2
Minas Gerais.....	6 503,4	2 217,0	777,8	3 525,4	13 023,6
Espírito Santo.....	713,9	188,4	71,8	452,8	1 426,9
Rio de Janeiro.....	4 574,2	1 427,5	313,6	1 471,1	7 786,4
Distrito Federal....	22 471,2	2 873,8	1 488,7	3 571,6	30 405,3
São Paulo.....	30 320,0	7 351,5	2 315,7	8 104,4	48 091,6
Paraná.....	2 693,8	730,8	237,7	1 031,1	4 693,4
Santa Catarina....	1 789,3	400,1	99,5	758,0	3 096,9
Rio Grande do Sul..	7 030,0	1 466,9	496,9	2 589,3	11 583,1
Mato Grosso.....	570,1	149,1	49,9	217,3	986,4
Goiás.....	399,6	292,9	123,6	343,8	1 159,9
B R A S I L.....	88 383,4	22 923,1	6 957,2	30 667,7	148 951,4

(*) Compreende proprietários, sócios e diretores com atividade nas empresas — *Includes remuneration of work of owners, partners and executives — Englobe les rémunérations des travailleurs établis à son compte, associés et administrateurs.*

SALÁRIOS E ORDENADOS, EXCETO AGRICULTURA
 WAGES AND SALARIES EXCEPT IN AGRICULTURAL PRODUCTION
 TRAITEMENTS ET SALAIRES, PRODUCTION AGRICOLE EXCEPTÉE

1947

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 27 — TABLE — TABLEAU 27

UNIDADES FEDERADAS	Adminis-tração Pública	Comércio	Indústria	Interme-diários Fi-nanceiros	Serviços	Trans-portes e Comuni-cações	Supple-mento a Salários e Ordenados	
STATES	Government	Trade	Industry	Financial Interme-diaries	Services	Transportation and Communi-cation	Supplement to wages and salaries	TOTAL
ÉTATS	Gouvern-ment	Commerce	Industrie	Interme-diaries Financiers	Services	Transports et Communi-cations	Supplément des traitements et salaires	
Amazonas.....	96,0	41,1	33,9	10,1	27,0	83,8	5,8	297,7
Pará.....	181,9	68,7	76,5	22,5	52,3	173,2	11,6	588,7
Maranhão.....	76,5	32,3	33,2	11,1	33,3	58,8	4,0	249,2
Piau.....	47,7	25,0	7,6	8,7	16,3	25,6	3,9	134,8
Ceará.....	171,5	72,1	106,1	26,7	84,8	103,5	12,4	577,1
R. G. do Norte	125,6	38,9	28,2	8,0	22,2	51,6	5,9	280,4
Paraíba.....	82,0	38,5	82,2	11,7	40,9	40,5	7,0	302,8
Pernambuco...	352,4	164,8	482,0	51,0	193,6	228,7	41,8	1 514,3
Alagoas.....	55,3	24,9	89,4	9,0	26,9	34,8	6,7	247,0
Sergipe.....	46,1	22,1	61,5	8,6	20,0	36,8	4,8	199,9
Bahia.....	346,9	195,9	259,2	52,1	179,7	279,4	32,8	1 346,0
Minas Gerais...	683,4	212,0	746,3	148,3	702,8	535,3	66,6	3 094,7
Espírito Santo.	84,4	29,3	43,2	14,1	42,5	82,3	8,9	304,7
Rio de Janeiro.	495,9	112,9	896,1	50,3	264,4	450,3	52,8	2 322,7
Distrito Federal	3 074,0	1 386,8	3 041,4	597,3	1 236,7	1 648,2	315,7	11 300,1
São Paulo....	2 164,6	1 176,0	5 738,0	411,4	1 483,6	2 577,1	431,8	14 012,5
Paraná.....	302,5	95,8	394,9	35,8	115,1	207,6	31,0	1 182,7
Sta. Catarina..	129,6	75,2	418,3	19,3	72,3	203,1	26,0	943,8
R. G. do Sul..	945,7	351,1	1 057,7	125,3	388,1	580,6	95,1	3 543,6
Mato Grosso...	109,5	18,9	37,7	10,6	18,5	79,2	3,0	277,4
Goiás.....	51,4	17,9	20,6	8,8	34,8	29,0	2,5	165,0
BRASIL....	9 622,9	4 200,2	13 654,0	1 670,7	5 055,8	7 511,4	1 170,1	42 885,1

SALÁRIOS E ORDENADOS. EXCETO AGRICULTURA
 WAGES AND SALARIES EXCEPT IN AGRICULTURAL PRODUCTION
 TRAITEMENTS ET SALAIRES. PRODUCTION AGRICOLE EXCEPTÉE

1948

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 28 — TABLE — TABLEAU 28

UNIDADES FEDERADAS	Adminis-tração Pública	Comércio	Indústria	Interme-diários Fi-nanceiros	Serviços	Trans-ports e Comuni-cações	Supple-mento a Salários e Ordenados	TOTAL
	STATES	Government	Trade	Industry		Transportation and Communi-cations		
	ÉTATS	Gouvern-ment	Commerce	Industrie	Interme-diaries Financiers	Services	Transports et Commu-nications	Supplément des traitements et salaires
Amazonas.....	124,5	45,9	32,1	11,1	28,7	90,7	5,9	338,9
Pará.....	208,2	83,1	83,8	24,7	56,1	174,3	12,4	642,6
Maranhão	82,0	41,6	34,0	12,1	35,8	66,9	6,4	278,8
Piau.....	57,7	12,1	13,9	9,5	19,1	29,8	3,6	175,7
Ceará.....	213,6	90,8	81,1	29,2	90,5	118,1	14,3	637,6
R. G. do Norte	139,3	44,7	39,1	8,8	23,6	60,0	6,6	322,1
Paráfba.....	93,8	45,6	96,1	12,8	42,7	45,0	8,1	344,1
Pernambuco...	415,5	193,1	625,3	55,9	204,8	256,0	46,1	1 796,7
Alagoas.....	67,4	18,7	109,1	9,7	28,1	41,2	7,5	291,7
Sergipe.....	53,2	15,8	63,0	9,3	21,0	44,3	5,6	222,2
Bahia.....	426,6	235,1	285,8	57,1	189,7	305,5	37,4	1 537,2
Minas Gerais..	860,1	222,1	931,9	162,5	738,0	580,8	77,0	3 602,4
Espírito Santo.	100,2	36,0	51,7	15,4	45,2	100,1	9,9	358,5
Rio de Janeiro.	561,9	147,1	897,7	55,0	285,3	476,9	56,5	2 480,4
Distrito Federal	3 889,8	1 612,8	3 333,3	656,8	1 335,9	1 778,1	346,9	12 953,6
São Paulo....	2 494,2	1 336,5	6 447,0	484,7	1 572,9	2 891,5	479,5	15 676,3
Paraná.....	335,9	118,3	406,7	39,4	124,9	241,5	34,8	1 301,5
Sta. Catarina..	161,0	90,3	449,7	21,3	77,5	229,4	30,3	1 059,5
R. G. do Sul..	1 068,7	430,5	1 303,3	137,5	420,4	585,6	108,1	4 054,1
Mato Grosso...	132,9	24,0	37,0	11,6	20,4	94,6	3,7	324,2
Goiás.....	66,0	25,8	18,0	9,6	38,9	33,8	3,1	197,2
BRASIL....	11 552,5	4 949,9	15 339,6	1 834,0	5 399,5	8 216,1	1 303,7	48 595,3

SALÁRIOS E ORDENADOS, EXCETO AGRICULTURA
 WAGES AND SALARIES EXCEPT IN AGRICULTURAL PRODUCTION
 TRAITEMENTS ET SALAIRES, PRODUCTION AGRICOLE EXCEPTÉE

1949

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 29 — TABLE — TABLEAU 29

UNIDADES FEDERADAS	Administração Pública	Comércio	Indústria	Intermediários Financeiros	Serviços	Transportes e Comunicações	Suplemento a Salários e Ordenados	
STATES	Government	Trade	Industry	Financial Intermediaries	Services	Transportation and Communication	Supplement to wages and salaries	TOTAL
ÉTATS	Gouvernement	Commerce	Industrie	Intermédiaires Financiers	Services	Transports et Communications	Supplément des traitements et salaires	
Amazonas.....	142,6	51,7	44,7	11,7	32,2	112,9	7,5	403,3
Pará.....	248,0	88,3	84,6	26,7	64,8	211,1	13,6	737,1
Maranhão.....	101,8	48,0	38,5	13,1	42,2	81,8	8,0	333,4
Piauí.....	67,5	41,7	11,6	9,8	20,6	38,3	3,5	193,0
Ceará.....	275,3	105,9	105,7	29,7	98,5	136,2	16,6	767,9
R. G. do Norte	169,7	52,6	36,1	9,9	26,3	70,2	8,1	372,9
Paraíba.....	115,8	54,4	107,4	13,9	50,2	54,4	9,4	405,5
Pernambuco..	487,7	215,5	677,0	60,9	230,6	294,0	53,9	2 019,6
Alagoas.....	81,8	35,9	146,0	10,6	34,2	45,8	9,2	363,5
Sergipe.....	61,3	30,2	69,9	10,1	24,9	50,6	6,5	253,5
Bahia.....	504,4	249,4	374,6	62,4	217,3	388,0	45,8	1 841,9
Minas Gerais..	865,0	292,0	1 120,8	187,5	814,8	760,6	97,0	4 137,7
Espírito Santo.	126,5	40,6	63,4	17,2	49,6	125,2	11,4	433,9
Rio de Janeiro.	727,9	179,9	1 054,3	62,9	312,3	607,2	68,6	3 013,1
Distrito Federal	4 939,6	1 887,9	3 678,8	740,8	1 496,5	2 138,1	432,3	15 314,0
São Paulo....	2 667,8	1 626,1	7 875,6	556,5	1 707,8	3 360,6	601,8	18 396,2
Paraná.....	395,2	139,5	459,9	47,3	134,1	302,8	43,9	1 522,7
Sta. Catarina..	200,2	100,1	519,3	24,6	78,2	264,8	36,9	1 224,1
R. G. do Sul..	1 268,1	468,7	1 384,3	156,5	452,6	743,1	128,8	4 602,1
Mato Grosso..	154,7	26,8	47,0	12,0	24,5	107,7	4,3	377,0
Goiás.....	81,0	28,0	28,4	9,7	41,5	44,6	3,6	236,8
BRASIL....	13 681,9	5 763,2	17 927,9	2 073,8	5 953,7	9 938,0	1 610,7	56 949,2

SALÁRIOS E ORDENADOS, EXCETO AGRICULTURA
 WAGES AND SALAIRES EXCEPT IN AGRICULTURAL PRODUCTION
 TRAITEMENTS ET SALAIRES, PRODUCTION AGRICOLE EXCEPTÉE

1950

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 30 — TABLE — TABLEAU 30

UNIDADES FEDERADAS	Adminis-tração Pública	Comércio	Indústria	Interme-dários Fi-nanceiros	Serviços	Transpor-tes e Comuni-cações	Suple-mento a Salários e Ordenados	
STATES	Government	Trade	Industry	Financial Interme-daries	Services	Transportation and Communication	Supplement to wages and salaries	TOTAL
ÉTATS	Gouvern-ment	Commerce	Industrie	Interme-diaires Financiers	Services	Transport et Communica-tions	Supplément des traitements et salaires	
Amazonas.....	159,6	51,9	42,6	15,2	33,6	123,0	9,2	435,1
Pará.....	261,9	91,4	91,1	32,5	66,1	225,6	16,2	788,8
Maranhão.....	107,3	50,6	38,7	15,1	45,4	88,0	9,1	354,2
Piauí.....	74,6	46,8	13,7	9,6	22,9	41,1	4,2	212,9
Ceará.....	291,0	118,7	125,5	33,6	107,4	147,5	20,8	844,6
R. G. do Norte	175,7	56,4	47,8	10,7	28,8	77,8	9,6	406,8
Paraíba.....	129,6	56,1	101,3	15,6	56,9	59,3	10,2	429,0
Pernambuco...	512,8	229,6	742,8	72,1	247,1	297,7	64,9	2 187,0
Alagoas.....	91,7	39,6	159,3	11,6	34,9	42,4	10,3	389,8
Sergipe.....	70,1	34,0	75,9	11,1	28,9	49,9	7,2	277,1
Bahia.....	540,7	267,4	436,1	76,0	237,7	421,4	58,5	2 037,9
Minas Gerais..	1 024,9	324,2	1 334,7	229,3	828,1	801,0	114,8	4 067,0
Espírito Santo.	140,1	47,3	75,0	20,5	53,7	143,8	14,8	495,2
Rio de Janeiro.	761,3	199,4	1 167,2	66,5	336,7	653,4	79,9	3 264,4
Distrito Federal	5 447,7	1 936,4	4 218,1	876,6	1 668,5	2 305,6	531,3	16 984,2
São Paulo....	3 905,2	1 791,5	9 197,1	708,0	1 819,0	3 580,0	727,7	21 728,5
Paraná.....	494,9	155,4	551,0	62,5	152,9	326,7	56,5	1 789,9
Sta. Catarina..	237,5	115,7	544,7	27,9	87,7	287,8	43,2	1 344,5
R. G. do Sul..	1 406,9	559,6	1 500,4	185,7	513,6	815,2	152,9	5 194,3
Mato Grosso...	164,7	33,0	49,4	12,9	25,8	138,6	5,8	430,2
Goiás.....	102,1	31,0	34,6	12,2	45,7	48,8	5,3	279,7
BRASIL....	16 090,3	6 240,0	20 607,0	2 505,2	6 451,4	10 674,7	1 952,5	64 521,1

SALÁRIOS E ORDENADOS, EXCETO AGRICULTURA

WAGES AND SALARIES EXCEPT IN AGRICULTURAL PRODUCTION

TRAITEMENTS ET SALAIRES, PRODUCTION AGRICOLE EXCÉPTE

1951

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 31 — TABLE — TABLEAU 31

UNIDADES FEDERADAS	Administração Pública	Comércio	Indústria	Intermediários Financeiros	Serviços	Transportes e Comunicações	Suplemento a Salários e Ordenados	
STATES	Government	Trade	Industry	Financial Intermediaries	Services	Transportation and Communications	Supplement to wages and salaries	TOTAL
ESTADOS	Gouvernement	Commerce	Industrie	Intermediaires Financieres	Services	Transports et Communications	Supplément des traitements et salaires	
Amazonas.....	186,0	65,3	55,4	18,7	38,6	128,9	12,4	505,8
Pará.....	812,2	107,8	100,4	41,9	77,3	240,5	20,4	900,5
Maranhão.....	130,5	51,3	39,4	18,6	52,7	91,6	10,2	394,3
Piau.....	89,8	50,8	16,7	11,9	29,9	47,1	4,8	251,0
Ceará.....	315,6	154,3	112,4	41,4	140,1	165,2	26,0	955,0
R. G. do Norte	222,4	68,1	60,8	13,7	33,3	88,4	13,5	500,2
Paraíba.....	143,9	67,5	139,3	20,5	66,7	81,3	14,0	533,2
Pernambuco...	731,3	268,0	903,8	93,7	290,0	362,8	86,6	2 736,2
Alagoas.....	113,5	41,0	148,0	14,8	41,7	62,3	13,4	434,7
Sergipe.....	82,2	38,9	80,9	14,1	31,3	54,5	8,9	310,8
Bahia.....	706,9	328,4	472,5	99,4	269,1	430,6	68,9	2 375,8
Minas Gerais..	1 180,6	379,3	1 518,7	305,4	921,2	892,7	143,5	5 341,4
Espírito Santo.	155,9	58,0	90,0	27,5	63,3	170,5	18,7	583,9
Rio de Janeiro.	932,9	232,5	1 320,1	87,8	378,7	712,8	106,0	3 770,8
Distrito Federal	6 254,0	2 034,9	4 792,0	1 137,0	1 783,2	2 473,9	622,4	19 099,3
São Paulo....	4 391,9	2 065,9	11 033,1	918,9	2 110,4	3 787,8	947,9	25 255,9
Paraná.....	650,1	185,0	661,6	90,2	175,8	391,1	66,4	2 220,2
Sta. Catarina..	263,3	133,8	841,4	35,5	94,3	320,1	57,3	1 545,7
R. G. do Sul..	1 645,6	630,5	1 703,5	238,9	523,1	905,8	190,5	5 897,9
Mato Grosso...	214,1	33,2	65,3	14,8	25,4	143,8	7,6	504,0
Goiás.....	112,3	37,9	32,6	15,3	53,2	49,8	6,0	307,1
BRASIL....	18 835,0	7 032,3	24 047,9	3 259,9	7 201,3	11 601,3	2 445,4	74 423,1

SALÁRIOS E ORDENADOS, EXCETO AGRICULTURA
 WAGES AND SALARIES EXCEPT IN AGRICULTURAL PRODUCTION
 TRAITEMENTS ET SALAIRES, PRODUCTION AGRICOLE EXCEPTÉE

1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 32 — TABLE — TABLEAU 32

UNIDADES FEDERADAS	Administração Pública	Comércio	Indústria	Intermediários Financeiros	Serviços	Transportes e Comunicações	Suplemento a Salários e Ordenados	
ESTADOS	Government	Trade	Industry	Financial Intermediaries	Services	Transportation and Communication	Supplement to wages and salaries	TOTAL
ÉTATS	Gouvernement	Commerce	Industrie	Intermédiaires Financiers	Services	Transports et Communications	Supplément des traitements et salaires	
Amazonas.....	199,8	79,6	71,5	21,6	48,2	151,9	13,7	586,3
Pará.....	335,5	128,2	128,7	50,3	86,8	312,0	31,3	1 072,8
Maranhão.....	143,6	67,3	50,0	22,3	55,5	106,4	12,8	457,9
Piauí.....	81,9	65,7	26,2	16,1	33,3	52,3	6,5	282,0
Ceará.....	345,2	180,5	186,1	48,8	163,3	183,4	31,9	1 139,2
R. G. do Norte	264,5	80,1	63,9	16,8	38,8	101,9	13,3	579,3
Paraíba.....	172,1	85,7	158,6	25,4	74,6	87,5	16,5	620,4
Pernambuco...	797,2	312,5	913,5	106,1	331,4	419,6	88,0	2 968,3
Alagoas.....	134,8	49,7	153,2	16,1	49,3	65,8	14,9	483,8
Sergipe.....	90,0	48,2	98,1	16,7	37,3	61,0	10,2	361,5
Bahia.....	771,4	383,1	596,8	116,6	307,2	507,6	83,7	2 766,4
Minas Gerais..	1 283,5	519,3	1 032,2	350,0	1 220,7	1 011,0	186,7	6 503,4
Espírito Santo.	183,2	79,4	118,9	32,3	81,7	195,4	23,0	713,9
Rio de Janeiro.	1 040,9	280,3	1 703,2	100,4	507,5	810,8	129,1	4 574,2
Distrito Federal	6 764,6	2 436	6 091,7	1 324,0	2 186,7	2 896,3	804,3	22 471,3
São Paulo....	5 051,0	2 566,8	13 049,5	1 210,2	2 657,2	4 632,6	1 152,7	30 320,0
Paraná.....	798,7	228,2	791,6	117,7	190,4	477,2	90,0	2 693,8
Sta. Catarina..	306,9	171,7	718,5	43,9	118,0	366,9	63,4	1 789,3
R. G. do Sul..	1 873,2	784,4	2 163,7	317,6	621,7	1 032,3	237,1	7 030,0
Mato Grosso...	239,6	43,2	78,3	20,5	34,6	144,6	9,3	570,1
Goiás.....	123,9	55,5	52,0	20,9	69,8	69,1	8,4	399,6
BRASIL....	21 001,5	8 613,0	29 148,2	3 994,3	8 914,0	13 685,6	3 026,8	88 583,4

SALÁRIOS E ORDENADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

WAGES AND SALARIES IN GOVERNMENT — TRAITEMENTS ET SALAIRES DANS LE GOUVERNEMENT

1947 — 1049

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 33 — TABLE — TABLEAU 33

UNIDADES FEDERADAS	1 9 4 7				1 9 4 8				1 9 4 9			
	União	Estados	Municípios	TOTAL	União	Estados	Municípios	TOTAL	União	Estados	Municípios	TOTAL
	Federal Government	States	Municipal- cidades		Federal Government	States	Municipal- cidades		Federal Government	States	Municipal- cidades	
ÉTATS	Gouverne- ment Fédéral	États	Municipa- lités		Gouverne- ment Fédéral	États	Municipa- lités		Gouverne- ment Fédéral	États	Municipa- lités	
Amazonas.....	61,2	30,4	4,4	96,0	83,0	35,0	5,0	124,5	98,3	36,0	8,3	142,6
Pará.....	120,1	52,0	9,2	181,9	143,7	52,4	12,1	208,2	175,8	55,9	16,3	248,0
Maranhão.....	29,4	41,5	5,0	76,5	30,7	35,0	7,3	82,0	46,9	45,1	9,8	101,8
Piauí.....	17,4	27,0	3,3	47,7	23,2	30,1	4,4	57,7	27,5	34,2	5,8	67,5
Ceará.....	93,1	67,7	10,7	171,5	116,9	82,5	14,2	213,6	140,9	116,4	18,0	275,3
R. G. do Norte.....	89,8	31,9	3,9	125,6	100,3	33,9	5,1	139,3	125,4	37,5	6,8	169,7
Paraíba.....	25,1	50,8	6,1	82,0	31,7	54,0	8,1	93,8	38,2	60,8	10,8	115,8
Pernambuco.....	188,1	143,1	21,2	352,4	219,0	167,8	28,1	415,5	270,6	180,3	36,8	487,7
Alagoas.....	20,8	28,9	5,5	55,3	20,4	33,7	7,3	67,4	31,8	40,3	9,7	81,8
Sergipe.....	17,9	26,8	2,7	46,1	22,7	26,0	3,8	53,2	27,2	20,2	4,9	61,3
Bahia.....	164,8	164,1	18,0	346,9	214,6	188,1	23,9	426,0	255,0	215,4	33,1	504,4
Minas Gerais.....	220,3	415,0	48,1	683,4	271,0	526,4	63,7	800,1	328,7	452,8	83,5	865,0
Espírito Santo.....	27,1	52,8	4,7	84,4	33,0	60,9	6,3	100,2	40,2	77,7	8,6	126,5
Rio de Janeiro.....	312,3	154,2	29,4	495,9	381,5	171,4	39,0	581,9	438,2	237,8	52,1	727,9
Distrito Federal.....	2 250,3	823,7	—	3 074,0	2 977,6	912,2	—	3 889,8	3 550,3	1 389,3	—	4 930,6
São Paulo.....	370,8	1 621,5	166,3	2 104,0	444,9	1 829,3	220,0	2 494,2	540,4	1 816,9	304,5	2 667,8
Paraná.....	145,2	142,0	14,7	302,5	171,1	145,4	19,4	335,9	210,3	150,3	25,6	395,2
Santa Catarina.....	68,9	51,0	9,7	120,6	81,7	66,5	12,8	161,0	100,2	83,3	16,7	200,2
Rio Grande do Sul.....	409,3	393,7	52,7	945,7	564,0	435,0	69,7	1 068,7	702,8	464,2	101,6	1 268,1
Mato Grosso.....	88,6	18,1	2,8	109,5	96,9	33,4	3,8	132,9	121,1	28,7	4,9	154,7
Goiás.....	14,4	33,3	3,7	51,4	19,4	41,7	4,9	66,0	22,9	51,7	6,4	81,0
BRASIL.....	4 831,0	4 369,3	422,7	9 622,9	6 032,5	4 960,6	559,4	11 552,5	7 299,1	5 618,6	764,2	13 681,9

SALÁRIOS E ORDENADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

WAGES AND SALARIES IN GOVERNMENT — TRAITEMENTS ET SALAIRES DANS LE GOUVERNEMENT

1950 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 34 — TABLE — TABLEAU 34

UNIDADES FEDERAIS STATES	1 9 5 0				1 9 5 1				1 9 5 2			
	União <i>Federal Government</i>	Estados <i>States</i>	Municípios <i>Municipal- ties</i>	TOTAL	União <i>Federal Government</i>	Estados <i>States</i>	Municípios <i>Municipal- ties</i>	TOTAL	União <i>Federal Government</i>	Estados <i>States</i>	Municípios <i>Municipal- ties</i>	TOTAL
	ESTATS	Gouverne- <i>ment Fédéral</i>	États	Municipa- <i>lités</i>	Gouverne- <i>ment Fédéral</i>	États	Municipa- <i>lités</i>	Gouverne- <i>ment Fédéral</i>	États	Municipa- <i>lités</i>	Municipa- <i>lités</i>	TOTAL
Amazonas.....	107,9	42,3	9,4	159,6	114,7	58,4	12,0	180,0	124,8	61,2	13,8	199,8
Pará.....	185,3	58,1	18,5	261,9	219,6	67,1	25,5	312,2	244,3	62,8	28,4	335,6
Maranhão.....	51,3	45,0	11,0	107,3	55,0	60,3	15,2	130,5	60,3	68,1	16,2	143,6
Piauí.....	20,9	38,2	0,5	74,6	32,5	48,4	8,9	89,8	35,7	43,0	3,2	81,9
Ceará.....	150,8	120,0	20,2	291,0	171,6	116,1	27,9	315,6	189,3	126,7	29,2	345,2
R. G. do Norte.....	129,1	38,9	7,7	175,7	102,1	49,7	10,6	222,4	183,0	68,3	13,2	284,5
Paraíba.....	40,9	76,6	12,1	129,6	46,4	80,8	16,7	143,9	51,3	90,0	21,8	172,1
Pernambuco.....	282,9	188,0	41,9	512,8	342,3	331,2	57,8	731,3	382,2	348,3	60,7	797,2
Alagoas.....	34,1	46,7	10,9	91,7	38,6	59,0	15,0	113,5	42,7	72,7	19,4	134,8
Sergipe.....	19,2	35,4	5,6	70,1	33,0	41,6	7,6	82,2	36,5	43,6	9,9	90,0
Bahia.....	276,9	225,9	37,9	540,7	306,0	348,7	52,2	706,9	334,1	377,3	60,0	771,4
Minas Gerais.....	340,4	580,6	94,9	1 024,0	401,8	644,9	130,0	1 180,6	447,8	603,3	142,4	1 288,5
Espírito Santo.....	42,5	87,8	9,8	140,1	49,7	92,7	13,5	155,9	55,3	110,1	17,8	183,2
Rio de Janeiro.....	452,6	250,0	58,8	761,3	561,8	287,0	81,1	932,9	635,0	313,0	92,0	1 040,9
Distrito Federal.....	3 850,2	1 591,5	—	5 447,7	4 199,3	2 054,7	—	6 254,0	4 883,6	1 881,0	—	8 704,6
São Paulo.....	573,3	2 984,6	317,3	3 905,2	873,3	3 225,4	479,2	4 301,9	765,1	3 690,4	595,6	5 051,0
Paraná.....	220,5	235,2	29,2	484,9	284,8	345,0	40,3	650,1	294,9	454,7	49,1	798,7
Santa Catarina.....	105,2	113,3	10,0	237,5	125,8	111,3	26,2	263,3	140,1	139,9	26,9	306,9
Rio Grande do Sul.....	720,2	565,6	115,1	1 406,9	903,7	583,1	158,8	1 045,6	1 014,8	657,8	200,6	1 873,2
Mato Grosso.....	123,4	35,6	5,7	104,7	159,2	47,1	7,8	214,1	180,1	50,9	8,6	239,6
Goiás.....	25,0	69,7	7,4	102,1	26,9	75,1	10,3	112,3	29,6	83,5	10,8	123,9
BRASIL.....	7 792,5	7 429,0	868,8	16 090,3	8 908,1	8 728,5	1 198,4	18 835,0	10 130,5	9 445,6	1 425,4	21 001,5

SALÁRIOS E ORDENADOS NO COMÉRCIO

WAGES AND SALARIES IN TRADE — TRAITEMENTS ET SALAIRES DANS LE COMMERCE

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 35 — TABLE — TABLEAU 35

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	41,1	45,9	51,7	51,9	65,3	79,6
Pará.....	68,7	83,1	88,3	95,4	107,8	128,2
Maranhão.....	32,3	41,6	48,0	50,6	51,3	67,3
Piauif.....	25,0	42,1	41,7	46,8	50,8	65,7
Ceará.....	72,1	90,8	105,9	118,7	154,3	180,5
Rio Grande do Norte	38,9	44,7	52,6	56,4	68,1	80,1
Paraíba.....	38,5	45,6	54,4	56,1	67,5	85,7
Pernambuco.....	164,8	193,1	215,5	229,6	268,0	312,5
Alagoas.....	24,9	28,7	35,9	39,6	41,0	49,7
Sergipe.....	22,1	25,8	30,2	34,0	38,9	48,2
Bahia.....	195,9	235,1	249,4	267,4	328,4	383,1
Minas Gerais.....	212,0	252,1	292,0	324,2	379,3	519,3
Espírito Santo.....	29,3	36,0	40,6	47,3	58,0	79,4
Rio de Janeiro.....	112,9	147,1	179,9	199,4	232,5	280,3
Distrito Federal....	1 386,8	1 612,8	1 887,9	1 936,4	2 034,8	2 403,6
São Paulo.....	1 176,0	1 336,5	1 626,1	1 791,5	2 065,9	2 566,8
Paraná.....	95,8	118,3	139,5	155,4	185,0	228,2
Santa Catarina.....	75,2	90,3	100,1	115,7	133,8	171,7
Rio Grande do Sul.....	351,1	430,5	468,7	559,6	630,5	784,4
Mato Grosso.....	18,9	24,0	26,8	33,0	33,2	43,2
Goiás.....	17,9	25,8	28,0	31,0	37,9	55,5
B R A S I L.....	4 200,2	4 949,9	5 763,2	6 240,0	7 032,3	8 613,0

SALÁRIOS E ORDENADOS NA INDÚSTRIA — 1948

WAGES AND SALARIES IN INDUSTRY — TRAITEMENTS ET SALAIRES DANS L'INDUSTRIE

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 37 — TABLE — TABLEAU 37

UNIDADES FEDERADAS	Alimentação	Cerâmica	Construção	Couros e Peles	Extrativa com beneficiamento	Fumo	Gráfica	Madeira	Material e aparelhos elétricos	Metalurgia	Mobiliário	Objetos de luxo	Papel, química e borracha	Têxtil	Vestuário e toucador	Extrativa Mineral	Diversos	TOTAL
STATES	Food and kindred products	Stone, clay and glass products	Construction	Leather and leather products	Processing of extractive production	Tobacco products	Printing and publishing	Lumber and timber products	Electrical Equipment and material	Metalurgy	Furniture	De luxe production	Chemical, paper and rubber products	Textiles	Apparel and finished products etc.	Mining	Miscellaneous	
ÉTATS	Alimentation et produits similaires	Verrerie poterie et pierre de taille	Bâtiment	Cuir et produits de cuir	Préparation de produits extractifs	Tabac	Imprimerie et publications	Produits de bois	Equipement électrique	Métallurgie	Ameublement	Produits de luxe	Caoutchouc, papier et produits chimiques	Textile	Vêtements	Mines	Divers	
Amazonas.....	5,3	1,2	8,5	1,4	3,6	0,7	1,5	6,0	—	0,5	0,4	—	1,0	0,2	1,6	—	0,2	32,1
Pará.....	15,1	1,5	17,1	6,2	2,4	2,7	3,4	4,5	—	5,5	3,3	0,1	5,9	6,5	6,9	—	2,7	83,8
Maranhão.....	1,8	0,0	2,9	0,3	—	0,4	0,7	0,3	—	0,2	0,1	0,1	4,0	21,7	0,6	—	0,9	34,0
Piauí.....	0,7	0,1	7,5	0,2	0,2	0,4	0,5	0,0	—	0,2	0,1	—	1,3	1,5	0,5	—	0,7	13,9
Ceará.....	6,2	0,7	8,2	1,8	3,6	2,9	2,7	1,8	1,1	2,3	0,7	0,3	24,0	16,8	6,1	—	1,9	81,1
Rio Grande do Norte.....	14,3	1,0	5,4	3,1	6,9	0,8	1,0	0,3	—	1,1	0,6	—	1,0	1,9	1,3	—	0,4	39,1
Paraíba.....	9,4	3,9	12,4	3,4	5,2	1,0	0,5	0,3	0,1	0,7	0,1	—	0,8	57,5	0,7	—	0,1	96,1
Pernambuco.....	151,3	21,8	50,7	7,2	7,0	17,2	7,8	5,3	0,1	21,1	5,7	0,4	33,1	264,7	18,7	—	13,2	625,3
Alagoas.....	33,2	0,6	8,6	0,1	0,5	0,4	0,3	0,1	0,0	1,1	0,2	0,1	0,8	61,2	0,7	—	1,2	109,1
Sergipe.....	12,0	0,8	1,6	0,0	0,0	0,2	0,3	0,4	—	0,5	0,9	0,0	0,3	43,5	1,2	—	1,3	63,0
Bahia.....	57,0	10,7	52,8	8,0	4,1	47,0	6,3	3,8	0,4	12,7	3,3	0,3	16,2	42,9	10,0	—	10,3	285,8
Minas Gerais.....	87,0	3,8	111,7	17,2	3,0	16,8	15,7	32,3	1,9	147,1	13,0	0,6	47,0	318,3	39,1	59,1	18,3	931,9
Espírito Santo.....	4,0	12,6	10,2	0,2	0,6	0,3	0,6	3,6	0,0	2,6	0,6	0,1	0,2	2,3	0,8	12,6	0,4	51,7
Rio de Janeiro.....	123,0	67,4	90,1	1,6	1,5	2,9	5,5	11,2	0,1	269,9	4,9	1,6	78,7	206,3	25,0	—	8,0	897,7
Distrito Federal.....	340,6	163,8	649,9	15,8	3,5	35,4	208,8	48,6	106,2	337,1	142,7	24,1	401,6	458,7	307,9	—	88,6	3 333,3
São Paulo.....	608,3	400,0	526,6	56,4	29,8	92,0	208,6	142,1	184,4	987,0	144,3	11,0	890,4	1 642,9	344,4	—	178,8	6 447,0
Paraná.....	46,3	21,7	70,4	9,6	2,1	1,9	8,1	113,3	0,7	23,7	18,0	0,1	58,0	8,3	7,2	7,4	9,9	406,7
Santa Catarina.....	36,6	8,3	61,0	3,5	14,1	2,5	9,5	52,3	0,2	38,6	16,4	0,2	17,6	92,0	14,9	76,7	5,3	449,7
Rio Grande do Sul.....	301,0	45,4	132,1	35,0	0,6	35,4	38,6	69,4	6,4	183,4	40,6	1,6	70,5	82,7	173,9	69,3	17,4	1 303,3
Mato Grosso.....	6,5	1,6	8,9	2,3	0,3	—	0,7	0,3	—	3,0	0,3	0,1	3,5	0,1	7,7	—	1,7	37,0
Goiás.....	4,5	0,8	9,4	0,1	—	—	0,2	0,3	—	0,8	0,5	—	0,1	—	0,6	—	0,7	18,0
B R A S I L.....	1 864,1	767,7	1 846,0	173,4	89,0	260,9	521,3	496,2	301,6	2 039,1	396,7	40,7	1 656,0	3 330,0	969,8	225,1	362,0	15 339,6

SALÁRIOS E ORDENADOS NA INDÚSTRIA

WAGES AND SALARIES IN INDUSTRY — TRAITEMENTS ET SALAIRES DANS L'INDUSTRIE

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 36 — TABLE — TABLEAU 36

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	33,9	32,1	44,7	42,6	55,4	71,5
Pará.....	76,5	83,8	84,6	91,1	100,4	128,7
Maranhão.....	33,2	34,0	38,5	38,7	39,4	50,0
Piauí.....	7,6	13,9	11,6	13,7	16,7	26,2
Ceará.....	106,1	81,1	105,7	125,5	112,4	186,1
Rio Grande do Norte	28,2	39,1	36,1	47,8	60,8	63,9
Paraíba.....	82,2	96,1	107,4	101,3	139,3	158,6
Pernambuco.....	482,0	625,3	677,0	742,8	903,8	913,5
Alagoas.....	89,4	109,1	146,0	159,3	148,0	153,2
Sergipe.....	61,5	63,0	69,9	75,9	80,9	98,1
Bahia.....	259,2	285,8	374,6	436,1	472,5	596,8
Minas Gerais.....	746,3	931,9	1 120,8	1 334,7	1 518,7	1 932,2
Espírito Santo.....	43,2	51,7	63,4	75,0	90,0	118,9
Rio de Janeiro....	896,1	897,7	1 054,3	1 167,2	1 320,1	1 705,2
Distrito Federal....	3 041,4	3 333,3	3 678,8	4 218,1	4 792,0	6 091,7
São Paulo.....	5 738,0	6 447,0	7 875,6	9 197,1	11 033,1	13 049,5
Paraná.....	394,9	406,7	459,9	551,0	661,6	791,6
Santa Catarina....	418,3	449,7	519,3	544,7	641,4	718,5
Rio Grande do Sul..	1 057,7	1 303,3	1 384,3	1 560,4	1 763,5	2 163,7
Mato Grosso.....	37,7	37,0	47,0	49,4	65,3	78,3
Goiás.....	20,6	18,0	28,4	34,6	32,6	52,0
B R A S I L.....	13 654,0	15 339,6	17 927,9	20 607,0	24 047,9	29 148,2

SALÁRIOS E ORDENADOS EM INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS
 WAGES AND SALARIES PAID BY FINANCIAL INTERMEDIARIES
 TRAITEMENTS ET SALAIRES DES INTERMEDIAIERS FINANCIERS

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 38 — TABLE — TABLEAU 38

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	10,1	11,1	11,7	15,2	18,7	21,6
Pará.....	22,5	24,7	26,7	32,5	41,9	50,3
Maranhão.....	11,1	12,1	13,1	15,1	18,5	22,3
Piauí.....	8,7	9,5	9,8	9,6	11,9	16,1
Ceará.....	26,7	29,2	29,7	33,6	41,4	48,8
Rio Grande do Norte	8,0	8,8	9,9	10,7	13,7	16,8
Paraíba.....	11,7	12,8	13,9	15,6	20,5	25,4
Pernambuco.....	51,0	55,9	60,9	72,1	93,7	106,1
Alagoas.....	9,0	9,7	10,6	11,6	14,8	16,1
Sergipe.....	8,6	9,3	10,1	11,1	14,1	16,7
Bahia.....	52,1	57,1	62,4	76,0	99,4	116,6
Minas Gerais.....	148,3	162,5	187,5	229,3	305,4	350,0
Espírito Santo.....	14,1	15,4	17,2	20,5	27,5	32,3
Rio de Janeiro.....	50,3	55,0	62,9	66,5	87,8	100,4
Distrito Federal....	597,3	656,8	740,8	876,6	1 137,0	1 324,0
São Paulo.....	441,4	484,7	556,5	708,0	918,9	1 210,2
Paraná.....	35,8	39,4	47,3	62,5	90,2	117,7
Santa Catarina.....	19,3	21,3	24,6	27,9	35,5	43,9
Rio Grande do Sul.	125,3	137,5	156,5	185,7	238,9	317,6
Mato Grosso.....	10,6	11,6	12,0	12,9	14,8	20,5
Goiás.....	8,8	9,6	9,7	12,2	15,3	20,9
BRASIL.....	1 670,7	1 834,0	2 073,8	2 505,2	3 259,9	3 994,3

ALÁRIOS E ORDENADOS EM BANCOS E CAPITALIZAÇÃO
 WAGES AND SALARIES PAID BY BANKS AND CAPITALIZATION COMPANIES
 TRAITEMENTS ET SALAIRES DANS LES BANQUES ET ORGANISMES DE CAPITALIZATION

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 39 — TABLE — TABLEAU 39

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	9,7	10,6	11,2	14,6	18,0	20,8
Pará.....	21,0	22,9	24,6	30,1	39,1	47,0
Maranhão.....	10,2	11,1	11,9	13,7	16,9	20,4
Piauí.....	8,2	8,9	9,1	8,8	10,9	15,0
Ceará.....	24,5	26,7	26,8	30,2	37,4	44,1
Rio Grande do Norte	7,7	8,4	9,4	10,2	13,1	16,1
Paraíba.....	11,0	12,0	13,0	14,6	19,3	24,0
Pernambuco.....	44,5	48,4	52,1	62,0	81,7	92,1
Alagoas.....	8,8	9,5	10,4	11,3	14,5	15,7
Sergipe.....	8,2	8,9	9,6	10,5	13,4	15,9
Bahia.....	46,9	51,1	55,5	68,0	89,9	105,5
Minas Gerais.....	133,3	145,2	167,4	206,2	277,8	317,9
Espírito Santo.....	13,4	14,6	16,3	19,4	26,2	30,8
Rio de Janeiro.....	46,5	50,6	57,8	60,7	80,8	92,3
Distrito Federal....	502,9	547,8	614,0	730,9	963,4	1 121,8
São Paulo.....	381,6	415,7	476,2	615,8	809,0	1 082,2
Paraná.....	30,8	33,6	40,6	54,8	81,0	107,0
Santa Catarina.....	16,1	17,6	20,3	23,0	29,6	37,0
Rio Grande do Sul.	108,7	118,4	134,2	160,1	208,4	282,1
Mato Grosso.....	10,3	11,2	11,6	12,4	14,2	19,8
Goiás.....	8,5	9,2	9,3	11,7	14,7	20,2
B R A S I L.....	1 452,8	1 582,4	1 781,3	2 169,0	2 859,3	3 527,7

SALÁRIOS E ORDENADOS EM SEGUROS

WAGES AND SALARIES PAID BY INSURANCE COMPANIES

TRAITEMENTS ET SALAIRES DANS LES COMPAGNIES D'ASSURANCE

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 40 — TABLE — TABLEAU 40

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	0,4	0,5	0,5	0,6	0,7	0,8
Pará.....	1,5	1,8	2,1	2,4	2,8	3,3
Maranhão.....	0,9	1,0	1,2	1,4	1,6	1,9
Piauí.....	0,5	0,6	0,7	0,8	1,0	1,1
Ceará.....	2,2	2,5	2,9	3,4	4,0	4,7
Rio Grande do Norte	0,3	0,4	0,5	0,5	0,6	0,7
Paraíba.....	0,7	0,8	0,9	1,0	1,2	1,4
Pernambuco.....	6,5	7,5	8,8	10,1	12,0	14,0
Alagoas.....	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4
Sergipe.....	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8
Bahia.....	5,2	6,0	6,9	8,0	9,5	11,1
Minas Gerais.....	15,0	17,3	20,1	23,1	27,6	32,1
Espírito Santo.....	0,7	0,8	0,9	1,1	1,3	1,5
Rio de Janeiro.....	3,8	4,4	5,1	5,8	7,0	8,1
Distrito Federal....	94,4	109,0	126,8	145,7	173,6	202,2
São Paulo.....	59,8	69,0	80,3	92,2	109,9	128,0
Paraná.....	5,0	5,8	6,7	7,7	9,2	10,7
Santa Catarina.....	3,2	3,7	4,3	4,9	5,9	6,9
Rio Grande do Sul.	16,6	19,1	22,3	25,6	30,5	35,5
Mato Grosso.....	0,3	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7
Goiás.....	0,3	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7
B R A S I L.....	217,9	251,6	292,5	336,2	400,6	466,6

SALÁRIOS E ORDENADOS EM SERVIÇOS

WAGES AND SALARIES IN SERVICES — TRAITEMENTS ET SALAIRES DANS LES SERVICES

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 41 — TABLE — TABLEAU 41

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	27,0	28,7	32,2	33,6	38,6	48,2
Pará.....	52,3	56,1	64,8	66,1	77,3	86,8
Maranhão.....	33,3	35,8	42,2	45,4	52,7	55,5
Piauí.....	16,3	19,1	20,6	22,9	29,9	33,3
Ceará.....	84,8	90,5	98,5	107,4	140,1	163,3
Rio Grande do Norte	22,2	23,6	26,3	28,8	33,3	38,8
Paraíba.....	40,9	42,7	50,2	56,9	66,7	74,6
Pernambuco.....	193,6	204,8	230,6	247,1	290,0	331,4
Alagoas.....	26,9	28,1	34,2	34,9	41,7	49,3
Sergipe.....	20,0	21,0	24,9	28,9	31,3	37,3
Bahia.....	179,7	189,7	217,3	237,7	269,1	307,2
Minas Gerais.....	702,8	738,0	814,8	838,1	921,2	1 220,7
Espírito Santo.....	42,5	45,2	49,6	53,7	63,3	81,7
Rio de Janeiro....	264,4	285,3	312,3	336,7	378,7	507,5
Distrito Federal....	1 236,7	1 335,9	1 496,5	1 668,5	1 785,2	2 186,7
São Paulo.....	1 483,6	1 572,9	1 707,8	1 819,0	2 110,4	2 657,2
Paraná.....	115,1	124,9	134,1	152,9	175,8	190,4
Santa Catarina ...	72,3	77,5	78,2	87,7	94,3	118,0
Rio Grande do Sul..	388,1	420,4	452,6	513,6	523,1	621,7
Mato Grosso.....	18,5	20,4	24,5	25,8	25,4	34,6
Goiás.....	34,8	38,9	41,5	45,7	53,2	69,8
B R A S I L....	5 055,8	5 399,5	5 953,7	6 451,4	7 201,3	8 914,0

SALÁRIOS E ORDENADOS DOS EMPREGADOS DOMÉSTICOS

WAGES AND SALARIES OF DOMESTIC EMPLOYEES — TRAITEMENTS ET SALAIRES DES DOMESTIQUES

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 42 — TABLE — TABLEAU 42

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	18,1	18,7	20,9	22,0	24,3	30,6
Pará.....	38,5	39,6	46,9	46,9	55,4	61,0
Maranhão.....	26,0	26,8	31,7	34,1	40,6	40,6
Piauí.....	12,3	12,7	14,3	15,7	21,9	23,1
Ceará.....	68,9	71,1	76,1	82,3	107,2	124,7
Rio Grande do Norte	15,9	16,4	17,9	19,8	22,4	26,0
Paraíba.....	35,5	36,5	42,8	49,1	57,3	63,0
Pernambuco.....	151,5	156,2	176,3	188,9	221,7	251,9
Alagoas.....	22,7	23,4	28,3	28,3	34,9	41,1
Sergipe.....	16,1	16,6	19,8	23,0	24,7	29,1
Bahia.....	149,4	154,0	178,8	196,2	218,6	248,4
Minas Gerais.....	597,0	615,4	674,1	683,8	742,4	976,9
Espírito Santo.....	33,4	34,4	37,4	39,7	46,1	58,4
Rio de Janeiro.....	206,9	213,2	224,3	239,0	264,7	367,7
Distrito Federal....	757,9	781,4	848,7	996,9	1 077,8	1 347,2
São Paulo.....	1 037,2	1 069,3	1 103,2	1 154,1	1 340,8	1 697,2
Paraná.....	78,9	81,4	83,5	95,5	107,4	108,5
Santa Catarina.....	49,4	50,9	49,5	54,4	56,5	69,8
Rio Grande do Sul.	273,8	282,2	305,1	335,6	328,0	381,4
Mato Grosso.....	11,5	11,9	14,8	14,4	14,0	19,5
Goiás.....	26,4	27,2	29,0	31,7	36,3	45,3
B R A S I L.....	3 627,3	3 739,3	4 023,4	4 351,4	4 843,0	6 011,4

REMUNERAÇÃO ATRIBUÍDA AOS MEMBROS DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS

MEMBERS OF RELIGIOUS ORGANIZATIONS — IMPUTED REMUNERATION

RÉMUNÉRATION IMPUTÉE AUX MEMBRES DES ORGANISMES RELIGIEUX

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 43 — TABLE — TABLEAU 43

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	2,0	2,3	2,7	2,9	3,4	4,3
Pará.....	2,9	3,3	3,9	4,0	4,8	5,4
Maranhão.....	1,7	1,7	2,1	2,5	3,1	3,1
Piauí.....	0,5	0,6	0,6	0,7	1,0	1,1
Ceará.....	3,5	3,7	4,1	4,6	6,2	7,4
Rio Grande do Norte	0,9	1,0	1,1	1,2	1,5	1,7
Paraíba.....	1,5	1,5	1,8	2,1	2,5	2,8
Pernambuco.....	6,2	6,5	7,4	8,2	9,9	11,5
Alagoas.....	0,7	0,7	0,9	1,1	1,1	1,3
Sergipe.....	0,6	0,6	0,7	0,9	0,9	1,1
Bahia.....	4,0	4,2	5,1	5,6	6,4	7,4
Minas Gerais.....	24,5	25,9	28,7	29,9	33,2	44,2
Espírito Santo.....	1,9	1,9	2,2	2,4	2,9	3,7
Rio de Janeiro.....	7,9	7,4	8,9	10,0	11,7	16,5
Distrito Federal....	23,5	25,0	28,0	36,2	40,2	51,7
São Paulo.....	48,8	51,9	54,8	59,0	70,6	91,4
Paraná.....	8,2	9,0	9,9	12,0	14,3	15,2
Santa Catarina....	6,4	6,8	6,8	7,9	8,4	10,5
Rio Grande do Sul..	29,5	34,2	34,3	42,7	42,7	50,6
Mato Grosso.....	2,0	2,1	2,7	2,7	2,7	3,8
Goiás.....	1,5	1,7	1,8	2,1	2,4	3,2
B R A S I L.....	178,7	192,0	208,5	238,7	269,9	337,9

SALÁRIOS E ORDENADOS EM TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

WAGES AND SALARIES IN TRANSPORTATION AND COMMUNICATION

TRAITEMENTS ET SALAIRES DANS LES TRANSPORTS ET COMMUNICATIONS

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 44 — TABLE — TABLEAU 44

UNIDADES FEDERADAS STATES --- ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	83,8	90,7	112,9	123,0	128,9	151,9
Pará.....	175,2	174,3	211,1	225,6	240,5	312,0
Maranhão.....	58,8	66,9	81,8	88,0	91,6	106,4
Piauí.....	25,6	29,8	38,3	41,1	47,1	52,3
Ceará.....	103,5	118,1	136,2	147,6	165,2	183,4
Rio Grande do Norte	51,6	60,0	70,2	77,8	88,4	101,9
Paraíba.....	40,5	45,0	54,4	59,3	81,3	87,5
Pernambuco.....	228,7	256,0	294,0	297,7	362,8	419,6
Alagoas.....	34,8	41,2	45,8	42,4	62,3	65,8
Sergipe.....	36,8	44,3	50,6	49,9	54,5	61,0
Bahia.....	279,4	305,5	388,0	421,4	430,6	507,6
Minas Gerais.....	535,3	580,8	760,6	801,0	892,7	1 011,0
Espírito Santo.....	82,3	100,1	125,2	143,8	170,5	195,4
Rio de Janeiro.....	450,3	476,9	607,2	653,4	712,8	810,8
Distrito Federal....	1 648,2	1 778,1	2 138,1	2 305,6	2 473,9	2 896,3
São Paulo.....	2 577,1	2 861,5	3 360,6	3 580,0	3 787,8	4 632,6
Paraná.....	207,6	241,5	302,8	326,7	391,1	477,2
Santa Catarina....	203,1	229,4	264,8	287,8	320,1	366,9
Rio Grande do Sul..	580,6	585,6	743,1	815,2	905,8	1 032,3
Mato Grosso.....	79,2	94,6	107,7	138,6	143,6	144,6
Goiás.....	29,0	35,8	44,6	48,8	49,8	69,1
BRASIL.....	7 511,4	8 216,1	9 938,0	10 674,7	11 601,3	13 685,6

SALÁRIOS E ORDENADOS EM TRANSPORTE FERROVIÁRIO
WAGES AND SALARIES PAID BY RAILROADS - TRAITEMENTS ET SALAIRES DANS LES CHEMINS DE FER
1947 — 1952
Cr\$ 1.000.000

QUADRO 45 — TABLE — TABLEAU 45

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	9,4	11,3	14,1	15,5	14,7	15,2
Pará.....	12,3	14,4	17,5	13,3	15,7	19,0
Maranhão.....	16,1	20,1	23,3	23,7	25,8	25,8
Piauí.....	6,8	8,8	10,8	10,9	11,7	13,2
Ceará.....	36,9	42,8	48,4	50,3	54,2	61,7
Rio Grande do Norte	9,8	13,2	14,3	17,8	19,2	19,8
Paraíba.....	8,4	9,1	10,3	10,7	18,1	18,8
Pernambuco.....	66,2	73,4	85,9	85,6	130,4	138,8
Alagoas.....	7,0	7,5	8,4	8,7	16,0	16,4
Sergipe.....	12,0	14,1	17,8	16,4	16,3	19,3
Bahia.....	55,1	64,2	79,1	77,2	81,4	93,0
Minas Gerais.....	357,7	357,3	441,9	470,3	496,7	558,6
Espírito Santo.....	35,6	40,5	57,1	66,2	74,6	89,6
Rio de Janeiro.....	160,1	164,0	225,8	248,5	282,6	276,8
Distrito Federal....	271,4	280,9	335,7	371,1	398,8	393,4
São Paulo.....	949,4	1 009,4	1 127,9	1 279,6	1 370,4	1 672,3
Paraná.....	75,0	73,0	97,4	101,3	115,9	145,3
Santa Catarina.....	42,8	48,6	60,7	64,0	69,5	87,4
Rio Grande do Sul.	213,2	184,0	233,6	258,7	274,6	276,5
Mato Grosso.....	49,4	62,2	66,7	92,9	94,1	90,0
Goiás.....	16,3	20,2	25,4	25,0	24,9	30,5
B R A S I L	2 410,9	2 519,0	3 002,1	3 307,7	3 605,6	4 061,4

SAÁRLIOS E ORDENADOS EM TRANSPORTES MARÍTIMOS
WAGES AND SALARIES PAID BY MARITIME TRANSPORTATION
TRAITEMENTS ET SALAIRES DANS LES TRANSPORTS MARITIMES
1947 — 1952
Cr\$ 1.000.000

QUADRO 46 — TABLE — TABLEAU 46

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	54,4	54,4	65,3	70,7	70,7	90,1
Pará.....	117,8	117,8	141,3	153,1	153,1	195,2
Maranhão.....	26,5	26,5	31,8	34,4	34,4	43,9
Piauí.....	9,2	9,2	11,1	12,0	12,0	15,3
Ceará.....	14,7	14,7	17,7	19,2	19,2	24,4
Rio Grande do Norte	17,0	17,0	20,4	22,1	22,1	28,1
Paraíba.....	11,0	11,0	13,2	14,2	14,2	18,2
Pernambuco.....	50,1	50,1	60,1	65,1	65,1	83,0
Alagoas.....	5,9	5,9	7,0	7,6	7,6	9,7
Sergipe.....	9,6	9,6	11,5	12,4	12,4	15,8
Bahia.....	111,8	111,8	134,1	145,3	145,3	186,3
Minas Gerais.....	11,5	11,5	13,8	15,0	15,0	19,1
Espírito Santo.....	17,1	17,1	20,5	22,2	22,2	28,3
Rio de Janeiro.....	126,9	126,9	152,2	164,9	164,9	210,3
Distrito Federal....	419,9	419,9	503,8	545,8	545,8	695,9
São Paulo.....	376,1	376,1	451,3	488,9	488,9	623,4
Paraná.....	31,6	31,6	37,9	41,0	41,0	52,3
Santa Catarina....	48,9	48,9	58,7	63,6	63,6	81,0
Rio Grande do Sul..	133,5	133,5	160,2	173,6	173,6	221,3
Mato Grosso.....	17,8	17,8	21,4	23,1	23,1	29,5
Goiás.....	2,9	2,9	3,4	3,7	3,7	4,7
B R A S I L.....	1 614,2	1 614,2	1 936,7	2 097,9	2 097,9	2 674,8

SALÁRIOS E ORDENADOS EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E ESTIVA
WAGES AND SALARIES PAID BY HIGHWAY TRANSPORTATION AND STEVEDORING
TRAITEMENTS ET SALAIRES DANS LES TRANSPORTS ROUTIERS ET CHARGEMENTS
 1947 — 1952
 Cr\$ 1.000.000

QUADRO 47 — TABLE — TABLEAU 47

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	6,9	11,2	14,6	16,6	19,3	21,7
Pará.....	30,3	31,0	37,1	42,3	49,6	74,4
Maranhão.....	7,1	11,3	13,9	16,4	15,2	20,4
Piauí.....	2,3	4,2	5,7	6,3	7,8	7,6
Ceará.....	37,3	45,5	49,3	55,1	60,2	64,4
Rio Grande do Norte	17,0	21,6	23,9	26,1	31,2	37,0
Paraíba.....	11,6	15,0	16,9	16,4	23,0	22,8
Pernambuco.....	87,8	107,8	115,8	113,9	120,2	147,2
Alagoas.....	14,1	19,6	19,2	14,6	22,3	21,7
Sergipe.....	8,0	12,9	13,7	12,5	14,5	13,9
Bahia.....	71,1	84,1	113,1	134,9	127,2	147,0
Minas Gerais.....	95,0	136,4	201,8	199,5	240,3	280,9
Espírito Santo.....	20,7	31,1	32,0	40,0	52,1	53,7
Rio de Janeiro.....	104,6	117,8	144,6	155,3	168,7	214,3
Distrito Federal....	718,8	812,8	899,2	979,1	1 056,7	1 274,5
São Paulo.....	1 029,5	1 219,5	1 448,9	1 438,7	1 539,0	1 896,9
Paraná.....	85,4	119,7	144,5	158,5	203,0	246,9
Santa Catarina.....	96,9	117,2	124,6	137,1	158,1	168,0
Rio Grande do Sul.	180,9	211,2	273,8	304,5	362,0	430,0
Mato Grosso.....	4,0	6,3	7,9	10,1	11,3	14,5
Goiás.....	4,8	7,4	8,4	11,6	10,9	17,2
BRASIL.....	2 634,1	3 143,6	3 708,9	3 889,5	4 292,6	5 175,0

SUPLEMENTO A SALÁRIOS E ORDENADOS

SUPPLEMENT TO WAGES AND SALARIES — SUPPLEMENT DE TRAITEMENTS ET SALAIRES

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 48 — TABLE — TABLEAU 48

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	5,8	5,9	7,5	9,2	12,4	13,7
Pará.....	11,6	12,4	13,6	16,2	20,4	31,3
Maranhão.....	4,0	6,4	8,0	9,1	10,2	12,8
Piauí.....	3,9	3,6	3,5	4,2	4,8	6,5
Ceará.....	12,4	14,3	16,6	20,8	26,0	31,9
Rio Grande do Norte	5,9	6,6	8,1	9,6	13,5	13,3
Paraíba.....	7,0	8,1	9,4	10,2	14,0	16,5
Pernambuco.....	41,8	46,1	53,9	64,9	86,6	88,0
Alagoas.....	6,7	7,5	9,2	10,3	13,4	14,9
Sergipe.....	4,8	5,6	6,5	7,2	8,9	10,2
Bahia.....	32,8	37,4	45,8	58,6	68,9	83,7
Minas Gerais.....	66,6	77,0	97,0	114,8	143,5	186,7
Espírito Santo.....	8,9	9,9	11,4	14,8	18,7	23,0
Rio de Janeiro.....	52,8	56,5	68,6	79,9	106,0	129,1
Distrito Federal....	315,7	346,9	432,3	531,3	622,4	804,3
São Paulo.....	431,8	479,5	601,8	727,7	947,9	1 152,7
Paraná.....	31,0	34,8	43,9	56,5	66,4	90,0
Santa Catarina....	26,0	30,3	36,9	43,2	57,3	63,4
Rio Grande do Sul..	95,1	108,1	128,8	152,9	190,5	237,1
Mato Grosso.....	3,0	3,7	4,3	5,8	7,6	9,3
Goiás.....	2,5	3,1	3,6	5,3	6,0	8,4
B R A S I L.....	1 170,1	1 303,7	1 610,7	1 952,5	2 445,4	3 026,8

REMUNERAÇÃO DE AUTÔNOMOS NO COMÉRCIO
 REMUNERATION OF INDEPENDENT WORKERS IN TRADE
 RÉMUNÉRATION DES TRAVAILLEURS INDÉPENDANTS DANS LE COMMERCE
 1947 — 1952
 Cr\$ 1.000.000

QUADRO 49 — TABLE — TABLEAU 49

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	20,3	22,6	25,7	27,2	29,9	35,9
Pará.....	55,3	61,2	69,6	73,5	81,2	96,9
Maranhão.....	36,1	40,2	45,6	48,3	53,1	63,8
Piauí.....	17,6	19,6	22,2	23,6	25,9	31,1
Ceará.....	105,3	117,0	132,3	140,5	155,3	186,3
Rio Grande do Norte	34,0	37,9	42,9	45,6	50,1	60,2
Paraíba.....	54,6	60,8	68,9	73,2	80,5	96,6
Pernambuco.....	257,9	281,1	318,1	338,5	378,9	448,0
Alagoas.....	17,5	19,5	22,1	23,4	25,8	30,9
Sergipe.....	19,9	22,2	25,2	26,7	29,4	35,3
Bahia.....	165,4	183,3	208,0	221,2	243,3	291,1
Minas Gerais.....	155,9	173,7	196,7	208,8	229,3	275,6
Espírito Santo.....	20,6	22,9	25,8	27,4	30,2	36,5
Rio de Janeiro.....	102,8	111,8	123,9	131,7	145,0	182,1
Distrito Federal....	211,9	236,0	267,2	283,8	311,8	374,7
São Paulo.....	651,2	717,9	803,3	851,0	941,6	1 139,0
Paraná.....	61,1	68,0	76,9	81,7	89,8	107,7
Santa Catarina.....	28,5	31,8	35,9	38,1	41,9	50,3
Rio Grande do Sul.	135,7	151,2	171,2	181,7	199,5	239,6
Mato Grosso.....	14,8	16,5	18,7	19,8	21,8	26,2
Goiás.....	26,7	29,7	33,7	35,7	39,2	47,2
B R A S I L.....	2 193,1	2 424,9	2 733,9	2 901,4	3 203,5	3 855,0

REMUNERAÇÃO DE AUTÔNOMOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
 REMUNERATION OF INDEPENDENT WORKERS IN MANUFACTURING
 RÉMUNÉRATION DES TRAVAILLEURS INDÉPENDANTS DANS LES MANUFACTURES
 1947 — 1952
 Cr\$ 1.000.000

QUADRO 50 — TABLE — TABLEAU 50

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	43,4	46,1	50,3	57,8	61,3	75,5
Pará.....	72,8	76,8	88,7	90,5	103,8	117,3
Maranhão.....	39,5	42,2	48,8	52,3	56,7	62,1
Piauí.....	33,0	34,3	40,0	44,6	54,6	61,2
Ceará.....	170,4	171,6	204,5	203,0	233,0	276,5
Rio Grande do Norte	22,1	23,4	24,8	29,4	35,6	42,3
Paraíba.....	31,7	33,7	39,9	43,8	54,2	62,2
Pernambuco.....	140,9	157,7	179,2	193,0	229,5	266,8
Alagoas.....	29,5	32,4	39,6	38,6	46,8	55,4
Sergipe.....	25,8	26,8	31,7	36,2	38,6	45,7
Bahia.....	368,5	394,8	457,0	506,8	569,3	660,5
Minas Gerais.....	556,4	594,4	658,0	677,8	732,1	940,8
Espírito Santo.....	34,0	35,1	38,6	40,8	47,7	59,8
Rio de Janeiro.....	415,6	428,8	460,2	490,7	536,2	725,6
Distrito Federal....	491,8	518,8	569,3	649,9	694,2	858,0
São Paulo.....	1 672,5	1 756,7	1 881,1	1 979,5	2 253,3	2 811,8
Paraná.....	222,0	232,4	245,1	275,5	306,8	326,5
Santa Catarina....	139,8	145,7	148,3	162,3	170,3	207,9
Rio Grande do Sul..	309,4	332,7	362,2	393,8	394,8	463,4
Mato Grosso.....	26,8	31,1	36,5	36,6	37,6	49,1
Goiás.....	56,1	60,3	68,2	77,2	84,5	103,0
B R A S I L.....	4 902,0	5 175,8	5 672,0	6 080,1	6 740,9	8 271,4

REMUNERAÇÃO DE AUTÔNOMOS EM INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS
 FINANCIAL INTERMEDIARIES' INDEPENDENT WORKERS REMUNERATION
 RÉMUNÉRATION DES TRAVAILLEURS INDÉPENDANTS DANS LES INTERMÉDIAIRES FINANCIERS
 1947 — 1952
 Cr\$ 1.000.000

QUADRO 51 — TABLE — TABLEAU 51

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3
Pará.....	2,1	2,3	2,4	2,8	3,3	3,7
Maranhão.....	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5
Piauí.....	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6
Ceará.....	4,3	4,7	5,0	5,7	6,9	7,6
Rio Grande do Norte	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Paraíba.....	1,2	1,3	1,4	1,5	1,9	2,1
Pernambuco.....	9,7	10,6	11,1	12,7	15,4	17,0
Alagoas.....	0,8	0,9	0,9	1,0	1,2	1,4
Sergipe.....	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,8
Bahia.....	6,0	6,5	6,9	7,9	9,5	10,5
Minas Gerais.....	21,0	22,9	24,1	27,6	33,3	36,8
Espírito Santo.....	0,8	0,9	0,9	1,0	1,2	1,4
Rio de Janeiro.....	10,3	11,3	11,9	13,5	16,4	18,1
Distrito Federal....	63,2	68,9	72,5	82,9	100,2	110,7
São Paulo.....	125,0	136,2	143,4	163,8	198,0	218,9
Paraná.....	13,2	14,3	15,1	17,2	20,8	23,0
Santa Catarina.....	1,6	1,8	1,8	2,1	2,5	2,8
Rio Grande do Sul.	22,1	24,1	25,4	29,0	35,0	38,7
Mato Grosso.....	1,3	1,4	1,5	1,7	2,0	2,2
Goiás.....	1,2	1,3	1,4	1,6	1,9	2,1
B R A S I L.....	285,0	310,9	327,2	373,6	451,4	499,3

REMUNERAÇÃO DE AUTÔNOMOS EM SERVIÇOS
 REMUNERATION OF INDEPENDENT WORKERS IN SERVICES
 RÉMUNÉRATION DES TRAVAILLEURS INDÉPENDANTS DANS LES SERVICES
 1947 — 1952
 Cr\$ 1.000.000

QUADRO 52 — TABLE — TABLEAU 52

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	37,6	41,7	44,1	56,8	57,7	69,7
Pará.....	84,8	92,1	103,9	108,3	120,1	139,6
Maranhão.....	75,9	82,8	94,6	101,0	103,7	119,8
Piauí.....	43,6	45,4	53,9	60,7	69,2	80,2
Ceará.....	193,0	193,9	233,7	230,0	260,2	309,5
Rio Grande do Norte	54,8	58,1	61,5	73,2	88,9	105,7
Paraíba.....	53,7	58,2	69,3	74,2	94,9	111,5
Pernambuco.....	232,3	284,2	324,8	351,6	423,5	502,7
Alagoas.....	46,5	53,7	65,9	63,0	75,7	90,0
Sergipe.....	43,0	44,8	52,5	59,3	62,6	74,5
Bahia.....	343,0	382,2	440,9	494,1	559,4	661,7
Minas Gerais.....	420,8	485,1	548,7	581,9	622,4	763,4
Espírito Santo.....	38,5	40,1	46,0	48,0	56,7	68,9
Rio de Janeiro.....	244,1	252,5	283,6	302,8	321,1	408,2
Distrito Federal....	729,3	786,7	871,8	968,4	1 022,0	1 248,7
São Paulo.....	1 281,4	1 393,7	1 591,5	1 690,8	1 860,5	2 264,6
Paraná.....	98,6	106,1	117,1	128,0	140,1	162,5
Santa Catarina....	58,9	62,2	67,1	73,1	77,7	93,6
Rio Grande do Sul..	319,6	363,3	399,0	427,4	442,5	525,2
Mato Grosso.....	27,3	35,1	39,2	40,3	43,1	53,9
Goiás.....	47,5	52,5	61,7	71,2	75,8	91,2
B R A S I L.....	4 474,2	4 914,4	5 570,8	6 004,1	6 577,8	7 945,1

REMUNERAÇÃO DE AUTÔNOMOS EM TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
 REMUNERATION OF INDEPENDENT WORKERS IN TRANSPORTATION AND COMMUNICATION
 RÉMUNÉRATION DES TRAVAILLEURS INDÉPENDANTS DANS LES TRANSPORTS ET COMMUNICATIONS
 1947 — 1952
 Cr\$ 1.000.000

QUADRO 53 — TABLE — TABLEAU 53

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	8,4	9,4	9,7	13,1	13,1	15,6
Pará.....	14,9	16,5	18,2	19,4	21,1	25,0
Maranhão.....	13,3	14,7	16,6	17,7	17,6	21,0
Piauí.....	4,5	4,7	5,7	6,5	7,0	8,3
Ceará.....	27,1	27,1	33,3	32,3	35,6	42,5
Rio Grande do Norte	10,3	11,0	11,6	14,1	17,3	20,7
Paraíba.....	20,0	22,0	26,3	27,6	36,3	43,4
Pernambuco.....	48,5	61,1	69,9	75,8	91,6	109,5
Alagoas.....	9,3	11,4	14,0	13,2	15,6	18,7
Sergipe.....	12,4	13,0	15,1	17,0	17,9	21,3
Bahia.....	44,0	50,0	57,6	64,9	73,7	88,0
Minas Gerais.....	105,8	127,8	146,3	157,6	167,7	200,4
Espírito Santo.....	12,0	12,6	14,8	15,3	18,2	21,8
Rio de Janeiro.....	58,4	60,6	71,0	75,9	78,3	93,5
Distrito Federal...	170,4	191,3	215,5	228,3	235,6	281,7
São Paulo.....	498,6	557,9	668,2	714,7	767,6	917,2
Paraná.....	64,8	70,5	79,1	85,6	93,1	111,1
Santa Catarina.....	27,3	29,2	32,7	35,5	38,0	45,5
Rio Grande do Sul	115,3	135,5	149,6	158,9	167,5	200,0
Mato Grosso.....	8,3	11,8	12,6	13,3	14,8	17,7
Goiás.....	25,4	28,3	33,5	39,0	41,3	49,4
BRASIL.....	1 299,0	1 466,4	1 701,3	1 825,7	1 968,9	2 352,3

REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS

REMUNERATION OF LIBERAL PROFESSIONS — RÉMUNÉRATION DES PROFISSIONS LIBÉRALES

1947— 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 54 — TABLE — TABLEAU 54

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	21,9	22,5	24,3	24,9	26,5	32,1
Pará.....	53,2	54,7	62,4	63,3	70,0	79,0
Maranhão.....	22,7	23,5	28,4	31,2	35,2	35,5
Piauí.....	17,8	18,5	21,5	23,9	30,9	32,8
Ceará.....	72,7	77,6	85,1	93,5	114,3	122,2
Rio Grande do Norte	21,7	23,2	25,9	28,9	32,5	38,8
Paraíba.....	35,7	37,4	42,5	48,1	56,5	62,5
Pernambuco.....	137,4	144,8	174,0	185,9	223,9	259,5
Alagoas.....	29,7	30,1	37,1	36,5	41,5	47,7
Sergipe.....	12,9	13,7	16,0	18,5	20,3	24,4
Bahia.....	155,4	160,8	184,1	198,4	224,9	247,5
Minas Gerais.....	512,7	535,0	573,9	590,7	645,6	777,8
Espírito Santo.....	41,9	43,9	48,1	51,1	57,7	71,8
Rio de Janeiro.....	175,5	184,2	200,1	213,5	231,9	313,6
Distrito Federal....	800,5	830,0	904,1	1 000,3	1 214,5	1 488,7
São Paulo.....	1 362,1	1 440,0	1 500,2	1 594,5	1 843,5	2 315,7
Paraná.....	118,3	129,9	144,5	177,1	206,6	237,7
Santa Catarina.....	60,8	65,1	68,2	76,6	83,3	99,5
Rio Grande do Sul.	337,8	356,4	383,3	422,1	440,0	496,9
Mato Grosso.....	28,3	29,7	33,3	37,7	40,4	49,9
Goiás.....	50,9	55,9	62,6	73,0	89,9	123,6
BRASIL....	4 069,9	4 276,9	4 619,6	4 989,7	5 729,9	6 957,2

REMUNERAÇÃO DO TRABALHO DE EMPREGADORES NO COMÉRCIO
 REMUNERATION OF EMPLOYERS IN TRADE — RÉMUNÉRATION DES EMPLOYEURS DANS LE
 COMMERCE
 1947 — 1952
 Cr\$ 1.000.000

QUADRO 55 — TABLE — TABLEAU 55

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	155,9	160,8	174,1	177,4	189,5	230,5
Pará.....	264,8	272,9	310,9	315,5	349,1	393,9
Maranhão.....	218,0	224,8	270,4	295,3	331,5	333,3
Piauí.....	155,9	160,7	184,4	202,6	259,3	272,0
Ceará.....	463,4	477,7	504,5	535,0	630,6	649,7
Rio Grande do Norte	164,7	169,8	182,8	195,9	211,9	243,8
Paraíba.....	296,4	305,5	339,8	376,7	434,5	471,5
Pernambuco.....	652,3	672,5	789,5	824,4	970,4	1 099,5
Alagoas.....	159,9	164,8	206,0	206,0	238,0	277,7
Sergipe.....	136,9	141,1	160,1	179,0	190,7	222,6
Bahia.....	787,3	811,7	924,5	991,1	1 117,7	1 224,0
Minas Gerais.....	1 179,5	1 215,9	1 287,6	1 308,3	1 411,7	1 679,2
Espírito Santo.....	155,4	160,2	172,3	180,0	199,9	244,1
Rio de Janeiro.....	458,2	472,4	503,6	527,2	562,2	745,9
Distrito Federal....	967,6	997,6	1 079,4	1 186,1	1 430,5	1 741,8
São Paulo.....	2 341,9	2 414,3	2 450,6	2 537,5	2 858,6	3 498,4
Paraná.....	347,3	358,0	373,4	428,9	469,0	506,3
Santa Catarina.....	263,7	271,9	274,6	296,6	310,2	357,0
Rio Grande do Sul..	909,0	937,1	983,9	1 057,9	1 076,7	1 187,3
Mato Grosso.....	85,8	88,4	97,0	108,0	113,5	137,8
Goiás.....	115,9	119,5	125,3	137,1	158,2	203,9
B R A S I L.....	10 279,8	10 597,6	11 394,7	12 066,5	13 513,7	15 720,2

REMUNERAÇÃO DO TRABALHO DE EMPREGADORES NA INDÚSTRIA
 REMUNERATION OF EMPLOYERS IN INDUSTRY
 RÉMUNÉRATION DES EMPLOYEURS DANS L'INDUSTRIE
 1947 — 1952
 Cr\$ 1.000.000

QUADRO 56 — TABLE — TABLEAU 56

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	10,1	10,5	11,3	11,5	12,3	15,0
Pará.....	31,4	32,4	36,9	37,4	41,4	46,7
Maranhão.....	30,8	31,8	38,2	41,8	46,9	47,1
Piauí.....	9,6	9,9	11,4	12,5	16,0	16,8
Ceará.....	96,7	99,7	105,3	111,6	131,6	135,6
Rio Grande do Norte	30,9	31,9	34,3	36,7	39,8	45,7
Paraíba.....	51,1	52,6	58,5	64,8	74,9	81,2
Pernambuco.....	130,8	134,9	158,3	165,3	194,5	220,4
Alagoas.....	41,7	43,0	53,8	53,8	62,0	72,4
Sergipe.....	37,5	38,6	43,8	49,0	52,2	60,9
Bahia.....	140,9	145,3	165,5	177,4	200,1	219,1
Minas Gerais.....	431,1	444,5	470,7	478,2	516,0	613,8
Espírito Santo.....	57,8	59,6	64,1	66,9	74,3	90,7
Rio de Janeiro.....	142,6	147,0	156,7	164,1	175,0	232,1
Distrito Federal....	311,5	321,1	347,5	381,9	460,5	560,7
São Paulo.....	1 170,0	1 206,2	1 224,2	1 267,6	1 428,0	1 747,7
Paraná.....	133,6	137,7	143,6	164,9	180,4	194,8
Santa Catarina.....	128,9	132,8	134,1	145,0	151,6	174,5
Rio Grande do Sul.	459,8	474,1	497,7	535,2	544,7	600,6
Mato Grosso.....	14,4	14,9	16,3	18,1	19,0	23,1
Goiás.....	21,2	21,9	22,9	25,1	29,0	37,3
B R A S I L.....	3 482,4	3 590,4	3 795,1	4 008,8	4 450,2	5 236,2

REMUNERAÇÃO DO TRABALHO DE EMPREGADORES EM INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

REMUNERATION OF EMPLOYERS IN FINANCIAL INTERMEDIARIES
 RÉMUNÉRATION DES EMPLOYEURS DANS LES INTERMÉDIAIRES FINANCIERS
 1947 — 1952
 Cr\$ 1.000.000

QUADRO 57 — TABLE — TABLEAU 57

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3
Pará.....	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,7
Maranhão.....	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
Piauí.....	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Ceará.....	0,8	0,8	0,9	0,9	1,1	1,1
Rio Grande do Norte	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3
Paraíba.....	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4
Pernambuco.....	3,1	3,2	3,8	4,0	4,7	5,3
Alagoas.....	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Sergipe.....	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4
Bahia.....	2,1	2,2	2,5	2,6	3,0	3,2
Minas Gerais.....	5,0	5,2	5,5	5,6	6,0	7,2
Espírito Santo.....	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3
Rio de Janeiro.....	3,6	3,7	4,0	4,1	4,4	5,9
Distrito Federal....	26,5	27,3	29,6	32,5	39,2	47,7
São Paulo.....	45,0	46,4	47,1	48,7	54,9	67,2
Paraná.....	1,9	2,0	2,1	2,4	2,6	2,8
Santa Catarina....	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	1,0
Rio Grande do Sul..	5,5	5,6	5,9	6,4	6,5	7,1
Mato Grosso.....	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3
Goiás.....	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,4
B R A S I L.....	96,5	99,5	104,9	110,8	126,4	152,0

REMUNERAÇÃO DO TRABALHO DE EMPREGADORES EM SERVIÇOS
 REMUNERATION OF EMPLOYERS IN SERVICES
 RÉMUNÉRATION DES EMPLOYEURS DANS LES SERVICES
 1947 — 1952
 Cr\$ 1.000.000

QUADRO 58 — TABLE — TABLEAU 58

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	31,0	32,0	34,6	35,3	37,6	40,3
Pará.....	57,1	59,9	68,2	69,2	76,6	82,1
Maranhão.....	76,5	78,9	94,9	103,7	116,4	118,5
Piauif.....	52,6	54,2	62,2	68,3	87,4	75,6
Ceará.....	172,1	177,5	187,4	198,8	234,2	282,2
Rio Grande do Norte	70,3	72,5	78,1	83,7	90,5	94,4
Paraíba.....	114,5	118,1	131,3	145,6	167,9	155,5
Pernambuco.....	267,0	275,3	323,2	337,5	397,3	430,5
Alagoas.....	59,6	61,4	76,8	76,8	88,7	124,7
Sergipe.....	64,8	66,8	75,7	84,7	90,2	104,9
Bahia.....	327,8	337,9	384,9	412,6	465,3	531,4
Minas Gerais.....	727,9	750,4	794,7	807,5	871,3	1 167,3
Espírito Santo.....	69,1	71,3	76,7	80,1	89,0	111,0
Rio de Janeiro.....	259,1	267,1	284,7	298,0	317,8	466,7
Distrito Federal....	634,1	653,7	707,3	777,2	937,4	1 152,0
São Paulo.....	1 741,9	1 795,8	1 822,8	1 887,4	2 126,3	2 626,7
Paraná.....	219,7	226,5	236,2	271,3	296,7	304,6
Santa Catarina.....	158,4	163,3	164,9	178,1	186,3	212,0
Rio Grande do Sul.	591,1	609,3	639,8	687,9	700,1	745,4
Mato Grosso.....	32,6	33,7	36,9	41,1	43,2	52,4
Goiás.....	56,7	58,4	61,3	67,0	77,4	95,2
BRASIL.....	5 784,9	5 964,0	6 342,6	6 711,8	7 497,6	8 967,4

REMUNERAÇÃO DO TRABALHO DE EMPREGADORES EM TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

REMUNERATION OF EMPLOYERS IN TRANSPORTATION AND COMMUNICATION
RÉMUNÉRATION DES EMPLOYEURS DANS LES TRANSPORTS ET COMMUNICATIONS

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 59 — TABLE — TABLEAU 59

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	4,3	4,5	4,8	4,	5,3	6,5
Pará.....	10,	11,2	12,7	12,9	14,3	16,2
Maranhão.....	5,3	5,5	6,6	7,2	8,1	8,2
Piauí.....	3,4	3,5	4,1	4,5	5,7	6,0
Ceará.....	1,9	10,2	10,8	11,4	13,5	13,9
Rio Grande do Norte	3,8	3,9	4 2	4,5	4,9	5,6
Paraíba.....	9,7	10,0	11,1	12,3	14,2	15,4
Pernambuco.....	29,2	30,1	35,4	37,0	43,5	49,3
Araguaia.....	4,1	4,2	5,2	5,2	6,0	7,1
Sergipe.....	3,9	4,0	4,6	5,1	5,4	6,3
Bahia.....	23,7	24,4	27,8	29,8	33,6	36,8
Minas Gerais.....	40,7	41,9	44,4	45,1	48,7	57,9
Espírito Santo.....	4,3	4,4	4,8	5,0	5,5	6,7
Rio de Janeiro.....	16,3	16,8	17,9	18,7	20,0	26,5
Distrito Federal....	38,6	39,8	43,0	47,3	57,0	69,4
São Paulo.....	110,1	113,5	115,2	119,3	134,3	164,4
Paraná.....	15,5	16,0	16,7	19,1	20,9	22,6
Santa Catarina.....	10,0	10,3	10,4	11,2	11,7	13,5
Rio Grande do Sul.	37,5	38,6	40,6	43,6	44,4	48,9
Mato Grosso.....	2,3	2,3	2,6	2,9	3,0	3,7
Goiás.....	4,0	4,1	4,3	4,7	5,5	7,0
BRASIL.....	387,5	399,2	427,2	451,7	505,5	591,9

LUCRO DE TÔDAS AS EMPRÉSAS

PROFITS OF CORPORATIONS AND UNINCORPORATED ENTERPRISES
PROFITS DE TOUTES LES ENTREPRISES

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 60 — TABLE — TABLEAU 60

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	85,0	63,7	78,8	97,0	142,2	165,4
Pará.....	47,6	134,5	146,7	193,1	324,6	372,1
Maranhão.....	59,5	83,1	72,5	88,6	101,9	124,0
Piauí.....	42,9	35,7	39,6	53,0	68,9	82,7
Ceará.....	156,4	181,1	149,5	223,8	308,3	372,1
Rio Grande do Norte	39,6	51,8	46,8	57,3	84,2	124,0
Paraíba.....	68,1	72,1	78,8	101,0	143,0	165,4
Pernambuco.....	513,7	467,9	489,7	649,5	838,5	992,2
Alagoas.....	100,0	92,5	83,8	84,1	108,5	124,0
Sergipe.....	56,2	62,4	47,0	59,4	74,5	82,7
Bahia.....	343,5	337,3	363,4	508,7	573,4	702,8
Minas Gerais.....	1 077,7	1 020,9	1 199,7	1 383,8	2 061,1	2 480,5
Espírito Santo.....	74,8	82,2	116,2	139,2	170,6	206,7
Rio de Janeiro.....	384,6	375,1	454,4	597,1	774,1	909,5
Distrito Federal....	4 144,1	4 354,6	4 916,2	6 597,9	9 133,6	10 872,6
São Paulo.....	6 142,7	5 960,9	7 542,3	8 997,3	15 503,4	18 479,3
Paraná.....	395,5	322,3	436,0	577,3	1 055,7	1 240,2
Santa Catarina....	274,0	264,7	248,6	331,9	476,5	578,8
Rio Grande do Sul..	1 438,1	1 464,2	1 365,1	1 595,3	2 508,6	2 976,6
Mato Grosso.....	52,2	44,2	52,7	57,8	86,0	124,0
Goiás	61,3	63,3	83,0	92,5	129,6	165,4
B R A S I L.....	15 557,5	15 534,5	18 010,8	22 486,0	34 667,2	41 341,0

LUCRO DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS

PROFITS OF CORPORATIONS — PROFITS DES SOCIÉTÉS ANONYMES

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 61 — TABLE — TABLEAU 61

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	11,1	10,6	11,2	12,6	16,1	18,7
Pará.....	2,6	38,7	47,2	69,5	144,5	165,6
Maranhão.....	2,6	8,8	4,9	4,2	4,1	5,0
Piauí.....	12,3	8,5	13,6	17,5	24,2	29,0
Ceará.....	25,4	25,0	39,9	61,6	75,0	90,4
Rio Grande do Norte	4,1	6,5	7,1	10,0	16,5	24,3
Paraíba.....	5,9	5,7	15,0	15,3	24,0	27,8
Perambuco.....	267,4	217,4	236,0	321,9	370,0	437,6
Alagoas.....	50,6	38,5	31,2	19,6	44,3	50,6
Sergipe.....	6,5	8,9	4,7	6,9	6,1	6,8
Bahia.....	104,6	105,9	99,8	191,0	189,9	232,6
Minas Gerais.....	484,6	448,0	564,4	619,4	884,7	1 064,1
Espírito Santo.....	5,9	8,2	13,4	18,1	19,5	23,6
Rio de Janeiro....	116,6	99,0	151,9	231,5	196,2	230,1
Distrito Federal....	1 492,4	1 678,0	2 574,2	3 445,4	5 088,7	6 056,0
São Paulo.....	3 188,6	3 139,4	4 423,3	4 683,1	6 885,8	8 204,8
Paraná.....	77,6	61,4	102,7	170,6	272,6	320,0
Santa Catarina....	116,8	110,7	108,2	154,4	225,1	273,2
Rio Grande do Sul..	394,0	470,6	453,8	512,6	973,2	1 154,9
Mato Grosso... .	0,4	0,5	0,7	1,0	3,7	5,3
Goiás.....	3,3	3,7	4,5	5,8	12,4	15,7
B R A S I L.....	6 373,3	6 494,0	8 907,7	10 572,0	15 476,6	18 436,1

LUCRO DE OUTRAS SOCIEDADES (*)

PROFITS OF UNINCORPORATED ENTERPRISES — PROFITS DES AUTRES SOCIÉTÉS

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 62 — TABLE — TABLEAU 62

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	73,9	53,1	67,6	84,4	126,1	146,7
Pará.....	45,0	95,8	99,5	123,6	180,1	206,5
Maranhão.....	56,9	74,3	67,6	84,4	97,8	119,0
Piauí.....	30,6	27,2	26,0	35,5	44,7	53,7
Ceará.....	131,0	156,1	109,6	162,2	238,3	281,7
Rio Grande do Norte	35,5	45,3	39,7	47,3	67,7	99,7
Paraíba.....	62,2	66,4	63,8	85,7	119,0	137,6
Pernambuco.....	246,3	250,5	253,7	327,6	468,5	554,6
Alagoas.....	49,4	54,0	52,6	64,9	64,2	73,4
Sergipe.....	49,7	53,5	42,3	52,5	68,4	75,9
Bahia.....	238,9	231,4	263,6	317,7	383,5	470,2
Minas Gerais.....	593,1	572,9	635,3	764,4	1 176,4	1 416,4
Espírito Santo	68,9	74,0	102,8	121,1	151,1	183,1
Rio de Janeiro.....	268,0	276,1	302,5	365,6	577,9	679,4
Distrito Federal....	2 651,7	2 676,6	2 342,0	3 152,5	4 044,9	4 816,6
São Paulo.....	2 954,1	2 821,5	3 119,0	4 314,2	8 617,6	10 274,5
Paraná.....	317,9	260,9	333,3	406,7	783,1	920,2
Santa Catarina.....	157,2	154,0	140,4	177,5	251,4	305,6
Rio Grande do Sul	1 044,1	993,6	911,3	1 082,7	1 535,4	1 821,7
Mato Grosso.....	51,8	43,7	52,0	56,8	82,3	118,7
Goiás.....	58,0	59,6	78,5	86,7	117,2	149,7
B R A S I L.....	9 184,2	9 040,5	9 103,1	11 914,0	19 190,6	22 904,9

(*) Exclui as Sociedades Anônimas — Excludes corporal profits — Les sociétés anonymes sont exceptées.

JUROS

INTEREST — INTÉRET

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 63 — TABLE — TABLEAU 63

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	3,1	4,0	5,7	4,2	4 5	5,4
Pará.....	2,7	7,3	10,5	8,9	9,7	11,4
Maranhão.....	3,2	4,0	3,8	4,2	4,6	5,4
Piauí.....	3,8	4,2	3,8	4,2	3 5	4,1
Ceará.....	10,9	11,9	13,9	13,2	14,7	17,5
Rio Grande do Norte	1,9	2,2	2,7	3,0	2 9	3,5
Paraíba.....	2 9	3,4	3,6	5 4	9,8	11,4
Pernambuco.....	37,1	45,	47,1	46,0	45,9	54,6
Alagoas.....	5 7	6,0	7,6	8,3	7,4	8,9
Segipe.....	3,9	5 7	7,4	7 7	7,3	8,6
Bahia.....	35,6	44,5	62 4	75,3	63,1	74,9
Minas Gerais.....	61,1	77,4	83,1	104,9	107 2	127,2
Espírito Santo.....	4,	5,8	5,8	9,8	9,1	10,8
Rio de Janeiro.....	22 6	23,2	24,6	31,	35.	42
Distrito Federal....	454,8	508,6	652,2	686,9	1 117,5	1 327 3
São Paulo.....	488 2	609,2	654,7	737,6	984 3	1 169 3
Paraná.....	16 1	20,2	21,9	29 9	43 0	51,0
Santa Catarina....	7,8	9,2	12,7	13 2	15 9	18,7
Rio Grande do Sul .	97 2	118,	132,4	162,2	173,7	206,6
Mato Grosso.....	3,7	3,9	4,9	5 5	7,0	8,2
Goiás.....	2,9	3,1	4,3	5,0	4,8	5,7
BRASIL.....	1 269,8	1 518,3	1 765,1	1 967,1	2 671,8	3 173,0

ALUGUÉIS
RENT — LOYER
1947 — 1952
Cr\$ 1.000.000

QUADRO 64 — TABLE — TABLEAU 64

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	14,7	14,8	17,8	20,2	21,0	21,3
Pará.....	27,6	23,3	24,4	27,8	35,4	35,5
Maranhão.....	11,5	16,1	19,8	20,9	23,9	23,9
Piauí.....	6,0	9,2	11,6	10,8	11,8	11,8
Ceará.....	53,7	69,5	73,4	78,8	100,4	133,2
Rio Grande do Norte	15,0	15,3	17,2	21,1	22,2	26,5
Paraíba.....	28,1	34,6	37,3	42,5	38,7	39,3
Pernambuco.....	72,9	94,1	113,3	123,6	141,5	164,8
Alagoas.....	12,3	15,1	17,9	20,5	26,	36,0
Sergipe.....	9,5	13,7	15,4	16,8	17,4	19,7
Bahia.....	106,7	105,9	120,1	148,8	150,2	235,1
Minas Gerais.....	304,8	314,5	409,9	533,5	528,4	766,7
Espírito Santo.....	24,3	28,8	35,7	40,2	43,6	53,7
Rio de Janeiro.....	192,5	268,0	313,4	386,0	435,	613,1
Distrito Federal....	1 137,9	1 338,6	1 675,2	1 864,3	2 217,4	2 641,5
São Paulo.....	1 917,1	2 441,3	2 925,6	4 020,3	4 591,1	5 664,3
Paraná.....	73,3	145,9	184,4	252,3	225,5	329,3
Santa Catarina.....	40,7	51,3	67,9	76,3	77,3	120,6
Rio Grande do Sul.	134,0	158,7	185,6	501,1	589,	692,0
Mato Grosso.....	16,4	22,9	23,3	26,6	27,6	31,9
Goiás.....	15,8	27,8	34,1	37,1	45,7	63,
B R A S I L.....	4 214,8	5 209,4	6 523,3	8 269,5	9 370,4	11 723,7

PRODUTO BRUTO DA AGRICULTURA

AGRICULTURAL GROSS PRODUCT — PRODUIT BRUT DE L'AGRICULTURE

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 65 — TABLE — TABLEAU 65

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas	643,9	633,2	603,3	639,1	874,1	932,5
Pará.....	523,8	573,6	448,6	624,8	774,4	830,2
Maranhão.....	511,1	603,7	570,6	851,5	1 033,4	1 304,0
Piauí.....	353,2	377,9	424,8	497,9	532,7	730,0
Ceará.....	1 229,2	1 409,3	1 690,6	2 562,3	1 877,0	2 702,3
Rio Grande do Norte	654,9	750,4	876,9	1 123,1	1 375,1	1 433,2
Paraíba.....	1 018,0	1 256,8	1 459,6	1 935,5	2 034,3	2 383,7
Pernambuco.....	1 827,4	2 209,6	2 223,1	2 995,0	3 567,1	3 476,7
Alagoas.....	656,8	736,5	841,7	944,3	1 131,8	1 248,4
Sergipe.....	333,1	387,6	459,1	434,1	25,1	822,2
Bahia	2 819,0	3 131,1	3 283,2	4 160,7	4 381,8	4 796,1
Minas Gerais.....	8 258,4	10 276,5	10 770,7	12 498,2	14 759,3	16 231,8
Espírito Santo	804,9	909,3	1 493,5	1 645,4	2 634,5	1 857,0
Rio de Janeiro.....	1 756,7	2 058,2	2 577,0	2 902,0	3 309,2	3 892,5
Distrito Federal.....	111,0	94,4	82,8	360,2	393,0	437,1
São Paulo.....	13 585,9	16 694,9	19 427,8	22 888,7	26 460,7	38 606,9
Paraná	2 775,4	3 648,3	4 335,4	6 454,9	6 955,6	9 614,5
Santa Catarina....	2 281,4	2 375,0	2 456,4	2 579,5	2 850,4	3 747,6
Rio Grande do Sul.....	5 845,5	6 140,5	7 184,1	8 082,5	8 769,2	10 903,8
Mato Grosso	513,0	851,1	700,6	682,7	838,7	1 711,9
Goiás.....	812,0	984,9	1 368,7	1 844,3	2 571,9	2 290,5
B R A S I L.....	47 314,6	55 102,8	63 278,3	76 706,7	87 849,3	104 952,9

LAVOURAS

CROPS — CULTURES

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 66 — TABLE — TABLEAU 66

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	87,4	84,6	87,8	12,1	113,5	124,7
Pará.....	183,9	194,7	204,3	217,8	253	296,9
Maranhão.....	172,8	209,0	247,6	335,1	469,2	649,2
Piauí.....	119,9	140,1	162,2	196,8	223,8	304,6
Ceará.....	802,0	923,9	1 194,2	1 912,6	1 265,0	1 940,2
Rio Grande do Norte	462,2	534,2	619,8	848,8	978,5	1 009,0
Paraíba.....	662,7	892,9	1 052,3	1 283,3	1 186,0	1 696,7
Pernambuco.....	1 346,9	1 574,4	1 579,0	2 277,5	2 757,5	2 758,5
Alagoas.....	473,9	537,5	644,1	709,2	848,8	913,7
Sergipe.....	221,0	239,6	309,9	311,6	475,0	583,1
Bahia.....	1 968,2	1 918,9	2 049,4	2 868,6	3 241,1	3 285,9
Minas Gerais.....	5 193,6	6 086,5	7 063,2	8 654,6	9 945,1	10 832,6
Espírito Santo.....	638,7	691,9	1 233,7	1 392,0	1 863,4	1 455,5
Rio de Janeiro....	902,8	1 038,3	1 468,6	1 739,4	2 038,2	2 271,0
Distrito Federal....	—	—	—	—	—	—
São Paulo.....	10 314,5	12 604,0	14 542,0	18 536,6	20 623,0	25 062,7
Paraná.....	2 032,9	2 729,0	3 267,8	5 450,7	5 486,9	7 767,7
Santa Catarina.....	1 294,8	1 414,0	1 437,5	1 452,0	1 490,1	2 175,1
Rio Grande do Sul.	3 767,9	4 527,8	4 991,9	5 207,1	5 111,9	6 745,3
Mato Grosso.....	266,7	300,1	416,3	426,6	452,2	597,8
Goiás.....	531,5	630,5	780,3	1 124,6	1 273,6	1 612,8
BRASIL....	31 444,3	37 271,9	43 352,5	55 037,3	60 096,6	72 083,0

PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS

ANIMAL PRODUCTION AND BY PRODUCTS — ÉLEVAGE ET PRODUITS DERIVÉS

1947 — 1952

Cr\$ 1.000.000

QUADRO 67 — TABLE — TABLEAU 67

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	106,0	115,8	98,2	107,3	163,1	216,7
Pará.....	143,7	200,4	69,9	180,8	119,1	219,3
Maranhão.....	128,8	174,6	122,9	274,6	279,7	359,2
Piauí.....	74,7	90,7	110,3	107,8	107,7	200,7
Ceará.....	274,0	320,8	343,1	442,2	329,0	507,9
Rio Grande do Norte	131,4	149,6	196,7	194,9	303,9	331,0
Paraíba.....	146,7	176,4	210,0	248,7	375,0	271,5
Pernambuco.....	416,5	565,1	576,3	638,5	715,0	623,4
Alagoas.....	106,9	141,7	120,4	149,3	186,2	232,1
Sergipe.....	99,7	137,5	137,5	108,6	234,2	222,5
Bahia.....	543,7	866,8	890,7	890,8	655,7	1 020,5
Minas Gerais.....	1 998,3	3 059,8	2 561,9	2 578,9	3 366,3	3 842,5
Espírito Santo.....	106,1	157,2	199,5	187,7	693,5	315,2
Rio de Janeiro....	704,7	870,6	955,1	989,6	1 079,6	1 419,1
Distrito Federal....	111,0	94,4	82,8	360,2	393,0	437,1
São Paulo.....	2 832,8	3 657,4	4 429,1	3 844,7	5 258,1	7 914,9
Paraná.....	327,9	548,1	645,3	578,0	955,7	1 253,2
Santa Catarina....	556,3	508,6	593,9	666,8	809,3	947,1
Rio Grande do Sul..	1 688,0	1 217,7	1 777,2	2 419,	3 112,9	3 547,9
Mato Grosso.....	200,9	510,1	242,7	199,9	319,0	1 047,9
Goiás.....	252,2	327,4	553,6	679,6	1 252,1	627,4
BRASIL.....	10 950,3	13 890,5	14 917,1	15 848,4	20 708,1	25 557,1

PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL
FORESTRY AND OTHERS — PRODUCTION EXTRACTIVE VÉGÉTALE
1947 — 1952
Cr\$ 1.000.000

QUADRO 68 — TABLE — TABLEAU 68

UNIDADES FEDERADAS STATES — ÉTATS	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Amazonas.....	450,5	432,8	417,3	439,4	597,5	591,1
Pará.....	196,2	178,5	174,4	226,2	401,5	314,0
Maranhão.....	209,5	220,1	200,1	241,8	284,5	295,6
Piauí.....	158,6	147,1	152,3	193,3	201,2	224,7
Ceará.....	153,2	164,6	153,3	207,5	283,0	254,2
Rio Grande do Norte	61,3	66,6	60,4	79,4	92,7	93,2
Paraíba.....	208,6	187,5	197,3	403,5	473,3	415,5
Pernambuco.....	64,0	70,1	67,8	79,0	94,6	94,8
Alagoas.....	76,0	57,3	76,4	85,8	96,8	102,6
Sergipe.....	12,4	10,	11,7	13,9	15,	16,6
Bahia.....	307,1	345,4	343,1	401,3	485,0	489,7
Minas Gerais....	1 066,5	1 130,2	1 145,6	1 264,7	1 447,9	1 556,7
Espírito Santo....	60,1	60,2	60,3	65,7	77,6	86,3
Rio de Janeiro....	149,2	149,3	153,3	173,0	191,4	202,4
Distrito Federal....	—	—	—	—	—	—
São Paulo.....	438,6	433,5	453,7	507,4	579,6	629,3
Paraná.....	414,6	371,	422,3	426,2	513,0	593,6
Santa Catarina....	430,3	452,4	425,0	460,7	551,0	625,4
Rio Grande do Sul.	389,6	395,2	415,0	455,9	544,4	610,6
Mato Grosso.....	45,4	40,9	41,6	54,2	67,5	66,2
Goiás	28,3	27,0	34,8	40,1	46,2	50,3
BRASIL....	4 920,0	4 940,4	5 008,7	5 821,0	7 044,6	7 312,8

RENDAS NACIONAL POR RAMOS DE ATIVIDADE

ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL DO BRASIL POR RAMO DE ATIVIDADE

ESTIMATES OF NATIONAL INCOME OF BRAZIL BY SECTORS OF ACTIVITY

ESTIMATIONS DU REVENU NATIONAL DU BRÉSIL PAR BRANCHE D'ACTIVITÉ

197 — Cr\$ 1.000.000

QUADRO 69 — TABLE — TABLEAU 69

UNIDADES FEDERADAS	Agricultura	Comércio	Indústria	Serviços	Transportes e comunicações Transports and communications Transports et communications	Intermediários Financeiros Intermediaries Financières I	Aluguéis	Govérno		Suplemento a salários e ordenados Supplement to wages and salaries II	Suplemento de traitements et salaires	TOTAL
STATES	Agriculture	Trade	Industry	Services			Rent	Government	Subtotal			
ÉTATS	Agriculture	Commerce	Industrie	Services			Loyer	Gouvernement				
Amazonas.....	643,0	201,0	97,2	130,4	116,0	12,7	14,7	96,0	1 371,9	5,8	1 877,7	
Pará.....	523,8	410,9	187,8	254,6	218,3	26,8	27,6	181,9	1 826,5	11,6	1 838,1	
Maranhão.....	511,1	317,8	111,5	222,2	85,4	12,9	11,5	76,5	1 348,9	4,0	1 852,9	
Piauí.....	363,2	226,2	52,8	140,9	87,9	10,3	6,0	47,7	875,0	3,9	878,9	
Ceará.....	1 229,2	719,7	403,1	500,9	157,2	35,9	53,7	171,5	3 330,7	12,4	3 348,1	
Rio Grande do Norte.....	664,9	257,8	87,1	178,2	71,2	9,0	15,0	125,6	1 398,8	5,9	1 404,7	
Pernambuco.....	1 018,0	424,2	178,8	260,9	75,4	14,4	28,1	82,0	2 081,8	7,0	2 088,8	
Pernambuco.....	1 827,4	1 279,4	907,0	945,5	370,9	77,3	72,9	352,4	5 832,8	41,8	5 874,6	
Alagoas.....	656,8	245,7	191,4	183,0	57,3	12,0	12,3	55,3	1 418,8	6,7	1 420,5	
Sergipe.....	333,1	203,2	140,0	183,7	59,3	10,6	9,5	46,1	955,5	4,8	960,3	
Bahia.....	2 819,0	1 314,4	836,1	1 091,5	398,2	69,3	106,7	346,0	6 982,1	32,8	7 014,9	
Minas Gerais.....	8 258,4	1 882,5	2 017,4	2 708,8	820,5	211,2	304,8	683,4	16 887,0	66,6	16 958,6	
Espírito Santo.....	804,9	234,7	151,1	209,8	112,4	17,4	24,8	34,4	1 639,0	8,9	1 647,0	
Rio de Janeiro.....	1 750,7	701,5	1 618,6	1 023,4	590,0	72,5	192,5	495,9	6 512,7	52,8	6 565,5	
Distrito Federal.....	111,0	3 061,1	5 403,8	4 270,5	2 641,5	977,1	1 187,9	3 074,0	21 270,9	315,7	21 592,0	
São Paulo.....	13 585,9	5 555,6	11 303,1	7 140,2	4 244,9	808,1	1 917,1	2 104,3	46 714,5	431,8	47 146,3	
Paraná.....	2 775,4	620,6	889,3	639,6	346,5	60,8	73,3	302,5	5 708,0	31,0	5 789,0	
Santa Catarina.....	2 281,4	438,1	801,2	398,6	284,9	25,9	40,7	129,6	4 400,4	20,0	4 426,4	
Rio Grande do Sul.....	5 845,5	1 825,1	2 343,8	1 970,2	944,0	197,5	134,0	945,7	14 205,8	95,1	14 300,9	
Mato Grosso.....	518,0	139,0	88,6	116,8	106,0	14,1	16,4	109,5	1 101,8	8,0	1 104,8	
Goiás.....	812,0	188,8	106,6	208,9	65,8	12,1	15,8	51,4	1 460,4	2,5	1 462,9	
BRASIL.....	47 514,6	20 966,8	27 911,3	22 807,5	11 805,7	2 682,7	4 214,8	9 622,9	147 324,3	1 170,1	148 494,4	

ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL DO BRASIL POR RAMO DE ATIVIDADE
ESTIMATES OF NATIONAL INCOME OF BRAZIL BY SECTORS OF ACTIVITY
ESTIMATIONS DU REVENU NATIONAL DU BRÉSIL PAR BRANCHES D'ACTIVITÉ
1948 — Cr\$ 1.000.000

QUADRO 70 — TABLE — TABLEAU 70

UNIDADES FEDERADAS STATES ÉTATS	Agricultura Agriculture	Comércio Trade	Indústria Industry	Serviços Services	Transportes e comunicações Transports and communications Transportes et communications	Intermediários Financeiros Financial intermediaries Intermédiaires financiers	Aluguéis Rent	Governo Government	Subtotal	Suplemento a salários e ordenados Supplement to wages and salaries Supplément de traitements et salaires	TOTAL
	Agriculture	Commerce	Industry	Services	Transportes e comunicações Transports and communications Transportes et communications	Intermediários Financeiros Financial intermediaries Intermédiaires financiers	Rent	Government			
	Agriculture	Commerce	Industry	Services	Transportes e comunicações Transports and communications Transportes et communications	Intermediários Financeiros Financial intermediaries Intermédiaires financiers	Loyer	Gouvernement			
Amazonas.....	633,2	262,9	95,6	134,8	120,1	13,3	14,8	124,5	1 399,2	5,9	1 405,1
Pará.....	573,6	480,4	213,8	283,4	234,9	32,0	23,3	208,2	2 049,4	12,4	2 061,8
Maranhão.....	603,7	350,2	118,8	239,8	99,0	14,6	16,1	82,0	1 524,2	6,4	1 530,6
Piauí.....	377,9	246,0	60,9	145,7	41,0	11,0	9,2	57,7	950,3	3,6	953,9
Ceará.....	1 409,3	778,8	382,1	583,5	176,5	39,6	69,5	213,6	3 652,9	14,3	3 667,2
Rio Grande do Norte.....	750,4	277,9	102,8	188,8	82,5	10,1	15,3	189,3	1 587,1	6,6	1 573,7
Paraíba.....	1 256,8	448,3	197,8	273,1	82,7	15,8	34,6	93,8	2 402,9	8,1	2 411,0
Pernambuco.....	2 209,6	1 328,0	1 077,1	1 009,7	407,1	82,1	94,1	415,5	6 023,2	46,1	6 089,3
Alagoas.....	736,5	251,9	215,1	191,3	65,9	12,7	15,1	67,4	1 555,9	7,5	1 563,4
Sergipe.....	387,6	210,5	145,1	160,7	69,2	12,3	18,7	53,2	1 058,3	5,6	1 063,6
Bahia.....	3 131,1	1 397,0	894,6	1 154,7	432,5	75,3	105,0	426,6	7 617,7	37,4	7 665,1
Minas Gerais.....	10 276,5	1 956,3	2 265,8	2 827,5	884,0	226,5	314,5	860,1	19 611,2	77,0	19 688,2
Espírito Santo.....	909,3	250,8	164,4	219,3	134,0	19,0	28,8	100,2	1 825,8	9,9	1 835,7
Rio de Janeiro.....	2 058,2	820,4	1 623,8	1 068,6	625,3	78,4	268,0	561,0	7 104,6	56,5	7 161,1
Distrito Federal.....	94,4	4 020,9	5 825,8	4 506,0	2 831,3	1 002,4	1 338,6	3 889,8	23 575,2	346,9	23 922,1
São Paulo.....	16 694,9	5 816,9	12 160,7	7 418,2	4 002,2	858,2	2 441,8	2 494,2	52 481,6	479,5	52 961,1
Paraná.....	8 648,3	641,9	888,4	659,4	380,8	64,2	145,9	335,9	6 704,8	34,8	6 799,6
Santa Catarina.....	2 375,0	462,5	838,4	418,7	314,3	28,1	51,3	161,0	4 644,8	30,3	4 674,6
Rio Grande do Sul.....	6 140,5	1 956,9	2 070,4	2 070,2	959,6	218,0	158,7	1 068,7	15 250,0	108,1	15 364,1
Mato Grosso.....	851,1	145,4	90,6	126,9	122,9	14,0	22,9	132,0	1 507,6	8,7	1 511,3
Goldá.....	984,9	204,0	108,2	225,3	76,3	18,1	27,8	66,0	1 705,6	8,1	1 708,5
BRASIL.....	56 102,8	22 519,9	30 149,0	25 904,5	12 742,9	2 896,6	5 209,4	11 552,5	164 877,6	1 303,7	166 181,5

ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL DO BRASIL POR RAMO DE ATIVIDADE
ESTIMATES OF NATIONAL INCOME OF BRAZIL BY SECTORS OF ACTIVITY
ESTIMATIONS DU REVENU NATIONAL DU BRÉSIL PAR BRANCHE D'ACTIVITÉ
1949 — Cr\$ 1.000.000

QUADRO 71 — TABLE — TABLEAU 71

UNIDADES FEDERADAS STATES ÉTATS	Agricultura' Agriculture	Comércio Trade	Indústria Industry	Serviços Services	Transportes e comunicações Transports and communications Transportes et communications	Intermediários Financeiros Financial intermediaries Intermédiaires financiers	Aluguéis Rent	Govérno Government	Subtotal	Suplemento a salários e ordenados Supplement to wages and salaries Supplément de traitements et de salaires	TOTAL
	Agriculture	Commerce	Industry	Services			Rent	Government			
							Loyer	Gouvernement			
Amazonas.....	603,3	291,4	110,2	147,0	148,2	14,2	17,8	142,6	1 480,7	7,5	1 488,2
Pará.....	448,6	538,1	231,3	322,4	180,9	34,4	24,4	248,0	2 128,1	13,6	2 141,7
Maranhão.....	570,8	402,4	134,7	270,6	114,5	15,3	19,8	101,8	1 635,7	8,0	1 643,7
Piauí.....	424,8	273,8	65,6	107,6	52,0	11,3	11,6	67,5	1 075,1	3,5	1 078,6
Ceará.....	1 090,6	820,3	442,3	641,0	199,0	30,5	73,4	275,3	4 181,4	16,6	4 198,0
Rio Grande do Norte.....	876,9	301,8	102,2	202,2	93,5	11,2	17,2	169,7	1 774,7	8,1	1 782,8
Paraíba.....	1 459,6	502,7	222,4	311,5	98,4	17,0	37,3	115,8	2 704,7	9,4	2 774,1
Pernambuco.....	2 223,1	1 510,5	1 175,3	1 159,2	402,7	88,3	113,3	487,7	7 220,1	53,9	7 280,0
Alagoas.....	841,5	300,0	269,1	230,5	72,6	13,2	17,9	81,8	1 820,6	9,2	1 835,8
Sergipe.....	459,1	237,5	158,6	180,7	76,7	12,1	15,4	61,3	1 201,4	6,5	1 207,9
Bahia.....	3 283,2	1 560,6	1 070,3	1 318,9	596,7	81,7	120,1	504,4	8 484,9	46,8	8 530,7
Minas Gerais.....	10 770,7	2 127,0	2 002,9	3 080,6	1 130,0	259,9	409,9	805,0	21 254,9	97,0	21 351,9
Espírito Santo.....	1 493,6	281,0	191,4	245,6	170,6	21,8	35,7	126,5	2 600,0	11,4	2 577,4
Rio de Janeiro.....	2 577,0	910,3	1 863,4	1 170,5	790,2	88,9	313,4	727,9	8 431,0	68,6	8 500,2
Distrito Federal.....	82,8	4 504,6	6 441,1	4 989,8	3 396,3	1 190,0	1 075,2	4 939,6	27 316,4	432,3	27 747,7
São Paulo.....	19 427,8	6 487,5	14 500,1	8 014,5	5 514,5	985,0	2 925,6	2 667,8	60 891,8	601,8	61 193,0
Paraná.....	4 335,4	716,3	997,5	723,3	477,4	76,7	184,4	395,2	7 906,2	43,9	7 950,1
Santa Catarina.....	2 456,4	472,0	910,3	418,8	353,0	31,4	67,9	200,2	4 911,5	36,9	4 948,4
Rio Grande do Sul.....	7 184,1	2 028,7	2 788,8	2 179,2	1 151,8	233,1	185,6	1 268,1	16 999,4	128,8	17 128,2
Mato Grosso.....	700,6	161,7	109,6	143,4	140,0	15,6	23,8	154,7	1 448,9	4,3	1 453,2
Goiás.....	1 868,7	223,5	181,7	251,6	94,1	13,8	34,1	61,0	2 198,6	8,6	2 202,1
BRASIL.....	63 278,3	24 748,6	34 572,8	26 183,7	15 354,6	3 260,4	6 523,3	13 681,9	187 403,6	1 610,7	189 014,3

ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL DO BRASIL POR RAMO DE ATIVIDADE

ESTIMATES OF NATIONAL INCOME OF BRAZIL BY SECTORS OF ACTIVITY
 ESTIMATIONS DU REVENU NATIONAL DU BRÉSIL PAR BRANCHE D'ACTIVITÉ

1950 — Cr\$ 1.000.000

QUADRO 72 — TABLE — TABLEAU 72

UNIDADES FEDERADAS	Agricultura	Comércio	Indústria	Serviços	Transportes e comunicações	Intermediários financeiros	Aluguéis	Govêrno		Suplemento a salários e ordenados	TOTAL
STATES	<i>Agriculture</i>	<i>Trade</i>	<i>Industry</i>	<i>Services</i>	<i>Transports and communications</i>	<i>Financial intermediaries</i>	<i>Rent</i>	<i>Government</i>	<i>Subtotal</i>	<i>Supplement to wages and salaries</i>	
ÉTATS	<i>Agriculture</i>	<i>Commerce</i>	<i>Industrie</i>	<i>Services</i>	<i>Transports et communications</i>	<i>Intermédiaires financières</i>	<i>Loyer</i>	<i>Gouvernement</i>		<i>Supplément de traitements et salaires</i>	
Amazonas.....	630,1	303,3	122,0	104,7	107,1	18,7	20,2	150,0	1 505,0	9,2	1 604,8
Pará.....	624,8	572,1	240,4	335,8	308,8	43,0	27,8	261,0	2 420,6	16,2	2 436,8
Maranhão.....	851,5	441,0	143,7	301,5	125,8	17,8	20,0	107,3	2 009,6	9,1	2 018,6
Piauí.....	497,9	306,8	74,4	188,2	58,3	11,3	10,8	74,6	1 222,3	4,2	1 226,5
Ceará.....	2 562,3	905,6	480,2	681,9	218,4	40,1	78,8	201,0	5 204,3	20,8	5 285,1
Rio Grande do Norte.....	1 123,1	321,0	123,3	227,1	105,5	12,2	21,1	175,7	2 113,9	9,6	2 123,5
Paraíba.....	1 935,5	557,8	229,8	340,0	107,8	10,3	42,5	129,6	3 371,3	10,2	3 381,5
Pernambuco.....	2 895,0	1 640,4	1 314,7	1 250,6	480,2	100,7	123,6	512,8	8 442,0	64,9	8 506,9
Alagoas.....	944,3	305,2	283,1	227,7	67,8	14,4	20,5	91,7	1 954,7	10,3	1 965,0
Sergipe.....	434,1	207,3	177,3	206,1	79,1	13,6	10,8	70,1	1 204,3	7,2	1 271,5
Bahia.....	4 100,7	1 720,5	1 237,7	1 407,2	602,4	101,5	148,8	540,7	9 979,5	58,6	10 038,1
Minas Gerais.....	12 498,2	2 235,0	2 927,0	3 215,0	1 207,7	319,1	533,5	1 024,9	23 981,3	114,8	24 076,1
Espírito Santo.....	1 645,4	305,1	214,1	202,5	197,1	26,3	40,2	140,1	2 830,8	14,8	2 845,6
Rio de Janeiro.....	2 902,0	991,3	2 005,6	1 267,2	871,0	97,0	386,0	701,3	9 341,4	79,9	9 421,3
Distrito Federal.....	360,2	5100,2	7 745,4	5 741,2	3 857,0	1 485,2	1 804,3	5 447,7	31 601,8	531,3	32 133,1
São Paulo.....	22 888,7	7 015,9	16 882,2	8 563,6	5 082,9	1 241,4	4 020,3	3 905,2	70 500,2	727,7	71 227,9
Paraná.....	6 454,0	832,1	1 105,0	840,9	529,7	100,6	252,3	484,9	10 690,4	50,5	10 755,9
Santa Catarina.....	2 570,5	534,8	692,2	469,5	396,3	88,9	76,3	237,5	5 324,0	43,2	5 367,2
Rio Grande do Sul.....	8 082,5	2 275,8	3 106,9	2 405,0	1 270,8	277,7	501,1	1 406,9	10 320,7	152,9	10 479,6
Mato Grosso.....	682,7	181,6	114,0	154,7	175,6	16,7	26,6	104,7	1 516,6	5,8	1 522,4
Goiás.....	1 844,8	244,1	151,2	283,9	105,3	17,1	37,1	102,1	2 785,1	5,8	2 790,4
BRASIL.....	76 706,7	27 061,8	39 828,0	28 621,3	16 923,2	4 024,5	8 269,6	16 090,3	217 525,3	1 952,5	219 477,8

ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL DO BRASIL POR RAMO DE ATIVIDADE
ESTIMATES OF NATIONAL INCOME OF BRAZIL BY SECTORS OF ACTIVITY
ESTIMATIONS DU REVENU NATIONAL DU BRÉSIL PAR BRANCHES D'ACTIVITÉ
1951 — Cr\$ 1.000.000

QUADRO 73 — TABLE — TABLEAU 73

UNIDADES FEDERADAS STATES ÉTATS	Agricultura	Comércio	Indústria	Serviços	Transportes e comunicações Transports and communications Transportes et communications	Intermediários financeiros Financial intermediaries Intermédiaires financières	Aluguéis	Govêrno	Subtotal	Suplemento a salários e ordenados Supplement to wages and salaries Supplément de traitements et salaires	TOTAL
	Agriculture	Trade	Industry	Services	Transports and communications	Financial intermediaries	Rent	Government			
	Agriculture	Commerce	Industrie	Services	Transportes et communications	Intermédiaires financières	Loyer	Gouvernement			
Amazonas.....	874,1	352,4	147,0	180,7	183,0	24,3	21,0	186,0	1 968,5	12,4	1 980,9
Pará.....	774,4	683,6	290,7	393,0	357,0	59,3	35,4	312,2	2 905,8	20,4	2 926,0
Maranhão.....	1 033,4	489,9	155,1	331,8	131,3	21,8	23,9	130,5	2 317,7	10,2	2 327,9
Piauí.....	532,7	378,8	91,8	233,0	67,1	14,2	11,8	89,8	1 419,8	4,8	1 424,6
Ceará.....	1 877,0	1 096,3	525,5	823,2	249,8	57,9	100,4	315,6	5 045,7	26,0	5 071,7
Rio Grande do Norte.....	1 375,1	370,0	150,5	262,8	123,9	16,0	22,2	222,4	2 542,9	13,5	2 556,4
Paraíba.....	2 034,3	654,8	299,1	419,6	145,5	25,8	38,7	143,0	3 701,2	14,0	3 775,2
Pernambuco.....	3 567,1	1 927,7	1 603,1	1 507,0	599,7	188,5	141,5	731,3	10 215,9	86,6	10 302,5
Alagoas.....	1 131,8	350,8	291,4	209,1	95,2	18,6	20,4	113,6	2 290,8	13,4	2 310,2
Sergipe.....	725,1	292,0	101,2	222,2	86,6	17,2	17,4	82,2	1 634,5	8,9	1 643,4
Bahia.....	4 381,8	1 958,5	1 387,1	1 055,4	624,3	131,0	150,2	706,9	10 975,2	68,9	11 044,1
Minas Gerais.....	14 760,3	2 585,0	3 409,0	3 020,2	1 400,2	443,0	528,4	1 180,6	27 938,3	143,5	28 081,8
Espírito Santo.....	2 634,5	347,7	249,9	301,9	234,8	35,4	43,6	155,9	4 003,7	18,7	4 022,4
Rio de Janeiro.....	3 306,2	1 108,6	2 349,1	1 307,5	966,9	128,2	435,6	932,0	10 027,9	106,0	10 733,9
Distrito Federal.....	893,0	6 122,2	9 501,2	6 801,6	4 479,2	2 072,4	2 217,4	6 254,0	37 841,0	622,4	38 463,4
São Paulo.....	26 460,7	8 928,1	22 402,7	10 575,1	7 128,4	1 777,3	4 591,1	4 391,9	86 315,3	947,9	87 263,2
Paraná.....	6 955,8	1 034,3	1 522,9	1 029,1	688,1	154,8	225,5	650,1	12 260,4	66,4	12 326,8
Santa Catarina.....	2 850,4	601,8	1 170,9	514,8	456,4	48,4	77,3	263,3	5 983,8	57,8	6 040,6
Rio Grande do Sul.....	8 769,2	2 618,3	3 665,1	2 615,6	1 513,8	382,7	589,4	1 645,6	21 799,7	190,6	21 990,2
Mato Grosso.....	838,7	198,1	188,9	165,9	101,0	20,0	27,6	214,1	1 794,3	7,6	1 801,9
Goiás.....	2 571,9	292,7	164,1	334,5	112,8	22,1	45,7	112,3	3 656,1	6,0	3 662,1
BRASIL.....	87 849,3	32 392,3	49 746,3	33 660,6	19 841,0	5 608,9	9 370,4	18 835,0	257 305,8	2 445,4	259 749,2

ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL DO BRASIL POR RAMO DE ATIVIDADE
ESTIMATES OF NATIONAL INCOME OF BRAZIL BY SECTORS OF ACTIVITY
ESTIMATIONS DU REVENU NATIONAL DU BRÉSIL PAR BRANCHE D'ACTIVITÉ
1952 — Cr\$ 1.000.000

QUADRO 74 — TABLE — TABLEAU 74

UNIDADES FEDERADAS STATES ÉTATS	Agricultura	Comércio	Indústria	Serviços	Transportes e comunicações Transports and communications Transport et communications	Intermediários Financeiros Financial intermediaries Intermédiaires financiers	Aluguéis	Govêrno	Subtotal	Suplementos salariais e ordenados Supplement to wages and salaries Supplément de traitements et salaires	TOTAL
	Agriculture	Trade	Industry	Services			Rent	Government			
	Agriculture	Commerce	Industrie	Services			Loyer	Gouvernement			
Amazonas.....	932,5	425,0	184,2	213,0	214,7	27,8	21,3	190,8	2 218,9	13,7	2 232,0
Pará.....	830,2	778,7	346,7	430,5	454,2	70,4	35,5	335,5	3 291,7	31,3	3 323,0
Maranhão.....	1 304,0	528,5	174,7	367,1	153,9	26,7	23,0	143,6	2 712,4	12,8	2 725,2
Piauí.....	730,0	420,8	110,8	238,7	75,6	10,3	11,8	81,9	1 688,9	6,5	1 695,4
Ceará.....	2 702,3	1 191,9	666,2	971,3	281,5	68,0	133,2	345,2	6 350,6	31,9	6 391,5
Rio Grande do Norte.....	1 433,2	443,8	172,1	302,3	148,0	20,3	20,5	204,5	2 810,7	13,3	2 824,0
Paraíba.....	2 383,7	730,1	338,7	439,3	102,0	31,8	39,3	172,1	4 306,0	16,5	4 322,5
Pernambuco.....	3 470,7	2 240,1	1 705,9	1 729,2	701,6	158,4	104,8	707,2	10 970,0	88,0	11 004,9
Alagoas.....	1 248,4	411,6	817,7	340,0	103,5	20,2	30,0	134,8	2 612,2	14,9	2 627,1
Sergipe.....	822,2	343,8	226,8	260,0	98,0	20,3	10,7	90,0	1 881,7	10,2	1 891,9
Bahia.....	4 796,1	2 210,5	1 038,0	1 913,9	740,2	154,0	235,1	771,4	12 405,2	83,7	12 548,9
Minas Gerais.....	16 281,8	3 143,8	4 262,4	4 656,7	1 594,0	502,8	766,7	1 283,5	82 442,6	180,7	82 629,3
Espírito Santo.....	1 857,0	433,2	310,0	377,0	269,7	41,4	53,7	183,2	3 532,1	23,0	3 555,1
Rio de Janeiro.....	8 892,6	1 408,7	3 041,3	1 879,1	1 094,3	145,2	613,1	1 040,9	13 115,1	120,1	13 244,2
Distrito Federal.....	437,1	7 257,3	11 908,0	8 280,7	5 205,7	2 388,1	2 041,5	6 704,0	44 878,0	804,3	45 082,3
São Paulo.....	33 600,9	10 902,7	20 632,1	13 080,3	8 039,4	2 275,2	5 604,3	5 051,0	105 857,9	1 152,7	107 010,6
Paraná.....	9 614,6	1 170,5	1 701,0	1 120,5	838,4	198,3	329,3	708,7	15 838,1	90,0	15 928,1
Santa Catarina.....	3 747,6	724,1	1 340,1	613,7	630,9	60,0	120,6	300,0	7 440,3	03,4	7 512,7
Rio Grande do Sul.....	10 903,8	3 047,1	4 399,5	2 968,7	1 739,5	501,0	692,0	1 873,2	26 124,8	287,1	26 381,9
Mato Grosso.....	1 711,9	251,6	175,4	212,2	202,4	28,1	31,9	239,6	2 853,1	9,3	2 862,4
Goiás.....	2 290,5	379,2	217,3	426,0	140,8	29,4	63,6	123,9	3 676,0	8,4	3 685,0
BRASIL.....	104 952,9	38 465,6	59 937,7	40 626,1	23 397,6	6 786,7	11 723,7	21 001,5	307 091,8	3 026,8	310 118,6

**ESTIMATIVA DO INVESTIMENTO BRUTO
E LÍQUIDO NO BRASIL**

1947-1952

INVESTIMENTO BRUTO E LÍQUIDO NO BRASIL

GROSS AND NET INVESTMENT IN BRASIL — INVESTISSEMENT BRUT ET NET DANS LE BRÉSIL
 1947 — 1952
 Cr\$ 1.000.000

QUADRO 75 — TABLE — TABLEAU 75

DISCRIMINAÇÃO SPECIFICATION — SPÉCIFICATION	1947	1948	1949	1950	1951	(*) 1952
I — INVESTIMENTO PÚBLICO BRUTO <i>Gross Public Investment</i> <i>Investissement Public Brut</i>	3 789	5 372	7 614	9 981	9 612	15 847
a) Construções Públicas..... <i>Public Construction</i> <i>Travaux Publics</i>	2 779	4 080	5 688	7 663	8 356	9 547
b) Equipamentos e Instalações..... <i>Equipment and Installations</i> <i>Équipement</i>	1 010	1 292	1 926	2 318	1 256	1 878
c) Variação de Estoques..... <i>Changes in Inventories</i> <i>Variations dans les Stocks</i>	—	—	—	—	—	(**) 4 427
II — INVESTIMENTO PRIVADO BRUTO <i>Gross Private Investment</i> <i>Investissement Brut dans le Pays</i>	22 286	20 306	27 797	27 572	41 987	45 499
a) Equipamentos e Maquinaria..... <i>Producers' durable equipment</i> <i>Équipement</i>	11 899	11 977	13 531	16 167	22 521	25 550
b) Novas Construções..... <i>New Construction</i> <i>Construction d'immeubles</i>	10 125	9 822	10 212	11 283	15 037	18 854
c) Variação de Estoques(**) <i>Changes in Inventories</i> <i>Variations dans les Stocks..</i>	262	-1 493	4 054	122	4 429	1 095
III — INVESTIMENTO BRUTO NO PAÍS (I+II)..... <i>Gross Domestic Investment</i> (I+II) <i>Investissement Brut dans le</i> <i>Pays (I+II)</i>	26 075	25 678	35 411	37 553	51 599	61 346
IV — MENOS: RESERVAS PARA DEPRECIAÇÃO..... <i>Less: Depreciation</i> <i>Moins: Dépréciation</i>	- 9 376	-10 458	-12 404	-13 389	-14 934	(****) -17 600
V — INVESTIMENTO LÍQUIDO NO PAÍS (III-IV)..... <i>Net Domestic Investment</i> (III-IV) <i>Investissement Net dans le Pays</i> (III-IV)	16 699	15 220	23 007	24 164	36 665	43 377
VI — INVESTIMENTO LÍQUIDO NO EXTERIOR..... <i>Net Foreign Investment</i> <i>Investissement net à l'Extérieur</i>	-2 834	- 846	-2 104	2 246*	-6 907	(****)- 12 002

(*) Estimativa da Equipe da Renda Nacional — *Estimate of the Equipe da Renda Nacional — Estimation de l'Equipe da Renda Nacional.*

(**) Estoques de algodão e lã comprados pelo Banco do Brasil por autorização do Governo Federal — *Purchase of stocks of cotton and wool by the Banco do Brasil authorized by the Federal Government — Stocks de coton et de laine achetés par le Banque du Brésil s'autorisée du Gouvernement Fédéral.*

(***) Exclui a estimativa do investimento em plantações de café — *Estimate of investments in coffee plantations excluded — Exceptée l'estimation des investissements dans la culture du café.*

(****) Estimado segundo a relação entre montante das depreciações e Produto Nacional Líquido em 1951 — *Estimate made through the relationship between the amount of the depreciations and Net National Product in 1951 — L'estimation a été faite selon le rapport entre le total des dépréciations et le Produit National Net pour 1951.*

(*****) Segundo dados preliminares não ajustados à paridade oficial, constantes do Relatório do Banco do Brasil, 1952, pág. 330 — *According to preliminary data not yet adjusted to the official parity. Sources: Relatório do Banco do Brasil, 1952, p. 330. — Selon des données préliminaires non ajustées, jusqu'à présent, à la parité officielle. Source: Relatório do Banco do Brasil, 1952, p. 330.*

INVESTIMENTO PÚBLICO BRUTO
GROSS PUBLIC INVESTMENT — INVESTISSEMENT PUBLIC BRUT
1952
Cr\$ 1.000.000

QUADRO 76 — TABLE — TABLEAU 76

DISCRIMINAÇÃO SPECIFICATION SPÉCIFICATION	União <i>Federal Government</i> <i>Gouvernement Fédéral</i>	Estados <i>States</i> <i>États</i>	Municípios <i>Municipalities</i> <i>Municipalités</i>	TOTAL
Construções..... <i>Construction</i> <i>Travaux Publiques</i>	4 559	3 760	1 029	9 348
Equipamentos e Instalações. <i>Equipment and Installations</i> <i>Equipement</i>	1 373	33	163	1 873
Estudos, projetos, prospecção, sondagens..... <i>Studies, projects and soil research</i> <i>Etudes, projets, prospection et recherches du sol</i>	188	11	—	199
Variação de estoques (*). . . <i>Changes in inventories</i> <i>Variations dans les stocks</i>	4 427	—	—	4 427
T O T A L	10 547	4 108	1 192	15 847

FONTE — SOURCE: Equipe da Renda Nacional.

(*) Estoques de algodão e lã comprados pelo Banco do Brasil por autorização do Governo Federal.
Purchase of stocks of cotton and wool by the Banco do Brasil authorized by the Federal Government.
Stocks de coton et de laine achetés par le Banque du Brésil s'autorisés du Gouvernement Fédéral.

INVESTIMENTO PÚBLICO BRUTO
GROSS PUBLIC INVESTMENT — INVESTISSEMENT PUBLIC BRUT
1952 — Cr\$ 1.000

QUADRO 77 — TABLE — TABLEAU 77

ESPECIFICAÇÃO SPECIFICATION SPÉCIFICATION	União Federal Government Gouvernement Fédéral	Estados States États	Municípios Municipal- ties Municipalités	TOTAL
I — CONSTRUÇÕES.....	4 559 530	3 760 018	1 028 729	9 348 277
<i>Construction</i>				
<i>Construction</i>				
1. Rodovias.....	1 893 363	1 549 802
<i>Highways</i>				
<i>Routes</i>				
2. Ferrovias.....	1 220 012	40 000
<i>Railways</i>				
<i>Chemins de fer</i>				
3. Açudes, barragens, etc.....	205 192	33 072
<i>Dams</i>				
<i>Barrages</i>				
4. Portos, canais, dragagem, etc.....	232 287	7 858
<i>Ports, canals</i>				
<i>Portos, canais, dragages, etc.</i>				
5. Construções com finalidade social.....	558 530	566 379
<i>Construction for social welfare purposes</i>				
<i>Construction pour des buts sociaux</i>				
a) Universidades, escolas, etc.....	260 247	212 363
<i>School buildings</i>				
<i>Universités, écoles</i>				
b) Hospitais, clínicas, postos de saúde, etc.....	82 370	163 120
<i>Hospitals, clinics and health service</i>				
<i>Hôpitaux, cliniques</i>				
c) Saneamento, serviços de água e esgotos, luz, etc.....	215 904	190 896
<i>Public utilities</i>				
<i>Services publics</i>				
6. Outras.....	450 146	1 562 907
<i>Others</i>				
<i>Autres</i>				
II — EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES.....	1 373 116	337 334	162 634	1 873 084
<i>Equipment and installations</i>				
<i>Équipement et outillage</i>				
1. Ferrovias.....	117 503	80
<i>Railways</i>				
<i>Chemins de fer</i>				
2. Açudes, barragens, etc.....	11 999	1 000
<i>Dams</i>				
<i>Barrages</i>				
3. Portos, canais, dragagem, etc.....	23 378	7 205
<i>Ports, canals</i>				
<i>Portos, canais, dragages, etc.</i>				
4. Equipamento agrícola.....	18 776	58 982
<i>Agricultural equipment</i>				
<i>Équipement agricole</i>				
5. Indústria petroliera.....	50 000
<i>Oil industry</i>				
<i>Industrie pétrolière</i>				
6. Material permanente.....	389 322	236 137
<i>Equipment</i>				
<i>Équipement</i>				
7. Outros.....	762 138	33 930
<i>Others</i>				
<i>Autres</i>				
III — ESTUDOS, PROJETOS, PROSPEÇÃO, SERVIÇOS DE SONDAÇÃO E ESTUDOS DE JAZIDAS MINERAIS, etc.	187 703	11 040	...	198 743
<i>Studies, projects and soil research</i>				
<i>Études, projets, prospection et recherches du sol</i>				
IV — VARIAÇÃO DE ESTOQUES (*).....	4 427 260	4 427 260
<i>Changes in inventories</i>				
<i>Variations dans les stocks</i>				
T O T A L	10 547 609	4 108 392	1 191 363	15 847 364

(*) Estoques de algodão e de lã comprados pelo Banco do Brasil por autorização do Governo Federal.
Purchase of stocks of cotton and wool by the Banco do Brasil authorized by the Federal Government.
Stocks de coton et de laine achetés par le Banque du Brésil autorisée par le Gouvernement Fédéral.